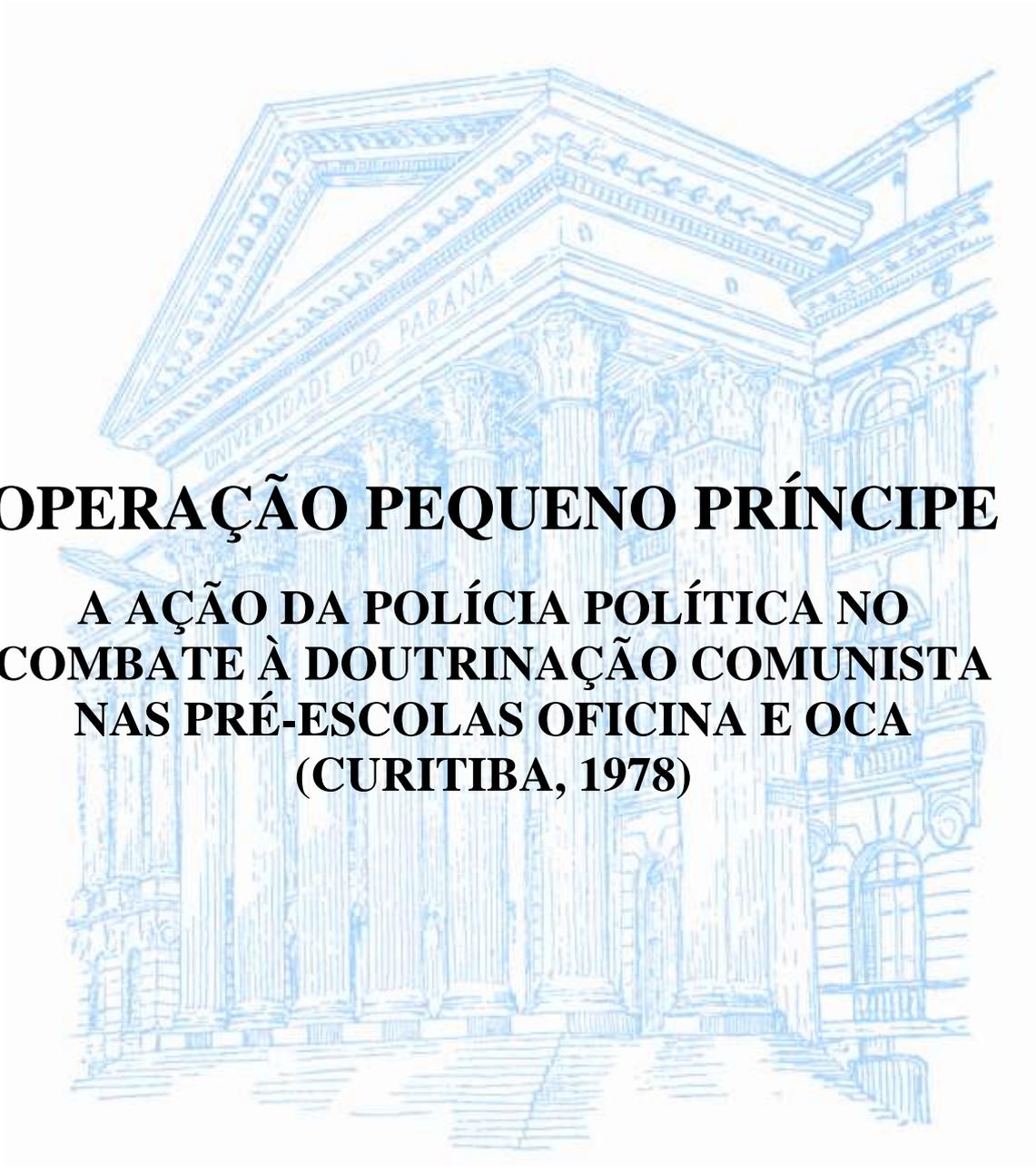


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**JOSÉ DOS SANTOS DE ABREU**



**OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE**

**A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO  
COMBATE À DOCTRINAÇÃO COMUNISTA  
NAS PRÉ-ESCOLAS OFICINA E OCA  
(CURITIBA, 1978)**

**CURITIBA  
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**JOSÉ DOS SANTOS DEABREU**

# **OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE**

## **A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO COMBATE À DOCTRINAÇÃO COMUNISTA NAS PRÉ-ESCOLAS OFICINA E OCA (CURITIBA, 1978)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marion Brepohl de Magalhães.

**CURITIBA  
2015**



Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Abreu, José dos Santos de

Operação Pequeno Príncipe: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas oficina e OCA (Curitiba, 1978). / José dos Santos de Abreu. – Curitiba, 2015.  
168f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marion Brepohl de Magalhães  
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes  
Universidade Federal do Paraná.

1. História – governo militar – século XX.  
2. Brasil – política e governo – 1978. 3. Educação – regime militar – censura. I. Título.

CDD 981.08







## Dedicatória

*Aos meus pais  
Helena e Domingos (in memoriam).*



## Agradecimentos

*Há lugares dos quais vou me lembrar por toda a minha vida,  
embora alguns tenham mudado.  
Uns para sempre, e não para melhor.  
Alguns se foram e outros permanecem.  
Todos esses lugares tiveram seus momentos,  
com amores e amigos, dos quais ainda me lembro.  
Alguns estão mortos e outros ainda vivem.  
Em minha vida eu amei a todos.*

*(In my life. Lennon e McCartney)*

Os últimos 12 anos de minha vida foram dedicados, entre outras coisas, a retomada de um anseio acalentado desde a infância, quando adorava ler jornais velhos no porão da “venda” de meus pais. Ali, perdido entre aquelas pilhas de periódicos que serviriam de matéria-prima para o embrulho de itens como sabão em pedra e fumo de corda, lembro-me da emoção da descoberta de um universo até então desconhecido, mas que a mim se revelou quando num átimo, transpus pela primeira vez um de seus portais. Por entre palavras e imagens daquelas páginas antigas fui conduzido a um tempo longínquo, mas acessível por meio da leitura de minhas primeiras fontes históricas.

Esse fascínio exercido pela leitura e pela pesquisa, principiado em minha infância, alegremente vivida por entre jornais, garrafas, sacos de estopa, caixas de madeira e outras quinquilharias do armazém de meus pais na querida Vila Guilhermina, em São Paulo, provavelmente já anunciava o ofício futuro que me concederia a possibilidade de fazer de meu trabalho um exercício permanente de felicidade: uma simbiose entre esforço intelectual e encantamento que a pesquisa histórica tem me proporcionado ao longo desses últimos anos.

Quero agradecer imensamente a Eliandra Carla Tiburski cuja colaboração foi decisiva para que eu retomasse minha trajetória acadêmica. Sou grato a todos aqueles que estiveram ao meu lado durante o mestrado, iniciando pelo meu professor orientador Carlos Roberto Antunes dos Santos, que já desde a entrevista ocorrida durante o processo de seleção demonstrou imenso interesse pela temática do projeto apresentado, uma vez que, ao lado de sua esposa, Roseli Rocha dos Santos, também fizera parte da escolinha Oficina. Lamentavelmente, ainda em 2013, perdi meu orientador e uma grande fonte, e todos nós, um grande ser humano e exemplo a ser seguido.

Agradeço a minha querida e incansável orientadora, professora Marion Brepohl de Magalhães, por ter prontamente assumido o encargo de dar continuidade à minha orientação, sobretudo, naquelas circunstâncias. Sou imensamente grato pela sua compreensão nos momentos em que problemas de saúde limitaram minha participação em algumas atividades. Quero explicitar minha imensa admiração pela pessoa generosa e admirável historiadora e considero um grande privilégio ter sido seu orientando.

Aos professores Euclides Marchi, Karina Kosicki Bellotti, Maria Luiza Andrezza e Rodrigo Rodriguez Tavares, pelos conselhos, disponibilidade e colaboração nos meus escritos. Aos professores da graduação em História nas Faculdades Integradas “Espírita”, Décio Roberto Szvarça, Zeno Crocetti, Marcelo Toniolo, Maria Lúcia Buher Machado, Floriano Fonseca, Ederson Prestes, Luciana Wolff Apolloni e aos saudosos mestres Ary Borges do Canto e Sebastião Miguel Woisk. À Maria Cristina, secretária de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, pela gentileza com que sempre me atendeu.

Agradeço ainda ao Arquivo Público do Estado do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná e Casa da Memória de Curitiba, pela atenção dos funcionários que me atenderam durante as pesquisas.

À minha esposa, Vanessa Tacci, agradeço pela dedicação, cumplicidade, companheirismo e, sobretudo, por me incentivar a transformar parte dos meus devaneios em projetos realizáveis. Aos meus filhos Helena, Luiza, Gabriel e Michel - além de minhas netinhas Manuella, Inaê e Clarinha – tentei deixar um exemplo prático sobre a importância de perseguirmos nossos sonhos, ainda que as circunstâncias e o tempo nos desfavoreçam. Que vocês possam nutrir uma paixão ainda maior pela busca do conhecimento, e consigam trilhar seus caminhos com sabedoria, generosidade e consciência social.

À minha irmã Alda, meu cunhado Ireneo e sobrinhos Erick e Ryelen, que também envolveram-se com essa pesquisa ainda nos seus primórdios. Aos meus cunhados Bruno e Leonardo, minha querida tia Nair, citada por mim nas aulas de mestrado, e “mãe” Antônia. Aos primos Izabel, Edson, Carol e Nathalia, pelo incentivo e presenças sempre irradiadoras de bons fluídos e pelas intermináveis conversas inúteis que nos fazem tão felizes. Ao primo Osmar, meu cicerone em Londrina, em seminários e expedições pelos sebos da cidade.

Ao saudoso escritor e cineasta Valêncio Xavier que me colocou em contato com o tema, foi meu primeiro entrevistado, e me apontou os caminhos iniciais da pesquisa. À pessoa especialíssima que me acolheu na UFPR, iniciada com uma conversa informal em seu gabinete no departamento de História, professora Judite Trindade, também participante dos primórdios da escolinha Oficina, cujos conselhos e orientações foram vitais para o início dessa pesquisa.

Aos colaboradores - alguns deles personagens dessa narrativa - que através de indicações, relatos, confirmações, empréstimos de fontes, entrevistas e outros, acabaram “cúmplices” desse trabalho, começando pelo saudoso Walmor Marcelino e esposa Elba Ravaglio, Paulo Sá Brito, Luís Manfredini, Juracilda Veiga, Wilmar D’Angelis, Léo Kessel, Bernadete Zanetti, Edésio Passos, Zélia Passos, Cláudio Ribeiro e Carmem Regina Ribeiro. Quero registrar minha eterna gratidão à Lígia Cardieri, cujo apoio no início da pesquisa (2004), acabou sendo decisivo para que eu acreditasse ser capaz de realizar um projeto que para um neófito afigurava-se como uma pretensão acima de suas possibilidades.

Aos meus amigos Oreste Galastri Jr., diretor da Escola Municipal São Miguel, meu local de trabalho, pela compreensão e incentivo; Túlio Alexandre Zanco, parceiro de muitas idas e vindas; e Valdeli Xavier Miranda pelo seu interesse e permanente incentivo. Aos colegas do mestrado - Clara, Naiara, Franciane, Rosalice, Flávia, Larissa, Igor e Lucas - que discutiram exaustivamente o tema desse trabalho e ofereceram sugestões enriquecedoras, valentes companheiros também nas dúvidas e dificuldades dessa jornada conjunta. O meu sincero agradecimento ao amigo e agora doutorando em História Antônio Fontoura Jr. que foi um grande parceiro ao longo do mestrado, interessando-se vivamente por meu tema e auxiliando-me durante todo o processo de pesquisa e elaboração da dissertação sempre de forma inteligente, com observações ora contundentes, ora hilárias, que ajudaram-me a impor qualidades ao texto que seriam impossíveis sem sua participação. Agradeço-lhe imensamente, caro Antônio!

Ao CNPQ e a CAPES pelo apoio financeiro na concessão da bolsa de mestrado criando condições materiais para a concretização deste trabalho. Se as deficiências desse trabalho obviamente são de minha inteira (ir)responsabilidade, o mesmo não ocorre em relação às suas qualidades (e dizem que elas existem), que resultam, obviamente, da colaboração de todos aqueles que, de algum modo, influenciaram na sua consecução através das leituras, críticas, apoio e solidariedade.



## Resumo

A pesquisa analisa a forma de atuação da polícia política paranaense na chamada Operação Pequeno Príncipe, ação repressiva ocorrida em 1978, em Curitiba, que visava a interdição de duas pré-escolas – Oficina e Oca – acusadas de doutrinar crianças de 1 a 6 anos de idade dentro de princípios marxistas e de servirem de fachada para atividades conspiratórias contra o governo. O trabalho demonstra que em seu combate aos opositores do regime, os órgãos repressivos desenvolveram ações apoiadas tanto na legalidade ditatorial como na clandestinidade, visando a produção do sentimento de medo, sendo que no primeiro caso, por meio de práticas que iam desde a vigilância sistemática e os aprisionamentos e, na ilegalidade, por meio das constantes ameaças e sequestros, agindo anonimamente e procurando acobertar-se sob o manto de grupos anticomunistas. Liderados pela Comissão de Justiça e Paz de Curitiba – Igreja Católica – setores da sociedade civil organizaram-se e denunciaram a violência policial recorrente na cidade. A imprensa acompanhou atentamente aqueles acontecimentos colaborando para que sua repercussão ajudasse a criar uma rede de solidariedade que pressionou as esferas superiores do governo a manifestarem-se e intervirem junto às autoridades locais responsáveis pelas prisões em Curitiba.

**Palavras chave:** Poder, Ditadura, ideologia, Violência, Polícia Política, Comunismo, Resistência, Educação.

## Abstract

This research studies the actions of the Paraná's political police in the "Operation Little Prince", a repression action occurred in 1978 in Curitiba, which aimed to ban two preschools - Oficina and Oca - accused of indoctrinating children 1-6 years age in Marxist principles, and to serve as facade to conspiratorial activities against the government. This research shows that in their fight against opponents of the regime, the repressive organs have developed actions supported both in the dictatorial legality as in illegal activities in order to produce the feeling of fear. The legal practices ranged from routine surveillance to imprisonment; and the illegal ones, from constant threats to kidnappings, always acting anonymously, seeking to cover up their activities under the cloak of anti-communist groups. Led by the Curitiba's Commission of Justice and Peace – Catholic Church – sectors from civil society organized and denounced police violence in the city. The press has been closely following those events, in a way that its impact would help to create a network of solidarity that could push the upper levels of government to speak out and intervene with local authorities responsible for prisons in Curitiba.

**Keywords:** Power, Dictatorship, Ideology, Violence, Political Police, Communism, Resistance, Education.



## Sumário

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>7</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>11</b>
<b>1. ÍNDICE DE IMAGENS .....</b>	<b>18</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>19</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 UM ESPECTRO RONDA A SOCIEDADE CURITIBANA .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.1 As ações clandestinas da DOPS e do DOI/CODI paranaense .....</b>	<b>50</b>
<b>3. AS PRISÕES .....</b>	<b>60</b>
<b>3.1 Os DETIDOS .....</b>	<b>67</b>
<b>3.2 A REAÇÃO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>77</b>
<b>4. AS PRÉ-ESCOLAS .....</b>	<b>90</b>
<b>4.1 A AED-OFICINA .....</b>	<b>91</b>
<b>4.2 O CEPAED/OCA .....</b>	<b>107</b>
<b>5. A OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE.....</b>	<b>117</b>
<b>5.1 PERFIL DOS AGENTES REPRESSIVOS: MOTIVAÇÕES E TRAJETÓRIAS.....</b>	<b>123</b>
<b>5.1.1 Waldyr Coelho .....</b>	<b>124</b>
<b>5.1.2 Ferdinando de Carvalho.....</b>	<b>128</b>
<b>5.1.3 Ozias Algauer.....</b>	<b>133</b>
<b>5.2 O DEPOIMENTO DO DELEGADO DA PF ENCARREGADO DO INQUÉRITO SOBRE AS ESCOLAS .....</b>	<b>139</b>
<b>5.3 O RELATÓRIO BERNARDINO BOCHI .....</b>	<b>144</b>
<b>5.4 O DESFECHO DA OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE NA ESFERA JUDICIAL .....</b>	<b>155</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>168</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>174</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>179</b>

## 1. Índice de imagens

Figura 1 – “Paraná: professores acusados de dar aulas de marxismo a crianças de 3 a 6 anos”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 de abril de 1978, folhetim, p. 14.....	22
Figura 2 - Cartão de natal enviado pelo CCC.....	33
Figura 3 - Capa da revista Veja com Juracilda Veiga.....	31
Figura 4 - Coronel Waldyr Coelho.....	124
Figura 5 - Ataque à sucursal do semanário Em Tempo em Curitiba, 1978.....	127
Figura 6 - General Ferdinando de Carvalho.....	128
Figura 7 - Matéria do jornal O Diário do Paraná, por ocasião da morte de Ozias Algauer, 11/04/1980, p. 6.....	133
Figura 8 - Placa indicativa da rua Ozias Algauer, Ganchinho, Curitiba.....	173

## LISTA DE SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

AED/OFICINA: Associação de Estudos Educacionais/Oficina

ALN: Aliança Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

APP: Associação dos Professores do Paraná

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CAHS: Centro Acadêmico Hugo Simas

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha

CEPAED/OCA: Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais/Oca

CJP: Comissão de Justiça e Paz

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

DARPP: Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DEAP: Departamento de Arquivo Público do Paraná

DOP: Delegacia de Ordem Política

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social

DPF: Departamento de Polícia Federal

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

IP ou IPL: Inquérito Policial

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social

IPM: Inquérito Policial Militar

IPPUC: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

LSN: Lei de Segurança Nacional

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro  
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil  
OBAN: Operação Bandeirante  
PC do B: Partido Comunista do Brasil  
PCB: Partido Comunista Brasileiro  
PM: Polícia Militar  
PPC: Prisão Provisória de Curitiba  
PSB: Partido Socialista Brasileiro  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
SNI: Serviço Nacional de Informações  
SESP: Secretaria Estadual de Segurança Pública  
UCP: Universidade Católica do Paraná  
UFP ou UFPR: Universidade Federal do Paraná  
UNE: União Nacional dos Estudantes  
UPE: União Paranaense dos Estudantes

## 2. INTRODUÇÃO

Atribui-se a um dos principais ideólogos da ditadura civil militar brasileira, general Golbery do Couto e Silva, a afirmação de que “a esquerda só se une na cadeia”. Certamente, essa é mais uma daquelas frases espirituosas que acabaram incorporando-se ao anedotário político nacional e que não se sustentam ante a análise histórica. Apesar disso, se aplicada em relação ao acontecimento objeto deste trabalho de pesquisa essa sentença assume ares de verdade.

Na narrativa histórica apresentada nessa dissertação sobre as prisões políticas de onze pessoas, na chamada Operação Pequeno Príncipe, uma ação repressiva operada pela polícia política paranaense, em Curitiba, no ano de 1978, um grupo formado por onze pessoas, taxadas de esquerdistas pelas autoridades policiais, reuniu-se ao mesmo tempo e em um mesmo local uma única vez. Esse encontro ocorreu nas celas da delegacia da Polícia Federal do Paraná. O motivo da prisão: foram acusados de doutrinar crianças dentro de princípios marxistas em duas pré-escolas: *Oficina* e *Oca*, que também serviriam de fachada para atividades subversivas. Depois disso, como diria o corvo, personagem do poema homônimo de Edgar Allan Poe: “nunca mais”.

Em 1995 surgiu uma oportunidade de reunir novamente o grupo tido como subversivo pelos organismos de segurança, e dessa vez o encontro não seria na cadeia, mas em um estúdio de gravação. Porém, Valêncio Xavier, cineasta responsável pelo documentário “Os onze de Curitiba, todos nós”, um resgate histórico dessa operação repressiva através das memórias das onze pessoas detidas pela polícia política paranaense, optou por gravar os depoimentos individualmente e em momentos diferentes. Perdeu-se aí a última chance de reencontro do grupo esquerdista que foi aprisionado porque, segundo o *humor* da época, dava “chapeuzinho vermelho para as crianças lerem”<sup>1</sup>.

Em 2011, Walmor Marcelino, um dos detidos, partiu, e provavelmente deve estar às voltas com os preparativos para reunião definitiva na esfera celeste. Junto ao poeta, escritor e cofundador das pré-escolas *Oficina* e *Oca*, sepultou-se a chance de tornar sem efeito a sentença maliciosa que sempre vem à tona quando a esquerda se

---

<sup>1</sup> Folha de S. Paulo. Paraná: professores acusados de dar aulas de marxismo a crianças de 3 a 6 anos. São Paulo, 02 de abril de 1978, folhetim, p. 14.

divide. No caso em tela, é preciso reconhecermos, para a satisfação dos detratores da esquerda, que os nomeados “onze de Curitiba”, realmente, só se uniram na cadeia.



Figura 1 - Paraná: professores acusados de dar aulas de marxismo a crianças de 3 a 6 anos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 de abril de 1978, folhetim, p. 14.

## ***2.1 Considerações teórico-metodológicas***

A presente dissertação pretende ser um aprofundamento no âmbito dos estudos da ditadura civil militar brasileira sobre os estratos inferiores do poder estatal, nos quais operavam agentes diretamente envolvidos nas práticas repressivas perpetradas contra os opositores do sistema político vigente no período e cuja missão era executar as diretivas oriundas de instâncias decisórias superiores sob o comando dos membros dos altos escalões do governo ditatorial.

Ao dirigirmos nossa atenção para os “de baixo” do aparato repressivo estatal, dando voz a agentes como o delegado da Polícia Federal, Roberto das Chagas Monteiro, responsável pelo inquérito instaurado para investigar as pré-escolas Oficina e Oca, visamos contribuir para o preenchimento de uma lacuna ainda existente na historiografia sobre a ditadura, já que nas últimas décadas os estudos sobre essa temática estiveram centrados em atores sociais considerados de maior importância dentro da hierarquia militar, como generais, ministros e presidentes. Essa visão tradicional guarda um certo vínculo com a História Política do século XIX, cuja preocupação relacionava-se preferencialmente às questões que envolviam as elites governantes<sup>2</sup>.

O estado do Paraná foi palco de acontecimentos que ainda não foram devidamente examinados e dados a público pelos estudiosos da ditadura civil militar brasileira. Assim, nosso estudo tem a intenção de demonstrar aspectos locais desse período autoritário a partir da visão de agentes que atuaram nas camadas intermediárias do aparato repressivo estatal paranaense.

A opção por esse tipo de abordagem inscreve nosso trabalho no campo da Nova História Política, uma vez que buscamos através de sua realização problematizar as práticas e dimensões do poder e suas ramificações que, ainda que ocorram para além do espaço estatal, residem também em seu interior, e não somente nas esferas superiores, mas distribuindo-se por entre as camadas inferiores nas quais atuam aqueles atores para os quais os historiadores ainda não orientaram seu olhar mais detidamente.

---

<sup>2</sup> BARROS, José D'Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis; RJ: Vozes, 2004, p. 106-107.

O surgimento da Nova História Política representou o despertar do interesse pelo estudo do poder em suas variantes, pois ainda que mantenha seu interesse pelo poder estatal, interessa-se também, entre outros temas, pelos chamados micropoderes presentes no viver cotidiano, pela utilização política dos sistemas de representações, pela construção de uma “História vista de baixo”, cujo olhar volta-se para as massas anônimas e para o “indivíduo comum”, para os marginalizados, os derrotados, portadores de indícios que muitas vezes podem levar à compreensão de uma escala mais ampla do ambiente social.<sup>3</sup>

A influência da “história vista de baixo” permitiu que os novos historiadores da ditadura civil militar, além de ouvirem os perseguidos pelo poder estatal e os cidadãos comuns, passassem também a trabalhar com perpetradores da violência repressiva que atuavam ao rés-do-chão, na perseguição aos opositores do governo genericamente nomeados como subversivos.

Diante disso, a proposta desta dissertação foi mostrar como estava estruturado e como agiu o poder estatal em solo paranaense em uma ação repressiva específica, denominada Operação Pequeno Príncipe. Ao longo da pesquisa e análise das fontes verificamos que essa operação policial atuou para além dos “limites” de suas atribuições legais. Paralelamente à ação repressiva oficial, a polícia política paranaense operou também clandestinamente, adotando práticas de inteligência e repressão visando coletar informações que subsidiassem com novos elementos produzidos a partir dessas ações clandestinas os procedimentos de interdição dos opositores.

Documentos apócrifos e oficiais identificados no acervo DOPS do Arquivo Público do Paraná, além de reportagens veiculadas pela imprensa na época, sugerem uma vinculação entre a Operação Pequeno Príncipe e outra ação repressiva clandestina ocorrida no dia anterior a sua deflagração, na qual a professora e estudante de jornalismo, Juracilda Veiga, foi sequestrada por elementos encapuzados, ocupando uma Veraneio, automóvel muito utilizado pelos órgãos de repressão oficiais na época. Juracilda, que ficou em poder dos sequestradores durante quase dois dias, foi interrogada e torturada para que fornecesse a seus algozes informações que pudessem incriminar os presos políticos ligados às pré-escolas *Oficina e Oca*.

---

<sup>3</sup> BARROS, José D’Assunção. Op. Cit. p, 107.

A leitura de um desses documentos<sup>4</sup> onde constam as declarações prestadas por Juracilda ao ser interrogada sob torturas pelos sequestradores, revela o interesse destes últimos na obtenção de informações comprometedoras sobre as duas pré-escolas, haja visto a menção feita aos nomes de associados tanto da escolinha *Oca*, como Elba Ravaglio, Walmor Marcelino<sup>5</sup> e a “esposa de Luiz Fábio Campana”; como da *Oficina*, que Juracilda afirmou conhecer por intermédio de uma de suas professoras, Raquel Soares, sabendo apenas que a instituição “funciona[va] em regime de acionistas (são os próprios pais dos alunos que a sustentam)”. Foi citado também o nome de Lígia Cardieri Mendonça<sup>6</sup>, com quem Juracilda havia estado por ocasião de algumas gestões feitas junto à Sociedade Paranaense de Sociologia em busca de apoio dessa entidade para a criação do “Comitê para anistia aos Presos Políticos”, que objetivava a libertação de estudantes presos naquele período. Esses apontamentos indicam seguramente que os inquisidores tentaram obter informações sobre as duas pré-escolas e alguns dos detidos. Além disso, em entrevista que nos concedeu em 2013, Juracilda reafirma o interesse dos sequestradores pelas escolinhas.

O ambiente repressivo e o clima de medo que apossava-se de Curitiba já nos meses anteriores ao sequestro da professora e as prisões de onze associados das pré-escolas, ocorridos respectivamente, nos dias 17 e 18 de março de 1978, levaram a incipiente *Comissão de Justiça e Paz* da Arquidiocese de Curitiba a liderar um importante movimento de resistência a violência perpetrada contra opositores do regime atribuída a polícia política e ao grupo paramilitar *Comando de Caça aos Comunistas*. Essa rede de resistência ajudou a alterar aquele quadro sombrio através de denúncias que repercutiram na imprensa e mobilizaram setores importantes da sociedade durante alguns dias. Essas denúncias e protestos contra a violência estatal e clandestina ressoaram para diversas partes do país e extrapolando as fronteiras nacionais chamaram a atenção da comunidade internacional para a capital paranaense. O grupo de presos políticos recebeu a solidariedade de pessoas espalhadas por diversas partes do mundo, que enviaram milhares de telegramas à sede londrina da Anistia Internacional, pedindo por sua libertação. Até mesmo dois líderes mundiais da época, o presidente estadunidense Jimmy Carter e o papa Paulo VI receberam apelos para que condenassem

---

<sup>4</sup> Termo de Primeiras Declarações, fls. 1-8. Pasta: Juracilda Veiga. N°2266. Período: 1978,1980

<sup>5</sup> Um dos onze detidos na Operação Pequeno Príncipe.

<sup>6</sup> Também detida na Operação Pequeno Príncipe.

publicamente o desrespeito aos direitos humanos que vinha assolando a cidade de Curitiba<sup>7</sup>.

O breve quadro esboçado, marcado por perseguições contra pessoas tidas como contrárias aos interesses do país ou suspeitas de subversão e que estariam atuando em inocentes pré-escolas e, a produção do medo, como efeito secundário de ações repressivas que vinham tornando-se recorrentes naquele período no estado do Paraná - e que eram de alto interesse para o sistema político ditatorial - nos colocam algumas questões que uma vez esclarecidas poderiam nos oferecer respostas capazes de dissipar a névoa que ainda encobre esses acontecimentos que agitaram a cidade de Curitiba em 1978.

Diante disso, nosso trabalho de pesquisa voltou-se inicialmente para a elucidação de algumas questões, tais como: quais organismos de segurança compunham a polícia política paranaense? Como se integravam? Qual a forma de operacionalização de suas ações? Alguns comandos intermediários tiveram influência na moldagem do *ethos* repressivo do braço local da violência ditatorial? Seria a Operação Pequeno Príncipe uma forma de se contrapor à orientação do governo central de descompressão do regime? Os comandantes locais do aparato repressivo estavam cientes e permitiram a deflagração da Operação Pequeno Príncipe? O poder central, em Brasília, foi notificado sobre a operação? Contaram os agentes responsáveis pela operação com o apoio das autoridades militares? A intensa repercussão já era esperada? Qual o desfecho do inquérito 38/78 instaurado pela PF para investigar as pré-escolas Oficina e Oca e alguns de seus associados?

---

<sup>7</sup> Um registro que expressava bem essa atmosfera de medo foi a *Carta Aberta ao Povo* documento divulgado pela Comissão de Justiça e Paz de Curitiba, no dia 19 de março de 1978, que denunciava o clima de incerteza e insegurança que se acercava da sociedade paranaense naquele período. “Há alguns meses várias pessoas, entre eles estudantes, políticos, parlamentares, jornalistas, sociólogos, professores, advogados, religiosos e outras, passaram a receber ameaças, pressões e intimidações de uma organização clandestina que se auto denomina Comando de Caça aos Comunistas – CCC. Há meses um estudante do Setor de Ciências Humanas – Psicologia, da Universidade Federal do Paraná, foi misteriosamente sequestrado por elementos à paisana, que o mantiveram preso durante 48 horas e o abandonaram na cidade de Paranaguá. [...] No início de fevereiro, um professor de Apucarana dirigiu-se ao DOPS desta capital para obter um atestado de antecedentes, sendo sequestrado, nas dependências daquela delegacia, permanecendo 5 dias sob tortura e todo tipo de pressão. [...] Nas últimas semanas, várias pessoas vinham sendo ostensivamente seguidas e suas casas vigiadas [...] Chamamos também a atenção para o fato de que no mês de maio de 1977, quinze estudantes foram presos pela Polícia Federal, acusados de atos subversivos, tendo sofrido torturas psicológicas e, após sua soltura, seguidos em todos os seus passos. Seus processos foram arquivados por ausência de provas. No entanto, nenhum deles consegue até hoje obter atestado de antecedentes, emprego em qualquer instituição ou ausentar-se do país”<sup>7</sup>. Curitiba, 18 de março de 1978. *Jornal do Brasil*. Carta da Comissão de Justiça e Paz: 20 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 16.

A análise dos registros sobre o acontecido alocados pela pesquisa nos permitiu conhecer as informações que levaram os órgãos de inteligência a desconfiarem daquelas instituições, a lógica seguida pela polícia política em sua perseguição às escolinhas e a maneira como se deu a investida persecutória dos órgãos de segurança visando reunir elementos que sustentassem a acusação, inusitada, mas não inédita, de que as pré-escolas vinham doutrinando alunos, com idades entre 1 e 6 anos, dentro de princípios marxistas, atentando assim, contra a Segurança Nacional.

As ações repressivas promovidas pelo sistema de segurança se baseavam nas concepções formuladas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sob a qual se erigiu a ideologia oficial da ditadura, de modo que o enquadramento dos opositores na Lei de Segurança Nacional<sup>8</sup> era a sistemática utilizada no combate ao chamado “inimigo interno”.

Norberto Bobbio analisa o poder utilizando-se da chamada tipologia dos três poderes: “*econômico, ideológico e político*, ou seja, da *riqueza*, do *saber* e da *força*”<sup>9</sup>. Os poderes ideológico e político estão mais diretamente relacionados com nosso tema de estudo e, ao representarem o exercício da violência por meio e no interior das esferas do saber e da força, inserem-se na definição proposta por Marilena Chauí como “um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror”<sup>10</sup>.

A DSN, além de base ideológica do regime, permeou toda a estrutura do poder público brasileiro durante a ditadura, penetrando nas escolas através de disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, visando, obviamente, doutrinar os estudantes brasileiros e torná-los meros reprodutores de seus conteúdos. Uma vez que as pré-escolas representavam para seus idealizadores uma forma de contrapor-se ao modelo de educação pré-escolar

---

<sup>8</sup> A primeira Lei de Segurança foi sancionada no Brasil em 1935, a Lei n. 38, que definiu os crimes contra a ordem política e social, inaugurando a prática de se criar leis especiais com punições severas para os crimes contra a segurança do Estado. Durante o regime militar, foram editadas quatro novas leis de segurança nacional. No caso das acusações contra as pré-escolas em 1978, as autoridades amparavam-se no Decreto-Lei n. 898 editado em 1969 e que em seu artigo 43, que previa como crime “reorganizar ou tentar reorganizar partido ou associação dissolvidos por força da lei ou organizar ou tentar reorganizar partido ou associação que exerça atividades prejudiciais ou perigosas a Segurança Nacional e ainda fazer funcionar partido ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou que exerçam atividades prejudiciais à Segurança Nacional, quando legitimamente suspensos”. FRAGOSO, Cláudio Heleno. Lei de Segurança Nacional. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. n. 2, agosto de 1978.

<sup>9</sup> BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. RJ: Paz e terra, 1987, p. 82.

<sup>10</sup> CHAUI, M. Uma Ideologia Perversa. Folha de S. Paulo. São Paulo, 14 de março de 1999. Caderno Mais! p. 3.

tradicional e que o arquétipo de gestão democrática ali existente se confrontava com a verticalização e o autoritarismo presentes no tipo de gerenciamento difundido pelo Estado, travou-se naquele momento uma disputa de poder que envolvia o campo ideológico, a saber, a educação.

Conforme Bobbio, o poder ideológico permite aos detentores das formas de saber, das doutrinas e da produção do conhecimento inculcar no corpo social formas de socialização e padrões de comportamento concernentes aos interesses dos grupos dominantes<sup>11</sup>. Naquele momento a experiência das pré-escolas *Oficina* e *Oca* em Curitiba fazia parte de um movimento de resistência na esfera educacional à imposição pela ditadura de um modelo pedagógico acrítico, individualista e autoritário, e o governo, ao desejar impor um único modelo de pensamento, pretendia anular aquela ação considerada desviante ou subversiva. Tal quadro levou as autoridades a interditar as pré-escolas utilizando-se do poder político, caracterizado por Bobbio como a capacidade de recorrer, quando necessário, ao uso da força, tornando possível aos seus portadores alcançar os objetivos desejados.<sup>12</sup>

Distinto do poder ideológico, o poder político se exerce sobre os corpos, sendo imprescindível reconhecer que assim como o principal meio do poder ideológico é a expressão de ideias por meio da palavra e das imagens, o meio do poder político é sempre em última instância a posse de armas. Dessa forma, o exercício efetivo do poder político que se abateu sobre as duas pré-escolas curitibanas configurou-se através da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, que significou a instrumentalização da violência física pelos órgãos de segurança paranaense que atuavam como polícia política (DOPS, DOI-CODI, Polícia Militar, Polícia Federal, SNI e Forças Armadas).

A ditadura civil-militar instrumentalizou o poder durante sua vigência em todas as suas variantes, sendo que, nos momentos em que a resistência se intensificava e os mecanismos de controle simbólicos não eram suficientemente eficazes, os órgãos repressivos recorriam a esse tipo de poder caracterizado pelo uso da violência física: o poder político.

Martha Huggins considera que “toda ação policial é política [...] variando em um *continuum*, desde a polícia a serviço do poder organizado [...] até a dissimulação de seu relacionamento com o poder por ideologias de democracia e controle social, que

---

<sup>11</sup> BOBBIO, N. Op. Cit. p. 82.

<sup>12</sup> BOBBIO, N. Op. cit. pp, 82-83.

afirmam transformar a polícia em mera extensão de um Estado neutro quanto às classes”<sup>13</sup>. Concordamos com Huggins, uma vez que, enquanto aparelho repressivo a serviço do Estado, ou seja, do poder constituído, toda ação policial reveste-se de um caráter político. No entanto, o exercício de policiamento no âmbito da sociedade ocorre de modo fragmentado, por meio de uma divisão quanto às funções que serão desempenhadas junto a segmentos e espaços sociais diferentes, o que redundará na existência de um tipo específico de policiamento, atribuindo à polícia política, questões que envolvem a manutenção da ordem política, econômica e social. Assim, para Huggins, a polícia política “implica a existência de um órgão ou força, ou ameaça de força, para controlar os indivíduos, grupos e classes consideradas hostis à ordem social, econômica e política do Estado e, portanto, aos interesses de suas classes dominantes”<sup>14</sup>.

A violência contra os opositores do novo governo foi amplamente utilizada já desde os primeiros momentos do golpe de Estado de 1964. Porém, foi sobretudo a partir de 1969 que verificamos o surgimento de uma conjuntura de recrudescimento da repressão. Nesse ano, os condutores do regime sentem a necessidade de reorientar suas ações reorganizando o aparato repressivo estatal. O objetivo é promover uma maior eficácia no combate às oposições que haviam se militarizado. Para isso, foi criada em 1969 a Operação Bandeirante (OBAN), um novo órgão repressivo cujo modelo significou a colocação em prática dos preceitos de uma teoria militar desenvolvida para enfrentar a Guerra Fria: a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária. Introduzida na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1959, esse conjunto de ideias passou a ter a partir de então influência decisiva nas políticas repressivas da ditadura.

A OBAN foi um projeto piloto financiado por empresários paulistas que, apoiando-se na experiência da teoria da Guerra Revolucionária Francesa, unificou as forças militares e policiais visando promover uma maior eficácia no combate, sobretudo, às organizações oposicionistas militarizadas. Essa iniciativa bem sucedida, deu origem ao chamado sistema DOI-CODI<sup>15</sup>, que iniciou-se em São Paulo, em 1970,

---

<sup>13</sup> HUGGINS, M. K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. SP: Cortez, 1998, p. 10.

<sup>14</sup> HUGGINS, M. K. *Op. cit.* 1988. pp. 10-11.

<sup>15</sup> Em 1970 foram criadas as zonas de Defesa Interna (ZDI). Estas áreas tinham seus limites de jurisdição idênticos aos que definiam as áreas do I, II, III, e IV Exército e do comando Militar do Planalto. O passo seguinte foi criar, a partir de diretrizes secretas do conselho de Segurança Nacional (CSN), o sistema DOI-CODI. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), chefiado pelo chefe do Estado Maior do Exército (EME), era um órgão colegiado, em cada uma das quatro ZDI, formado por representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica e polícias civil e militar do governo estadual. O braço operacional dos CODIs seria executado pelos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), controlados

para depois disseminar-se para outras regiões do país, coroando assim o processo que reorientou o sistema repressivo ditatorial brasileiro.

Segundo o historiador Carlos Fico<sup>16</sup> esse novo modelo foi implantado no Paraná a partir de 1971, porém, um de seus membros locais, entrevistado pelo autor, aponta que somente com a deflagração da Operação Marumbi, em 1975, esse organismo passou a operar de fato.

Martins Filho explica que o elemento chave para o entendimento da mudança na missão do Exército a partir desse momento e para o emprego da tortura como método sistemático de combate ao chamado terrorismo das esquerdas foi o anticomunismo típico da Guerra Fria. É ele que explica a facilidade com que a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária, ao mesmo tempo em que havia sido colocada em prática na guerra da Argélia pelos franceses, foi exportada para países como a Argentina e o Brasil, no final dos anos de 1950.<sup>17</sup>

É importante ressaltarmos que a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária foi instrumentalizada pela ditadura como uma doutrina operacional, diferente da DSN que significava desde sua criação nos anos de 1950 um projeto militar influenciado pelos EUA para governar o país.<sup>18</sup>

Essa breve menção ao DOI-CODI justifica-se por sua relação direta com nosso objeto de estudo, uma vez que a vigilância sistemática às escolas e seus membros era feita não somente pela DOPS, mas também pelo DOI-CODI local e, além disso, a decisão final sobre a deflagração da Operação Pequeno Príncipe ocorreu em uma das

---

operacionalmente pela 2ª Seção do EME (a Seção de Informações) e subordinado aos CODI. Assim, foram criados os CODI-DOI em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília e, em 1971, em Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Belém e Fortaleza, com todos os cargos de chefia sendo ocupados por oficiais das Forças Armadas, com exceção dos cargos da área administrativa. Estas estruturas ficaram conhecidas pela denominação DOI-CODI, expressando a preponderância que sua unidade assumiu no combate à repressão, em articulação direta com o Centro de Informações do Exército (CIE). Os DOI-CODIs acabaram por partilhar as funções de coordenação das ações de repressão com os serviços secretos da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), e mesmo com as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais. O objetivo comum era a desestruturação das organizações de esquerda armadas, tal como fazia a Operação Bandeirante (OBAN). ISHAQ, Vivien. A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2012, p. 87.

<sup>16</sup> FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 124.

<sup>17</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre revolutionnaire* (1959\1974). In Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil. Vol. I. Editora Hucitec: São Paulo, 2009, p. 180.

<sup>18</sup> GODOY, Marcelo. A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991). São Paulo. Alameda, 2014, p. 87.

reuniões do DOI-CODI paranaense realizadas semanalmente nas dependências da 5ª Região Militar, em Curitiba, nas quais o tema das pré-escolas sempre vinha a tona.

Essas reuniões, também chamadas de *reuniões da comunidade de segurança*, ou mais informalmente, de *reuniões da comunidade*, contavam com a participação de representantes dos órgãos que compunham o aparato de segurança paranaense. Segundo o delegado Roberto Monteiro participavam dessas reuniões em torno de doze pessoas. Ali intercambiavam-se informações e decidia-se quem seria vigiado ou detido, quais métodos seriam utilizados, quem se responsabilizaria pela parte operacional das ações repressivas, etc. Foi provavelmente no final de 1977 que decidiu-se pela interdição das escolas, delegando-se, conforme preceito constitucional, à Polícia Federal a responsabilidade pela instauração do Inquérito Policial e pelo comando operacional da denominada Operação Pequeno Príncipe.<sup>19</sup>

A intenção da comunidade de segurança de fechar as duas escolas fazia parte de um processo maior de instrumentalização da violência política, através do qual a comunidade repressiva buscava operar simultaneamente métodos e mecanismos de produção do sentimento de medo, com o objetivo de impingir a setores da população, imagens e representações dos opositores do governo como “personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tiranos [...] apresentados [muitas vezes] como parceiros do próprio diabo”.<sup>20</sup> Tal mecanismo de disseminação da ameaça comunista era uma prática ostensiva naquele período marcado pela Guerra Fria.<sup>21</sup>

Tal reflexão nos remete a um tema recorrente na política, denominado por Girardet de mito da conspiração, no qual o inimigo tem sempre sua imagem caracterizada de forma negativa:

[...] o tema da conspiração maléfica sempre se encontrará colocado em referência a uma certa simbólica da mácula: o homem do complô desabrocha

---

<sup>19</sup> Segundo a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de Outubro de 1969, competia à Polícia Federal a “apuração de infrações penais contra a segurança nacional e a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei”. Esse dado é importante para compreendermos porque a PF comandou a Operação Pequeno Príncipe.

<sup>20</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 280.

<sup>21</sup> Designação atribuída ao período histórico marcado pelas disputas estratégicas e conflitos indiretos entre Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). Foi um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência.

na fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção<sup>22</sup>.

Além da produção do terror, recursos como a exposição dos opositores a situações humilhantes foram amplamente instrumentalizados pelo governo ditatorial visando o controle e a inibição das dissensões recorrentes no ambiente social. Conforme Ansart, a produção de situações de humilhação e sua prática pelo poder autoritário foram parte da estratégia adotada visando a perfeita docilidade do cidadão.<sup>23</sup>

Alguns membros da pré-escola *Oficina* vivenciaram situações de humilhação alguns meses antes da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, quando seis de seus associados tiveram seus nomes divulgados em um grande jornal de circulação nacional, identificados como perigosos comunistas infiltrados no serviço público. Esse episódio ocorreu ainda no ano de 1977, quando o general Sílvio Frota, logo após ser demitido do Ministério da Guerra, divulgou uma lista de 97 supostos “subversivos” incrustados na máquina estatal dos governos estadual e federal.<sup>24</sup>

Esse episódio acabou gerando inúmeros dissabores na vida pessoal dos citados na lista. Além de tornarem-se portadores de um estigma junto à coletividade - comunistas perigosos – de alguns serem demitidos sem justificativa, a vigilância e a perseguição sistemática operada pelos órgãos repressivos se intensificaram e amigos afastaram-se temendo represálias do governo. Além disso, muitos dos perseguidos sofriam ameaças por meio de cartas assinadas por grupos paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que indiretamente atuava como um braço clandestino da repressão estatal.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987, p. 17.

<sup>23</sup> ANSART, Pierre. *As humilhações políticas*. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Marcia. *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia, EDUFU, 2005, p. 18.

<sup>24</sup> O Estado de S. Paulo. Documento aponta 97 funcionários acusados de subversão. São Paulo: 24 de novembro de 1977, p. 22-23.

<sup>25</sup> Jornal do Brasil. Carta da Comissão de Justiça e Paz: 20 de março de 1978, 1º caderno, p. 16.



Figura 2 - Cartão de natal enviado pelo CCC.

A própria Operação Pequeno Príncipe com suas prisões, invasões de residências, apreensões de objetos pessoais, intermináveis interrogatórios, exposições midiáticas, privação contínua da liberdade e as torturas psicológicas, significou a imposição de inúmeras situações de humilhação para os atingidos.

Muitas das vítimas desses ilícitos recusavam-se na época a registrar queixa às autoridades, devido à crença de que a própria polícia política fosse responsável por essas ações. Juracilda relatou em entrevista que, devido à sensação de impotência na época do ocorrido, relutou em prestar depoimento à DOPS e a fazer exame de corpo de delito, pois achava que isso não resultaria em nada.

Celso Castro,<sup>26</sup> utiliza a expressão “espírito militar” para designar o senso de “missão” que era inculcado em todos os participantes do sistema repressivo, desde o simples informante voluntário até os dirigentes das organizações.<sup>27</sup> Os agentes que frequentavam cursos de formação e passavam grande parte de suas vidas naquele ambiente em que o inimigo era representado nas mais sórdidas formas, em algum grau poderia abster-se de tornar-se um ferrenho anticomunista, mas o desafio para esses menos ideologizados era o de sobreviver naquele meio.

Buscar compreender a construção das subjetividades dos agentes estatais pressupõe levar em consideração a presença de um trabalho massivo de inculcação da ideologia castrense no interior do sistema de informação e segurança da ditadura civil militar, que resultou na formação de uma gama de grupos localizados no interior da máquina repressiva estatal que ia desde o indivíduo fanatizado e comumente

<sup>26</sup> CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

<sup>27</sup> HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Cartilha da repressão: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977) Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2011, p. 36.

entusiasmado no cumprimento de suas funções até aqueles funcionários que afirmam terem apenas cumprido ordens e atuado dentro da legalidade.

Sobre o papel das ideologias, Pierre Ansart afirma que elas não se limitam a um “sistema de ideias e crenças, mas transmitem e comportam representações de caráter afetivo e emocional, designando objetos de amor e ódio, constroem um conjunto de distinções ricas em nuances sobre os outros, desejáveis e indesejáveis, reais ou fantasmáticos”<sup>28</sup>. As ideologias e a concomitante construção das subjetividades estabelecem, portanto, formas de ver e conviver com o outro nomeado e representado, e a maneira como a alteridade se estabelece depende muitas vezes da forma como o outro é projetado dentro de um contexto determinado.

Sobre o papel doutrinador desenvolvido nos treinamentos preparatórios dos agentes, Huggins afirma que

No mínimo, o treinamento preparatório informa qual a missão e as expectativas da organização policial e transmite os modelos de conduta exigidos de seus membros. Ao modelar novos membros no *ethos* da organização policial e comunicar suas expectativas comportamentais, tal treinamento pode ajudar no preparo para a violência mais comumente perpetrada pela organização.<sup>29</sup>

O sentimento de alteridade que permeou as ações repressivas do Estado autoritário, segundo Brepohl de Magalhães, definiu-se a partir da designação do outro como inferior ou indesejável. Dessa forma, a partir da imagem produzida do comunista como o “outro” a ser combatido, atribuiu-se a este último, aspectos sombrios e negativos que acabaram por gerar sentimentos como o ódio, o medo e a hostilidade por parte da sociedade e, sobretudo, dos agentes da repressão estatal.<sup>30</sup>

Assim, naquele contexto repressivo, o ódio e o medo operavam um trabalho permanente de conformação das subjetividades, levando tanto a repressão sistemática aos opositores do regime por parte dos agentes, quanto à passividade de parte da população ante a violência estatal.

Tendo em vista, de um lado, a repressão, e de outro, a produção do medo, nosso objetivo nessa dissertação é demonstrar como a autonomização da polícia política

---

<sup>28</sup> ANSART, Pierre. Ideologias políticas e alteridade. In: NAXARA, M. MARSON, I. e BREPOHL, M. (orgs). Figurações do Outro. Uberlândia: EdUFU, 2009, p. 125.

<sup>29</sup> HUGGINS, Martha Knisley; ZIMBARDO, Philip G.; HARITOS-FATOUROS, Mika. Operários da Violência - policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras. Brasília: UnB, 2006, p. 269.

<sup>30</sup> BREPOHL, M. “O amor na política: Martin Luther King e a recusa à alteridade” In: NAXARA, M. MARSON, I. e BREPOHL, M. (orgs). Figurações do Outro. Uberlândia: EdUFU, 2009, p. 176.

paranaense possibilitou aos seus agentes a execução de uma série de práticas repressivas controversas, e que acabaram contribuindo para o aumento do desgaste da imagem da comunidade de segurança junto a opinião pública.

Para a realização dessa pesquisa foram utilizados como fontes documentos oficiais produzidos pelos próprios repressores, periódicos – jornais e revistas – o já citado documentário filmico “Os onze de Curitiba, todos nós” realizado em 1995, bem como documentos das pré-escolas Oficina e Oca, textos produzidos por alguns de seus membros, inquéritos policiais que investigaram tanto as escolinhas quanto o sequestro de Juracilda Veiga, arquivos da DOPS-PR, relatório produzido por um agente da polícia política, além de fontes orais que resultaram de entrevistas com pessoas que tiveram algum tipo de participação nos acontecimentos estudados.

Parte considerável da pesquisa empírica apresentada nessa dissertação baseia-se em arrolamento de fontes do acervo da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social – atualmente sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. Julgamos importante salientar, quanto ao caráter desses documentos, tratar-se de um conjunto de registros produzidos e alocados com o objetivo de servirem de provas que de algum modo pudessem corroborar as acusações dirigidas aos opositores do sistema político vigente, visando incriminá-los e puni-los por suas atividades atentatórias à ordem política e social.

Uma de nossas principais fontes é o inquérito 38/78, instaurado em 17 de março de 1978, um dia antes da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, e que está arquivado no Superior Tribunal Militar, em Brasília.

A entrevista concedida pelo então delegado da Polícia Federal do Paraná em 1978, Roberto das Chagas Monteiro, responsável pelo inquérito 38/78, relacionado à Operação Pequeno Príncipe, permitiu-nos compreender melhor a lógica do policial, sua visão de mundo, valores, sentimentos e ressentimentos. Seu depoimento também nos forneceu recursos de análise que ampliaram nossas possibilidades de entender a nível institucional o funcionamento dos sistemas de segurança a partir de uma visão interna *a posteriori*<sup>31</sup>. É importante ressaltar que esse agente estatal teve participação destacada no acontecimento estudado já que foi um dos responsáveis pela sua logística, pela coleta

---

<sup>31</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral. RJ: FGV, 1994, p. 151.

dos depoimentos dos envolvidos e pela elaboração do inquérito referente ao caso das pré-escolas.

Outro agente entrevistado pertenceu às Forças Armadas e teve um papel destacado na repressão no Paraná. Sob a condição de mantermos seu nome sob sigilo, esse militar concordou em discorrer sobre alguns fatos relacionados ao quadro da repressão paranaense, sobretudo nos anos de 1970. Seu nome integra algumas listas de torturadores divulgadas nas últimas décadas e aparece no relatório divulgado pela Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014.

O uso da metodologia da História Oral por meio das entrevistas objetivando recolher as diferentes versões dos depoentes sobre o ocorrido e submetê-las ao crivo da operação historiográfica significa, conforme Portelli:

[...] reconhecer que as fontes orais muitas vezes podem revelar o que esteve por trás de determinadas ações, seu imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. Ainda que traga a marca, assim como outras fontes históricas, da imprecisão, as fontes orais produzem dados que, em certas situações, um documento escrito não possui<sup>32</sup>.

Os acontecimentos estudados nessa dissertação, como já afirmamos, alcançaram uma grande repercussão, uma vez que tiveram ampla cobertura, tanto de diários locais como a *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, *Diário do Paraná*, *Correio de Notícias* e *Folha de Londrina*; como também de grandes jornais de circulação nacional como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Jornais alternativos, como os semanários *O Movimento* e *Em Tempo* também repercutiram as prisões e outras ações repressivas clandestinas no estado. Além disso, as revistas *Veja* e *Isto É* também divulgaram algumas matérias sobre a Operação Pequeno Príncipe e o sequestro de Juracilda Veiga, sendo que a primeira publicou inclusive uma foto da professora e jornalista em uma de suas capas.

---

<sup>32</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103-130.



Figura 3 - Revista Veja: 29 de março de 1978.

A utilização dos periódicos permitiu não somente o alargamento do número de fontes, mas também a possibilidade de verificar e conhecer, entre outros aspectos, as transformações que abrangem as práticas culturais, os comportamentos sociais e as manifestações ideológicas de uma determinada época. Sobre a opção pelo uso desse tipo de fonte na pesquisa historiográfica, observa Luca

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas de análise que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa<sup>33</sup>.

Nossa opção metodológica pelo trabalho com diferentes tipos de fontes – escritas, orais e fílmicas – se justifica pela intenção de buscarmos uma melhor

<sup>33</sup> LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.

percepção de nosso objeto de estudo, adotando para tanto uma postura na qual, como afirma Portelli, a pesquisa com as fontes é vista como “uma colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo depois de reunidos”<sup>34</sup>. Esse posicionamento nos permitiu ainda valorizar e incorporar à nossa pesquisa registros que contemplam vozes díspares de atores que no contexto da ditadura civil militar atuaram tanto a serviço da repressão estatal como dela foram vítimas.

## 2.2 Um espectro ronda a sociedade curitibana

Durante a gestão do ditador Ernesto Geisel (1974-1979) a ditadura civil militar brasileira – instalada a partir do golpe de Estado desferido em 1964 por militares e setores civis nacionais e estrangeiros – operava um processo lento e pragmático<sup>35</sup> de descompressão do regime. Essa orientação política governista, popularizada como abertura ou distensão<sup>36</sup>, fora anunciada já no discurso de posse de Geisel, em 1974, como quarto general presidente do país.

Um dos expoentes do grupo de militares conhecido como moderados ou castelistas, Geisel iniciara em seu governo um processo gradativo de abrandamento da estrutura repressiva em vigor no país. Essa nova postura chocava-se com interesses diversos, encontrando resistências tanto no meio militar quanto no interior do aparelho estatal.

As divergências situavam-se no plano ideológico e também no campo dos interesses materiais. Muitos dos descontentes divergiam de toda e qualquer atividade voltada para a segurança interna que não estivesse revestida de uma postura altamente repressiva ante os opositores do governo. Contava ainda esse grupo de insatisfeitos, com aqueles que se opunham ao retorno da normalidade constitucional, não por questões de

---

<sup>34</sup> PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Rev. Projeto História. São Paulo. n.15. 1997, p. 16.

<sup>35</sup> Com Geisel a repressão tornou-se mais dissimulada e seletiva, tendo sido empregada, especialmente contra aqueles inimigos tidos como uma ameaça real a continuidade do regime militar. Seus alvos preferenciais foram os agrupamentos comunistas não militarizados, setores mais aguerridos do MDB e movimentos de trabalhadores urbanos e rurais.

<sup>36</sup> Na sua posse, em 15 de março de 1974, Geisel em seu discurso já trata do tema “distensão”, dizendo-se comprometido com a desmontagem dos aspectos mais duros da censura e da repressão e com a introdução paulatina e segura de mecanismos mais flexíveis e democráticos, inclusive no sistema eleitoral, mantendo, porém, instrumentos para que o regime pudesse recorrer à força quando se fizesse necessário. Esse discurso de posse é a síntese da estratégia do grupo de Geisel, cujo principal formulador é o General Golbery do Couto e Silva. Para ele a repressão contínua desmontaria o regime, ao passo que a flexibilização o legitimaria e institucionalizaria.

caráter ideológico, mas porque isso implicaria em mudanças na estrutura repressiva que levariam à perda de privilégios, de ganhos financeiros advindos do capital privado, status e outras benesses que lhes proporcionavam suas atividades nos aparelhos de segurança.

Segundo Matos e Swensson Jr., havia ainda o temor desses agentes quanto a possibilidade de virem a sofrer punições pelos crimes cometidos, uma vez que “já corriam listas de torturadores e assassinos de presos políticos elaboradas por entidades de defesa dos direitos humanos”.<sup>37</sup> Juntos, esses opositores formaram um coro dos descontentes que iria ainda fazer muito barulho e tentar impedir o embrionário projeto de abertura.

Essas cizânias no interior das Forças Armadas foram bastante discutidas pela historiografia<sup>38</sup> e, entre as várias interpretações sobre essas divisões internas, uma delas<sup>39</sup> passa pelo entendimento de que havia, com base principalmente em dissensões relacionadas ao caráter e a intensidade da repressão, dois principais grupos antagônicos: os moderados ou castelistas, que atuavam de uma forma mais branda e pautada na legalidade instaurada pelo regime e o segundo grupo – os linhas-duras – adepto de métodos coercitivos mais intensos e severos visando impedir qualquer forma de oposição.

Essa simplificação foi criticada pelo cientista político João Roberto Martins Filho e pelo historiador Carlos Fico, visto que esses autores apontam a existência uma pluralidade de posições e matizes que tornam esse quadro bem mais complexo<sup>40</sup>.

Compartilhamos desse posicionamento, chamando a atenção para o caso de Ernesto Geisel, um exemplo clássico da dificuldade de trabalharmos com essa categorização. Ao analisarmos a trajetória desse militar verificamos que a sua suposta moderação não tem apoio nos fatos, uma vez que Geisel, na condição de chefe do gabinete militar do governo Castelo Branco (1964-1967), compactuou com a prática de

---

<sup>37</sup> MATTOS, M. A. V. L. de; SWENSSON JR., W. C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 73-74.

<sup>38</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 23-25.

<sup>39</sup> Sobrevive ainda uma certa imagem da vida política intramilitar, articulada em torno da dicotomia duros/moderados. Essa imagem foi ingenuamente abraçada pela esmagadora maioria dos trabalhos acadêmicos, na esteira da análise sugerida por Alfred Stepan em 1971, em seu livro *Os militares na política*.

<sup>40</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. História*. 2004, vol.24, n.47, pp. 29-60. MARTINS Filho, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura. 1964-1969*. São Carlos, SP, Editora da UFSCar, 1996.

tortura já no início da ditadura.<sup>41</sup> Em diálogo travado em fevereiro de 1974, um mês antes de sua posse, entre Geisel e o seu futuro ministro do Exército, general Vicente de Paulo Dale Coutinho, o futuro presidente proferiu uma frase que demonstrava seu posicionamento diante dos assassinatos de opositores: "Esse negócio de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser".<sup>42</sup> Para Geisel, portanto, a tortura e os assassinatos, conforme a conjuntura exigisse, seriam necessários para assegurar a sobrevivência do regime. Além disso, nos primeiros anos de seu governo, Geisel prosseguiu com a política de extermínio implementada na fase mais violenta do regime ocorrida na gestão de seu antecessor, o general Médici. Foi ainda durante os anos Geisel que surgiu a categoria do *desaparecido político* cujos corpos as famílias até hoje não puderam enterrar.

Diante do exposto, optamos pela não utilização dessa categorização nesse trabalho, dada a dificuldade que tínhamos na tarefa de alocar dentro de dois grupos apenas – moderados e duros - a multiplicidade de agentes que compunham a comunidade de segurança paranaense. Não temos a pretensão de estabelecer uma tipologia dos diversos agentes ou grupos instalados no aparato repressivo local, mas apenas demarcar algumas diferenças no que tange a alguns dos agentes mais diretamente envolvidos com os acontecimentos aqui estudados. Lembrando que entre os indivíduos que compunham esse grande grupo haviam desde militares das três armas até uma diversidade de policiais oriundos das polícias Civil e Militar e Federal, todos eles possuindo características próprias em virtude de diferenças relacionadas às suas diferentes trajetórias pessoais, ao nível de instrução, grau de adesão ao regime, interesses materiais, expectativas quanto a carreira profissional, compromissos assumidos em relação ao cargo ocupado, etc. Para o propósito desse trabalho nos interessa sobretudo uma análise que leve em conta principalmente o grau de adesão de alguns dos agentes que se destacaram na repressão aos opositores do governo e que, portanto, não tinham interesse no desmonte da estrutura repressiva. Esse grupo que obviamente também não era homogêneo, apesar de suas diferentes motivações tinha em comum o interesse em inviabilizar o projeto de abertura proposto por Geisel.

---

<sup>41</sup> Na condição de Chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco foi incumbido em 1964, de apurar denúncias de maus tratos contra presos políticos nos estados de Pernambuco, Bahia, Guanabara, São Paulo e território de Fernando de Noronha. Após visitar aquelas instalações afirmou que os presos eram bem tratados dentro das possibilidades que esses locais ofereciam.

<sup>42</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 317.

Retomando nossa breve exposição sobre o contexto do governo Geisel, embora a retórica governista propagandeasse que o regime se distendia e avançava rumo à democratização do país, as perseguições e a eliminação física dos opositores continuaram a todo vapor. Conforme Mattos e Swensson Jr.:

Nos primeiros anos do governo Geisel, os organismos repressivos continuaram atuando com extrema violência, realizando prisões e assassinatos de opositores. Segundo dados da Anistia Internacional, em 1975, mais de 2 mil pessoas foram detidas no Brasil, das quais cerca de setecentas permaneceram presas. Também persistiram as denúncias do uso de torturas contra presos políticos, numa demonstração de que a liberação política não significava o fim das práticas discricionárias.<sup>43</sup>

Alguns exemplos mais emblemáticos desse cenário no plano nacional foram a eliminação e desaparecimento dos corpos dos últimos guerrilheiros do Araguaia; a chamada Chacina da Lapa, operação policial que fuzilou dirigentes do PC do B, no bairro da Lapa em São Paulo, em 1976; as mortes do policial militar José Ferreira de Almeida, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI do II Exército sediado na capital paulista; a invasão da Universidade Católica de São Paulo por uma tropa comandada pelo próprio Secretário de Segurança Pública; os atentados a bomba contra a OAB, ABI e CEBRAP em 1976; o sequestro de D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro; o chamado Massacre de Medianeira<sup>44</sup>, no Paraná, considerado um desdobramento da Operação Condor, que organizou a colaboração repressiva entre aparatos de segurança do Brasil e de outras ditaduras do Cone Sul,<sup>45</sup> e inúmeras outras ações repressivas que buscavam silenciar as vozes discordantes.

Um estudo mais aprofundado sobre os contornos da violência estatal nesse período nos permite verificar que, desde o ano de 1975, o sistema repressivo havia liquidado praticamente todas as formas de resistência militarizadas, cumprindo assim a tarefa para a qual havia sido criado, ou seja, destruir ou pelo menos neutralizar essas

---

<sup>43</sup> MATTOS, M. A. V. L. de; SWENSSON JR., W. C. Op. Cit. p. 69.

<sup>44</sup> Em 12 ou 13 de julho de 1974, cinco pessoas, das quais quatro brasileiros militantes da Vanguarda Revolucionária Popular (VPR) e um argentino, foram executadas e tiveram seus corpos ocultados em uma vala em local incerto, na floresta onde se localiza o Parque Nacional do Iguaçu, próximo à Estrada do Colono. Os nomes das vítimas são: Joel José de Carvalho, Daniel Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Ernesto Ruggia. Posteriormente, ainda em julho de 1974, foi morto em Foz de Iguaçu, Onofre Pinto, comandante da VPR, por decisão do Centro de Informações do Exército. RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” – CEV/PR – 2014. Ver ainda: PALMAR, Aluizio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

<sup>45</sup> BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 179.

organizações esquerdistas. Ultrapassada essa etapa, operou-se uma alteração no perfil dos perseguidos políticos, ou seja, a partir daquele momento era preciso eliminar parte da esquerda que optara pela via pacífica, representada sobretudo pelo PCB.<sup>46</sup>

A ira do regime contra esse partido acentuou-se já no primeiro ano de Geisel na presidência por sua participação na campanha vitoriosa do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, único partido de oposição legal no Brasil – nas eleições parlamentares ocorridas no final de 1974. Analisando esse resultado eleitoral que surpreendeu o governo, Joffily afirma que:

Confiante nos altos índices de crescimento econômico, o governo militar não esperava que o MDB, partido de oposição, pudesse ter uma votação expressiva. Apoiado na discussão de temas como a repressão, a injustiça social e o modelo econômico desigual, o partido recebeu muitos votos, saindo vitorioso nas eleições pelo aumento das cadeiras na Câmara dos Deputados, o controle de importantes assembleias estaduais e maioria no Senado. A "linha dura", pressentindo os possíveis efeitos de abertura política, centrou suas forças em investigar a "infiltração" do PCB no MDB.<sup>47</sup>

Como consequência da derrota governista aumentou a pressão da comunidade de segurança para que fosse intensificada a repressão ao PCB<sup>48</sup> e a todos os suspeitos de ligações com esse partido.

Como apontou o jornalista Audálio Dantas:

Já não havia, então, resquícios da luta armada que justificara, durante mais de quatro anos, uma feroz ação repressiva. Mas restava o PCB, “o perigo comunista”, apontado como capaz de levar o MDB a ganhar terreno no espaço criado pela abertura política.<sup>49</sup>

Nesse clima de ânimos exaltados, ainda em 1974, em reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, Geisel decidira por um recuo temporário, concordando com membros do governo que defendiam a necessidade de adoção de medidas preventivas contra a subversão que, segundo alguns interessados em agir contra o PCB, estaria avançando devido a ação desse partido clandestino.

---

<sup>46</sup> Essa grande ofensiva para destruir o PCB, inicialmente tendo o DOI-CODI/SP à frente, ficou conhecida como Operação Radar. Posteriormente, essa grande operação irradiou-se para outros estados do país e prolongou-se pelo governo Geisel e sua política de “distensão”. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Boitempo, 2008, p. 386.

<sup>47</sup> JOFFILY, Mariana. *Op. Cit.* p, 192.

<sup>48</sup> O início da repressão ao PCB pela ditadura se deu com o IPM 709 entre os anos de 1964 e 1966 e foi reiniciado entre 1973 e 1976 quando esse partido enfrentou sucessivas prisões, e centenas de cidadãos foram presos e torturados em todo o país. Conhecida como “Operação Radar”, esta ofensiva do Exército dizimou a direção do partido, finalizando um projeto de extinção ao PCB acalentado pelos militares.

<sup>49</sup> DANTAS, Eulálio. *As duas guerras de Vlado Herzog*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 71.

Autorizada a agir diretamente contra os comunistas do partidão, a comunidade repressiva, deu sequência então a chamada Operação Radar, ação que já vinha sendo preparada com o objetivo de executar uma caçada aos comunistas.<sup>50</sup> Essa operação, conforme Dantas, fora organizada em junho de 1974 e estava voltada para ações de maior alcance contra a subversão comunista. Tratava-se de uma grande ofensiva que alcançaria, a partir de janeiro de 1975, através de prisões, assassinatos e desaparecimentos, vários dirigentes e militantes do PCB.<sup>51</sup>

Em seu livro de memórias, o comunista Marco Antônio Tavares Coelho relata que durante os interrogatórios a que fora submetido quando de sua prisão no DOI-CODI em São Paulo, em 1975, conseguiu ler um documento interno preparado pelos analistas de informação e que era utilizado para orientar o trabalho dos interrogadores. Entre as recomendações ali contidas chamou a sua atenção uma que dizia que “de ordem da presidência da República deve ser feito minucioso interrogatório sobre as ligações do PCB com o MDB, principalmente em função das eleições de novembro [1974] passado”.<sup>52</sup>

Reportagem de Amaury Ribeiro Jr., Eugênio Viola e Tales Faria sobre a repressão ao PCB em São Paulo, assim relatou os bastidores da Operação Radar:

[...] Comandado pelo chefe do DOI (Destacamento de Operações Internas) de São Paulo, coronel Aldir dos Santos Maciel, o “doutor Silva”, um grupo ultra-secreto recebeu a missão de prender e executar os membros do Comitê Central do PCB, sem deixar pistas. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas, para facilitar a ocultação dos cadáveres. Os demais sobreviventes eram encaminhados pelo comando do II Exército aos delegados do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) José Francisco Setta e Alcides Singillo. Após serem torturados, nas dependências do órgão na rua Tutóia, em São Paulo, os militantes eram obrigados a prestar declarações de próprio punho sobre suas atividades. Dentro dessa estratégia se enquadraram os casos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Mas, brutalmente torturados, eles acabaram morrendo. Apelidada de “Operação Radar”, a caça resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos Estados, em operações que prenderam 679 pessoas.<sup>53</sup>

<sup>50</sup> DANTAS, Eulálio. Op. Cit. p. 78.

<sup>51</sup> DANTAS, Eulálio. Op. Cit. p. 95.

<sup>52</sup> COELHO, Marco Antônio Tavares. Herança de um sonho: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 399.

<sup>53</sup> RIBEIRO JR, Amaury; VIOLA, Eugenio; FARIA, Tales. “Traição e extermínio”, *IstoÉ*, São Paulo, 31/3/2004. <[http://www.istoe.com.br/reportagens/27963\\_TRAICAO+E+EXTERMINIO](http://www.istoe.com.br/reportagens/27963_TRAICAO+E+EXTERMINIO)> Data de acesso: 29 de março de 2015.

No estado do Paraná, em setembro de 1975, a presença dessa onda repressiva ao PCB<sup>54</sup> materializou-se através da chamada Operação Marumbi que prendeu dezenas de pessoas sob a acusação de participação na tentativa de reorganização do PCB paranaense deixando apreensiva parte da sociedade local em vista da abrangência da operação, da quantidade excessiva de detenções e das inúmeras denúncias de tortura envolvendo essa ação repressiva.

Alguns autores que se debruçaram sobre esse episódio da história da ditadura no Paraná<sup>55</sup> consideram que a Operação Marumbi, assim como a Operação Barriga Verde,<sup>56</sup> ocorrida em Santa Catarina, teriam um paralelo com a Operação Bandeirante, deflagrada em São Paulo em 1969. Ocorre que a OBAN, como ficou conhecida, não visava somente a repressão ao PCB, tratou-se de um projeto piloto de integração dos órgãos de polícia e das Forças Armadas visando promover uma maior eficácia no combate, sobretudo, às organizações opositoras militarizadas e que acabou se constituindo em um embrião do que seriam depois os DOI-CODIs. Além disso, quando nos referimos a OBAN o mais adequado é tratá-la como um órgão, em função das

---

<sup>54</sup> A perseguição ao PCB no Paraná pela ditadura civil militar já tinha seus antecedentes. Conforme Brunelo, em 1967, uma ação de um grupo de oficiais do Exército, liderados pelo coronel Ferdinando de Carvalho e sob as ordens do general Clóvis Bandeira Brasil, desarticulou o Comitê Central do PCB no estado do Paraná. Tudo começou no dia 05 de setembro de 1967, quando o major Índio do Brasil Lemes constatou no depósito de mercadorias da Empresa Transportadora Seta Oriental, na Rua Silveira Peixoto no 215, em Curitiba, a existência de caixas despachadas de São Paulo com material impresso subversivo, documentos de circulação interna entre os militantes do PC, exemplares da Voz Operária e outros panfletos. A pessoa que apresentou-se para retirar o material da firma transportadora foi detido e identificado como Aparecido Moralejo que usava um pseudônimo de Pancho. Seus depoimentos permitiram a identificação de outros militantes do partido. Toda essa ação da polícia, teria consumido 40 dias de investigação e resultara na instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) em dezembro de 1967, envolvendo 27 pessoas, sendo que desse montante 11 pessoas foram condenadas de 1 a 4 anos de reclusão e 16 foram absolvidas.

BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, Jan/2009. <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/>>. Data de acesso: 04 de junho de 2014.

<sup>55</sup> HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Curitiba: SCEP, 1988; BRUNELO, L. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terra das araucárias*. Maringá: EDUEM, 2009; CALCIOLARI, Sílvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná. 2006.

<sup>56</sup> Segundo Sílvia Calciolari, em 1975 a 5ª RM arquitetou e conduziu duas das mais arrojadas operações para os padrões locais. O objetivo era mobilizar o maior número de agentes para acabar com a organização do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (Operação Marumbi) e Santa Catarina (Operação Barriga Verde). Estas duas operações resultaram no Processo 745/95, com mais de cinco mil páginas, que indiciou 64 militantes por tentarem reorganizar o PCB. Destes 47 foram absolvidos e 17 condenados com base no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional. As penas foram cumpridas pelos paranaenses na Prisão Provisória de Curitiba (Ahu) e pelos catarinenses na Penitenciária Agrícola do Estado em Florianópolis. CALCIOLARI, Sílvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná. 2006.

características e da estrutura que essa organização assumiu durante sua existência, e não a algo que remeta a uma configuração momentânea, como uma ação repressiva de grandes proporções.

Desse modo, julgamos mais apropriado considerarmos as operações Marumbi e Barriga Verde como desdobramentos da Operação Radar que acabou irradiando-se para outros estados da federação<sup>57</sup>, configurando-se como uma grande ação repressiva contra o PCB de abrangência nacional, cujo fôlego se tornou ainda maior a partir da já mencionada derrota do governo nas eleições parlamentares de 1974.

Ainda no Paraná, durante o biênio 1977-1978, a continuidade da repressão fazia com que o clima de medo se intensificasse, sobretudo, entre aqueles que ainda desenvolviam quaisquer atividades que pudessem levantar a mínima suspeita das autoridades policiais, ou ainda, e até melhor, pudessem servir de mote para a cantilena acusatória dos aparelhos repressivos que visava manter a sociedade apavorada ante a decantada iminência de uma revolução comunista em curso.

No plano nacional, mas respingando no Paraná, outra ocorrência açulou ainda mais a sanha persecutória do sistema repressivo. Conforme já mencionamos, em novembro de 1977, um mês após sua demissão do Ministério da Guerra<sup>58</sup>, o nome do general Sylvio Frota, voltou à cena política através da publicação pelo jornal O Estado de S. Paulo<sup>59</sup> de uma lista que nomeava 97 “subversivos” supostamente infiltrados nos governos estaduais e federal. Esse documento, que acabou se popularizando como a “lista do Frota”, resultou na demissão de várias pessoas citadas, seis delas ligadas à pré-escola Oficina, sendo que quatro seriam presas no ano seguinte na Operação Pequeno Príncipe.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> No depoimento prestado a CNV e publicado no relatório final dessa comissão em dezembro de 2014, o ex-agente do DOI do II Exército, Marival Chaves Dias do Canto, confirmou nossa hipótese, ao afirmar que no âmbito da chamada Operação Radar, retomada no final de 1973 pelo DOI de São Paulo, e em colaboração com outros DOIs e com o CIE, foram desencadeadas prisões e perseguições por todo o Brasil, em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, sendo que nesses dois últimos, as operações foram batizadas de Marumbi e Barriga Verde. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Vol. 1. Dezembro de 2014, p. 643.

<sup>58</sup> O general Sylvio Frota foi ministro do Exército e um dos artifices da chamada “linha dura” das Forças Armadas no final da década de 1970, Foi demitido quando articulava sua candidatura à sucessão do presidente Ernesto Geisel.

<sup>59</sup> O Estado de S. Paulo. Documento aponta 97 funcionários acusados de subversão. São Paulo: 24 de novembro de 1977, p. 22-23.

<sup>60</sup> Paulo Sá Brito, Bernadete Zanetti Sá Brito, Suely Atem, Reinoldo Atem foram detidos. Cláudio Ribeiro e sua esposa Carmem Ribeiro (que era diretora da escola Oficina na época), mesmo sendo “fichados” pelos órgãos repressivos e tendo sido citados na lista do Frota não foram detidos na Operação Pequeno Príncipe.

Apesar disso, a pressão da sociedade forçava o regime a se descomprimir, ainda que lentamente. A possibilidade de questionar o governo incentivou a retomada da participação popular por meio de iniciativas como a luta pela anistia, contra a alta do custo de vida e a violação dos direitos humanos, sobretudo, em relação à prática institucionalizada de tortura. Esse novo quadro de possibilidades deixava claro que as ações armadas já não eram a única opção de luta capaz de produzir mudanças futuras no controle do Estado.

No início de 1978, o governo ditatorial aprofundava a sua maneira o processo de abertura - lembramos que a extinção do AI-5 ocorreria ainda esse ano. Desde 1976, o poder central vinha tomando medidas que visavam conter os excessos do aparelho repressivo, como no caso da demissão do general Ednardo D'Avilla, após as mortes ocorridas no DOI-CODI de São Paulo.

Naquele novo contexto de descompressão do regime a autonomia concedida a comunidade de segurança, sobretudo a partir de 1969, tornara-se um problema de difícil solução. Os métodos e práticas que no passado recente haviam sido de extrema utilidade, por corresponderem às necessidades específicas da repressão naquele momento, haviam perdido sua funcionalidade. Em síntese, quando o terror deixou de interessar aos controladores do Estado afigurou-se uma questão: o que fazer com seus perpetradores?

A liberalização do regime colocava em risco a sobrevivência do aparato repressivo. Nesse contexto, uma das formas encontradas por esses agentes que lutavam pela preservação de seus cargos e privilégios foi a sabotagem ao processo de abrandamento do regime. Para tanto, era necessário forjar um estado de guerra permanente, que tornaria legítima a manutenção da repressão e, por conseguinte, a existência dos opressores e da máquina repressiva.

Uma das alternativas encontradas por esses agentes foi operar por meio de práticas repressivas clandestinas – sequestros – sob a capa de grupos paramilitares anticomunistas, como forma de contornar as dificuldades decorrentes da diminuição do nível de apoio que as instâncias superiores lhes devotavam anteriormente. Conforme Matos e Swensson Jr.:

Como meio de prosseguir sua atuação autônoma e violenta, os agentes de segurança interna passaram a se reunir a novos e antigos grupos terroristas de direita, como o CCC, a Falange Pátria Nova e o Braço Clandestino da

Repressão. Esses grupos empreenderam uma intensa campanha contra as autoridades do governo federal identificadas com a política de distensão<sup>61</sup>.

Atestavam esse revigoramento dos grupos clandestinos anticomunistas no estado as inúmeras cartas ameaçadoras enviadas aos opositores do regime, nas quais o CCC do Paraná informava que havia “se reorganizado no dia 28 de setembro de 1977, em vista ‘da nova onda de subversão que toma conta do país’ e prometia um ‘combate sem tréguas à cambada de comunistas’”<sup>62</sup>.

Em meio a esse cenário complexo em que se amalgamavam por um lado, fatores como o abrandamento da censura à imprensa e a intensificação da oposição ao governo; e por outro, a continuidade da repressão aos opositores do regime e as disputas intestinas no interior do governo e das Forças Armadas, no dia 18 de março de 1978, no Paraná, onze pessoas<sup>63</sup> foram detidas pela polícia política. Dez delas foram presas em Curitiba e uma em Maringá<sup>64</sup> - cidade do norte do estado - e todas conduzidas à superintendência da Polícia Federal na capital paranaense. No final da tarde, a PF divulgou uma nota, repercutida pela imprensa local e pelos principais jornais do país, informando que:

#### ESCOLAS IRREGULARES COMPROMETEM A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS

Chegou ao conhecimento da Polícia Federal que membros das organizações auto-intituladas “Associação de Estudos Educacionais (AED-OFICINA)” e “Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais (CEPAED-OCA)”, situadas em Curitiba, vêm desenvolvendo atividades contrárias à Segurança Nacional. As duas entidades são responsáveis pelo funcionamento de duas escolas primárias, nas quais as crianças são doutrinadas dentro de princípios marxistas, desenvolvendo-se-lhes uma visão materialista e dialética do mundo, na pretensão de realizar “transformações sociais”, inculcando nas crianças a negação de valores como a RELIGIÃO, a FAMÍLIA e a TRADIÇÃO HISTÓRICA. Serviam as escolas, também, para reuniões e encontros de pessoas ligadas às organizações subversivas. Os principais responsáveis pelo funcionamento dos estabelecimentos encontram-se, no interesse das investigações policiais, presos conforme faculta a Lei de Segurança Nacional. As prisões foram comunicadas ao Exmo. Sr. Juiz Auditor da 5ª Circunscrição Judiciária Militar.<sup>65</sup>

Horas depois, ainda no dia das prisões, na Cúria Metropolitana de Curitiba, sob a liderança da Comissão de Justiça e Paz, organização ligada à Igreja Católica,

<sup>61</sup> MATTOS, Marco A. V.; SWENSSON JR., Walter C. Op. Cit. p. 75.

<sup>62</sup> Tribuna do Paraná. Libertados os últimos presos políticos ontem. Curitiba: 27 de março de 1978, p. 5.

<sup>63</sup> Bernadete Sá Brito, Paulo Sá Brito, Walmor Marcelino, Edésio Passos, Lígia Cardieri Mendonça, Sílvia Pires Mendonça, Suely Atem, Reinoldo Atem, Léo Kessel, Luiz Manfredini e Ana Ribeiro Lange.

<sup>64</sup> Paulo Sá Brito.

<sup>65</sup> Folha de S. Paulo. Polícia Federal prende pelo menos 13 no Paraná. São Paulo: 19 de março de 1978.

reuniram-se inúmeras pessoas e diversas entidades da sociedade civil<sup>66</sup>, com o objetivo de organizarem ações de protesto e repúdio não só em relação às prisões ligadas as pré-escolas Oficina e Oca, como também ao sequestro da professora e jornalista Juracilda Veiga, ocorrido no dia anterior.

Ao deixar a escola onde lecionava – Escola Estadual Cônego Camargo – junto com mais de vinte alunos e a caminho de casa, a professora e estudante de Jornalismo Juracilda Veiga foi sequestrada por três indivíduos que a obrigaram a entrar em um automóvel Veraneio com placa fria de São Paulo.

Como o objetivo desse trabalho é investigar a forma de atuação dos organismos repressivos na Operação Pequeno Príncipe, julgamos necessário analisar também o referido sequestro. A análise das fontes coligidas por nossa pesquisa estabelece pelo menos duas vinculações entre esses dois acontecimentos: a primeira ligação, que aparece em todos os depoimentos fornecidos por Juracilda (DOPS, CJP e entrevista recente ao autor), se configura quando ela relata que durante os interrogatórios, os sequestradores queriam informações sobre as pré-escolas e alguns dos detidos. Os métodos utilizados para isso foram as ameaças e torturas.<sup>67</sup> Obviamente, um dos objetivos dos idealizadores do sequestro era obter novos elementos que pudessem reforçar as acusações de subversão atribuídas aos detidos e as pré-escolas.

A outra vinculação entre as prisões e o sequestro ocorreu por conta do papel desempenhado pela Comissão de Justiça e Paz na luta pela libertação de Juracilda e dos presos da Operação Pequeno Príncipe. Provavelmente, o envolvimento de Juracilda Veiga com o movimento católico tenha sido determinante para que essa instituição se posicionasse frontalmente contra as inúmeras ações repressivas violentas, marcadas por uma série de ilegalidades recorrentes naquele período na capital paranaense e, cujas

---

<sup>66</sup> Comissão Regional de Justiça e Paz; Centro de Avaliações e Pesquisas Educacionais – CEPAED; Movimento Feminino pela Anistia; Associação de Estudos Educacionais – *AED/Oficina*; Diretório Regional do MDB; Associação de professores do Paraná; Sindicato dos Jornalistas do Paraná; Associação de Escolas Católicas; CNBB – Regional Sul-2; Associação de Pais e Alunos da Escola Cônego Camargo; Sociedade Paranaense de Sociólogos; Associação de Estudos Sociais (UFP); diretório Acadêmico Rocha Pombo – UFP; Diretório Acadêmico Anísio Teixeira – UFP; Diretório Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas – UFP; Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) – UFP; Centro de Estudos de Geologia – UFP; Núcleo de Comunicação Social da Católica; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba; Colégio Medianeira; Colégio Nossa Sra de Lourdes; Colégio Nossa Sra da Esperança; Setor Jovem do Diretório Nacional do MDB; Colégio Madalena Sofia; Colégio Nossa Sra das Mercês; Colégio Cônego Camargo; Colégio divina Providência; Colégio Nossa Sra do Rosário; Colégio Sagrado Coração de Jesus; Colégio São José; Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus; Colégio Madre Anatólia; Escola Técnica de Enfermagem Catarina Laboré; Instituto Imaculado Coração de Maria; Instituto São José de Abranches.

<sup>67</sup> As ameaças iam desde jogá-la no mar, violenta-la e até de soltá-la em um prostíbulo. *Jornal do Brasil*. Jornalista sequestrada acusa CCC. Rio de Janeiro, 26 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 9.

suspeitas pairavam sobre os órgãos de segurança oficiais e grupos clandestinos paramilitares como o *Comando de Caça aos Comunistas*.

A análise desses acontecimentos nos trouxe indícios que apontam para uma articulação entre as duas ações, como parte de um *modus operandi* da polícia política, que visava atingir mais rápida e eficazmente duas finalidades importantes para a comunidade de segurança: a primeira, era interditar as pré-escolas e alguns antigos opositoristas do regime<sup>68</sup>, e a segunda, era intensificar o clima de medo que já havia se instalado no estado desde o ano anterior. Assim, a maneira mais fácil que a repressão encontrou para alcançar esses objetivos foi operar em duas mãos: uma delas “oficialmente” observando os tramites jurídicos, como atestava a nota da PF, informando que os presos “encontra[va]m-se, no interesse das investigações policiais, presos conforme faculta a Lei de Segurança Nacional”; e que “as prisões foram comunicadas ao Exmo. Sr. Juiz Auditor da 5ª Circunscrição Judiciária Militar”<sup>69</sup>.

No outro extremo, os órgãos repressivos operavam na clandestinidade, através da participação de agentes em organizações paramilitares e anticomunistas, ou mesmo em ações das quais não assumiam a autoria. Na época, a imprensa repercutiu a opinião de alguns de que o sequestro de Juracilda era obra do CCC.<sup>70</sup> No entanto, como mencionamos, já pairavam suspeitas sobre o envolvimento da polícia política. Um jornalista da revista *Veja* que publicou essa informação na época, teve que dar explicações na DOPS paranaense.<sup>71</sup>

No âmbito daquele novo quadro marcado pela perda de apoio irrestrito do poder central, os métodos tidos como legais passaram a ser considerados insuficientes pelos órgãos de segurança, o que os induziu a operar mesclando ações consideradas legais e clandestinas. Destacaremos a seguir alguns episódios nos quais aparecem indícios da participação da DOPS-PR e do DOI-CODI, no sequestro de Juracilda Veiga e em outras ações clandestinas ocorridas naquele período.

---

<sup>68</sup> Com exceção de Ana Maria Ribeiro Lange, todos os outros detidos tinham ficha na DOPS.

<sup>69</sup> Folha de S. Paulo. Polícia Federal prende pelo menos 13 no Paraná. São Paulo: 19 de março de 1978, p. 10.

<sup>70</sup> O Estado do Paraná. Polícia promete rigor ao Comando de Caça. Curitiba, 23 de março de 1978, p.12.

<sup>71</sup> Revista *Veja*. IPM em Curitiba. 12 de abril de 1978. Edição 501, p. 34-35.

### **2.2.1 *As ações clandestinas da DOPS e do DOI/CODI paranaense***

Em outubro de 1977, o estudante Carlos Augusto Soares de Oliveira, foi sequestrado em circunstâncias semelhantes às de Juracilda. Em depoimento prestado à DOPS alguns meses depois do ocorrido, por ocasião do inquérito instaurado para apurar o sequestro da professora, ele fez o seguinte relato

[...] que em data de 17 de outubro [de 1977] aproximadamente às 15:00 horas, na esquina das avenidas Bispo Dom José com Silva Jardim, quando se dirigia a um ponto de lotação ali existente, foi alcançado por uma veraneio, cor azul escuro, ocupada por quatro elementos [...] Que preso, sob miras de armas, foi colocado no interior da viatura, encapuzado, sendo que a mesma percorreu diversas vias desta capital, que ao termino desse percurso foi retirado da viatura e colocado em uma cela, identifica a utilizada em Delegacia de Polícia [...] que após interrogatórios, foi liberado dia 19 de outubro na cidade de Paranaguá; Que entre os interrogadores pode reconhecer um dos mesmos, sendo que já o interrogara anteriormente nesta delegacia, com o nome de Dr. SÉRGIO [...] Que nenhuma medida foi tomada pela autoridade competente no sentido de investigar o delito de que foi vítima; Que também não registrou queixa alguma junto à Delegacia de Vigilância e Capturas; Que no sequestro foi despojado de diversos pertences seus, entre os quais [uma] Carteira de Sócio da Cinemateca Guido Viaro [que] não mais reaveu.<sup>72</sup>

Chama a atenção nesse depoimento a afirmação de Carlos Oliveira de que havia reconhecido um de seus sequestradores como um agente da DOPS de nome

---

<sup>72</sup> DEAP. Pasta: DOPS Inquéritos (1969, 1976 à 1979). Depoimento de Carlos Augusto Soares de Oliveira à DOPS.

Sérgio. No entanto, não houve nenhuma preocupação das autoridades em apurar esses fatos.

Outra situação que envolve a DOPS com os sequestros ocorreu quando ao abrir uma correspondência recebida no início de 1978, remetida pelo CCC, Juracilda encontrou dentro do envelope, além da missiva ameaçadora, uma carteirinha da Cinemateca Guido Viaro. Era a carteirinha de Carlos Oliveira que, conforme seu depoimento, ficara em poder da DOPS.

Possivelmente, o objetivo do “CCC/DOPS”, ao enviar a carteirinha era aterrorizar ainda mais a estudante de jornalismo. Juracilda sabia do sequestro de Carlos, mas conforme declarou em entrevista, não deu muita importância:

[...] no mês de novembro de 1977, um rapaz do movimento estudantil [...] se chamava Carlão [Carlos Augusto Soares de Oliveira] de um grupo chamado de Liberdade e Luta, Libelu [...] disse que tinha sido sequestrado e que tinham levado ele para uma construção, que levou choques elétricos e apanhou. A gente não deu o menor crédito para ele. Eu acredito que foi verdade, mas ele não teve nenhum crédito porque o pessoal da Liberdade e Luta achava que era uma condecoração ser preso pela polícia. Pelo tipo de postura deles, a gente achava que eles inventavam. Eu, pessoalmente achava. Então ele contou tudo isso e a gente não deu importância, ninguém deu atenção ao que ele estava dizendo.<sup>73</sup>

Um outro fato ocorrido nesse período, que serviu como um segundo alerta de que seu rapto era iminente, foi narrado por Juracilda também à DOPS, estabelecendo um novo elo entre essa delegacia e seu sequestro. O episódio envolveu uma professora da pré-escola *Oficina*. Segundo Juracilda

[...] em conversa com Raquel Soares [...] professora da Escola AED/Oficina [...] foi informada pela mesma que a professora Maria Auxiliadora Schimit confidenciara [...] em caráter sigiloso, que o marido [...] Walter Schimit [...] soubera através de um Agente da DOPS, que a declarante [Juracilda] seria sequestrada [...] Que Raquel Soares a avisou mais em caráter de deixar a declarante “em alerta.”<sup>74</sup>

Portanto, Juracilda já sabia que corria perigo e também de onde vinham as ameaças. Nesse caso, já não se tratava mais de uma carta do CCC, mas de um aviso de alguém que soube por intermédio de um agente da DOPS que seu sequestro estava sendo planejado.

Vejamos outro caso. No dia 31 de janeiro de 1978, o jornal Diário do Paraná divulgou a seguinte notícia

#### **PROFESSOR VAI A DOPS E DESAPARECE**

<sup>73</sup> Entrevista com Juracilda Veiga, 2013.

<sup>74</sup> DEAP. Pasta: DOPS Inquiridos (1969, 1976 à 1979).

Não foi localizado o professor universitário Paulo Antônio de Oliveira Gomes, 29 anos, residente em Apucarana há um ano, que desapareceu no interior da Dops em Curitiba, sexta feira [27/01] quando tirava seu atestado de antecedentes ideológicos. A informação é de sua esposa, sra Maria Regina Gomes, que concedeu uma entrevista coletiva na presença de seu advogado, sr. Luiz Salvador. Ele é professor da Faculdade de Ciências Contábeis de Apucarana, e estava preparando sua documentação para ser contratado pela Universidade Estadual de Londrina, a convite do reitor Oscar Alves, segundo a Agência JB<sup>75</sup>.

No dia primeiro de fevereiro Paulo Gomes foi libertado. Segundo a reportagem do jornal Diário do Paraná

O professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes, desaparecido desde sexta-feira, foi libertado às 16h30min de ontem e, em entrevista coletiva à imprensa, revelou que foi sequestrado no prédio da DOPS, algemado e encapuzado, e, depois, levado para local ignorado, onde foi submetido a torturas, inclusive o pau-de-arara. O drama do professor começou no próprio prédio da DOPS, onde foi buscar um atestado de antecedentes ideológicos [...] “Quando solicitei o documento no protocolo [...] me levaram para o segundo andar do edifício e, sem qualquer explicação me algemaram e encapuzaram” - disse. Dali, o professor Paulo Antônio foi encaminhado para local ignorado, onde, pessoas que não se identificaram queriam que confessasse pretensos envolvimento subversivos. Como ele nada dissesse, foi novamente interrogado, submetido a choques nas mãos e depois ao processo de tapas por “telefones” no ouvido. As torturas continuaram, depois, com o pau-de-arara. Foi solicitado exame de lesões para provar as sevícias, mas o professor ainda está sem o seu atestado ideológico<sup>76</sup>.

Note-se que o desaparecimento do professor Paulo Gomes dentro da DOPS ocorreu no dia 27 de janeiro. Em nova pesquisa nos arquivos da DOPS, localizamos a pasta nominal pertencente ao DOI-CODI paranaense. Nela encontramos o prontuário de nº 890, com timbre do comando da 5ª Região Militar em nome de Paulo Antônio de Oliveira Gomes.

No histórico do prontuário constam as seguintes anotações datadas de 03 de fevereiro de 1978:

O nominado foi detido no dia 27 jan 78 e recolhido a este destacamento onde prestou declarações, de cujo resumo, extraiu-se o seguinte: é elemento pertencente ao PCB/RJ tendo sido aliciado por Airton Albuquerque Queiroz, em julho/74, sendo estruturado na OB/PCB/PROFESSORES/UFF. Em meados de 1976, refugiou-se em Maringá/PR e posteriormente seguiu para Apucarana/PR onde foi contratado pela Faculdade local. No estado do Paraná não manteve contatos com o PCB, visando não levantar suspeitas aos Órgãos de Segurança. O nominado, em declarações prestadas a *um interrogador do DOI/Ex*, nos dias 31 de jan e 1º fev/78, nas dependências deste destacamento,

<sup>75</sup> Diário do Paraná. Professor vai a Dops e desaparece. Curitiba, 31 de janeiro de 1978.

<sup>76</sup> Diário do Paraná. Professor livre: “Fui torturado no pau-de-arara”. Curitiba, 2 de fevereiro de 1978.

confirmou sua filiação ao PCB/RJ em março de 1970, aliciado por Armando Marques Porto.<sup>77</sup>

Essa fonte nos permite algumas conclusões: a data do desaparecimento de Paulo Gomes e da prisão pelo DOI-CODI coincidem. De acordo com as datas do interrogatório realizado pelo agente do I Exército, ele ficou em poder desse órgão militar até o dia primeiro de fevereiro. Foi nesse dia no período da tarde que ocorreu sua libertação. Com base nesses apontamentos não seria precipitado concluir que o DOI-CODI teve participação em seu sequestro.

Porém, como naquele momento de vigência do regime ditatorial era impossível se ter acesso a esses documentos, uma reportagem publicada pela revista *Isto É*, de dezembro de 1978, portanto, dez meses depois do ocorrido, levantava suspeitas sobre o envolvimento da comunidade de segurança:

o professor Antônio de Oliveira Gomes [...] desapareceu em fevereiro, durante viagem a Curitiba. O próprio secretário da Segurança Pública, general Alcindo Pereira, atribuiu o sequestro de Oliveira Gomes a “elementos estranhos e não-identificados” que agiram – acreditem – nas próprias dependências do DOPS, onde o professor fora buscar um atestado de antecedentes. Quatro meses depois, o general retificou a informação e passou a atribuir o sequestro a elementos da 5ª Região Militar. O comandante dessa unidade, general Ruy de Paula Couto, entretanto, desmentiu o secretário de Segurança e jogou a bola para fora das fronteiras paranaenses: o sequestro, segundo Paula Couto, teria sido praticado por “órgãos de segurança de outra área”.<sup>78</sup>

Esses episódios revelam que já havia um descontrole em relação a essas ações clandestinas que vinham se proliferando. Isso fica evidente ante o descompasso entre os órgãos de segurança, e entre os comandos, sobretudo no imbróglio em que o general Alcindo atribui a autoria daquele ilícito ao DOI-CODI da 5ª Região Militar, enquanto o comandante dessa unidade, por sua vez, desmente esse Secretário de Segurança, e culpa “órgãos de segurança de outra área”.

A análise dos apontamentos contidos no prontuário do DOI-CODI, porém, indica que houve realmente a participação de elementos do DOI-CODI do Rio de Janeiro, já que contam nas anotações que Paulo Gomes prestou declarações a “um interrogador do DOI/I Ex.”, cuja sede fica no estado citado. Esse fato, no entanto, não exclui a participação do DOI-CODI paranaense, pois ao que tudo indica, tratou-se de uma ação conjunta.

<sup>77</sup> DEAP. Acervo DOPS. Pasta: DOI-Departamento de Operações Internas.

<sup>78</sup> Revista *Isto É*. Os votos do CCC: um péssimo Natal. 20 de dezembro de 1978.

Outro importante documento sob a guarda do Arquivo Público do Paraná – Acervo DOPS - traz a transcrição do interrogatório a que Juracilda Veiga foi submetida pelos sequestradores em 1978<sup>79</sup>. A certeza da impunidade e a necessidade de manter um intenso intercâmbio de informações - considerado vital para a ação integrada dos órgãos de segurança, e o conseqüente sucesso no combate ao inimigo - talvez expliquem porque um documento produzido através de uma ação clandestina – sequestro - tenha sido incorporado pela DOPS ao seu banco de dados.

A necessidade de uma sintonia efetiva nas ações repressivas desenvolvidas pela DOPS e o DOI-CODI<sup>80</sup>, fez com que esse esmero no que tange ao arquivamento de informações se tornasse uma prática recorrente dos responsáveis pelo armazenamento de dados desses dois organismos. Em relação ao DOI-CODI, isso ficou claro no caso relatado anteriormente envolvendo o sequestro do professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes, cuja autoria por esse organismo repressivo foi negada pelo comando da 5ª Região Militar. No entanto, conforme averiguamos, seu interrogatório ou “Termo de Primeiras Declarações” foi devidamente incorporado aos arquivos do DOI-CODI. A manutenção dessa prática em um momento de descompressão do regime, com a imprensa levantando cada vez mais suspeitas sobre a participação da comunidade de segurança em ilícitos dessa natureza<sup>81</sup>, talvez indique uma certa crença da comunidade de segurança de que os opositores jamais teriam acesso a esses arquivos, mesmo com a redemocratização do país. Duas hipóteses podem ser levantadas em relação a essa despreocupação dos agentes: a primeira seria de que suas ações terroristas conseguiram retardar durante muito tempo ainda a devolução do poder aos civis; e a outra, a de que, em última instância, esse material deveria ser totalmente destruído.

Sobre esse tipo de documento – registro de interrogatório - cuja origem remonta a OBAN e ao DOI-CODI paulista, a historiadora Mariana Joffily explica que:

Os “resumos de declarações” ou das “primeiras declarações” como a transcrição do interrogatório preliminar era denominada, [...] dificilmente aparecem nos autos dos inquéritos enviados à Justiça Militar. Os

---

<sup>79</sup> DEAP. Pasta: Juracilda Veiga. N°2266. Período: 1978,1980

<sup>80</sup> "Seguindo o padrão de outros DOI-CODI, o órgão no Paraná atuava com a colaboração do DOPS/PR e da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SSP/PR), que envolvia operações conjuntas, fornecimento de documentação falsa e uso de dependências policiais para interrogatório". Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo. Tomo I. Capítulo 3. Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988, p. 157.

<sup>81</sup> Folha de S. Paulo. “PF instaura inquérito”. São Paulo: 21 de março de 1978, Primeiro caderno, p. 8.

interrogatórios preliminares constituem, portanto, o testemunho do funcionamento de uma engrenagem em que os procedimentos eram clandestinos e os produtos destituídos de valor jurídico. A função pouco protocolar desses documentos, remete, por um lado, à função extraoficial que desempenhavam: uma folha de papel sem referências explícitas ao órgão, sem sinais indicando sua procedência e na qual o único formalismo mais evidente devia-se ao cabeçalho, no qual constavam sempre algumas informações básicas – nome verdadeiro e falso (s) do depoente, código da equipe de interrogatório preliminar, data e hora da sessão, filiação, endereço e local da captura do depoente [...].<sup>82</sup>

A análise desse documento produzido pelos sequestradores de Juracilda Veiga identificou diversas semelhanças com a versão paulista: trata-se de um registro padronizado de interrogatório contendo oito folhas, sendo que as duas primeiras possuem campos a serem preenchidos com informações sobre o interrogado. Nesse “cabeçalho” constam todos os tópicos apontados por Joffily, como nome e codinome do depoente, código da equipe de interrogatório<sup>83</sup>, data e horário da sessão, filiação, endereço e local da captura. As folhas não apresentam timbre de nenhum organismo de segurança, porém, o texto datilografado está permeado de elementos do jargão policial e possui um tipo de formação discursiva típica dos órgãos repressivos oficiais. As folhas 6 e 7 trazem ainda um carimbo de “confidencial”, aliás, o mesmo encontrado em documentos secretos produzidos pelo DOI-CODI.

Ao compararmos as folhas 1 e 2 desse registro de interrogatório clandestino com outro documento da mesma natureza<sup>84</sup>, porém, produzido pelo DOI-CODI em uma ação oficial, e que se refere as declarações prestadas pelo estudante Edyr Jaccoud D’Azeredo Filho, preso pelo Exército em frente à casa do comandante da 5ª Região Militar em Curitiba, em 11 de setembro de 1977, por “estar rondando a propriedade e tentado tirar fotografias do local”, reforça-se a hipótese de que esse organismo tenha participação no sequestro de Juracilda Veiga. A similaridade observada entre os dois documentos que registram os interrogatórios preliminares – o primeiro resultante de uma ação clandestina e o outro de caráter oficial – nos permite concluir tratar-se de material padronizado e amplamente utilizado pelo DOI-CODI paranaense.

---

<sup>82</sup> JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, 110.

<sup>83</sup> O sistema DOI-CODI agrupou e utilizou a denominação “A”, “B” e “C” para suas equipes, que contavam com uma média de três a cinco membros armados e que tinham a sua disposição diversos equipamentos como rádio para comunicação e utilizavam uma C-14 para transportar suas vítimas. Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Tomo I. Parte 1: Estruturas e Sistemas da Repressão, p. 14.

<sup>84</sup> DEAP. Pasta: DOI-Departamento de Operações Internas.

Tratando ainda da participação da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná em atividades clandestinas, outro elemento que reforça sua ligação com o sequestro do estudante Carlos Oliveira surgiu quando decidimos conferir no acervo DOPS se os responsáveis pelo arquivamento de dados dessa delegacia não teriam repetido o procedimento utilizado no caso de Juracilda de conservar o registro do interrogatório resultante daquela ação ilícita. Antes de prosseguirmos a narrativa dessa passagem da pesquisa, é importante enfatizarmos que Carlos esteve em poder dos sequestradores entre os dias 17 e 19 de outubro de 1977.

O acesso a ficha nominal de Carlos Oliveira, que era membro de um dos diretórios acadêmicos da UFPR, arquivada no acervo DOPS-PR, permitiu identificar um registro datado do dia 3 de novembro de 1977, no qual encontramos a seguinte informação:

[...] em **declarações prestadas pelo fichado nos dias 17 e 18/10/77** citou que a linha do DARPP [Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná], hoje é a de: Pelas liberdades de expressão manifestações em todos os sentidos e organização. Que para existir democracia no Brasil devem ser anistiados todos os que incorreram em crimes políticos.<sup>85</sup>

Apesar de não termos encontrado um registro completo do interrogatório, como no caso de Juracilda, esse apontamento explicita a associação da DOPS, ou do DOI-CODI, com esse outro sequestro, já que as declarações do estudante foram tomadas durante os dias em que ele esteve em poder dos sequestradores.

O último indício aqui assinalado e que levanta nova suspeita sobre a DOPS, ocorreu quando Juracilda Veiga foi conduzida de sua residência até as dependências daquela delegacia em 1978, para prestar depoimento no inquérito instaurado para investigar seu sequestro. Segundo a professora a viatura que a transportou era a mesma utilizada durante seu sequestro. Ela fez questão de registrar isso em seu depoimento ao afirmar diante do delegado Juarez Lustosa dos Santos, que a Veraneio usada em seu sequestro era “da mesma cor [que] a veraneio estacionada em frente a este prédio e de uso desta DOPS”.

Na entrevista<sup>86</sup> que nos concedeu recentemente, Juracilda reforçou essa antiga declaração afirmando ainda que:

<sup>85</sup> DEAP. DOPS. Ficha individual de Carlos Augusto Soares de Oliveira.

<sup>86</sup> Em dezembro de 2013 entrevistamos Juracilda Veiga – hoje antropóloga e indigenista ligada à Fundação Nacional do Índio – FUNAI – na cidade de Itanhaém em São Paulo. VEIGA, Juracilda. Entrevista concedida pela antropóloga Juracilda Veiga. Itanhaém, 15 dez. 2013.

[...] a veraneio que me sequestrou era idêntica à que foi me buscar para prestar depoimento na DOPS, era verde claro. Na minha percepção as Veraneios eram as mesmas e esta, estava acintosamente estacionada em frente a DOPS, enquanto eu prestava o depoimento sobre o meu sequestro, em tese feito pelo Comando de Caça aos comunistas.<sup>87</sup>

Revelando nas entrelinhas um profundo sentimento de impotência diante daquela situação, afirma ainda Juracilda: “eu fui buscada em casa para prestar depoimento com a mesma Veraneio, *isso para mim é um acinte* [...] eles não faziam nenhuma questão de esconder”.<sup>88</sup>

Os indícios aqui apresentados e que indicam a ligação da DOPS e do DOI-CODI com diversas ações clandestinas ocorridas no estado durante os anos de 1977-1978, e cujas suspeitas de envolvimento da polícia política foram rechaçadas pela comunidade de segurança, demonstram que a chamada legalidade ditatorial imposta pelos condutores do regime não servia de parâmetro para a ação desses organismos repressivos que evidentemente atuaram com flexibilidade nas fronteiras entre o legal e o ilegal.

Chamamos ainda a atenção para o fato de que o DOI-CODI não possuía uma estrutura própria. Conforme depoimento do general Adyr Fiuza de Castro, esse organismo repressivo “*tinha uma peculiaridade: não tinha serviços, não tinha burocracia. Tinha de ser acoplada a uma outra unidade qualquer para prover rancho, toda a espécie de apoio logístico, prover tudo*”<sup>89</sup>. Além disso, o DOI-CODI também não contava com um quadro de pessoal exclusivamente do Exército<sup>90</sup>, pois seus membros eram também recrutados de outros órgãos de segurança locais, do que se depreende que, ainda que um agente da DOPS tenha sido reconhecido por Carlos Oliveira, ele poderia ter participado de seu sequestro a serviço do DOI-CODI. Esse imbricamento entre os órgãos repressivos permitiu que muitas dessas ações repressivas ficassem abrigadas numa zona de sombra que torna extremamente difícil o trabalho de dar visibilidade aos

<sup>87</sup> Declaração feita por escrito através de e-mail em 10 de maio de 2014.

<sup>88</sup> Entrevista realizada em Itanhaém – SP, em 2013.

<sup>89</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 52.

<sup>90</sup> A portaria nº 141 do Estado Maior do Exército (EME), de 31 de março de 1975, emitida pelo Ministro da Guerra, Sílvio Couto Coelho da Frota, indica a divisão tipológica (A, B, C) entre as estruturas do DOI, o que significava “um número fixo de efetivos, entre oficiais e praças do Exército”. O DOI da 5ª Região Militar de Curitiba, considerado de tipo C, contava com 39 efetivos do Exército. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo. Tomo I. Capítulo 3. Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988, p. 140-141.

seus protagonistas. Desse modo, tanto a DOPS poderia ter sido a responsável pelo sequestro, como o DOI-CODI, utilizando-se de elementos oriundos dessa força policial.

Assim, temos que considerar que nas ações do DOI-CODI estavam envolvidos agentes de outros organismos de segurança, o que torna possível, apesar de todo o sigilo imposto aos seus membros, que essas informações vazassem para suas corporações de origem, o que explicaria o fato de que mesmo tendo partido de um agente da DOPS o alerta a Walter Schimit de que Juracilda Veiga seria sequestrada, essa ação não tenha sido realizada diretamente por essa delegacia. Além disso, para o seu funcionamento e atuação, o DOI-CODI se utilizava das dependências de todos os outros órgãos que compunham a comunidade de segurança local. Assim, o caso do sequestro do professor Paulo Gomes, dentro da DOPS, não deve nos surpreender, já que o intercâmbio e o fluxo de agentes nas diversas instalações pertencentes aos órgãos de segurança era rotineiro.

Desse modo, percebemos que as ações clandestinas muitas vezes ocorriam de forma integrada, podendo envolver não só o DOI-CODI e a DOPS, mas também outros órgãos de segurança, seja em ações consideradas legais ou clandestinas.

A própria dinâmica de atuação dos DOI-CODIs pressupunha o sequestro de opositores, com seu posterior interrogatório - sob tortura ou não. Concluída essa primeira etapa, o prisioneiro seria encaminhado à DOPS onde formalizava-se a prisão e dava-se início ao processo de indiciamento. Porém, quando esse encaminhamento à DOPS pelo DOI-CODI não ocorria, o preso poderia ser solto, desovado ou “desaparecido”. Nessas três situações, os órgãos de segurança se desresponsabilizariam pelo desaparecido, considerando-se *a posteriori* que a vítima havia sido sequestrada por grupos clandestinos anticomunistas e não detida oficialmente.

Diante dessas considerações, depreende-se que os sequestros de Juracilda Veiga, Carlos Oliveira e Paulo Gomes provavelmente tiveram o envolvimento da DOPS, do DOI-CODI e até de outros organismos. E os comandos desses órgãos, da secretaria de segurança, bem como os comandantes militares eram partícipes desse esquema.

E, como última observação, havia ainda a possibilidade de que algumas dessas ações poderiam ser protagonizadas por policiais que agiam como membros de grupos paramilitares como o CCC, sem o conhecimento de seus superiores. Como afirmou o delegado da PF, Roberto Monteiro em seu depoimento a essa pesquisa:

[...] esse tipo de movimento, CCC, ele tem sempre alguém de órgão de segurança. Não oficialmente, eles se envolvem [...] sem o conhecimento dos

seus superiores, [...] eu acredito que todos esses movimentos de CCC, sempre têm um policial metido no meio. É geralmente a pessoa ideológica, ela adere ideologicamente. Muita gente, no SNI, mesmo no DOI, a gente via que estavam ali por uma questão mais técnica, como eu também, estava ali, tecnicamente [...] Agora, tem alguns que, além de ser técnicos, eles tem a adesão interior, ideológica, então eles são facciosos e combatem e até são contrários àquela forma um pouco [mais branda] Eu sabia que devia existir um ou outro que faziam parte desse tipo de movimento [CCC] porque achavam que os métodos oficiais - entre aspas, porque não eram tão oficiais assim - não eram suficientes, queriam já partir para uma violência, porque eles geralmente eram contra essas ações com controle. Podia haver até violência, mas violência, vamos dizer[com] um certo controle, quer dizer, o chefe tinha que saber, todo mundo tinha que saber, era uma coisa um tanto quanto organizada e dentro de uma doutrina [...]. Agora havia [...] um ou outro... clandestino nesse tipo de ação.<sup>91</sup>

Como já afirmamos anteriormente, um dos objetivos da comunidade de segurança na Operação Pequeno Príncipe era “interditar alguns antigos oposicionistas do regime”. No capítulo seguinte daremos a conhecer as onze pessoas que foram detidas pela Polícia Federal respondendo a questões, tais como: quem eram os detidos? Qual o seu posicionamento ideológico e atuação política? Eram fichados pelos órgãos de segurança? Já haviam sido processados ou presos anteriormente pelo regime? Em que condições foram detidos? Houve violência durante as prisões? Seus familiares estavam presentes?

---

<sup>91</sup> Entrevista com o delegado Roberto das Chagas Monteiro. 2005.

### 3. AS PRISÕES

Na medida em que se aproximavam as eleições parlamentares de 1978 e avizinhava-se o embate entre ARENA e MDB, setores ligados à repressão inquietavam-se ante a possibilidade de um novo avanço oposicionista. Acreditavam alguns que, assim como ocorrera nas eleições de 1974, o MDB aliado aos comunistas, poderia imprimir uma nova derrota ao governo.

Em meio a esse cenário, em Curitiba, no dia 18 de março de 1978, a partir das seis horas, agentes da Polícia Federal, munidos de mandados de prisão, busca e apreensão, iniciaram uma escalada de prisões que atingiu onze pessoas residentes na cidade, sendo que uma delas, o engenheiro Paulo Sá Brito, foi detido na cidade de Maringá, no norte do estado, pois prestava serviços para uma empresa de materiais elétricos ali localizada. Após vasculharem o quarto de uma pensão na qual Paulo morava durante a semana e apreenderem alguns de seus pertences, os agentes puseram-se imediatamente a caminho da capital paranaense. Paulo suspeitava que sua prisão se dera em decorrência de sua ligação com o MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado – não imaginando que as acusações movidas pelas autoridades policiais envolviam sua participação na escolinha Oficina.

Em sua narrativa sobre o episódio para o projeto “Depoimentos para a História”, Paulo afirmou que durante o trajeto, lidou com a ideia da morte por duas vezes: a primeira, quando pensou em atirar-se da Veraneio, pois suspeitava que dessa nova prisão não escaparia com vida; e a segunda, quando pararam o automóvel em um determinado local, ordenando que descesse do veículo e avançasse em direção a um matagal. Naquele momento, pensou que seria executado<sup>92</sup>. Enquanto Paulo era conduzido algemado à Curitiba, outra equipe de busca, formada por agentes da polícia política paranaense, prendia sua esposa, Bernadete Sá Brito, em sua casa, em Curitiba. Em relato à imprensa Bernadete afirmou que:

Foi presa às 8 horas de sábado. Estava só com a s crianças quando chegaram os agentes. Avisou a família e o advogado e foi acompanhada de seu sogro e um agente para a polícia. Depois que saiu, disse ela, os policiais revistaram sua

---

<sup>92</sup> Depoimento de Paulo Sá Brito para o projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. <https://www.youtube.com/watch?v=L1NAzV-9j9Q>. Data de acesso: 23 de março de 2015.

casa e levaram muitos livros, entre eles, um livro de história escrito por um autor russo.<sup>93</sup>

O jornalista Luís Alberto Manfredini foi detido na residência de sua mãe, no bairro da Água Verde – junto com mais de uma centena de livros apreendidos – e conduzido à Polícia Federal. Sobre a violência sofrida, Manfredini declarou posteriormente a imprensa:

A violência dispensada aos presos começou com a prisão e se prolongou durante os interrogatórios e com a incomunicabilidade a que fomos submetidos, sem falar com as ameaças de que se não confessássemos seríamos levados para São Paulo, onde seríamos interrogados pelo delegado Fleury. A violência foi, também, o fato de termos sido presos em nossas casas, algemados e transportados para a Polícia Federal, sem sabermos de que estávamos sendo acusados.<sup>94</sup>

Essa prática de ameaçar os prisioneiros de enviá-los ao principal torturador da ditadura, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, era utilizada tanto nas ações repressivas de caráter oficial como nas clandestinas, nas quais muitos agentes escondiam-se sob o manto de grupos paramilitares e anticomunistas, como no caso do sequestro de Juracilda Veiga.

O jornalista e escritor Walmor Marcelino, fez o seguinte relato sobre o momento de sua prisão:

No dia 18 de março último, exatamente às 6h10m da manhã, tocaram a campainha do apartamento onde moro [...] Minha filha foi atender e ao ver alguns indivíduos que se diziam da polícia tentou fechar a porta, avisando que chamaria seu pai para atendê-los. Foi brutalmente empurrada, invadindo aqueles homens meu domicílio. Acordado pelos gritos, antes mesmo de chegar à porta de meu quarto, eu e minha mulher fomos postos diante de uma pistola. Apontada à minha cabeça, o portador exibia o que parecia ser uma credencial da polícia, afirmando ser da Polícia Federal [...] Uma relação de livros sobre estudos políticos, em particular os que se referiam a marxismo, política, Estado, povo foram arrebanhados e conduzidos comigo à sede da Polícia Federal.<sup>95</sup>

Além da brutalidade com que agiram os agentes policiais, a prisão de Walmor também ficou marcada pela enorme confusão que se estabeleceu quando, ao ouvirem o barulho, os vizinhos ligaram para uma rádio patrulha – Polícia Militar – que, chegando ao local, exigiu dos federais que apresentassem a ordem de prisão. Esclarecida a situação, Walmor foi levado para a sede da Polícia Federal.

---

<sup>93</sup> Folha de S. Paulo. Para policiais, “escolas só escondiam subversão”. São Paulo, 25 de março de 1978, Primeiro Caderno, p.5.

<sup>94</sup> Jornal do Brasil. OAB pode acionar DPF do Paraná por abuso de poder. Rio de Janeiro, 28 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 18.

<sup>95</sup> Relatório produzido por Walmor Marcelino. Arquivo particular.

Reinoldo Atem, poeta e jornalista, acordado pelo alarido dos policiais, foi atender ao portão de roupão e descalço, e assim foi levado. Assim o chefe da sucursal do jornal Em Tempo relatou sua própria prisão:

Fui acordado no sábado, dia 18, às 6 horas da manhã, pela empregada que me dizia que um homem pedia pelo amor de Deus que eu fosse atendê-lo na porta da rua. Vesti um roupão e ao me aproximar do portão, fui algemado e colocado numa Kombi, sem ter tempo de voltar para avisar minha esposa e vestir-me. Os policiais se identificaram como sendo da Polícia Federal e me apresentaram um mandado de prisão, sem que me permitissem lê-lo. Avisaram que minha esposa também seria presa e que ela levaria roupas para mim. A Kombi arrancou e um fusca branco se aproximou da casa. Na Polícia Federal, não me notificaram os motivos da prisão. Após revistarem-me, colocaram-me numa cela onde já se encontrava o advogado Edésio Passos. Em seguida trouxeram o jornalista Luís Manfredini. Tentávamos analisar o que se passava e vencer a insegurança. Achávamos, inicialmente, que se tratava de uma perseguição geral às pessoas que possuíam antecedentes políticos. Os pretextos poderiam ser vários e não levamos muito a sério a acusação contra as escolas Oficina e Oca, constantes do mandado. Do corredor pude ver em uma das celas uma pessoa que me parecia ser minha esposa, mas como me haviam tirado os óculos, não pude ter certeza.<sup>96</sup>

Como afirmaram os agentes, Suely Atem, esposa de Reinoldo, grávida de dois meses, também foi abordada e conduzida para a sede da PF paranaense. O jornal Tribuna do Paraná, publicou uma reportagem na qual Suely narrou a insegurança que marcou a prisão do casal:

Casada, 26 anos, mãe de dois filhos e grávida de dois meses, Sueli foi presa na manhã de sábado em sua residência. O mesmo aconteceu com o marido, o publicitário Reinoldo Atem [...] conforme relembra Sueli, por volta das 6h 30 min do sábado, a empregada subiu ao andar superior de sua casa para chamar Reinoldo. “Quando desci - conta Sueli - a empregada avisou que ele estava numa Kombi. Fui até o portão onde um homem identificou-se como da Polícia Federal e disse para eu ir até o carro, pois Reinoldo estava me esperando. Como ele insistiu que eu devia ir até o carro, me tranquei em casa porque achei inseguro sair. Telefonei para o advogado e para alguns familiares. Enquanto isso, cerca de oito ou dez homens, na Kombi e num Volks branco se retiraram levando Reinoldo. Parece-me que um ficou de plantão no portão de casa. Meu sogro chegou e logo chegaram os homens num outro carro. Mostraram um mandado de prisão. Mas para uma prisão ser legal - argumenta Sueli - alguém da família deve ficar com uma cópia do mandado, o que não aconteceu, deixando todo mundo inseguro sobre se a polícia se responsabilizaria por nossas prisões.”<sup>97</sup>

O professor Léo Kessel foi preso às seis horas e quarenta minutos e, nervoso, pois seria o padrinho de casamento de seu irmão em cerimônia a ser realizada naquele mesmo dia, não conseguiu ler o mandado de prisão. Kessel só foi saber o motivo da

<sup>96</sup> Em Tempo. Nas mãos de quem? Curitiba, 31 de março à 06 de abril de 1978.

<sup>97</sup> Tribuna do Paraná. Polícia Federal já soltou 5. Curitiba, 25 de março de 1978, p. 3.

prisão quando se encontrou com os outros na cela da Polícia Federal. Em entrevista a Tribuna do Paraná, o professor universitário fez um relato do momento da sua detenção:

Sobre sua prisão, explicou ter ela ocorrido à 6h 45 min de sábado. Escutando batidas na porta, ele foi atender apenas de “short”. Eram três homens e um deles lhe disse: “Somos da Polícia Federal e vamos leva-lo”. Surpreso, ele nem reparou que estava tendo suas mãos algemadas, nas costas. Como sua mulher protestou contra o fato de o levarem naquelas condições, deixaram que vestisse roupas, algemando-lhe as mãos, depois, pela frente. Tendo pedido a verificação do mandado de prisão, diz que foi mostrado um documento que não chegou a ver direito, mas que parecia ser a respeito de detenção para prestar depoimento.<sup>98</sup>

Sobre os interrogatórios e o “prestígio” de Walmor Marcelino junto à comunidade repressiva, afirmou Kessel:

Um homem e uma mulher eram o meu para mais constante de interrogatórios. O homem, barbudo – o que à época seria considerado disfarce, principalmente para poder circular entre “subversivos” estudantes e trabalhadores – dizia chamar-se Abílio. A mulher, não lembro o codinome, procurava assumir um ar mais adulto, falava menos e anotava mais. O teor dos interrogatórios era de caráter “patriótico-educacional”, isto é, girava em torno do trabalho que realizávamos com as crianças (faixa de três a seis anos) na Escola Oca, que funcionava em terreno cedido pelo Colorado Esporte Clube no Estádio Dorival de Brito, onde construímos uma pré-escola, em forma de Oca, feita com costaneiras de pinho. Sendo uma escola voltada para a educação de crianças das classes trabalhadoras – e sempre assim declarada, por todos nós – tentavam pegar-me pela prática de ideologias de esquerda voltadas para o marxismo internacional; muitas e insistentes perguntas sobre comemorações de datas nacionais – ou seja, a não-comemoração – para mostrar que não éramos patriotas; muitas perguntas sobre relações de família para mostrar que éramos desagregadores familiares; muitas perguntas sobre sexo – sim, sexo para crianças de 3 a 6 anos – para mostrar que éramos adeptos do “amor-livre”, portanto, uma escola que não primava pelos bons costume se pela moral. [...] Os interrogatórios ocorriam, também, no meio da noite; fui acordado e levado ao primeiro andar, numa sala pequena, em penumbra, vazia de móveis, exceto uma escrivaninha postada no meio com duas cadeiras, uma de cada lado. Mandaram que eu me sentasse e um policial mais velho - tempos depois o encontrei num supermercado e ele cumprimentou-me como se nada tivesse ocorrido - falando-me em tom assustadoramente amigável e afavelmente paternal, procurou convencer-me de que eu não deveria estragar minha vida por um comunista canalha e sem-vergonha, “puta velha” como o Walmor Marcelino, há muito conhecido da polícia, pessoa que só pode trazer o mal para a sociedade. Confesso que não aquilatava o grau de ódio que o Walmor despertava naquelas pessoas<sup>99</sup>.

A socióloga Lígia Mendonça, teve sua casa invadida por policiais de metralhadora em punho na presença de suas duas filhas. Foram confiscados 187 livros. Algumas fotos em que Lígia aparecia nua, recordação de sua primeira gravidez, acabaram sendo também apreendidas, conforme informou o jornal Gazeta do Povo:

<sup>98</sup> Tribuna do Paraná. Polícia Federal já soltou 5. Curitiba, 25 de março de 1978, p.3.

<sup>99</sup> Os onze de Curitiba. Depoimento de Léo Kessel sobre a Operação Pequeno Príncipe por ocasião da realização do documentário homônimo idealizado por Valêncio Xavier em 1995. Acervo do autor.

A polícia apreendeu e condenou duas fotos de Lígia grávida e nua, que estavam em seu quarto de dormir. “As crianças hoje em dia com três anos, já sabem e minha filha acha lindo que estivesse ali, na barriga da mãe” contou Lígia. Para a Polícia Federal, porém, as fotos eram perniciosas – mas foram devolvidas.<sup>100</sup>

Lígia declarou à imprensa que já vinha sendo vigiada pela polícia há algum tempo, conforme reportagem da Folha de Londrina:

A socióloga Lígia Mendonça revelou que era perseguida desde 13 de fevereiro, quando dois carros com elementos desconhecidos passaram a vigiar sua casa e a segui-la. A perseguição foi crescendo, e, no final da semana passada, quando retornava da faculdade onde leciona, na BR-227, um cerco foi feito, com a intenção de atemorizá-la. [...] Disse que não só sua casa foi revistada, mas também a do advogado Geraldo Vaz, sem que, para isso, a Polícia Federal apresentasse qualquer documento formal. Relatou ainda, que, desde novembro do ano passado “queriam me assustar”. Mas quando recebeu mensagem do Comando de Caça aos Comunistas, procurou advogados e denunciou o fato à Associação paranaense de Sociologia [...] sobre sua prisão, disse que foi levada para prestar esclarecimentos sobre a escola Oficina, acompanhada de seu advogado. “Ao chegar na Polícia Federal, garantiram para meu advogado, que foi impedido de entrar pela mesma porta que eu, que ele receberia cópia do mandado de prisão e do depoimento. Dai me levaram para uma cela com quatro moças, que me mandaram tirar a roupa. Quando perguntei porque, uma delas respondeu: a senhora ainda não se conscientizou que está presa?”<sup>101</sup>

Após sua libertação, Lígia, que atuava como professora universitária, foi demitida da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba.<sup>102</sup> Esse fato repercutiu na imprensa, causando espanto e indignação, uma vez que essa instituição havia sido signatária da *Carta Aberta ao Povo*, instrumento utilizado pela Igreja Católica para denunciar as perseguições aos opositores do regime no Paraná.

A também socióloga Ana Lange teve sua casa invadida pelos policiais que, falando alto e sem respeitar a privacidade da casa e o sono de seus filhos pequenos, conduziram-na à prisão. Essa informação está presente no depoimento que Ana forneceu para o já citado documentário “Os onze de Curitiba – todos nós”, de Valêncio Xavier, de 1995. Porém, essa declaração mais recente choca-se com outra, dada à imprensa após sua libertação em 1978. Na época, a socióloga, conforme matéria do jornal *Diário do Paraná*, elogiou o tratamento dispensado pelas autoridades durante sua prisão, apesar da provável ironia ali contida:

Aparentando nervosismo e emoção, Ana contou que foi “muito bem tratada”, ficando junto com outras detidas em celas com camas de colchão de mola [...] “eles me trataram bem. Fui submetida a exames médicos na entrada e saída da

<sup>100</sup> Gazeta do povo. Polícia Federal libera mais dois presos. Curitiba, 26 de março de 1978, p. 5.

<sup>101</sup> Folha de Londrina. Interrogada sobre educação sexual. Londrina, 26 de março de 1978.

<sup>102</sup> Atualmente Faculdades Integradas Espírita.

polícia. A comida era boa e até havia celas especiais, com *hall de entrada* e tacos no chão”.<sup>103</sup>

O advogado e jornalista Edésio Passos, após atender a porta e exigir o mandado de prisão, teve que se submeter aos agentes, que, depois de apresentarem o mandado de prisão assinado pelo delegado Roberto das Chagas Monteiro, responsável pelo inquérito, algemaram-no e transportaram-no à sede da PF.

Edésio assim relata os procedimentos adotados pelas autoridades policiais após a chegada dos detidos ao Departamento de Polícia Federal:

De imediato, os detidos foram colocados em celas e, logo a seguir, submetidos a minuciosa revista, nus; foram-lhes retirados os cintos, cadarços dos sapatos, canetas, dinheiro, outros pertences. Ato contínuo, todos foram fichados: fotografados de frente e de perfil; impressões digitais de todos os dedos. As fichas destinavam-se aos arquivos do SNI, DPF em Brasília, DOPS local. Depois de devidamente fichados, os detidos foram devolvidos às suas celas, ficando seis homens em duas celas de 2m x 4m, 4 mulheres em outra cela e outra sozinha. Os detentos não podiam se comunicar entre as celas, sendo-lhes advertido que, se assim o fizessem, seriam separados e isolados. Nenhum dos delegados federais, ou o encarregado do inquérito compareceu, no primeiro dia (18/03), para qualquer explicação.<sup>104</sup>

Sílvia Mendonça, pedagoga do IPPUC – Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos de Curitiba – também foi presa nas mesmas condições que os demais. Logo após sua libertação, Sílvia descreveu à imprensa as condições das celas e passagens dos interrogatórios diários, permeados de ameaças, a que fora submetida. Em reportagem intitulada “Para policiais, ‘escolas só escondiam subversão’”, o jornal Folha de S. Paulo informava em 25 de março de 1978, que

Sílvia Regina Pires Mendonça, 23 anos, pedagoga. Iniciou em 1976 a comissão pedagógica da escola Oficina. Foi, também, uma das suas diretoras. Até domingo [segundo dia de prisão], diz ela, o clima era de bastante insegurança. As celas eram sujas. Não foram trocadas as cobertas dos dois beliches com camas comuns, sem travesseiro. “Segunda-feira começou o interrogatório. Eu subi às oito horas e fiquei até as 18 horas prestando depoimento. De vez em quando, eles paravam de perguntar e ficavam me olhando. Depois continuavam os interrogatórios. Falavam sobre casos de prisões, torturas. Falavam de ladrões que só falavam depois de apanhar. “Vamos ver se você, na base da paulada, fala”, eles diziam. “As perguntas eram sempre sobre as escolas. Perguntavam se eu preferia ir para São Paulo ou Brasília. Diziam que o Fleury era bonzinho. Desci e voltei as 20 horas. Eram outros os interrogadores e as perguntas eram sempre as mesmas. Fiquei respondendo até meia noite. Eles tentavam envolver as pessoas que estavam presas lá. “Você disse isso, mas fulano disse que não”. Eles tentavam caracterizar que a escola era uma fachada, para formar um partido clandestino para derrubar o governo. Perguntaram nomes de crianças que eu não conhecia. Uma pergunta mais insistente era porque eu estava na escola se não tinha filho

<sup>103</sup> Correio de notícias. Dois presos já foram liberados. Curitiba, 23 de março de 1978.

<sup>104</sup> O Estado do Paraná. Edésio pede que OAB examine as detenções. Curitiba, 04 de abril de 1978.

lá. Disseram que um dos problemas mais sérios era o problema da ilegalidade da escola. Respondi que a Secretaria de Educação e Cultura não exigia o registro da escola. Respondi perguntas até meia noite. Na terça feira, vieram me buscar as 9 horas e fiquei até as 17 horas prestando depoimento. Ficavam me olhando. Mas senti uma diferença grande. O trato melhorou. No que se refere ao interrogatório, eles foram ficando exasperados. Eu dizia: vocês não têm provas contra nenhum de nós. Na quarta feira chegaram a comentar quando do meu último depoimento, que a imprensa estava dizendo que nós éramos uns coitadinhos, mas que a gente era, na verdade, uns crápulas”.<sup>105</sup>

Além disso, pesava também contra Sílvia o fato de constar em sua ficha na DOPS a observação de que a pedagoga seria prima de Lígia Mendonça, o que não era verdade, apesar do mesmo sobrenome.

Os excessos cometidos pelos agentes da polícia Federal foram registrados em documento encaminhado por Edésio Passos a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – solicitando que esta entidade movesse uma representação contra os delegados responsáveis pelas prisões, por abuso de poder. Neste documento, Edésio faz o seguinte relato das prisões:

Quase todos os detidos foram algemados. As residências foram vasculhadas minuciosamente (...) As bibliotecas foram o alvo preferido dos agentes policiais (...) O total de livros apreendidos chega a mais de mil; também não apreenderam apenas livros, mas correspondências particulares, devassando os arquivos pessoais dos detidos. A investida matinal dos agentes policiais federais causou pânico nos familiares, amigos e conhecidos. Os agentes sequer liam os mandados de prisão e não deixaram a necessária contrafé para conhecimento exato do porquê das prisões. Impedidos também foram todos de se comunicar com seus advogados, à primeira hora da violência.<sup>106</sup>

Outros antecedentes de caráter político, além de suas ligações com as escolinhas Oficina e Oca, embasavam as acusações movidas pelas autoridades oficiais contra os detidos, reputando-os como subversivos perigosos.

A seguir, tentaremos clarificar um pouco mais – através da análise das fichas individuais nos arquivos policiais – a forma como os acusados eram descritos nos arquivos da repressão e que tipo de informações ali contidas, poderia dar sustentação à pecha de subversivos que lhes fora atribuída pelos seus inquisidores.

Lembramos que alguns fatos recentes serviram como agravantes, reforçando as acusações movidas pelas autoridades repressivas a alguns dos detidos. Em relação a Bernadete e Paulo Sá Brito, e, Reinoldo e Suely Atem, pesou ainda o fato de haverem sido citados na “lista do Frota”.

<sup>105</sup> Folha de S. Paulo. Para policiais, “escolas só escondiam subversão”. São Paulo, 25 de março de 1978, Primeiro Caderno, p.5.

<sup>106</sup> Dossiê AED-Escola Oficina. Arquivo particular.

Quanto ao jornalista Luís Manfredini, sua prisão fez com que novamente viesse à tona a polêmica entrevista realizada com o coronel Tarciso Nunes Ferreira, carregada de críticas ao governo e publicada pelo Jornal do Brasil e revista Veja.<sup>107</sup> A detenção de Manfredini também provocou a retomada dos debates em torno da censura à imprensa pelo governo, uma vez que muitos consideravam que a entrevista era o verdadeiro motivo para sua prisão e não sua ligação com as escolinhas.

### **3.1 Os detidos**

Entre a documentação anexada ao inquérito 38/78, que investigou as pré-escolas Oficina e Oca e os detidos na Operação Pequeno Príncipe, encontramos a ficha pessoal dos investigados, com dados que nos ajudam a conhecer um pouco dessa matéria-prima utilizada pelas autoridades policiais ao pretenderem estigmatizar os acusados, impingindo-lhes a pior mácula existente aos olhos do regime: serem identificados como comunistas-ateus inimigos do mundo livre e cristão e/ou terroristas subversivos a ameaçar a família, a religião e a tradição histórica, atributos tão caros à sociedade paranaense.

O advogado Edésio Passos era militante do Partido Socialista Brasileiro, quando os militares derrubaram o governo de João Goulart em 1964. Partido com uma estrutura ainda incipiente, o PSB não sobreviveu e Edésio, que na época atuava como jornalista, aliou-se a outros militantes inconformados com o novo regime e foi para as portas de fábricas fazer panfletagem em protesto contra o novo governo. Liderança da AP – Ação Popular – no Paraná, ao lado de Walmor Marcelino, Edésio, havia participado da greve dos jornalistas no ano de 1963, e organizou greves na cidade de Maringá, ao final dos anos de 1960.

---

<sup>107</sup> O coronel Tarciso Nunes Ferreira concedeu essa entrevista aos jornalistas Luís Manfredini, do Jornal do Brasil e Hélio Teixeira de Oliveira, da revista Veja.

A ficha de Edésio Franco Passos<sup>108</sup> possui anotações como nome, estado civil, profissão, residência, local de trabalho e antecedentes, sendo ali apontado o seguinte: “AP – Prisão (condenado a 18 meses em 1973) – LSN”. Ou seja, Edésio fora militante da AP – Ação Popular e como tal havia sido detido por atividades contra a Lei de Segurança Nacional e uma vez condenado, havia cumprido pena e, portanto, em relação a esse ilícito não devia mais nada à justiça. Outras informações dão conta que Edésio: “foi secretário-geral do PSB em Curitiba”; “orador representante do Sindicato dos Jornalistas em comício grevista universitário ocorrido em 1962”; “sócio do Instituto Cultural Brasil-Cuba” na mesma época; “fez apologia do comunismo em tese apresentada no 2º Congresso dos Trabalhadores do Paraná, em 1964”; participou de congressos da UNE, em 1961; “assistiu palestra de Luís Carlos Prestes, em 1962”; em 1968, foi “advogado do Sindicato da Construção Civil, em Curitiba”, “mantendo contato com agitadores sindicais cassados pela ‘revolução’; “manteve relacionamento estreito também com “Cláudio Ribeiro,<sup>109</sup> secretário do Sindicato dos Bancários, agitador, fazendo gestões junto aos sindicatos de Maringá, com o intuito de alcançarem as presidências”; “participou do movimento grevista de Maringá, em outubro de 1968, como líder dos trabalhadores, com auxílio da classe universitária”; distribuía pessoalmente “panfletos e boletins com ataques violentos ao governo, conclamando o povo a luta pela derrubada da ‘ditadura’”; em 1972, “indiciado em IPL (DPF/PR) foi pedida sua prisão preventiva, mas não foi decretada”. Respondeu ao inquérito em liberdade. Era acusado, além de participar como organizador e líder do movimento grevista em Maringá, de haver formado, juntamente com Paulo Gustavo e Walmor Marcelino o organismo “CR” que deu início à implantação da estrutura da AP no Paraná e Santa Catarina; em 1972, foi “demitido por determinação do Delegado Regional do Trabalho do quadro de funcionários do Sindicato dos Bancários”; em 1973, “condenado a 18 meses de prisão, incurso na LSN, por atividades da APML – Ação Popular Marxista Leninista – em Minas Gerais”; também foi “assinante do semanário *Movimento*”; e, finalizando, quanto à AED-OFICINA, consta que “Edésio foi sócio

---

<sup>108</sup> Todas as informações sobre Edésio Passos aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fls 104-105. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>109</sup> O Advogado Cláudio Ribeiro também foi membro da escolinha *Oficina*, juntamente com sua esposa Carmen Ribeiro, que na época das prisões era presidente da AED-OFICINA e, curiosamente, apesar de ter sido citada junto com Cláudio, na lista do general Frota, não foi detida na “Operação Pequeno Príncipe”.

fundador, membro do Conselho Fiscal (2ª gestão), Tesoureiro (3ª gestão), Presidente (4ª gestão) e compareceu à duas reuniões em 1977”.

O jornalista, publicitário e chefe da sucursal do Jornal Em Tempo no Paraná, Reinoldo da Silva Atem,<sup>110</sup> também era fichado nos arquivos da polícia política. As anotações vão desde o seu nome falso: “Alceu de Almeida Prado”, a outras informações que o tornavam um elemento perigoso, segundo as autoridades oficiais, como sua condição de “sócio fundador da AED-OFICINA”, tendo sido “suplente do Conselho Fiscal da 1ª diretoria”; “assinante do semanário Movimento”; intimado em agosto de 1970 para depor no IPM nº 327-AJ-4 e por estar foragido não compareceu; indiciado em IPM/DOPS/PR, originado do IPM instaurado por Portaria nº 327-AJ-4 para apurar atividades do POC/PR; tendo sido absolvido em agosto de 1972; participou do “Ativo Regional” de fundação do POC/PR, em setembro de 1969 e de um segundo encontro em junho de 1970; “militante da OCML/PO (Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária)”, “indiciado em IPM/DOPS/PR”; e “pertencente a Sucursal de Curitiba do semanário Em Tempo”. Além disso, a ficha informa ainda que Reinoldo foi citado em relação de 97 funcionários acusados de subversão pelo ex-ministro Sylvio Frota. Por tudo isso, Reinoldo era constantemente vigiado pelos órgãos de informação.

O jornalista Luís Alberto Amaral Manfredini<sup>111</sup>, também teve sua trajetória política iniciada no movimento estudantil, que se intensificou após o golpe de 1964. Manfredini foi militante da AP e já havia sido preso por subversão, conforme consta em sua ficha nos arquivos policiais. Além disso, seguem as seguintes anotações: local de trabalho, Sucursal do Jornal do Brasil; foi orador em comício realizado em 1968 tecendo pesadas críticas ao governo; a inda em 1968 distribuiu em diversos colégios de Curitiba, manifesto sobre conferência com o tema “Igreja – Reforma ou Revolução”; tomou parte na greve promovida pelo Grêmio José Basílio do I.E.E. de Florianópolis, também em 1968; em 1971 foi apontado como integrante da AP no Paraná, pelo subversivo José Carlos Zanetti, preso na Bahia; foi editor chefe do semanário católico “Voz do Paraná” até agosto de 1976; em 1977 participou da Assembleia Geral dos Estudantes em Curitiba, em movimento de apoio a estudantes presos em diversas

---

<sup>110</sup> Todas as informações sobre Reinoldo Atem aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fls 106. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>111</sup> Todas as informações sobre Luiz Manfredini aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fls 102-103. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

localidades; assinante do semanário Movimento; e em relação à AED-OFICINA, consta que foi Tesoureiro na 4ª gestão e que naquele momento era sócio daquela instituição escolar.

Não bastasse seu histórico de oposição ao governo, dias antes de sua prisão em 1978, como já afirmamos, Manfredini realizou uma entrevista bombástica com o coronel Tarciso Nunes Ferreira, que desagradou o governo. Isso levou alguns analistas a especularem sobre a possibilidade de sua prisão estar ligada a esse fato. O também jornalista Silvestre Duarte, assim abordou esse assunto

Foram 11 os detidos [...] com base no artigo 59 da Lei de Segurança Nacional: [...] Todos se perguntavam o que estava acontecendo. Pensava-se que uma devassa repressiva estava em curso no país. Mas o epicentro do furacão estava mesmo em Curitiba. Vejamos as razões. Alguns dias antes o jornalista Luís Alberto Manfredini, da sucursal do Jornal do Brasil em Curitiba, entrevistara o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindado, em Ponta Grossa, região dos Campos Gerais, que criticara os rumos do movimento militar de 1964. Suas declarações repercutiram nos meios políticos e militares. Até então um oficial não havia feito um pronunciamento semelhante, que soou como um alerta aos colegas de caserna. Tarcísio perdeu o comando, foi detido e permaneceu em prisão domiciliar no quartel do 5º GAC (Grupo de Artilharia de Campanha), no bairro Boqueirão. Portanto, logo que ocorreram as prisões, sem uma explicação palpável, muitas pessoas relacionaram imediatamente os fatos. Havia qualquer coisa não identificada no ar, além da neblina curitibana<sup>112</sup>.

Walmor Marcelino,<sup>113</sup> correspondente do jornal Última Hora, membro do PSB até 1964 e posteriormente dirigente paranaense da AP, já havia sido um dos protagonistas da greve dos jornalistas em 1963, coordenando piquetes e chegando inclusive a “deitar-se em baixo das rodas do caminhão do Corpo de Bombeiros, para impedir que o veículo fosse utilizado para dispersar os grevistas”. Walmor já havia sido preso algumas vezes pela ditadura e seus passos eram constantemente vigiados pelos agentes repressivos. A análise de sua ficha pessoal na DOPS surpreende pela extensão, resultado de uma trajetória de vida marcada por inúmeras atividades de contestação ao sistema político ditatorial instalado a partir de 1964. Listaremos algumas das informações sobre as atividades de Walmor que possam melhor retratar por que as autoridades o consideravam um elemento de alta periculosidade, tais como: ter exercido “cargo de dirigente da AP do Paraná”; fundador das duas pré-escolas, Oficina e Oca; ter

<sup>112</sup> DUARTE, Silvestre. Curitiba, 1978: as prisões políticas que sacudiram o país - Paraná-Online. <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/435150/?noticia=CURITIBA+1978+AS+PRISOES+POLITICAS+QUE+SACUDIRAM+O+PAIS>. Data de acesso: 26 de março de 2015.

<sup>113</sup> Todas as informações sobre Walmor Marcelino aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fls 95-99. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

escrito várias peças teatrais censuradas já em 1961; apoiar a campanha pela legalização do PCB; participar de passeata do Sindicato da Construção Civil fazendo inclusive discurso na Praça Osório, em Curitiba; participar da greve dos jornalistas, organizando piquetes; ter sido demitido da Assembleia Legislativa do Paraná e preso duas vezes, logo após a “revolução” de 1964; “fundador do CPC”; ter sido colaborador, repórter, redator, editor e editor-chefe de vários jornais; participado de inúmeras atividades de contestação ao regime, no movimento estudantil, e em encontros de jornalistas; “Membro da Comissão nacional Camponesa”, paralelamente às suas atividades como dirigente da AP; ter escrito obras como “Os fuzis de 1894” censurada por “apresentar manifestações contrárias ao regime vigente e a ordem política e social” e outro texto intitulado “Sede de amor e violência”, no qual se manifesta contra o Exército; instar pessoas em filas de ônibus a escreverem em cédulas frases como “O povo na luta derruba a ditadura” e “Guerra popular derruba a ditadura e expulsa o imperialismo”; e acusado de subversivo por major encarregado de IPMs em Curitiba, nos anos de 1960. E, finalmente também pesava contra Walmor o fato de ser “amásio” da subversiva Elba Gilda Ravaglio, também sócia fundadora da AED/OFICINA.

Em 1978, Léo Kessel<sup>114</sup> era professor universitário da UEM – Universidade Estadual de Maringá – e funcionário da Secretaria da Educação e Cultura do Paraná. Sua estreita ligação com Walmor Marcelino o tornava suspeito de subversão, além do fato de ser um dos fundadores tanto da AED-OFICINA, como do CEPAED-OCA. Léo não possuía “antecedentes políticos, não tendo também nunca sido preso ou processado”, conforme afirmou em seu depoimento à Polícia Federal durante os trabalhos relacionados ao inquérito 38/78. No entanto, em prontuário produzido pela 5ª Região Militar do Exército, em Curitiba, localizamos informações como: fundador da AED-OFICINA, “órgão de fachada” de associação de subversivos em Curitiba; palestrante do programa matinal em desenvolvimento na I SEMANA CULTURAL do DCE/UCPr, o qual tem cunho subversivo; comunista infiltrado no MEC; integrante do grupo esquerdista liderado por Walmor Marcelino que fundou a pré-escola ilegal, CEPAED-OCA<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> Todas as informações sobre Léo Kessel aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fls 100/444-447. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>115</sup> Pasta temática CEPAED/OCA. Arquivo DOPS, folhas 15-16.

Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange<sup>116</sup> era socióloga, tinha 28 anos, dois filhos que estudavam na Oficina e trabalhava no IPARDES,<sup>117</sup> quando foi presa em 1978. Sem antecedentes políticos, sua ligação com a AED-OFICINA e, conseqüentemente, com os outros perseguidos políticos foi determinante para sua prisão. Sua ficha nos arquivos policiais informa que era sócia da AED/OFICINA, e em 1978, exercia o cargo de secretária geral da diretoria; e integrou a equipe que trabalha na coleta de dados sobre os “Boias-frias”, realizado pelo IPARDES, no noroeste do Paraná.

Paulo de Albuquerque Sá Brito<sup>118</sup> era engenheiro e trabalhava numa empresa de materiais elétricos de Maringá. Citado na lista do general Frota como subversivo e tendo atuado como liderança no movimento estudantil nos anos 60 ao lado de Manfredini, seu passado político e a ligação com a escola Oficina foram os componentes que o levaram à prisão em 1978. Além disso, sua ficha indica que Paulo tinha antecedentes políticos relacionados à sua militância na AP/PR e no movimento operário em São Paulo; era militante da AP, indiciado em IPL/DOPS/SP; havia sido preso por pichação em 1968; em março de 1969 foi deslocado para São Paulo onde integrou uma célula do Movimento Operário; retornou a Curitiba em 1970, desligando-se da AP; citado em declarações de José Carlos Zanetti como um dos membros do Secretariado da AP no Paraná; pertenceu a Sucursal de Curitiba do semanário Em Tempo; e foi “sócio fundador da AED/OFICINA”, tendo sido tesoureiro da 1ª diretoria e vice presidente na 3ª gestão.

A pedagoga Sílvia Regina Pires Mendonça<sup>119</sup> era funcionária do IPPUC – Instituto Paranaense de planejamento Urbano de Curitiba – quando foi presa e, de acordo com os apontamentos em sua ficha policial não possuía antecedentes políticos, mas pesava contra Sílvia o fato de ser assinante do semanário “Movimento”; sócia da AED/OFICINA desde 1976, e, naquele momento, ocupar o cargo de vice-presidente

---

<sup>116</sup> Todas as informações sobre Ana Lange aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fls 107/444-447. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>117</sup> Há uma contradição entre a anotação em sua ficha que aponta Ana como “ex funcionária do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES” e seu depoimento, no qual afirma estar trabalhando naquele órgão naquele momento.

<sup>118</sup> Todas as informações sobre Paulo Sá Brito aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fl. 101. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>119</sup> Todas as informações sobre Sílvia Mendonça aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fl. 108. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

daquela associação. Conforme apuramos nos arquivos da DOPS, Sílvia também era tida como prima de Lígia Cardieri Mendonça, o que para as autoridades era algo comprometedor.

Bernadete Zanetti Sá Brito<sup>120</sup> era historiadora e ex-funcionária do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Bastante visada pela comunidade de segurança, por ter sido citada na lista do general Frota, Bernadete foi demitida por pressões dos militares da 5ª CJM, em Curitiba, logo após a publicação dessa relação de “subversivos” pelo jornal O Estado de S. Paulo, em novembro de 1977. Além disso, havia atuado no movimento estudantil e tinha, conforme registro da DOPS, um passado de contestação à ditadura militar. Em sua ficha aparecem os seguintes apontamentos: “sócia fundadora da AED/OFICINA”, em setembro de 1973; recrutada para a APML em outubro de 1968; militou no movimento estudantil nos anos de 1968/1969, em Curitiba, a serviço da APML, participando ativamente das manifestações; “indiciada em inquérito/DPF/PR, em 1971”; absolvida em 1973, por insuficiência de provas; em 1970 passou a fazer parte do secretariado da APML em Curitiba; em 1978 estava desligada da APML. Portanto, Bernadete estava entre os detidos que possuíam antecedentes políticos de contestação ao governo.

Suely Muniz Atem,<sup>121</sup> economista e ex-funcionária do IPARDES, também foi demitida por fazer parte da lista do general Frota. Suely, assim como os outros detidos, possuía uma trajetória política ligada à resistência ao governo militar e por isso, era permanentemente vigiada. Sua ficha policial informa que: foi “indiciada em inquérito que investigava as atividades do POC – Partido Operário Comunista – instaurado em 1970”, e absolvida em 1972; integrou o “Ativo Regional para fundação do POC no Paraná”; Militante na “célula Secundária”, possuía obras marxistas-leninistas, apreendidas pelo IPM; indiciada em IPL/DOPS/SP, como militante da OCML/PO, usava os codinomes “Heloisa”, “Luiza” e “nega”, apresentando-se ainda com o nome falso de Sílvia Maria Campos; ex funcionária do IPARDES, do qual foi demitida com outras colegas; “pertence a sucursal do jornal Em Tempo de Curitiba”; “vive

---

<sup>120</sup> Todas as informações sobre Bernadete Zanetti aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fl. 108. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>121</sup> <sup>121</sup> Todas as informações sobre Suely Muniz aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fl. 111-112. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

maritalmente com Reinoldo da Silva Atem”, também sócio da AED/OFICINA. No campo “antecedentes” consta em sua ficha “sim – POC e OCML/PO”.

Em 1978, a socióloga Lígia Aparecida Cardieri Mendonça<sup>122</sup>, formada na USP – Universidade de São Paulo – atuava como professora universitária, lecionando na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba<sup>123</sup> (FCHSC) e tinha suas duas filhas matriculadas na escolinha Oficina. Desde os anos de 1960, Lígia havia se engajado em ações de caráter socioeducativo, como no Vale do Ribeira, em São Paulo, ao participar de trabalhos de alfabetização que utilizavam o método Paulo Freire. Porém, o empréstimo de seu apartamento para que seu tio, o histórico comunista do PCB e depois dirigente da ALN – Ação Libertadora Nacional – Joaquim Câmara, pudesse realizar algumas reuniões secretas acabou levando-a, em 1970, a passar quase um ano presa no presídio Tiradentes, em São Paulo. Segundo Lígia, foi em seu apartamento que se iniciaram os preparativos para o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 1969.

Em meados dos anos de 1970, Lígia mudou-se para Curitiba e trabalhava no IPARDES, quando ocorreram as demissões de Suely Atem e Bernadete Sá Brito. Em 1977, Lígia e duas colegas também do IPARDES, realizaram um protesto contra essas demissões de caráter político, em um congresso da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A retaliação das autoridades não se fez esperar: foram demitidas sumariamente.

A ficha de Lígia Cardieri aponta que a socióloga possuía antecedente político relacionado a ALN, o que redundou em sua prisão em 1970; era “casada com Antônio Della Verde Mendonça, sócio da AED/OFICINA”; “presa pelo DOI/II EXÉRCITO, em janeiro de 1970”; indiciada no processo nº 207/69, na Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar, e absolvida em março de 1975; “indiciada em IPM/DOPS/SR, como militante da ALN”; “2ª Tesoureira da Sociedade Paranaense de Sociologia”; “cedeu seu apartamento a Joaquim Câmara Ferreira (Toledo), seu primo [tio] para realização de reuniões da ALN”; e ainda que era “sócia da AED/OFICINA desde 1976”.

---

<sup>122</sup> <sup>122</sup> Todas as informações sobre Lígia Cardieri Mendonça aqui listadas foram retiradas da sua ficha individual anexada ao Inquérito envolvendo as escolinhas. Inquérito 38/78, fl. 109. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>123</sup> Atualmente Faculdades Integradas “Espírita”.

Conhecer o histórico individual de cada um dos presos nos permite constatar que o passado político de contestação ao regime foi o componente principal que chamou a atenção dos órgãos de segurança para as duas pré-escolas, levando-os a suspeitar e manter uma vigilância sistemática, primeiro à Oficina, com a sua fundação em 1973, e em seguida, à Oca, a partir de 1975, após a cisão interna que gerou essa escolinha.

Dos onze presos somente Ana Lange, Léo Kessel e Sílvia Mendonça não possuíam antecedentes políticos ou penais. Os demais eram tidos como subversivos perigosos e, na ótica das autoridades de segurança, a única explicação possível para que um grupo de elementos nocivos e perigosos como aquele se reunisse em torno de uma espécie de cooperativa educacional em que pais de alunos de 1 a 6 anos se revezavam no cuidado com as crianças, seria: utilizar aqueles espaços educacionais como fachada, para que sob a guarida de inocentes escolinhas maternas aqueles *subversivos* pudessem operar livremente, implantando ali um foco de subversão de novo tipo, capaz de alavancar o projeto comunista de derrubada do governo instalado após a vitória do “movimento revolucionário de 1964”.

Esse raciocínio já era compartilhado e incentivado pelo próprio Geisel alguns anos antes, quando durante seu pronunciamento em Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, em 10 de junho de 1974, afirmou:

Eu não creio que presentemente [se] pudesse imaginar uma subversão interna de natureza generalizada. Absolutamente. O grau que nós atingimos, o grau de repressão a que nós chegamos impede isso. A subversão poderá ocorrer, em grande parte alimentada de fora, e poderá haver dentro do país determinados focos, mas qualquer foco destes é fator de inquietude e nós temos que continuar no nosso sistema de combate à subversão interna, por maiores que tenham sido os êxitos alcançados. [...] Nós temos que trabalhar em medidas preventivas, e temos que trabalhar com medidas repressivas, se necessário. As medidas preventivas são muito importantes, inclusive no sentido psicológico, porque por mais que se liquide, se elimine esses focos, ou se prendam, ou matem, ou não sei o quê, a determinados grupos, a subversão é constantemente realimentada.<sup>124</sup>

A leitura do inquérito instaurado para investigar as escolas demonstra que as acusações que pesaram sobre os detidos apoiavam-se, sobretudo, na presença de expressões típicas do jargão marxista nos documentos das escolas; em qualquer proposta que sugerisse mudanças de caráter individual ou coletivo; nos mais de mil livros “subversivos” apreendidos em suas residências; e, sobretudo, conforme apontado

---

<sup>124</sup> GASPARI, Elio. A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

nesse capítulo, no histórico de subversão que a maioria dos presos possuía em sua não adesão ao sistema político ditatorial implantado a partir de 1964.

Possivelmente, dois fatores podem nos ajudar a compreender porque o aparato policial militar da ditadura interessou-se tanto em investigar as pré-escolas e, posteriormente, colocar em curso a Operação Pequeno Príncipe: um deles talvez resida na ousadia que aquele tipo de experiência educacional “alternativa” representava naquele contexto histórico altamente repressivo; o outro, se prende ao fato de que na ótica da repressão, era impossível que aqueles inúmeros sócios das escolinhas que haviam participado de organizações e movimentos de oposição ao regime, não estivessem ali reunidos para conspirar contra o governo.

A leitura dos jornais da época demonstra que a repercussão gerada pelas prisões das onze pessoas ligadas às pré-escolas Oficina e Oca e pelo sequestro de Juracilda Veiga foi bastante significativa. Veremos adiante como se manifestaram sobre o acontecido pessoas ligadas às escolas; autoridades do legislativo e do executivo das esferas municipal, estadual e federal; entidades de classe; membros das Forças Armadas (até o ministro da Guerra exonerado em 1977, general Sylvio Frota, referiu-se à esse episódio em seu livro de memórias publicado postumamente); o porta voz da presidência da República; o poeta Carlos Drummond de Andrade e o cronista Carlos Eduardo Novaes, que achincalharam autoridades envolvidas nesses episódios em suas colunas no *Jornal do Brasil*.

Mostraremos ainda como a imprensa informou a sociedade sobre o envio de mais de oito mil telegramas à sede da *Anistia Internacional*, em Londres, por pessoas de várias partes do mundo, e como até o presidente estadunidense Jimmy Carter e o papa Paulo VI acabaram sendo informados das prisões em Curitiba<sup>125</sup>; e finalmente, como a Igreja Católica, através da Comissão de Justiça e Paz, veio a desempenhar um importante papel na libertação dos presos ao iniciar um movimento de reação que se expandiu para vários outros setores da sociedade brasileira e internacional.

---

<sup>125</sup> *Jornal do Brasil*. Anistia manda telex a jornais e a Carter. Rio de Janeiro, 24 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 7.

### ***3.2 A reação da sociedade***

A reação por parte das sociedades civil e política ao sequestro e as prisões não tardou a se manifestar. Ainda no sábado à tarde em reunião realizada na Cúria Metropolitana, de acordo com relatório constante de livro de registros dessa instituição:

A Comissão de Justiça e Paz reuniu-se a tarde do sábado, dia 18 às 16 e 30 hs quando compareceram mais de 200 pessoas exigindo uma carta-aberta, o que foi feito. Esta carta foi levada altas horas de noite a todas as igrejas de Curitiba

para ser lida no domingo seguinte. Causou profundo impacto em todo o Brasil.<sup>126</sup>

No dia seguinte pela manhã, durante a missa dominical, foi lida nas trezentas paróquias da capital paranaense, a Carta Aberta ao Povo<sup>127</sup> elaborada pela Comissão de Justiça e Paz na noite anterior. Esse documento denunciava as ameaças, sequestros e prisões arbitrárias que vinham ocorrendo há vários meses no estado e que culminaram na prisão dos onze membros das pré-escolas. A CJP de São Paulo enviou o seguinte telegrama ao bispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, apoiando sua congênere do Paraná: “receba apoio irrestrito dessa comissão em sua luta pela defesa dos direitos dos presos políticos nos últimos dias, unidos pelo mesmo ideal da corajosa Comissão curitibana”.<sup>128</sup>

Posteriormente, Léo Kessel, diretor da escolinha Oca, em 1978, e um dos detidos, manifestou seu reconhecimento pela atuação de vários setores da sociedade em favor dos presos e, em especial, da Igreja Católica. Segundo sua opinião, esse movimento teria inclusive, impedido que os detidos pudessem sofrer algum tipo de tortura física:

Somente após a soltura pudemos perceber a razão de não termos sido torturados. Na semana de nossas prisões a [representante] da Anistia Internacional, Patrícia Finney, estava no Brasil, veio a Curitiba e fez uma visita, juntamente com o presidente da OAB-Paraná, Eduardo Virmond, à sede do Departamento de Polícia Federal, onde nos encontrávamos incomunicáveis. [...] ficamos sabendo que a mobilização em protesto contra as prisões foi algo sem precedentes em Curitiba. Agregaram-se, numa força descomunal, todos os movimentos que tinham alguma relevância, representativos das mais variadas categorias profissionais, especialmente professores, estudantes, advogados, jornalistas, associações de bairro, a Comissão de Justiça e Paz e a Igreja Católica – as paróquias receberam instruções para protestar contra as prisões em todas as missas.<sup>129</sup>

O secretário geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, afirmou à imprensa na época, lamentar “que os dias que antecedem a Páscoa devam ser tomados por fatos como estes de Curitiba, em que aparecem inegáveis formas de arbitrariedades”.<sup>130</sup> O Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns também se pronunciou, lamentando os

<sup>126</sup> Cúria Metropolitana de Curitiba.

<sup>127</sup> Documento elaborado em reunião organizada pela CJP e diversas entidades civis que denunciava as ações repressivas oficiais e clandestinas ocorridas no Paraná nos anos de 1977/1978.

<sup>128</sup> Folha de Londrina. D. Evaristo ao lado dos presos. Londrina, 23 de março de 1978, p. 4.

<sup>129</sup> Os onze de Curitiba. Depoimento de Léo Kessel sobre a Operação Pequeno Príncipe por ocasião da realização do documentário homônimo idealizado por Valêncio Xavier em 1995. Acervo do autor.

<sup>130</sup> Folha de Londrina. Mais protestos contra as prisões no Paraná. Londrina, 22 de março de 1978, p.2.

acontecimentos em Curitiba e afirmando que se unia “a todas as manifestações em favor dos presos”.<sup>131</sup>

Os jornais publicaram nota do diretório do MDB do Paraná,<sup>132</sup> assinada pelo seu presidente, Euclides Scalco e notas da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná,<sup>133</sup> todas em repúdio às prisões. Na Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado arenista Accioly Neto disse que “com a ausência de freios jurídicos, a repressão policial acaba se transformando num poder autônomo, incontrolável e incontestável”.<sup>134</sup>

O deputado do MDB do Paraná, Gamaliel Galvão, fez um pronunciamento<sup>135</sup> na segunda feira, dia 20 de março de 1978, na Câmara Federal em Brasília, denunciando as prisões em Curitiba. Já o vice líder do MDB, deputado Magnus Guimarães, em seu discurso em plenário atribuiu o sequestro de Juracilda às dissensões no interior da máquina do governo, afirmando que:

No instante em que o presidente da República insiste em conclamar a nação brasileira para o diálogo, as autoridades policiais pregam outra linguagem completamente diferente, investindo contra cidadãos através de sequestros e empurrões em crianças, gerando intranquilidade e insegurança na sociedade.<sup>136</sup>

A OAB, presidida pelo eminente jurista Raimundo Faoro – autor do clássico “Os donos do poder” – entrou com recurso junto ao Tribunal Militar exigindo a quebra da incomunicabilidade dos presos.<sup>137</sup>

O ex-presidente Itamar Franco,<sup>138</sup> na época senador pelo MDB, disse “que fatos como os das prisões no Paraná o deixavam ‘ainda mais pessimista em relação ao diálogo, pois a cada aceno de abertura o governo responde com atos como este’”.<sup>139</sup> Para José Richa, ex-governador do Paraná<sup>140</sup> e na época prefeito de Londrina, a Operação Pequeno Príncipe estaria vinculada ao interesse do governo em manipular a opinião pública visando as eleições a serem realizadas ainda em 1978. Richa, que havia sido entrevistado pelo jornalista Luiz Manfredini, no aeroporto de Curitiba no dia

<sup>131</sup> Folha de Londrina. D. Evaristo ao lado dos presos. Londrina, 23 de março de 1978, p. 4.

<sup>132</sup> Jornal do Brasil. Nota do MDB: 20 de março de 1978, Primeiro Caderno, p.16.

<sup>133</sup> Diário do Paraná. Federação distribui nota. 19 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 16.

<sup>134</sup> Folha de Londrina. “Brasileiro tem medo até de pensar”. Londrina, 22 de março de 1978, p. 2.

<sup>135</sup> Correio de Notícias. Gamaliel repudia prisões. Curitiba, 21 de março de 1978, p. 5.

<sup>136</sup> O Globo. Deputado pede salvaguardas para cidadãos. Rio de Janeiro, 21 de março de 1978, O País, p. 2.

<sup>137</sup> Diário do Paraná. OAB entrará com recurso. Curitiba, 19 de março de 1978, Primeiro Caderno, p.16.

<sup>138</sup> O mandato presidencial de Itamar Franco durou de 29 de dezembro de 1992 à 01 de janeiro de 1995.

<sup>139</sup> O Globo. Para o MDB, prisões impedem diálogo. Rio de Janeiro, 21 de março de 1978, O País, p. 16.

<sup>140</sup> Richa governou o Paraná de 14 de março de 1983 até 9 de maio de 1986.

anterior as prisões, afirmou à imprensa que “a impressão que fica é a de que tudo isso faz parte de um esquema de recrudescimento da repressão, que às vésperas das eleições [1978], parece querer tumultuar o processo eleitoral”.<sup>141</sup>

O governador do Paraná Jayme Canet Junior manifestou-se quanto ao sequestro de Juracilda, mas excluiu-se de qualquer responsabilidade em relação as prisões:

‘Sou contra o sequestro e já determinei a Secretaria de Segurança para que proceda a averiguação. Sequestro para mim é subversão. Considero, no entanto, que se as prisões tiverem cobertura legal, não cabe a mim saber se quem foi peso é culpado ou não’. Lembrou que fatos idênticos já ocorreram antes. Negou, por outro lado, que tivesse recebido qualquer aviso da Polícia Federal, no dia em que as prisões foram efetuadas – ‘se alguém disser que avisou, está mentindo’.<sup>142</sup>

Apesar de isentar-se quanto a qualquer tipo de participação nesses eventos, posteriormente acabaram pairando sobre o governador suspeitas de participação no que seria uma tentativa de acobertamento dos fatos. Denúncias apontaram que emissários de Canet Jr. teriam pressionado a Igreja Católica de Curitiba a afastar-se do movimento de repúdio à violência policial. Sobre essas possíveis ações intimidatórias, o jornal *Tribuna do Paraná* do dia 22 de março, informou que:

A movimentação gerada em Curitiba pelo sequestro da professora Juracilda Veiga e das prisões de onze pessoas, e a ação da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Curitiba, está preocupando o governo estadual. Na tarde de segunda-feira, o arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto, foi chamado ao Palácio Iguazu, onde conversou com o governador Jayme Canet Júnior a respeito dos acontecimentos. Durante o tempo em que esteve no Palácio, conversou também com outras autoridades, que não o governador. Ainda anteontem informações correntes na Cúria Metropolitana, davam conta de que estava sendo pressionada. As pressões se deram por causa da mobilização feita pela Comissão, em defesa de Juracilda, e que resultaram em sua libertação.<sup>143</sup>

Canet Jr. anunciou ainda que havia determinado que a Secretaria de Segurança averiguasse o sequestro de Juracilda, no entanto, a entrada em cena do Secretário de Segurança Pública do Paraná, Alcindo Pereira Gonçalves, acabou tumultuando ainda mais um cenário que já era caótico. O general Gonçalves, que segundo alguns, deveria ser o primeiro a condenar aquele tipo de ação criminosa, entre outras afirmações polêmicas, deu a seguinte declaração à imprensa sobre o sequestro de Juracilda Veiga:

<sup>141</sup> Folha de Londrina. Manifestações de protesto. Londrina, 21 de março de 1978, p. 3.

<sup>142</sup> O Estado do Paraná. Canet reafirma recusa. Curitiba, 22 de março de 1978, p.8.

<sup>143</sup> Tribuna do Paraná. Situação preocupa o governo do Estado. Curitiba, 22 de março de 1978, 22 de março de 1978, p.8.

“Para o bem da segurança nacional e em casos graves de subversão, eu comandaria um sequestro”.<sup>144</sup>

As declarações desastrosas do secretário de segurança acabaram gerando inúmeras manifestações de repúdio, uma delas veio da Assembleia Legislativa do Paraná. Conforme reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, algumas afirmações do general Alcindo Pereira Gonçalves feitas em entrevista no dia 20 de março:

[...] foram criticadas em tom violento pelo líder da bancada do MDB, Enéas Faria, na sessão de ontem da Assembleia. Disse que o país inteiro está “pasmado e estarecido” diante das declarações do secretário, de que “ele próprio seria o primeiro a desrespeitar a lei, a se tornar um criminoso, desde que as suas ideias, suas teses, seu entendimento, seus interesses fossem contrariados”. Enéas afirmou que os responsáveis de manter a segurança “se transvestem em irresponsáveis e se erigem nos próprios patrocinadores da insegurança, do desrespeito, da agressão à lei, do aviltamento à justiça e ao direito”.<sup>145</sup>

Retomando o tema das reações, no âmbito federal o Ministério da Educação e Cultura, sob o comando do ex-governador do Paraná, Ney Braga, divulgou nota em que declarou “não estar na alçada do MEC a prisão de 11 pessoas, em Curitiba, acusadas de atividades subversivas e ligadas às associações educacionais que mantinham os jardins-de-infância Oficina e Oca”.<sup>146</sup>

No entanto, é preciso considerar com certa suspeição essa suposta isenção do ministro e de sua pasta. Nesse mesmo dia, 21 de março, o jornal Folha de S. Paulo informava que a representante da *Anistia Internacional*, Patrícia Feeney, estava em Curitiba e que, poucos minutos antes do início de uma reunião a ser realizada na Cúria Metropolitana, com a presença de 36 entidades que se manifestaram contra as prisões dos membros das pré-escolas Oficina e Oca, e o sequestro da jornalista Juracilda Veiga:

[...] o irmão do ministro Ney Braga, Guilherme Braga, o líder da Arena na Câmara, e o ex-secretário de educação durante o governo de Ney Braga no Paraná, Vespero Mendes, estiveram em contato com o arcebispo metropolitano de Curitiba, dom Pedro Fedalto. As informações davam conta de pressões sobre a Cúria, que tomou posição firme contra as prisões e o sequestro, movimentando toda a comunidade de Curitiba.<sup>147</sup>

<sup>144</sup> Folha de S. Paulo. “Eu comandaria um sequestro”, diz secretário. São Paulo: 21 de março de 1978, Primeiro Caderno, p.8.

<sup>145</sup> O Estado do Paraná. Fala de Alcindo é alvo de críticas. São Paulo, 22 de março de 1978, p. 3.

<sup>146</sup> Jornal do Brasil. Camargo confirma legalidade. Rio de Janeiro, 21 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 8.

<sup>147</sup> Folha de S. Paulo. “Anistia fará relatório das prisões”, diz secretário. São Paulo: 21 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 8.

Até mesmo Magalhães Pinto, ex-governador de Minas Gerais<sup>148</sup> e um dos principais articuladores civis do golpe de 1964 pronunciou-se sobre as prisões nos seguintes termos:

Vejo com a maior preocupação o que está ocorrendo no Paraná. Na verdade numa hora em que se fala de reabertura, esse procedimento policial intimida, quando se deve encorajar todos aqueles que querem trabalhar pela democracia. Compete ao ministro da Justiça investigar e informar sobre o que está ocorrendo. Não basta dizer que as prisões não foram feitas por ordem sua, mas se saber de quem partiu a ordem. Se a escola é de crianças de três a seis anos de idade, falar-se em aulas de marxismo é uma alegação ridícula. O Ministério da Educação ou governo do Paraná deveriam dar uma palavra sobre o assunto.<sup>149</sup>

Já para o líder do governo na Câmara Federal, Jose Bonifácio – ARENA – a culpa pelo estardalhaço causado pelas prisões era do “inimigo vermelho”. Segundo ele “os comunistas estão atuando com mais vivacidade, com o objetivo de dar ao presidente Jimmy Carter [EUA] a impressão de que o país está em ebulição”, e descartou a hipótese de um suposto endurecimento do regime.<sup>150</sup>

O ministro da Justiça, Armando Falcão, reafirmou em nota oficial à imprensa o caráter legal das prisões e acrescentou que elas “decorrem de inquérito policial instaurado com o fito de apurar infrações à Lei de Segurança Nacional”.<sup>151</sup> E até mesmo a assessoria de imprensa do presidente Ernesto Geisel, através do coronel Toledo Camargo, manifestou-se sobre o episódio, alegando que “as prisões efetuadas sábado no Paraná, estão dentro da lei e decorrem de ‘subversão identificada pela Polícia Federal’”.<sup>152</sup>

Ao estampar as manchetes dos principais jornais brasileiros, a violência repressiva no Paraná logo chamou a atenção da *Anistia Internacional* que enviou sua representante para assuntos da América Latina, Patrícia Feeney, à Curitiba com o objetivo de acompanhar o episódio e incluí-lo em relatório sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Sobre a atuação da *Anistia Internacional* no caso, o *Jornal do Brasil* de 24 de março de 1978, trouxe a seguinte notícia:

<sup>148</sup> Magalhães Pinto governou o estado de Minas Gerais de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

<sup>149</sup> O Estado do Paraná. Prisões não afetarão diálogo. Curitiba, 21 de março de 1978, p.8.

<sup>150</sup> Jornal do Brasil. Bonifácio justifica prisões no Paraná e nega sequestro. 21 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 5.

<sup>151</sup> Tribuna do Paraná. Presos não vão ser liberados. Curitiba, 22 de março de 1978, p.3.

<sup>152</sup> Jornal do Brasil. Camargo confirma legalidade. 21 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 8.

A Anistia Internacional enviou ontem um telex aos jornais brasileiros, “com cópia ao presidente Carter” em que se diz “extremamente chocada com a prisão de jornalistas e sociólogos em Curitiba” O telex informa que a sede da Anistia, em Londres, recebeu cerca de 8 mil telegramas de todas as partes do mundo, pedindo a libertação dos presos. Esses telegramas são endereçados ao presidente Geisel, ao Ministro da Justiça e ao presidente do Superior Tribunal Militar.<sup>153</sup>

A política de Direitos Humanos do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que visitaria o Brasil naquele mesmo mês, acabou se tornando um componente favorável à pressão popular pela libertação dos presos, já que a permanência dos detidos na PF só aumentaria o desgaste que aquelas prisões vinham causando à uma imagem já combalida do Brasil no cenário internacional no campo dos direitos humanos.

Alguns jornais cogitavam até mesmo um suposto envolvimento da CIA<sup>154</sup> em alguns acontecimentos no Brasil que visariam desestabilizar seu regime político.<sup>155</sup>

Segundo reportagem do jornal *Diário Popular*, até o papa Paulo VI foi informado do sequestro de Juracilda:

A comissão de Justiça e Paz em Curitiba, atualmente sob a responsabilidade do Bispo Auxiliar, D. Domingos Wisniewski, deverá concluir relatório a nível regional que será enviada para a Comissão Nacional e que por sua vez deverá enviar o relatório do sequestro de Juracilda a Comissão Central em Roma, onde deverá chegar ao conhecimento do Papa Paulo VI, já que ele é presidente da entidade, muito embora tenha delegado poderes para assessores. Atualmente explicou D. Domingos, a Comissão está procurando ainda se organizar, já que se movimentou antes mesmo de estar plenamente estruturada, baseando-se nos estatutos ditados pelo Papa Paulo VI, e dispondo-se a interferir contra a violência e aos direitos humanos, colocando-se sempre à disposição das autoridades. No caso do sequestro da professora Juracilda, a Comissão de Justiça e Paz, já entregou o problema as autoridades policiais, e se colocou à disposição para ajudar no que for possível. Assim, foi pedido que se encaminhe a professora Juracilda, o pedido de apresentação na DOPS, para um depoimento formal entre o seu desaparecimento no dia 17 de março. A comissão ainda se reunirá para eleger um presidente e apontar um conselho jurídico que acompanhará o inquérito aberto pela DOPS, para apurar a responsabilidade do sequestro. Segundo D. Domingos, a atitude da Igreja, lendo o manifesto nas missas no dia 19 de março, viu três atitudes distintas entre os fiéis – a maioria que aplaudiu; há os que ficaram indecisos e também há os que criticaram.<sup>156</sup>

Em 1978, Carlos Castello Branco, um dos jornalistas políticos mais respeitados do país, atuante na imprensa brasileira por mais de meio século, assinava diariamente a sua *Coluna do Castello*, na qual tecia comentários habilidosos sobre a vida política

<sup>153</sup> Jornal do Brasil. Anistia manda telex a jornais e a Carter. Rio de Janeiro, 24 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 7.

<sup>154</sup> A Central Intelligence Agency, mais conhecida pela sigla CIA, é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos.

<sup>155</sup> O Estado de S. Paulo. Para Rezende, não há clima de tensão. São Paulo, 23 de março de 1978, p. 14.

<sup>156</sup> Diário Popular. Papa tomará conhecimento do sequestro de Juracilda. Curitiba, 29 de março de 1978, p. 4.

nacional. Assim se pronunciou sobre as prisões em Curitiba o influente jornalista que fazia também um alerta para o perigo que corriam àqueles que discordassem publicamente do governo:

[...] seria útil que o Ministro da Educação falasse sobre o caso das escolas de Curitiba [...] Entre os presos [...] figuram o repórter que entrevistou recentemente em Ponta Grossa o Tenente-Coronel Tarcísio [...] e dois integrantes da famosa lista dos 97 subversivos denunciados pelo General Sílvio Frota ao Presidente da República. A prisão do repórter Manfredini [...] soa como uma advertência a todos os que pretendam daqui por diante ouvir Coronéis sobre política. Estamos de acordo com a doutrina, universalmente adotada, de que militares, submetidos a regulamentos disciplinares rígidos, não devem falar sobre política. No Brasil, no entanto, eles falam. Quando falam a favor do Governo ou das posições políticas oficiais, nada acontece. Mas quando falam contra essas posições políticas, são punidos. Agora, passou a ser legítima a impressão de que não são punidos somente os militares que se declaram contrários a práticas políticas oficiais, mas também os jornalistas que os ouvem. Com relação às duas escolas [...] *Trata-se de uma operação tipo Sílvio Frota, que pretendeu vincular a continuidade do regime à sequência de operações repressivas. Não se esqueçam de que ele denunciou o Presidente da República e o Governo de modo geral como cúmplices ao que para ele é a gradativa comunização do Brasil.* [...] As prisões em série vinham se reduzindo e o Governo adotou a tranquilizadora atitude de reconhecer que decresceu substancialmente o perigo subversivo no país. Alguns pontos foram perdidos no Paraná. Perdidos para o Governo e para todos os que vinham alimentando esperança, na distensão gradual próxima a concretizar-se num projeto do qual se espera pelo menos a redução substancial do arbítrio.<sup>157</sup>

No texto, Castello menciona a já citada entrevista realizada pelo repórter do Jornal do Brasil, Luiz Manfredini, com o tenente coronel Tarcísio Nunes Ferreira. Vejamos o que Manfredini afirmou sobre essa entrevista

Comentou-se, à época – março de 1978 – que o general Ernesto Geisel, então presidente da República, passou mal (com vômito e tontura) ao se deparar, no Jornal do Brasil, com as ferinas críticas que lhe foram endereçadas por um subordinado, o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira. A informação jamais foi comprovada, mas é inegável que a entrevista do militar [...] causou, digamos, certo frisson na caserna. Não por menos: pela primeira vez desde o golpe, um militar da ativa criticava abertamente o “status quo”. E não um militar qualquer. Este comandava o 13º Batalhão de Infantaria Blindada, a mais poderosa unidade da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina) [...] Os episódios daquele março turbulento em Curitiba marcaram um capítulo a mais, talvez um capítulo decisivo da conflagração entre duas alas do regime militar [...] divididas entre os defensores da “distensão lenta, gradual e segura” do presidente Geisel e os que se opunham a ela, a chamada “linha dura”.<sup>158</sup>

<sup>157</sup> Jornal do Brasil. Coluna do Castello. Do risco de se ouvir coronéis. Rio de Janeiro, 20 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 2.

<sup>158</sup> MANFREDINI, Luiz. O coronel, os intelectuais e a cadeia. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id\\_secao=1&id\\_noticia=207824](http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=207824) Data de acesso: 30 de maio de 2014.

Também citado por Castello, o ex-ministro general Sylvio Frota, em seu livro de memórias, publicado postumamente, a certa altura, queixa-se da associação entre seu nome e a Operação Pequeno Príncipe feita pelo colunista do JB:

Em 20 de março de 1978, comentando na sua coluna o procedimento das autoridades paranaenses, em Curitiba, que considerou violento e inexplicável, [o jornalista] foi buscar sem nenhum laço correlativo, seu tema obsessivo: ‘trata-se de uma operação tipo Sylvio Frota, que pretendeu vincular a continuidade do regime à sequência de operações repressivas. Não se esqueçam de que ele denunciou o presidente da república e o governo de modo geral como cúmplices do que para ele é a gradativa comunização do Brasil’.<sup>159</sup>

Enquanto isso, outras vozes militares encarregaram-se de dar o tom legalista às prisões e acenar com a ameaça comunista. O comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, general Samuel Alves Correa, afirmou que “a Polícia Federal deve ter tido suas razões para estar atuando no Paraná, fez isso em defesa da sociedade, e portanto sua ação deve ser prestigiada pelo III Exército e pela própria sociedade brasileira”.<sup>160</sup> O jornal O Estado de S. Paulo informava em 29 de março, que líderes militares com acesso ao presidente Geisel e ao General João Baptista Figueiredo – sucessor do primeiro – afirmaram que:

O caso do Paraná, evidentemente não se refere apenas a questão da[s] escola[s] e de seus métodos de ensino. Na realidade, deve existir algo da maior profundidade e é preciso esperar a conclusão do inquérito policial. Mas é certo que, de certa forma ele pode ser enquadrado em um movimento de reação à abertura e aos seus projetos.<sup>161</sup>

Essas declarações indicavam certa preocupação presente no interior do governo quanto a resistência, ainda que não sistematizada, ao seu projeto de distensão pelos setores considerados radicais.

O general Ruy de Paula Couto, comandante da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, manifestou-se dizendo ter recebido toda a “documentação relativa às escolas maternas ‘Oca’ e ‘Oficina’, inclusive seus currículos [e] que, à primeira vista, pareceu-lhe realmente tratar-se de ‘material subversivo’”,<sup>162</sup> e que a seu ver as escolas empregariam uma “técnica comunista”, que visa a “negação da família, da religião e da Pátria”.<sup>163</sup>

<sup>159</sup> FROTA, Sylvio. Ideais traídos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006, p. 557-558.

<sup>160</sup> Gazeta do Povo. Samuel Correa diz que Polícia Federal deve ter suas razões. Curitiba, 20 de março de 1978, p. 16.

<sup>161</sup> O Estado de S. Paulo. Reforma política virá por etapas. São Paulo, 29 de março de 1978, p.2.

<sup>162</sup> Tribuna do Paraná. *General confirma subversão*. Curitiba, 22 de março de 1978, p. 3.

<sup>163</sup> O Estado do Paraná. Para o general há que se apurar. Curitiba, 22 de março de 1978, p. 12.

A reação a esse comentário veio em reportagem do Jornal do Brasil, de 26 de março que demonstrava o paradoxo que envolvia as ideias de Piaget, visto que seu método, ao mesmo tempo que estava sob suspeição em Curitiba, era amplamente utilizado no Ensino Oficial no Rio de Janeiro. A certa altura a matéria desqualifica a opinião emitida pelo general Paula Couto sobre as prisões. Conforme o título do texto, naquele momento Jean Piaget estaria no banco dos réus no Brasil:

#### PIAGET EM JULGAMENTO

##### SUBVERSIVO EM CURITIBA, OFICIAL NO RIO DE JANEIRO

“Conhecer não é contemplar passivamente, mas agir sobre coisas e acontecimentos, construindo-os e reconstituindo-se em pensamento”.

*Citação de Jean Piaget, em Reformulação de currículos, do Laboratório de Currículos da Secretaria Estadual de Educação e Cultura.*

Mais um elo perdido entre acusador e acusado, opressor e oprimido. Desta vez, a investida é contra professores de crianças de 3 a 6 anos no Paraná, e de acusação em acusação chega-se à conclusão de que o grande culpado é Jean Piaget, mestre suíço, que não tem aparentemente conhecimento de seu perseguidor – CCC (Comando de Caça aos Comunistas). A Polícia Federal foi clara quando emitiu nota referindo-se à prisão das 11 pessoas ligadas às escolas Oca e Oficina, em Curitiba, no último sábado. [...] “*organizações auto-intituladas “Associação de Estudos Educacionais (AED-OFICINA)” e “Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais (CEPAED-OCA)”*, situadas em Curitiba, vem desenvolvendo atividades contrárias à Segurança Nacional. As duas entidades são responsáveis pelo funcionamento de duas escolas primárias, nas quais as crianças são doutrinadas dentro de princípios marxistas, desenvolvendo-se-lhes uma visão materialista e dialética do mundo, na pretensão de realizar “transformações sociais”, inculcando nas crianças a negação de valores como a religião, a família e a tradição histórica”. Posição reforçada pelo Comandante da 5ª Região Militar, General Rui de Paula Couto, segundo o qual a documentação referente às duas escolas “negam a família, a pátria e a religião; essa pregação é uma técnica comunista, que visa à desintegração da família: a polícia deve estar muito bem fundamentada”. Não se está querendo dizer que a polícia não está bem fundamentada em matéria de educação. Mas que certamente os educadores estão mais bem informados nessa área. E eles, os acusados, deixaram claro que o líder de suas ideias foi Piaget. [...] Segundo Lauro de Oliveira Lima, especialista em Piaget [...] “crianças até 7/8 anos não tem a mínima noção de que seja família ou a pátria e a religião para ela confundem-se com seu jogo de fantasias [...] A mesma teoria está sendo usada em inúmeras escolas do país [e] deverá ser adotada em todas as escolas do Rio de Janeiro. Uma subversão?”<sup>164</sup>

A linha pedagógica da escola Oficina, como se viu, apoiava-se principalmente nos estudos de Jean Piaget. Desse modo, o nome do biólogo suíço era presença recorrente nos textos e documentos da escola. Provavelmente isso tenha feito com que um dos agentes que interrogaram Bernadete Zanetti Sá Brito, uma das detidas, tenha lhe

<sup>164</sup> Jornal do Brasil. Piaget em julgamento: subversivo em Curitiba, oficial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 26 de março de 1978, Caderno B, p. 2.

perguntado: “E cadê o Piaget?”<sup>165</sup> Talvez a sorte do “subversivo” suíço tenha sido não estar em Curitiba naqueles dias ou provavelmente também teria sido preso.

Além das reações de apoio e de repúdio de parte da população e autoridades, houve também manifestações bem humoradas que acabaram por denunciar o que seria para muitos o ridículo daquela acusação de doutrinação de crianças naquela faixa etária. Para todos aqueles que foram vitimados por esse tipo de ação repressiva, talvez a velha máxima “seria cômico se não fosse trágico” se ajustaria bem a esse episódio das escolinhas. Alguns dos detidos, já no interior das celas relutavam em acreditar nas alegações das autoridades para as suas prisões.

Algumas de nossas fontes retratam esse processo de ridicularização da Operação Pequeno Príncipe na imprensa escrita. Em 17 de abril de 1978, o cronista do Jornal do Brasil, Carlos Eduardo Novaes, escreveu sobre o personagem Alvinho, um garoto de três anos e meio que frequentava a escolinha Oficina em Curitiba e que por isso começou a ter problemas de relacionamento com seus pais.

Segundo Novaes “Alvinho é o que se poderá chamar de uma criança absolutamente normal, não fora o fato de, por influência dos professores, ter-se convertido ao marxismo-leninismo ainda no maternal”.<sup>166</sup> O garoto começou a brigar com a mãe porque a considerava uma representante da “burguesia decadente”. O pai, por sua vez, era taxado pelo garoto de “lacaio do imperialismo” por trabalhar em uma “multinacional americana”.

Além disso, nas reuniões que promovia regularmente com as três empregadas da casa e que tinham como objetivo “educar as massas”, Alvinho as repreendia por não terem lido os livros de Marx e Engels que ele recomendara.

O poeta Carlos Drummond de Andrade também se interessou pelas escolinhas, conforme observamos em sua coluna no JB em 25 de março de 1978:

[...] O garoto Fifico, de três anos e meio de idade, aluno da escola Oca, fechada recentemente, em entrevista coletiva à imprensa, de que participaram correspondentes de jornais estrangeiros, contou que tendo manifestado à sua professora o desejo de ler Circo de coelhinhos, do escritor Marques Rebelo, a mestra lhe passou às mãos a edição de O Capital, de Karl Marx, em 14 volumes. Reclamou, alegando que não era aquela a obra que lhe interessava, e a professora respondeu: “Marques ou Marx, é tudo a mesma coisa e este aqui até é melhor do que o outro”. Fifico, vítima desta violência cultural, apresenta

<sup>165</sup> Os onze de Curitiba. Depoimento de Bernadete Zanetti Sá Brito sobre a Operação Pequeno Príncipe por ocasião da realização do documentário homônimo idealizado por Valêncio Xavier em 1995. Acervo do autor.

<sup>166</sup> Jornal do Brasil. Alvinho e a infância marxista. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1978, Caderno B, p. 10.

sintomas graves de perturbação de ideias políticas e econômicas, pelo que, após a entrevista, foi recolhido a uma clínica especializada desta capital.<sup>167</sup>

Ocorre que existe uma linha tênue entre o discurso tido como acreditável e o cômico. Entre a “verdade” e a comicidade. Kant refere-se ao cômico como uma tensão, cuja solução revela-se inesperadamente. Diz ele: “em tudo o que é capaz de provocar uma explosão de riso, deve haver algo de absurdo”<sup>168</sup>.

A forma como o humor se manifestou nesse episódio, de certo modo, funcionou como um corretivo contra o fanatismo das autoridades responsáveis pela Operação Pequeno Príncipe que, constrangidas, viram ainda mais desgastada a já combalida imagem dos órgãos repressivos paranaenses, que se tornaram objeto de escárnio após a tentativa frustrada de imputar às escolinhas o crime de “comunizar” seus alunos.

Já no início desse episódio, apesar da gravidade dos acontecimentos, verificou-se um momento de hilaridade em meio a já citada reunião na Cúria Metropolitana, realizada horas após as prisões. Segundo o jornal Diário Popular “em plenário foi lida a nota da Polícia Federal, que por diversas vezes acabou sendo interrompida por manifestações de riso de todo o público”.<sup>169</sup>

Como vimos anteriormente, as autoridades desconfiaram e passaram a vigiar as escolas a partir do momento em que identificaram em vários de seus participantes opositores do regime ditatorial. Porém, as acusações não se concentraram somente neste aspecto, mas entenderam-se ao modelo pedagógico adotado pelas instituições, considerado subversivo.

O próximo capítulo será um exercício de entendimento sobre o que significavam as pré-escolas, suas origens, orientação pedagógica, o trabalho cotidiano com as crianças, o papel dos pais e associados, os textos produzidos e o modelo de administração. Desse modo, buscaremos nesse novo percurso da pesquisa desvendar quais atividades ali desenvolvidas reforçaram a suspeição que pairava sobre aquelas, aparentemente, inocentes unidades escolares, levando-as a serem acusadas de atentarem contra a segurança nacional.

---

<sup>167</sup> Jornal do Brasil. Estarrecedora revelação de um garoto no Paraná. Rio de Janeiro, 25 de março de 1978, Caderno B, p. 10.

<sup>168</sup> ABBAGNANO, Nicola. Op. cit. p. 154.

<sup>169</sup> Diário Popular. 11 pessoas detidas em Curitiba por órgãos de segurança. Curitiba, 19 e 20 de março de 1978, p. 2.



## 4. AS PRÉ-ESCOLAS

O presente capítulo apresenta um estudo mais aprofundado sobre as associações AED/OFICINA e o CEPAE/OCA, através da análise de parte das informações produzidas pelos órgãos de segurança sobre suas pré-escolas, visando interditar suas atividades e processar os detidos com base na Lei de Segurança Nacional.

Parte substancial da pesquisa empírica aqui apresentada constituiu-se a partir de arrolamento de fontes do acervo da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social – sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. Quanto ao caráter dessas fontes, destacamos tratar-se de um conjunto de documentos, cuja produção e operacionalização pelas autoridades policiais visavam incriminar e punir as atividades consideradas adversas à ordem política e social.<sup>170</sup>

Conhecer os antecedentes que levaram as autoridades a deflagrar aquela operação policial nos ajudará a entender melhor parte da lógica que orientava os órgãos repressivos naquele período em que o regime se debatia, entre outras razões, convulsionado em seu interior pelo confronto entre setores que divergiam ante a política distensionista em curso.

Nossa proposta de análise se apoiará em duas diferentes perspectivas sobre as instituições estudadas. Conheceremos melhor as escolas através da leitura dos arquivos com informações produzidas sobre as mesmas pela polícia política, portanto, sob a lógica e o ponto de vista dos inquisidores, confrontando-as, simultaneamente, com a visão que os acusados tinham de si e de suas instituições, por meio dos documentos produzidos pelas escolinhas Oficina e Oca e das declarações de alguns de seus integrantes disponíveis em reportagens de jornais, entrevistas ou depoimentos prestados às autoridades responsáveis pela condução do inquérito 38/78.

A análise dos prontuários da AED-OFICINA e do CEPAE-OCA produzidos pelos órgãos de segurança nos ofereceu a possibilidade de acompanharmos com maior proximidade a vigilância exercida ostensivamente pelos órgãos de segurança, primeiro à escolinha Oficina e depois à Oca, surgida a partir da dissidência liderada por Walmor Marcelino em 1975. Ao mesmo tempo, os documentos das pré-escolas trazem informes e relatos sobre seu funcionamento e também textos que informam sobre o modelo

---

<sup>170</sup> MONTEIRO, Cláudia. Política entre razão e sentimentos. Tese de doutorado. UFPR, 2013, p. 32.

pedagógico adotado pelas escolas e as experiências desenvolvidas pelas duas instituições.

Desenvolveremos nossa análise abordando em ordem cronológica as informações registradas no prontuário policial das instituições, contrapondo-as com a visão dos partícipes das escolas sobre a mesma temática. É importante lembramos que os dados relacionados à Oficina durante o período que se inicia com a sua fundação, em 1973, até o desligamento do grupo dissidente em 1975, envolvem a todos os que fizeram parte daquela primeira experiência. A partir da fundação do CEPAED/OCA, aqueles membros que passaram a integrar a nova escolinha, passaram a responder por atividades desenvolvidas nas duas instituições, como no caso de Walmor Marcelino e Léo Kessel.

#### **4.1 A AED-OFICINA**

Ao analisarmos os documentos produzidos pela repressão e disponíveis nos arquivos da DOPS-PR, verificamos que as pré-escolas já vinham sendo vigiadas desde 1976. A ficha temática referente à AED-OFICINA<sup>171</sup> traz informações sobre a sua fundação em 1973 e afirma que a motivação para sua criação foi o fechamento de uma antiga instituição pré-escolar. Segundo esse documento:

[...] em 1972, falecida a Prof.<sup>a</sup> Ivete da Luz Mendes Amorim, proprietária da “Escola de Orientação e Aprendizagem”, alguns pais que tinham seus filhos matriculados nessa escola (Elba [Ravaglio], Zélia [Passos], Walmor [Marcelino], [Edésio] Franco [Passos]), resolveram dar continuidade ao ensino ali ministrado, mas que, em razão das dívidas (INPS e outros) do antigo Centro, resolveram criar uma nova escola com o nome de “associação de Estudos educacionais e Escola Pré-primária” – AED/Oficina.<sup>172</sup>

Pela semelhança, essa informação provavelmente tenha sido extraída de um texto escrito em dezembro de 1975, por Aurora Laroca, uma das fundadoras da AED-OFICINA, anexado ao prontuário dessa instituição na DOPS. Aurora explica que a origem da pré-escola Oficina ocorreu sob as seguintes circunstâncias:

Em dezembro de 1972 falecia a professora Ivette da Luz Mendes Amorim, a qual tinha uma escola chamada “Centro de Orientação de Aprendizagem”. Alguns pais que tinham filhos naquela escola (Elba, Zélia, eu, Franco) primeiramente pensaram em levar avante aquele projeto. Como a escola estava com dívidas enormes com o INPS e outras mais, vimos que não era possível.

<sup>171</sup> Pasta temática AED/OFICINA. Acervo DOPS. DEAP-PR. Fls. 58-60.

<sup>172</sup> Pasta temática AED/OFICINA. Acervo DOPS. DEAP-PR. Fl. 58.

Procuramos uma escola para nossos filhos sem encontrar uma que nos satisfizesse. Foi então que a Elba teve a ideia de fazermos a nossa própria escola, onde nós pais daríamos a direção da educação de nossos filhos, escolheríamos professores que achássemos capacitados, etc. Do fim de 1972 até fevereiro de 1973 fomos convidando pessoas interessadas em educação pré-escolar, que se interessassem e que quisessem participar do nosso projeto. Nessa época discutiu-se muito o que e como seria essa entidade. Surgia aí a AED, que tinha como uma de suas atividades a Oficina. Inicialmente algumas mães assumiram o papel de professoras sem remuneração (Verônica, Suely – ex-associada -, Zélia e Carol).<sup>173</sup>

A AED-OFICINA inicialmente localizava-se nas Vilas Oficinas, em Curitiba, o que acabou inspirando seus idealizadores a adotarem o nome Oficina, que lhes sugeria a imagem de um local de criação, de fabricação de coisas, um espaço de elaboração de ideias e construção de objetos. Buscavam proporcionar às crianças uma formação baseada em princípios de solidariedade, liberdade de pensamento e de estímulo a capacidade criativa por meio de um ambiente educacional alternativo e que representasse, ao mesmo tempo, um contraponto ao modelo vigente de educação pré-escolar cuja linha rígida e disciplinadora moldava-se aos pressupostos da ideologia ditatorial.

Em trecho de seu depoimento à Polícia Federal por ocasião do inquérito instaurado para investigar as pré-escolas em 1978, Zélia Passos, sócia-fundadora da escola Oficina, explica a origem e os objetivos que foram sendo gradualmente traçados pelo grupo inicial de pais que:

[em decorrência] da dificuldade de encontrar nesta capital [Curitiba] uma escola nos moldes desejados [...] surgiu a ideia de [...] fundarem uma escola, nascendo [então] a AED-OFICINA; que o grupo inicial de pais foi engrossado por outros interessados, que não haviam tido filhos na escola da professora Ivete [amorim]; que a escola principiou a funcionar com aproximadamente 15 crianças; que a declarante não participou da primeira diretoria da AED/OFICINA, todavia veio a ser membro da Comissão Pedagógica, tendo inclusive na gestão 1975/1976 participado como vice-presidente ; que de início a AED/OFICINA não tinha objetivos pré fixados, sendo naquela época apenas um lugar onde os associados poderiam colocar suas crianças sob os cuidados dos próprios associados, desde que eram estes os responsáveis pelo funcionamento da escola; que posteriormente, a partir da prática obtida com o contato com as crianças, foram se definindo outros objetivos, além dos princípios norteadores daquele trabalho coletivo dos próprios pais; que já no fim de 1973 a escola já definia seus objetivos, os quais foram proclamados nos estatutos da AED/OFICINA, no seu artigo segundo, com sendo: a) promover estudos e pesquisas educacionais, b) editar estudos sobre assuntos pedagógicos e educacionais, c) manter um centro de aprendizagem para os filhos dos associados; que a aplicação dos objetivos estatutários passou a ser executada dentro de princípios de cientificidade, cooperação e liberdade, tendo a partir

---

<sup>173</sup> Pasta temática AED/OFICINA. Acervo DOPS. DEAP-PR. Fl. 229.

[desse momento] os associados notado que dentre os objetivos estatutários prevaleceu aquele referente à manutenção de um centro de aprendizagem.<sup>174</sup>

Como afirmou Zélia Passos à Folha de S. Paulo, por ocasião das prisões, a iniciativa de fundar aquele Centro de Aprendizagem [Oficina] resultou da intenção por parte de seus fundadores de formar “crianças [...] autossuficientes, independentes, curiosas, com iniciativa. Incentivando seu desenvolvimento intelectual e físico”.<sup>175</sup>

Voltando ao prontuário que integra a pasta da Associação de Estudos Educacionais – AED, no arquivo da DOPS-PR, encontramos as seguintes informações sobre a pré-escola Oficina, cujos apontamentos iniciam-se no dia 15 de setembro de 1976:

Sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 01 SET 73 em Curitiba/PR, por 30 elementos.

“Órgão de fachada” de associação de subversivos.

Em 30 de março 75 solicitou à prefeitura de CURITIBA, localização à Rua Carlos de Carvalho, 990, em imóvel alugado onde até hoje permanece.

Solicitou também licença para locação no mesmo local, de uma escola pré-primária – OFICINA.

Dos nomes levantados por esta AI, entre signatários da ata de fundação e associados, num total de 43, 21 são prontuariados como pertencentes às organizações subversivas, AP, POC e PCB, o que constitui um elevado percentual para uma organização de pequeno porte, como a epigrafada (AED/OFICINA).

Os estatutos da AED/OFICINA preveem reuniões e assembleias, o que faculta aos seus membros, contatos frequentes e de caráter legal.

Esses primeiros registros informam a data de fundação da AED, mantenedora da escola Oficina e a preocupação dos responsáveis quanto à regularização de suas atividades junto à Prefeitura municipal. Chama a atenção o fato de que os primeiros dados coligidos já terem sido suficientes para que as autoridades caracterizassem aquela associação como um “órgão de fachada de associação de subversivos”. Obviamente, essa consideração resulta do fato de que, conforme aponta o registro, existe entre os membros da associação, “um elevado percentual” de prontuariados pertencentes a organizações subversivas. Percebe-se claramente que esse é o fator determinante que leva os analistas a caracterizarem a Oficina como subversiva, o que de certa forma, explica a despreocupação, e mesmo, a incapacidade, em virtude do despreparo dos agentes, de analisarem as escolas e os trabalhos nelas desenvolvidos sob a ótica

<sup>174</sup> Inquérito 38/78. Termo de declaração de Zélia de Oliveira Passos. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>175</sup> Folha de S. Paulo. Professora explica métodos das escolas *Oficina* e *Oca*. São Paulo: 20 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 5.

pedagógica, uma vez que antecipadamente, aquelas instituições já vinham sendo julgadas e suas atividades qualificadas como atentatórias à segurança nacional.

No último apontamento verificamos que, para as autoridades, a previsão estatutária de realização de reuniões e assembleias visava encobrir a verdadeira intenção dos subversivos, a saber: contatarem-se livremente sob uma capa de legalidade a ser proporcionada por aquela inocente associação educacional.

Já para os mantenedores da escola, as reuniões e assembleias eram ferramentas decisórias que atestariam o caráter democrático da AED-OFICINA. Tal forma de gestão chocava-se frontalmente com o modelo administrativo autoritário e excludente adotado pelo regime, no qual a maioria da população passava ao largo das decisões sobre a vida do país. O boletim da AED-Oficina, de 1978 deixa claro o caráter democrático da instituição ao afirmar que:

Na AED e na OFICINA, pais e professores decidem – em regime de mútua cooperação – os rumos da educação. E a educação é entendida como um processo que se desenvolve no meio social, representado, nessa idade das crianças, pela escola e pela família. Assim, torna-se indispensável a participação conjunta de pais e professores na elaboração e aplicação prática da teoria pedagógica. Os pais se integram em reuniões correspondentes às faixas de idade das crianças, desenvolvendo, nestas o estudo das questões atinentes ao projeto educacional proposto.<sup>176</sup>

Em 13 de dezembro de 1976, os registros policiais indicam:

A organização epigrafada vem funcionando como um verdadeiro “aparelho” subversivo e núcleo de desintegração social. - Fundada por 28 elementos, dos quais 12 já registraram antecedentes subversivos. - Por ocasião do desligamento de WALMOR MARCELINO, o mesmo endereçou carta à nova diretoria, em que afirma, “por vezes parecemos um clube burguês de boa convivência e das relações sem princípios”. - Objetivos da AED/OFICINA, conforme relatório síntese dos debates de 25 SET 76; - Educação dos filhos; - Reeducação dos pais; - Transformação Social.

Nesses novos apontamentos reforçam-se as acusações sobre o caráter subversivo da instituição. Aparecem também as primeiras informações sobre o desligamento de Walmor Marcelino, que posteriormente iria liderar o grupo dissidente fundador do CEPAED-OCA. Os três objetivos da Oficina, presentes nos textos e documentos produzidos pela escola, mereceram registro das autoridades, indicando as suspeitas dos órgãos de segurança quanto às “reais” intenções ali camufladas e que uma vez identificadas pelos analistas de informações, confirmariam os verdadeiros desígnios dos comunistas abrigados naquela instituição.

---

<sup>176</sup> Boletim da Escola *Oficina*. Curitiba: AED, 1978.

Zélia Passos explica que nos primeiros momentos que envolveram a criação da escola, os pioneiros da Oficina defendiam que fossem observados alguns pressupostos para que aquela iniciativa fosse bem sucedida, de modo que:

[...] dois novos objetivos deveriam ser formulados: a educação dos filhos e a reeducação dos pais; que a reeducação dos pais surgiu como decorrência da necessidade de uma harmonia entre o que era ministrado na escola e o que a criança recebia em casa, além da necessidade da participação efetiva dos pais na educação das crianças na escola; que a partir da fixação desses dois objetivos pré-falados, sentiu-se que os mesmos se complementariam através de um terceiro objetivo que seria a transformação social; que a AED/OFICINA entendia como transformação social uma postura frente à educação privilegiando o seu aspecto dinâmico e inovador, supondo necessidade de aperfeiçoamento cultural da sociedade; que desse modo a educação dos filhos e a reeducação dos pais adquire um eixo voltado para a evolução das necessidades sociais e científicas da nação, que por sua vez alteram o conteúdo da educação das pessoas; [...] que às crianças era ministrada uma educação para que as mesmas obtivessem uma visão científica do mundo, ao seu próprio nível de compreensão.<sup>177</sup>

É importante fixarmos nossa atenção para a forma como são entendidos os dois primeiros objetivos – educação dos filhos e reeducação dos pais – por Zélia Passos, e também quanto ao papel propiciador que eles desempenhariam em relação à consecução do terceiro eixo a ser atingido, que era a transformação social. Isso, porque saber como esses objetivos eram entendidos sob a ótica das escolas nos ajudará a avaliar de forma crítica o discurso elaborado pelas autoridades responsáveis pela condução do Inquérito 38/78, que buscou atribuir a esses objetivos significados diferentes daqueles pensados pela instituição, conformando-os aos seus desígnios condenatórios. Para os inquisidores, levar o inquérito a bom termo significava impingir àquela instituição a pecha de subversiva, convencendo disso a opinião pública e posteriormente as instâncias judiciárias. Era necessário demonstrar peremptoriamente que aquele trabalho investigativo havia desmascarado os subversivos em sua estratégia de esconder sob o manto daqueles termos imprecisos, suas reais e inconfessáveis intenções. Além disso, era preciso convencer a opinião pública de que a extraordinária capacidade hermenêutica dos agentes policiais tornou possível que fossem decifrados os verdadeiros significados daquelas expressões ambíguas. Uma vez desmascarados os inimigos vermelhos em seus verdadeiros desígnios maléficos deveria a sociedade sentir-se grata ao governo por manter preservadas a ordem e a paz social.

---

<sup>177</sup> Inquérito 38/78. Termo de declaração de Zélia de Oliveira Passos. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

Assim, inquirir os trinta depoentes no inquérito 38/78, sobre os três objetivos da AED-OFICINA, visando incriminar a instituição, foi uma das principais preocupações dos interrogadores que atuaram na Operação Pequeno Príncipe. Todos os onze detidos e as dezenove testemunhas foram perguntados sobre o que significavam “educação dos filhos”, a “reeducação dos pais” e a “transformação social”.

Sobre o tema reeducação dos pais, Lélia Maria de Azevedo Leão Rego, associada à Oficina, desde agosto de 1975 e membro da diretoria em 1978, afirmou a PF entender esse objetivo da escola:

[...] como a necessidade de uma renovação das ideias dos pais, atualizando-as em face do mundo moderno, para uma melhor educação das crianças; que a defasagem existente entre a época em que os pais foram educados e a que estão educando os filhos exige uma adaptação ou reeducação dos pais, a fim de evitar a transmissão de preconceitos anacrônicos aos filhos.<sup>178</sup>

Em consonância com a concepção de Lélia sobre o assunto, o boletim informativo produzido e distribuído pela AED, explicava que:

Reconhecendo a importância do meio familiar na formação das crianças, o projeto visa a plena integração casa/escola. De um lado, tem-se como objetivo a preparação dos pais para que deem sequência, no ambiente familiar, ao trabalho realizado na escola; ao mesmo tempo, busca-se a avaliação do relacionamento com as crianças no dia-a-dia em casa e no meio social. De outro lado, procura-se incorporar a experiência do meio familiar e social ao planejamento pedagógico, tornando-o mais rico e profundo.<sup>179</sup>

Nesse ambiente de disputa pelo sentido a ser atribuído àquelas expressões, as autoridades visavam cunhar um tipo de explicação dogmática para os objetivos das escolas que, em consonância com seus interesses inquisitoriais, fosse aceito por todos de modo definitivo e, portanto, inquestionável. Essa afirmação decorre, conforme dito anteriormente, da constatação após a leitura dos depoimentos dos inquiridos sobre os objetivos da escola Oficina, da evidente intenção dos interrogadores de produzirem a partir das respostas dos interrogados, elementos que viessem a dar sustentação às acusações formuladas pelas autoridades, sobre o sentido subversivo oculto sob o manto daquele discurso de verniz pedagógico utilizado pelas escolas.

Possivelmente, para os analistas de informações, as expressões “educação dos filhos”, “reeducação dos pais” e “transformação social”, eram eufemismos produzidos pelos autores dos textos pré-escolares, que faziam uso daquele tipo de expediente visando comunicar-se sub-repticiamente com os seus iguais por meio de uma linguagem

<sup>178</sup> Inquérito 38/78. Termo de declaração de Lélia Maria de Azevedo Leão Rego. Fls 536. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>179</sup> Boletim da Escola Oficina. Curitiba: AED, 1978.

codificada, capaz de burlar a vigilância oficial e veicular impunemente suas verdadeiras intenções.

Assim, pode-se deduzir que, do ponto de vista dos inquisidores, *educação dos filhos* seria a doutrinação marxista das crianças visando transformá-las em futuros comunistas-ateus, inimigos da família e da tradição histórica; *reeducação dos pais* consistiria em impingir a estes uma nova visão de mundo, alinhada ao pensamento comunista; e, *transformação social*, significaria o desfecho revolucionário de um processo de acirramento da luta de classes alimentado pelos subversivos através das escolas, cujo resultado seria a implantação do inferno comunista no Brasil.

Voltando à ficha da AED-OFICINA, ainda no dia 13 de dezembro de 1977, são listadas as composições das diretorias dos anos de 1973 à 1977, conforme segue abaixo:

Diretorias da Organização: -

1ª Gestão – SET/73 a SET/74

Presidente – LLOYD W. STRACHAN

Vice-presidente – WALMOR MARCELINO

1º Sec – GERALDO ROBERTO CORRÊA VAZ DA SILVA

Tes – PAULO DE ALBUQUERQUE SÁ DE BRITO

Do Cons Fiscal – ELBA REGINA GILDA RAVAGLIO

Suplente – REINOLDO DA SILVA ATEM.

2ª Gestão – SET/74 a SET/75:

Presidente – SONIA KESSEL

Vice-presidente – ZÉLIA DE OLIVEIRA PASSOS

Secretária – ELBA REGINA GILDA RAVAGLIO

Tesoureiro – ANTONIO CARLOS KOLLER

Cons Fiscal – EDÉSIO FRANCO PASSOS

3ª Gestão – 1975 / 1976

Presidente – LLOYD W. STRACHAN

Vice-presidente – PAULO DE ALBUQUERQUE SÁ DE BRITO

Secretária Geral – MARIA ORDALIA MAGRO DEL GAUDIO

1º Sec – CARMEM REGINA BOT RIBEIRO

Tes – EDÉSIO FRANCO PASSOS

4ª Gestão – SET 76 a SET 77 [retificado em 13/01/77]

Presidente – EDÉSIO FRANCO PASSOS

Vice-presidente – SILVIA REGINA PIRES MENDONÇA

Sec Geral – ANA MARIA CARVALHO RIBEIRO

1º Sec – LELIA MARIA DE A. LEÃO REGO

Tes: – LUIZ ALBERTO AMARAL MANFREDINI

Entre as onze pessoas que seriam detidas na Operação Pequeno Príncipe, sete delas haviam participado das quatro primeiras diretorias da Oficina, entre os anos de 1973 e 1977. Compuseram a primeira diretoria os detidos Walmor Marcelino, Paulo Sá Brito e Reinoldo Atem. A segunda gestão teve a participação de Edésio Passos. Na terceira estavam novamente Paulo e Edésio. E na quarta gestão, cuja vigência se deu no

biênio 1976/1977, Edésio Passos ocupou a presidência e entre os demais membros estavam Sílvia Mendonça, Ana Lange e Luiz Manfredini.

Outras informações registradas na mesma data indicam preocupações relacionadas ao currículo, ou seja, sobre o que seria ou não, ensinado na escola e também com o seu calendário de comemorações:

Através de Assembleias realizadas e de deliberações da direção, foram abolidos do currículo escolar os seguintes assuntos: Boas maneiras – Religião e Educação Moral e Cívica.

Foram retirados do calendário de comemorações, as datas religiosas e outras já consagradas, como dia das mães, dia da pátria, etc. São comemoradas no entanto outras datas quase todas de caráter internacional.

A orientação pedagógica e os métodos de ensino são nitidamente de cunho materialista, contrária a estrutura social existente nos pais.

Para as autoridades, a ausência de ensinamentos de caráter religioso indicaria que a escola adotava um método de ensino apoiado no pensamento materialista, mesma base filosófica do marxismo, portanto, subversiva.

Para Sônia Kessel, esposa de Léo Kessel e uma das fundadoras da Oficina, a explicação para a ausência de ensino religioso no currículo da escola era outra. Conforme afirmou em depoimento à PF por ocasião do inquérito:

[...] na escola não se ministrava o ensino religioso, principalmente em virtude da divergência de origens e de credos dos associados; que outra razão para não se ministrar esse tipo ensino as crianças prendia-se ao fato de que a escola procurava dar as crianças uma visão científica das coisas, evitando incutir nelas preconceitos ou formas elaboradas pelos adultos e que, na realidade, não atendiam em sua plenitude as reais necessidades delas; que o ensino religioso necessita de um embasamento lógico que na criança da faixa etária das que frequentavam a AED-OFICINA ainda é embrionária; que inclusive algumas das crianças [...] tinham pais religiosos, como o caso da declarante, que naquela época professava a religião judaica.<sup>180</sup>

Elly Bartolomeu Leminski, cunhada do poeta curitibano Paulo Leminski, associou-se a Oficina e matriculou sua filha naquela instituição um mês antes de ocorrerem as prisões. Elly, que também prestou depoimento à Polícia Federal, além de apoiar o posicionamento da escola quanto ao ensino de religião, ainda refutou a alegação das autoridades de que ali se operava um trabalho de negação da família, afirmando que:

[...] na AED/OFICINA não existe o ensino religioso, já que tal assunto é deixado pela escola para ser solucionado pela família; que a declarante achou essa última característica da escola bastante conveniente, pois não entende que uma criança com a idade da sua possa compreender problemas de natureza

<sup>180</sup> Inquérito 38/78. Termo de declaração de Sônia Kessel. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

religiosa; [...] que ao que pareceu a declarante existe na escola um grande respeito pela família, procurando a direção, sempre, promover uma maior aproximação entre os pais e filhos.<sup>181</sup>

Também inquirida sobre a o ensino religioso na Oficina, Yara Faria do Amaral, que tinha dois filhos matriculados na escola desde 1977, Hugo e Marina, declarou a PF que:

não acredita que a AED/OFICINA estivesse ensinando marxismo ou materialismo às crianças nela matriculadas; que com relação ao problema religiosos a declarante tem a dizer que a AED/OFICINA deixava tal assunto para o inteiro arbítrio dos pais da criança, não sendo ministrado na escola qualquer tipo de ensino religiosos; que no entender da declarante a AED/OFICINA dava aos seus alunos uma visão científica do mundo, todavia não se tratava de uma visão necessariamente materialista; que pessoalmente a declarante é religiosa e procura transmitir em casa as suas convicções aos seus filhos, sem que a escola interfira de qualquer maneira no assunto; que do mesmo modo não considera que a AED/OFICINA seja contrária a instituição da família, pois o simples fato daquela escola colocar os pais na direção da educação dos filhos, juntamente com os professores, é uma prova incontestada de que a escola preza a instituição da família.<sup>182</sup>

Em 1977, a francesa Helene Jeanne Rosenmann, matriculou seu filho Dov, de um ano e cinco meses, na Oficina. Em seu depoimento, Helene explicou porque decidiu matricular seu filho naquela escola e demonstrou apoiar o laicismo da AED-OFICINA. Além disso, afirmou que, ao contrário do que asseveravam as autoridades, a escola não se posicionava contra a instituição familiar. Segundo a transcrição de seu depoimento:

[...] sendo francesa [Helene], sabe que em seu país de origem são bastante usados, atualmente, os métodos de Piaget na educação das crianças, e, tendo a declarante ouvido dizer que na AED/OFICINA se aplicavam as teorias de Piaget na educação das crianças, resolveu ali matricular seu filho; que particularmente a declarante é graduada em História e Literatura Francesa; que a declarante simpatiza com as teorias de Piaget porque, no seu entender, aquele biólogo suíço tem uma visão bastante clara a respeito do desenvolvimento físico e mental da criança, nos diversos estágios do seu, digo, da sua evolução, na idade pré-escolar, visão essa que é baseada em verificações experimentais e não apenas em teorias, dando, conseqüentemente, uma margem muito pequena de erro, quanto a validade de suas afirmações; que a declarante, desde agosto de 1977 participa da Comissão Pedagógica da AED/OFICINA, tendo nesse trabalho uma participação bastante ativa; que pessoalmente não acredita que, na AED/OFICINA, se estivesse doutrinando crianças para futura assimilação de ideais marxistas ou concepções dialéticas do mundo; que particularmente, apesar de desconhecer completamente a doutrina marxista e a Dialética, não acredita na possibilidade de se incutir ensinamentos dessa natureza a crianças de idade em que frequenta a AED/OFICINA [...] que na AED/OFICINA o posicionamento com relação a religião era o de que esse assunto deveria ficar ao encargo exclusivo da família da criança; que tal posicionamento era motivado pelo fato de que os associados da AED/OFICINA são seguidores de

<sup>181</sup> Inquérito nº 38/1978. DPF. Termo de declaração de Elly Bartolomeu Leminski. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>182</sup> Inquérito nº 38/1978. DPF. Termo de declaração de Yara Faria do Amaral. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

diversas crenças, não podendo a escola padronizar um determinado tipo de credo para transmitir às crianças; que por essa razão a escola não ensinava materialismo às crianças, em respeito às convicções religiosas dos associados; que considera falsa a acusação de que a AED/OFICINA fosse contrária a instituição da família; que a AED/OFICINA tem procurado no máximo de suas possibilidades a realização de uma perfeita integração entre a escola e a família.<sup>183</sup>

Sob a lógica dos analistas de informações, ao negarem-se a ministrar o ensino de religião, os responsáveis pela escola demonstravam renegar qualquer tipo de explicação religiosa do mundo. Assim, ao optarem por não reproduzir o credo cristão nas escolas e adotarem um modelo de ensino baseado em explicações científicas fundamentadas no materialismo, a mesma base filosófica do ateísmo marxista, os dirigentes da escola atentavam contra a Lei de Segurança Nacional. Uma vez que os alunos estavam sendo doutrinados sob essa visão materialista e dialética do mundo, esses princípios marxistas fariam com que essas crianças, na faixa etária de 1 aos 6 anos, viessem a negar valores como a religião, a família e a tradição histórica e, pior ainda, a engajarem-se na luta por transformações sociais que uma vez realizadas, significariam implantação do comunismo-ateu no Brasil. Talvez estivéssemos diante de uma espécie de daltonismo ideológico em que os operadores do regime ditatorial, uma vez acometidos dessa anomalia e conforme as circunstâncias exigissem, identificassem a todos os que se lhes opusessem como o velho inimigo vermelho a ser eliminado.

Enquanto alguns de seus membros permaneciam presos, outros dirigentes da escola Oficina empenhavam-se na luta contra as perseguições e ilegalidades, protestando conforme atesta a reportagem da Folha de Londrina:

A Associação de Estudos Educacionais AED/Oficina, acusada pela Polícia Federal de ensinar às crianças em idade pré-escolar métodos marxistas, e uma visão dialética e anti-religiosa do mundo, entrega à imprensa o seguinte manifesto de repúdio por essas acusações: “Associação de Estudos Educacionais AED/Oficina – Manifesto: Os sócios da Associação de Estudos Educacionais e professores da Escola Oficina manifestam de público o seu repúdio pela pressão de diversos de seus associados, bem como sobre às acusações relativas aos seus métodos educacionais. Essas acusações são, no mínimo ridículas e inverídicas. Manifestam também o seu protesto pela invasão e violação de sua sede e pelo roubo de todos os seus arquivos e documentos resultado do trabalho pedagógico de quase seis anos de existência da AED/Oficina. Afirmam sua determinação de continuar o trabalho que vinha sendo desenvolvido, tanto a nível de estudos pedagógicos como na prática educacional naquela escola pré-primária.<sup>184</sup>

<sup>183</sup> Inquérito nº 38/1978. DPF. Termo de declaração de Helene Jeanne Rosenmann. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>184</sup> Folha de Londrina. Escolas acusadas manifestam-se. Londrina, 22 de março de 1978, p. 2.

Em relatório sobre o episódio que envolveu as prisões ligadas à Operação Pequeno Príncipe, Walmor Marcelino, um dos principais ideólogos das escolinhas, descreveu parte dos interrogatórios a que foi submetido pelas autoridades. Explicou como se posicionou ao ter que responder aos insistentes questionamentos sobre temas como a tão surrada irreligiosidade das escolinhas, a ausência no currículo da disciplina de Educação Moral e Cívica e também ao fato de não serem ministradas aulas de Boas Maneiras. Além disso, Walmor, também foi obrigado a justificar por qual motivo as escolinhas adotavam um calendário diferente das demais. Em trecho desse documento, Walmor usa de ironia, para relatar o acontecido:

Em particular, algumas coisas chamaram a atenção dos doutos inquiridores: Por que as escolas não davam “boas maneiras”? Por que a escola não oferecia “educação religiosa”? E por que a escola não tinha “educação moral e cívica”?

Pouco adiantou explicar. [...] Outra preocupação incisiva da polícia foi sobre a proposta de um calendário comemorativo na escola: o dia 1º de janeiro foi sugerido mas ocorria nas férias, por isso não era comemorado devidamente; aliás, a autoridade do inquisidor ficou muito impressionada porque aquela data não era apenas “Ano Bom” e sim da Fraternidade Universal. Outras duas datas foram consideradas “internacionalistas”, e portanto perigosas, os dias “Internacional da Mulher” e “Internacional do Teatro”; [...] Outra data que muito preocupou as zelosas autoridades de segurança foi o 1º de maio; admiravam-se muito que os pais limpassem e consertassem as instalações da escola, seus equipamentos e brinquedos e que o dia 1º de maio, entre outros domingos e feriados se transformasse num dia de mutirão de pais na escola. Por último, ainda sobre o calendário, a mudança das estações ser incluída como proposta de atividades e oportunidade pedagógica para os trabalhos na escola transformou-nos em faunos, sátiros e bacantes naturalistas que iriam ali “curtir” a natureza. Escapava-lhes que é uma oportunidade pedagógica especial, quando a criança pode ver, sentir e pesquisar a mutação climática juntamente com as modificações na natureza, particularmente na vida vegetal e animal, no pequeno mundo que é uma escola.<sup>185</sup>

Contundente em suas críticas, Walmor, não levava muito a sério a disciplina de Educação Moral e Cívica que, entre outras finalidades, defendia o “culto a Pátria, aos seus símbolos, tradições, instruções, e aos grandes vultos de sua história”, e o “preparo do cidadão para o exercício de atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando o bem comum”<sup>186</sup>. Sobre a origem e os objetivos desse “curso”, conforme assinalou o brasilianista Thomas Skidmore, em 1969, o governo lançou:

[...] um novo dispositivo curricular para promover o patriotismo. [...] um decreto-lei criou compulsoriamente o curso de Educação Moral e Cívica que todos os estudantes deviam fazer anualmente - com instrutor e material

<sup>185</sup> Relatório de Walmor Marcelino. Arquivo particular.

<sup>186</sup> SALGADO DE SOUZA, Maria Inês. Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981, p. 176.

didático devidamente aprovados. Destinada a apoiar a versão brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, a ideia do curso partira de um grupo de trabalho da Escola Superior de Guerra como resposta à necessidade de se reformular a mentalidade das vindouras gerações em conformidade com as novas realidades da Revolução de 1964. Lançado no início de 1971, o plano exigia que todo aluno matriculado – do primeiro grau à pós-graduação – fizesse o curso. A lei definia o programa como destinado a “defender os princípios democráticos pela preservação do espírito religioso, da dignidade do ser humano e do amor à liberdade, com responsabilidade sob a inspiração de Deus”. Destinava-se também a promover “obediência à lei, dedicação ao trabalho e integração na comunidade”. Todo o material de ensino tinha que ter a aprovação do governo, que estimulava a produção de um amontoado de volumes medíocres com histórias de heróis e a discussão de problemas (certamente legítimos porém, o que é mais importante, seguros), como a necessidade de mais projetos hidrelétricos e mais tecnologia. Do ginásio para cima, muitos alunos consideravam o curso uma pilhéria, mas seu conteúdo oferecia uma pista de como o governo militar desejava definir o futuro do Brasil.<sup>187</sup>

Segundo Garcia, uma das formas utilizadas pelo governo ditatorial visando angariar o apoio da população foi:

[...] o apelo ao patriotismo, estimulando uma admiração festiva, embora passiva pelo país. De forma sutil e implícita, o conceito de “pátria” era assimilado ao de “governo”, de tal maneira que o amor à pátria acabava por significar submissão ao Estado. Essa assimilação não era nova e se devia, em parte, à ausência de uma tradição de se festejar datas e fatos nacionais a partir da sociedade civil. As festas nacionalistas sempre foram impostas, nas escolas e nos quartéis, geralmente previstas em leis ou decretos. As comemorações da semana da pátria, proclamação da República e outras eram organizadas pelo governo, com a presença sempre repetida das “autoridades civis, militares e eclesiásticas”, e seus discursos, seguidos de desfiles militares, bandas de estudantes, voos de esquadrilhas aéreas, tudo sempre monótono e igual. Os símbolos e hinos nacionais eram igualmente definidos em lei, que não permitia fossem utilizados ou executados senão nas formas prescritas [...] O regime pós-64 manteve a tradição, continuando a apresentar-se como proprietário da nação. O patriotismo, contudo, tornava-se mais sisudo, fardado e sem graça, como se percebe nesses dois slogans: “uma bandeira do Brasil para cada sala de aula” e “o respeito aos símbolos da Pátria é demonstração de civismo e constitui fator de unidade nacional”. O ponto alto das campanhas patrióticas ocorria com as comemorações da “Semana da Pátria”, em setembro. Procurava-se, num clima relativamente festivo, obter a presença da população nos desfiles e atos solenes, acenando bandeirinhas, cantando hinos e aplaudindo. Para a maior parte das pessoas, além de não se tratar de “sua” festa, não havia porque entusiasmar-se com algo cujo significado não era compreendido e sua participação se dava apenas por curiosidade ou obrigação.<sup>188</sup>

A considerarmos a preocupação do governo em usar essa disciplina para instilar nos alunos um tipo de patriotismo calcado em noções como a defesa de “princípios democráticos pela preservação do espírito religioso [...] do amor à liberdade, com

<sup>187</sup> SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 168.

<sup>188</sup> GARCIA, Nelson Jahr. Sadismo, sedução e silêncio - propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo, Loyola, 1990. Ebook, p.202-203.

responsabilidade sob a inspiração de Deus”, além da “obediência a lei, dedicação ao trabalho e integração na comunidade”, torna-se evidente que instituições como a AED-OFICINA e o CEPAED-OCA, confrontavam-se abertamente com a ideologia e os valores defendidos pelo regime ditatorial.

Os registros da AED, a seguir, reforçam a preocupação com o número exagerado de associados com antecedentes “subversivos” e, como consequência, a constatação de que a escola estaria a “serviço da subversão”:

De 91 elementos associados da AED/OFICINA, professores, diretores antigos e atuais, 31 registram antecedentes de subversão e detém as principais funções de direção da organização.

A AED/OFICINA, nos moldes em que está funcionando, constitui-se pois, em um foco a serviço da subversão, promovendo atividades atentatórias à Segurança Nacional.

A leitura dos depoimentos produzidos no âmbito das investigações do Inquérito 38/78, que investigou as escolas, indica que não houve unanimidade entre as 19 testemunhas. Em sintonia com as acusações das autoridades, três associados condenaram algumas práticas que consideraram equivocadas na Oficina. Gilberto Alfredo Ribeiro Carvalho, engenheiro eletricitista da empresa Eletrosul, que em 1976, matriculara seu filho Geraldo, de dois anos de idade na Oficina, afirmou em depoimento à PF que:

[...] não gostava da escola da OFICINA porque a orientação educacional dada para as crianças diferia daquela que o declarante recebera; que na escola OFICINA não eram festejadas datas consideradas importantes pelo depoente e sua esposa principalmente dia da mães, comemoração da páscoa; que procuravam tirar a individualidade da criança e dar a tudo o sentido de coletividade; que às crianças não era permitido ter os seus próprios brinquedos, pois a ideia era de que tudo era de todos; que na escola também não se falava em religião; que durante o tempo em que seu filho permaneceu na escola o depoente pode constatar que foram festejados o dia do Trabalho e o Dia Internacional da Mulher, mas não fizeram quaisquer comemorações no dia das Mães e nem por ocasião da Páscoa [...] que o depoente tirou seu filho da OFICINA e desligou-se da associação porque achava que não fariam aquilo que esperava para seu filho em termos de educação; que o depoente ficou sabendo através da imprensa que o pessoal que dirigia a associação e a OFICINA tinham antecedentes subversivos, circunstância que à época em que matriculou seu filho teria impedido de o fazer, se lhe fossem conhecidos; que o depoente está a disposição da polícia Federal para quaisquer outros esclarecimento que se façam necessários, bem como sua esposa.<sup>189</sup>

Laudelina Maria Pereira Bayesturff, secretária executiva, que em 1975 matriculou seu filho de dois anos de idade, também não tinha uma imagem positiva da

<sup>189</sup> Inquérito nº 38/1978. DPF. Termo de declaração de Gilberto Alfredo Ribeiro Carvalho. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

escola Oficina. Vejamos parte de seu depoimento que também vai ao encontro das acusações feitas pelos órgãos de segurança:

[...] que no princípio do ano de 1975, a depoente estava procurando escola pré-primária para seu filhinho de dois anos, de idade e os de sua irmã CELINA MARIA PEREIRA [...] que em conversa com um seu colega de trabalho, MIGUEL POPOASKI, foi informada de que poderia conseguir vaga numa escolinha de uma sua conhecida de nome Zélia Passos; [...] a depoente procurou a escolinha OFICINA [...] em contato com Elba Gilda Ravaglio, foi por esta informada de que havia necessidade de uma entrevista com os pais das crianças; [...] sendo entrevistada sua irmã Celina Maria, que lidava mais diretamente com as crianças [...] que a depoente e bem assim sua irmã Celina Maria foram dispensadas de se associarem à AED/OFFICINA, por causa de suas condições financeira [...] que inicialmente a depoente e sua irmã se entusiasmaram com a simplicidade da escola e as crianças frequentaram, a OFICINA durante todo o período de 1975; que no entanto, no princípio de ano de 1976, a depoente compareceu a uma Reunião de Faixa ali, entre os assuntos discutidos, foi abordado que as crianças estavam falando muito em Deus e que aquilo não podia ser mais permitido; que a depoente sentiu a reação das pessoas que dirigiam a escola principalmente de ZÉLIA, EDÉSIO [...] tendo ficado resolvido que uma nova reunião seria convocada para resolver a situação definitivamente e não mais haver referência à religião na escola; que a depoente ficou meio assustada, mas não se pronunciou, apesar de achar que o fato deveria referir-se as suas crianças, pois sua família é de formação religiosa católica; que outro irmão da depoente JOAQUIM FRANCISCO PEREIRA [...] disse que a depoente não deveria comparecer a novas reuniões e nem deveria deixar as crianças voltarem a escola, por que essa escola era comunista; que, efetivamente, a depoente não mais permitiu que as crianças retornassem a OFICINA, desligando-se totalmente daquele grupo; [...] que outros aspectos que causavam estranheza a depoente e a sua irmã era o fato de na OFICINA não se comemoravam o Dia da Pátria, Dia das Mães, Dia das Crianças, a Páscoa, em suma, todas as datas que normalmente se cultua; que outros esclarecimentos poderão ser dados por sua irmã CELINA MARIA PEREIRA que também viveu de perto esse problema, inclusive porque tinha três filhos na OFICINA, a qual encontra-se atualmente residindo em Santa Catarina, na Praia de Armação de Itapocoroí, município da Penha.<sup>190</sup>

Para contabilizar mais uma testemunha a seu favor no inquérito, as autoridades enviaram uma equipe formada por um delegado e uma escrivã da Polícia Federal ao município da Penha, em Santa Catarina, para recolherem o depoimento de Celina Maria, que assim se pronunciou sobre a escola Oficina:

[...] que a associada da AED, ELBA (esposa do SR. MARCELINO) compareceu a sua residência para uma entrevista com a finalidade de obter dados sobre a situação financeira da depoente, bem como sobre os objetivos da escola que seriam educação dos filhos e reeducação dos pais, não tendo contudo, explicado a finalidade de tais objetivos; Que durante a entrevista foi explicado [...] que na AED/OFFICINA não havia ensino religioso; [no] ano de 1975, matriculou os seus filhos ANDREA, ALESANDRO e MARCO AURELIO na AED/OFFICINA, tendo a diretoria da escola lhe fornecido Bolsa de Estudos [...] Que no início do mês de abril de 1976, retirou seus filhos da AED/OFFICINA; [que um] ponto que originou sua saída foi a indignação da

<sup>190</sup> Inquérito nº 38/1978. DPF. Termo de declaração de Laudelina Maria Pereira Bayesturff. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

depoente [...] pelo tratamento dado aos assuntos religiosos, pois os professores diziam que qualquer assunto que se referisse a Deus seria com o intuito de enganar as crianças; que pelo fato de seus filhos falarem muito na figura de Deus, notou que os professores não estavam dando a atenção as crianças como vinham fazendo anteriormente, bem como modificaram o modo de tratar dos assuntos educacionais com a depoente; Que a depoente esclarece que tais fatos contribuíram com sua saída da AED/OFICINA, vez que parecia estar sendo forçada a tal decisão, por parte das pessoas que não concordavam, com sua maneira de pensar.<sup>191</sup>

Em 11 de março de 1977, novos apontamentos reafirmam tratar-se a escola Oficina de uma instituição de caráter esquerdista. Tal constatação resultou da interceptação pelos agentes de uma conversa entre Edésio Passos e Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange, em que a socióloga refere-se à Oficina como “o pequeno Lênin”. Conforme segue abaixo, após esse flagrante subversivo, a sentença estava consumada: a Oficina era uma escola de “caráter esquerdista”, não importando para esses analistas em que contexto tal frase havia sido emitida:

11/03/77

Em diálogo mantido por ANA MARIA CARVALHO RIBEIRO com EDÉSIO FRANCO PASSOS, ambos diretores da epigrafada em MAR 77, a citada nomeou a AED/OFICINA de “O PEQUENO LENIN”.

Ficou claramente evidenciado o caráter esquerdista da epigrafada.

O próximo registro demonstra duas preocupações: a pauta de uma reunião – transformação social - que seria um eufemismo para revolução comunista, e o fato de sua realização ocorrer fora da escola e na residência de um dos seus membros:

11/04/77

Realizou reunião no dia 30 MAR 77, na casa de LELIA MARIA DE AZEVEDO LEÃO REGO – (Secretária da entidade) – Rua Paraguaçu nº 98 – CURITIBA/PR.

A reunião era da diretoria para discussão do tema TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, terceiro objetivo da epigrafada.

Em seguida surgem outras informações que demonstram existir uma certa visibilidade das escolas, visto que as suas atividades tornavam-se conhecidas através de matérias publicadas em jornais de ampla circulação. Porém, segundo o registro, esse espaço foi conquistado graças às articulações de membros da escola infiltrados no jornal.

22/04/77

Artigo intitulado “Centro adaptado a real necessidade da criança” foi publicado na GAZETA DO POVO em edição de 27 MAR 1977.

---

<sup>191</sup> Inquérito nº 38/1978. DPF. Termo de declaração de Celina Maria Pereira. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

O artigo é referente à epigrafada e reafirma um dos objetivos da AED/OFICINA, qual seja, a reeducação dos pais: “os pais recebem uma preparação adequada para que o trabalho desenvolvido na escola não sofra solução de continuidade.”

O artigo foi publicado, graças ao endosso proporcionado por RUY JOÃO STAUB e ELZA EUVIRA ZUCON STAUB, esposa de RUY, ambos sócios da epigrafada e integrantes da equipe de revisão da GAZETA DO POVO.

No entanto, conforme afirmou Zélia Passos, em reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de 20 de março de 1978, “O trabalho desenvolvido na Oficina já foi amplamente divulgado pela imprensa do Paraná e exposto no Congresso Nacional de Educação Pré-Escolar, realizado em 1976, em São Paulo”.<sup>192</sup>

Em outra entrevista concedida à imprensa por ocasião das prisões, ao mesmo tempo em que denunciou os abusos praticados pelas autoridades policiais, Zélia Passos explicitou a transparência com que os trabalhos da Oficina eram realizados. Em reportagem do jornal *Folha de Londrina*, em 1978 a pedagoga afirmou:

[...] não entender o porque das acusações da Polícia Federal – “pois se nos observassem saberiam de todas as nossas atividades, que não dariam razão para todas essas prisões e acusações” – Zélia complementa: “Creio assim, que isto está servindo de pretexto para as detenções dos 11. Nossas atividades foram bastante abertas, bem divulgadas. Nossos alunos participaram do Centro de Atividade, no Parque São Lourenço, nosso trabalho vinha sendo amplamente noticiado em jornais, desde 1973. Tomamos parte no congresso Nacional de Escolas Pré-primárias, realizado em São Paulo. Mas porque invadir nossa escola, levar nossos arquivos e nossos materiais?”<sup>193</sup>

Os novos apontamentos que seguem abaixo revelam a preocupação das autoridades em caracterizar a escola como ilegal, sugerindo que a mesma não atendia as exigências da legislação educacional. O objetivo talvez fosse utilizar no futuro esse recurso argumentativo como um trunfo para o fechamento da Oficina. Vejamos:

A epigrafada não tem seu funcionamento enquadrado dentro do previsto nos moldes da Portaria nº 56/63 de 10 JAN 63 da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Estado do Paraná, que regulamenta os jardins de infância (pré-primário).

A situação da epigrafada portanto é ilegal; não figura na relação de entidades escolares pré-primárias, pertencentes a rede estadual, municipal e particular de ensino, é susceptível de imediato fechamento, se a fiscalização competente assim o determinar.

A última anotação na ficha da AED/OFICINA, em 15 de setembro de 1977, informa o nome de uma professora em vias de contratação pela escola, motivo pelo qual

<sup>192</sup> Folha de S. Paulo. Professora explica método das escolas *Oficina* e *Oca*. São Paulo, 20 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 5.

<sup>193</sup> Folha de Londrina. Diretoria de escola contesta acusações. Londrina, 23 de março de 1978, p. 4.

passa a ser também considerada suspeita pelos órgãos repressivos: “Está sendo cogitada para professora da epigrafada, MARIA JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA”.

Feitas essas considerações sobre a documentação referente a AED-OFICINA, passaremos ao CEPAED-OCA e, em seguida, analisaremos parte dos apontamentos que integram o prontuário dessa nova associação e de sua pré-escola na seção DOPS-PR do DEAP. E, assim como procedemos em relação à AED, conheceremos também o posicionamento dos participantes das escolas sobre os temas abordados.

## **4.2 O CEPAED/OCA**

Em 1975, alguns dos sócios da AED, mantenedora da escola Oficina, afastaram-se da entidade em virtude do que alegaram ser um suposto “estacionamento pedagógico” da escola. O grupo dissidente, composto por professores, jornalistas, publicitários e funcionários públicos, optou então por fundar o Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais. O CEPAED, como passou a ser conhecido, criou em maio de 1977, em convênio com o Colorado - tradicional clube de futebol de Curitiba - a Escola Experimental Oca.

Sobre as dissensões que levaram ao desmembramento da AED/OFICINA e, conseqüentemente, a criação dessa nova experiência educacional, o CEPAED/OCA, que se estenderia até o ano de 1979, explica Kunzle:

Segundo os depoimentos de Zélia [Passos] e de Carmen [Ribeiro], um texto escrito por Walmor Marcelino foi um dos pivôs da separação. Percebemos que

diferenças pessoais e de força “política” tiveram um papel importante na separação dos grupos.<sup>194</sup>

Essas diferenças políticas, uma vez analisadas, provavelmente levaram Maria Rosa Chaves Künzle, a considerar a pré-escola Oca, como “uma dissidência com um discurso mais à ‘esquerda’ em relação à Oficina”.<sup>195</sup> Talvez a crítica de Walmor Marcelino quanto ao que ele considerou como o caráter burguês assumido pela Oficina, que colaborou para a cisão ocorrida em 1975, nos ajude a entender a preocupação dos idealizadores do CEPAED-OCA em priorizar o atendimento aos filhos da classe trabalhadora. Conforme Künzle:

Numa entrevista para o Folhetim *Quem*, do início dos anos 80, Sônia K. explica as concepções de educação e propostas da escola Oca. A professora afirma que as escolas ditas “especiais” de educação pré-escolar estavam atingindo um número pequeno de alunos e se desvinculando das preocupações da grande maioria da população. A Escola Oca, ao contrário, estava pensando e discutindo uma proposta para os trabalhadores, que tinham sua cultura desrespeitada e eram marginalizados do processo educativo. Havia entre seus alunos muitos filhos e filhas dos moradores do bairro Capanema e da Vila dos Ferroviários, onde se localizava a escola, bairro de trabalhadores de baixo poder aquisitivo e que tinham bolsas de estudo.<sup>196</sup>

Sobre as diferenças em relação ao entendimento e a aplicação das teorias pedagógicas, Fábio Campana, que fazia parte da diretoria do CEPAED/OCA, em 1978 afirmava que:

[...] a linha pedagógica da Oca era diferente da Oficina porque a Escola Oca seguia as ideias de Henry Wallon, segundo ele, um crítico de Piaget e que via o desenvolvimento da criança a partir de uma perspectiva muito mais dialética: A nossa escola não se baseia em Piaget. Mas num predecessor seu, Henry Wallon, médico, psicólogo, pedagogo, um dos responsáveis pela reforma da escola francesa entre as duas guerras mundiais, com o Projeto Langevin/Wallon. Wallon é crítico de Piaget. Enquanto Piaget se preocupava apenas com a inteligência, Wallon se preocupava com tudo... o desenvolvimento da criança é visto como um desenvolvimento dialético, no sentido que há uma sucessão de fases, que encerram contradições. Em suma, enquanto Piaget vê as coisas num círculo, ele vê em espiral. Por ser dialético, não há conformismo, não há nenhum método.<sup>197</sup>

A escola Oca desenvolvia um método experimental baseado na teoria de Henri Wallon, médico francês, precursor de Jean Piaget e um dos reestruturadores do ensino na França. Suas ideias haviam servido de inspiração para a dissertação de mestrado produzida por um dos dirigentes da escola, o professor Léo Kessel. Assim, fazendo uso

<sup>194</sup> KÜNZLE, Maria R. Chaves. *Escolas alternativas em Curitiba: trincheiras, utopias e resistências pedagógicas* (1965 - 1986). Curitiba: 2011, p. 70-71.

<sup>195</sup> KÜNZLE, Maria R. Chaves. *Op. cit.* 2011, p. 69.

<sup>196</sup> KÜNZLE, Maria R. Chaves. *Op. cit.* 2011, p. 70-71.

<sup>197</sup> Entrevista de Fábio Campana ao Jornal Repórter, n. 5, abril de 1978, página 8. Acervo *Oficina/Casa da Memória*.

das concepções formuladas por Kessel, buscando subsídios em outras teorias pedagógicas, e utilizando como principal ferramenta de ensino o “Teatro Pedagógico”, método sistematizado por Walmor Marcelino, a Escola Experimental Oca inicia seus trabalhos com os alunos em 1977.

Documento elaborado por membros do CEPAED/OCA em janeiro de 1978, nos fornece algumas considerações sobre essa associação e a escola a partir da visão dos responsáveis por essa experiência educacional alternativa. Vejamos o primeiro tópico:

I – O QUE SOMOS - Depois de alguns anos de experiência com atividades educacionais (desde 1973) e sendo a questão da educação de conhecimento de todos os integrantes do Centro de Pesquisas e Avaliações educacionais - CEPAED, decidiram criar uma prática de alto nível, mas ajustada a tese que defendem: uma pedagogia de bases científicas. O grupo diretor do CEPAED é composto por educadores de formação cultural e atividades profissionais as mais variadas: professores de nível universitário, psicólogo, jornalistas, escritores, publicitários, funcionários públicos.<sup>198</sup>

Em seguida, em alguns trechos selecionados, ao mesmo tempo em que o projeto educacional do CEPAED/OCA é explicitado, também são tecidas críticas ao modelo mercantilista vigente. Vejamos como foi apresentada essa nova proposta que se propunha a colaborar para a superação das deficiências do sistema pré-escolar brasileiro:

Traços gerais – 1- O CEPAED elaborou um projeto educacional que deve ser: a) resposta às necessidades profundas das crianças; b) resposta às necessidades dos pais; c) um projeto nacional capaz de, respondendo às necessidades sociais, enfrentar insuficiências e distorções das tímidas e elitistas atividades oficiais no setor e o comércio vergonhoso que é feito sobre as necessidades das crianças [...] 2 – As escolas existentes, modo geral, se dizem retirar dos pais a grande preocupação com a educação das crianças, na verdade não cumprem esta finalidade. Ao contrário, não dão à criança aquilo que lhes é absolutamente necessário: - em primeiro lugar, condições para sua estabilidade emocional, iniciativa, autoconfiança e relações de igualdade com outras crianças e adultos; - atividades físicas e intelectuais correlacionadas; - desenvolvimento das ações motoras de modo integrado e gradativo; - formação de um universo próprio, representativo, integrado em suas possibilidades (criando condições fundamentais para a compreensão do que a rodeia); - início do código da linguagem – postura, gesto, fala, escrita – que lhes possibilita o domínio das expressões físicas e verbais. 3- A maioria dos pais vivem sob grandes dificuldades: econômicas, de tempo, educacionais e culturais. A família e a escola são as instituições sociais que mais interferem no processo educacional. a) a questão do caráter, que é o principal aspecto da educação, ficou ainda por conta da família. B) a questão da atitude da criança, também no geral, ela toma da família, este é o segundo aspecto da educação. C) a terceira questão, e que está indissolivelmente ligada às outras duas desde o nascimento até a morte, é a escala de valores sociais e morais, cujas matrizes se plasmam desde muito cedo no seio da família. E se ampliam, consolidam ou eventualmente reformam na escola e nas relações sociais. [...] Há uma condição básica presidindo uma pedagogia nova, capaz de promover essa integração (física e mental, do principal e do secundário, da criança e do

<sup>198</sup> Folheto “O que somos”. CEPÁED-OCA.

adulto, do aluno e do professor, dos pais e da escola). Essa condição básica é a liberdade [...] Isto é decisivo para um correto processo educacional. 5. A Oca, como atividade escolar prática do CEPAED, está realizando a superação dessas deficiências. Pretende se e está sendo uma resposta correta e avançada aos desafios da educação pré-escolar no Brasil. [...] Como atividade científica e experimental no campo da Pedagogia [...] temos encontrado excelentes resultados, mas alguns desafios ainda não resolvidos; sendo o principal a atração dos pais para melhor compreensão e maior colaboração com o projeto.<sup>199</sup>

Sobre as dificuldades de implantação da escola informa o texto que:

[...] Entretanto uma escola de bases científicas não pode ser concretizada com poucos recursos e muitas crianças. Começamos com dois professores e 20 crianças, mas já podemos ampliar nossas atividades. Ao mesmo tempo, já temos entrado em contato com educadores para estudar, debater e transmitir informações pedagógicas, irradiando nossas contribuições a outros.<sup>200</sup>

Ao final do documento, são relacionados alguns dos integrantes daquele projeto educacional, durante o ano de 1978, sendo professoras: Oriete Heloisa Covolan, Sônia Kessel e Sônia Schwantes; o Conselho Diretor era formado por Denise de Camargo, L. Fábio Campana, Elba G. Ravaglio, Ronaldo Schwantes, Sônia Kessel, Sônia Schwantes e Walmor Marcelino; e Léo Kessel ocupava o cargo de presidente do CEPAED-OCA. Portanto, quando ocorreram as prisões em março de 1978, Léo Kessel dirigia formalmente a instituição.

Havia também diferenças em relação ao modelo gestor adotado pelas escolinhas. Ressalte-se que na Oficina, desde o início foi implementado um sistema cooperativo de gerenciamento, em que pais e apoiadores se cotizavam para a manutenção da instituição e eram responsáveis pela gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Já na escolinha Oca, apesar da participação dos pais e apoiadores, as decisões pedagógicas ficavam majoritariamente sob a responsabilidade do coletivo formado por professores e “mentores intelectuais” daquela instituição.<sup>201</sup>

Vejamos a partir de agora como o CEPAED-OCA era visto pelas autoridades policiais. Na ficha nominal do *Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais*, mantenedor da pré-escola Oca, produzida pela 2ª seção da 5ª Região Militar, em

<sup>199</sup> Folheto “O que somos”. CEPAED-OCA.

<sup>200</sup> Folheto “O que somos”. CEPAED-OCA.

<sup>201</sup> KÜNZLE, Maria R. Chaves. Op. cit. 2011, p. 10.

informação datada de 12 de agosto de 1977, o surgimento dessa instituição é apontado como iniciativa de elementos subversivos, conforme abaixo:

1- WALMOR MARCELINO, subversivo, prontuários nesta AI, em dezembro de 1975, liderou um grupo de esquerdistas abaixo nominados: ELGA [sic] REGINA GILDA RAVAGLIO, amante de WALMOR MARCELINO, subversiva, prontuária nesta AI; LÉO KESSEL, fundador da AED/OFICINA, professor lotado na Sec Ed e Cultura do PARANÁ, fichado; SONIA KESSEL, fundadora da AED/OFICINA, fichada; SONIA MARANGON, ex-professora da AED/OFICINA, fichada; MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS, ex-sócio da AED/OFICINA, professor da UFPr, fichado; que se desligou da AED/OFICINA, escola pré-primária, ilegal, e de cunho esquerdista, por achar que a mesma, segundo carta dirigida a então diretoria, teria saído de sua original linha de atuação e decorrentemente orientado sua pedagogia para a linha “oportunista e burguesa”.

A seguir as autoridades advertem para o viés esquerdista do CEPAED/OCA, uma vez que essa associação teria sido criada para suprir a falta de uma pré-escola materialista e pré-marxista. Possivelmente os agentes policiais, considerassem que esse fato, poderia estar dificultando aos subversivos o trabalho de formação pré-escolar de novos quadros comunistas. Segundo o texto:

2- Como as escolas pré-primárias existentes e legais não oferecem aquela doutrinação materialista e pré-marxista desejada, viu-se o grupo de WALMOR MARCELINO obrigado a fundar nova “escola” – CEPAED/OCA -, que segundo definição de LÉO KESSEL “é uma proposta para a educação pré-escolar baseada em três linhas de suporte e duas grandes linhas de atuação, sendo a primeira linha a sociabilização (integração da criança ao grupo) a segunda linha a educação e capacitação da criança”.

O prontuário do CEPAED/OCA aponta ainda os membros que compunham a diretoria no ano de 1977, afirmando que “atualmente exercem sua diretoria: Léo Kessel, Walmor Marcelino, Elba Regina Gilda Ravaglio, e Sonia Kessel”.

Sobre o tema da ilegalidade atribuída as duas pré-escolas, e para demarcarmos a diferença em relação ao estatuto jurídico das duas associações, vejamos como se pronunciou a respeito da AED, a fundadora e pedagoga da Oficina, Zélia Passos, em reportagem do jornal *Diário do Paraná*, em 23 de março de 1978:

Definindo o princípio de trabalho como de Cooperação entre pais e professores no sentido de proporcionar entrosamento entre família/escola, Zélia Passos, membro da comissão pedagógica da entidade apresentou ontem em entrevista coletiva a imprensa, um quadro do funcionamento da Oficina, e do trabalho já realizado nos quase cinco anos de funcionamento. Registrada em cartório no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em 10 de outubro de 1973, a entidade teve seus estatutos e a ata de criação da escola publicados no Diário Oficial ainda no dia nove de outubro daquele ano. A Associação de Estudos Educacionais Oficina, havia sido fundada com 30 membros associados em 01 de setembro de 1973 quando foi definido o regulamento sob o qual a escola seria vigiada. Dai em diante sem nenhum problema ela funcionou com eleições periódicas das três comissões que atuam interligadas, a Diretoria de Pais e Mestres, a Comissão Pedagógica, e a Diretoria de Pais por Faixa Etária e

mantendo um quadro de 22 a 26 crianças matriculadas através da filiação dos pais à entidade [...] os métodos de ensino adotados pela Oficina [...] justificam apenas o registro em cartório e não na Secretaria de Educação [...] porque a educação não é formal, dispensam livros didáticos e desde as carteiras e armários, tudo que foi ocupado na escola foi construído e idealizado pelos próprios professores e pais sem nenhuma ajuda externa. “Nós fizemos propaganda em jornais, participamos de congressos até em São Paulo e de cursos de atualização em ensino pré-primário. Além de não recebermos nenhum auxílio financeiro a não ser o fornecido pelos associados”.<sup>202</sup>

Ao jornal Folha de Londrina publicado no mesmo dia, Zélia apresentou:

[...] o estatuto da AED/Oficina, legalmente registrada desde 10/3/73 no Segundo Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, no livro A de Pessoas Jurídicas, sob o número 982, que estabelece, numa das condições de funcionamento, a observação das leis e abstenção de atos de natureza política, partidária e religiosa. Segundo a professora “essa exigência é imposta aos pais de alunos, a fim de participarem ativamente dos trabalhos escolares, o que torna irreal a acusação. Nos abstermos de ensinar qualquer ideologia seja religiosa ou não, pois o nosso objetivo está fundamentado na cooperação e no princípio de que a liberdade intelectual e física é um fator básico para o desenvolvimento educacional” – salientou Zélia. Talvez as acusações decorram da má interpretação de nossos princípios educacionais, quando pretendemos lecionar numa base científica, sem qualquer interpretação religiosa. Assim, quando falamos para a criança como ela veio ao mundo, como o mundo foi criado, não nos baseamos em informações que fujam a realidade. Ensinamos em linguagem elementar, apropriada às crianças, como as células se desenvolvem, etc”. A escola Oficina não está registrada na Secretaria de Educação, sob esse aspecto ela explicou: “Nós optamos por um processo de entidade civil, que visa manter, como nosso estatuto frisa, um centro de aprendizagem aos filhos dos associados. Nesse sentido, temos uma associação e não uma escola, de modo que dispensa qualquer registro na Secretaria de Educação ou Ministério. A Oficina está regulamentada no Segundo Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, na rua Marechal Floriano 256”.<sup>203</sup>

A manobra legal utilizada pelos idealizadores da Oficina visando driblar as inúmeras exigências burocráticas que envolviam a criação de uma escola pré-primária, consistiu em primeiro fundar uma associação educacional (AED). Em seguida, a partir da existência legal dessa entidade civil, conforme previsto em seu estatuto (Art. 2º - letra “c”), foi criado o centro de aprendizagem, denominado Oficina, para os filhos dos seus associados. Por isso, sempre que nos referimos às escolinhas temos que remeter-nos também à AED, no caso da Oficina, e ao CEPAED, em relação a Oca. Uma vez criada a associação educacional, àqueles interessados em fazer parte daquela experiência educacional deveriam associar-se e, na condição de sócios, além de participarem e colaborarem com as atividades desenvolvidas pela instituição (Art. 6º letra “a”), poderiam também, matricular seus filhos na pré-escola mantida pela AED.

<sup>202</sup> Diário do Paraná. Escola *oficina* pretende pedir investigação do MEC. Curitiba, 23 de março de 1978, Primeiro Caderno, p. 10.

<sup>203</sup> Folha de Londrina. Diretoria de escola contesta acusações. Londrina, 23 de março de 1978, p. 4.

Porém, era necessário que fossem observadas as exigências previstas nos estatutos, conforme segue abaixo:

#### **ESTATUTOS**

Art. 2º - São finalidades da Associação:

- a) promover estudos e pesquisas educacionais;
- b) editar estudos sobre assuntos pedagógicos e educacionais;
- c) manter um centro de aprendizagem aos filhos dos associados.

#### **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO**

Art. 3º - São condições para o funcionamento da Associação:

- a) observância das leis;
- b) gratuidade no exercício dos cargos eletivos;
- c) abstenção de atos de natureza política, partidária e religiosa;
- d) não cessão de sua sede a entidades de natureza político-partidária.

Art. 6º - São deveres dos associados:

- a) participar e colaborar nas atividades da entidade;
- b) desenvolver o espírito de cooperação e unidade;
- c) pagar suas contribuições sociais.

Art. 7º - Os associados não responderão pelas obrigações contraídas pela Associação, nem mesmo subsidiariamente.

Art. 8º - Perderá a condição de associado todo aquele que não cumprir as determinações estatutárias e decisões da Assembleia Geral, assegurando-se-lhe, entretanto, amplo direito a defesa.

Portanto, a alegação das autoridades de que a Oficina era ilegal, por não estar registrada junto a Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEEC – torna-se duvidosa ao conhecermos a lógica utilizada pelos fundadores da pré-escola.

Porém, no caso do CEPAED-OCA, a mesma lógica não pode ser aplicada, uma vez que a associação não possuía nenhum tipo de registro em cartório, conforme apontado no último registro feito em sua ficha policial, no qual se lê: “Outrossim a CEPAED/OCA não é pessoa jurídica legal atendendo-se que não possui registros cartorários. 4 – O assunto continua em processamento por parte desta AI”. Também em documento expedido pela Delegacia Regional do MEC não houve menção a nenhum tipo registro legal da entidade.<sup>204</sup>

Apesar de estarmos tratando desse aspecto que envolve a questão da legalidade das escolas, no Relatório Final do Inquérito 38/78, apresentado pelo delegado da PF, Roberto das Chagas Monteiro, essa ocorrência não estava entre os cinco fatos elencados naquele documento oficial, que uma vez “reunidos num contexto, formariam um arcabouço suficientemente excêntrico para, quando examinado sob uma ótica

<sup>204</sup> Inquérito 38/78. SR/PF. Ofício nº 265/78. Fl. 582. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

monocrômica e superficial, ensejar dúvidas e exacerbar suspeitas, capazes de legitimar a instauração de um inquérito”.<sup>205</sup>

Em ofício enviado à Polícia Federal pela Delegacia Regional do MEC no Paraná, em 15 de maio de 1978, os Técnicos em Assuntos Educacionais daquela delegacia, deram o seguinte parecer sobre a suposta ilegalidade do CEPAED-OCA:

[...] a entidade mantenedora poderia [...] ser responsabilizada perante os órgãos fiscalizadores da Educação pelo funcionamento da escola sem autorização oficial e portanto em desobediência às normas que regem o Sistema Estadual de Ensino. Estas exigem apresentação ao órgão competente, de plano de atividades, que, analisado e aprovado dará origem ao ato oficial de Autorização de funcionamento. Todavia, a instituição nos moldes que se propunha funcionar (folheto “O que somos”), teria certamente seu pedido de autorização deferido.<sup>206</sup>

Segundo afirmação dos técnicos do MEC, a legislação não estabelecia um conteúdo curricular obrigatório para o ensino pré-escolar<sup>207</sup>. Essa afirmativa invalidava o argumento utilizado pelas autoridades de que, por não ministrarem disciplinas como ensino religioso e Educação Moral e Cívica, as escolas estariam infringindo as normas educacionais vigentes. Além disso, no caso da AED, seus estatutos deixavam bem clara sua opção pela “abstenção de atos de natureza política, partidária e religiosa”.

Para que possamos compreender melhor a repressão às escolinhas, ainda é preciso observarmos que naquele contexto repressivo vigente, aquelas unidades pré-escolares, de várias maneiras, representavam um espaço de resistência ao modelo de educação tradicional, já que em seu interior residia uma forma de gestão, de cunho democrático, e que por consequência, se confrontava totalmente com a verticalização e o autoritarismo presentes no padrão de gerenciamento difundido pelo Estado. Uma vez considerada a assertiva de que o sistema educacional é também espaço de disputas no campo simbólico, constatamos que a instrumentalização das formas de aprendizagem e dos conteúdos escolares como meio de inculcação dos valores e formas de comportamento alinhados a ideologia defendida pelas autoridades militares foi uma das estratégias utilizadas pela coalisão civil-militar golpista visando perpetuar-se no controle do Estado.

Alguns dos elementos pedagógicos aqui analisados, ajudaram a reforçar, sob a ótica das autoridades, o caráter subversivo das escolinhas, porém, após a leitura do

<sup>205</sup> Inquérito 38/78. SR/PF. Relatório Final. Fl. 587. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>206</sup> Inquérito 38/78. SR/PF. Ofício nº 265/78. Fl. 582. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>207</sup> Inquérito 38/78. SR/PF. Ofício nº 265/78. Fl. 583-584. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

inquérito 38/78 e de toda a documentação consultada e utilizada nesse trabalho de pesquisa, a impressão que fica é de que esses não foram os aspectos que mais chamaram a atenção das autoridades para aquelas instituições. O que fez com que os órgãos repressivos atuassem para interditar a AED/OFICINA e o CEPAED/OCA foi o fato de que esses empreendimentos tinham à frente adversários daquele governo ditatorial, de modo que naquelas circunstâncias, qualquer tipo de atividade que levasse as digitais desses opositores, uma vez identificadas, imediatamente tornar-se-ia alvo constante do olhar vigilante do aparato repressivo oficial.

Diante do exposto, consideramos que os documentos produzidos pela comunidade de informação e segurança demonstram inequivocamente que essas instituições já vinham sendo vigiadas desde 1976, portanto, dois anos antes da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, em 1978. Entendemos que a pressão, sobretudo da DOPS e do DOI-CODI, junto à “comunidade”, nas reuniões do DOI-CODI, em Curitiba, se deu, sobretudo, porque as informações coletadas por esses organismos já eram consideradas mais do que suficientes, na ótica dos agentes, para extinguir aquelas escolas, impedindo a continuidade de seu funcionamento.

Assim, a análise dos documentos produzidos pelas instâncias repressivas demonstra que as acusações que pesaram sobre as pré-escolas e os detidos se baseavam especialmente em termos e expressões que faziam parte da formação discursiva marxista e que, uma vez presentes nos documentos das pré-escolas Oficina e Oca, atestariam a culpabilidade daquelas instituições e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Esses documentos apreendidos<sup>208</sup> e posteriormente analisados pelos técnicos do setor de informações da comunidade repressiva – além dos mais de mil livros considerados altamente subversivos e, por isso, confiscados em suas

---

<sup>208</sup> Zélia Passos em entrevista à imprensa denunciou que a *Oficina* havia sido arrombada: “em janeiro deste ano houve o primeiro arrombamento. Levaram radiola, discos, quebraram vidraças e levaram nossos arquivos, o que nos confundiu, porque acreditamos que ladrões comuns não levariam nossos arquivos. Agora no último fim-de-semana, um dia depois do sequestro da professora Juracilda Veiga, a documentação da escola sumiu, inclusive um cheque com uma mensalidade de um associado. Levaram um arquivo de planejamento pedagógico, desde a fundação da escola, estudos elaborados pelos associados integrantes da comissão pedagógica, circulares, livro-caixa, além dos boletins que distribuíamos aos pais dos alunos a registrar a programação e avaliação dos trabalhos das crianças. Acreditamos que seja a Polícia Federal, uma vez que foi ela quem prendeu a diretoria anterior. Hoje a atual, composta de 5 membros, desenvolve suas atividades normalmente, mas sendo vigiada”. Zélia Passos ainda afirmou que esses materiais eram imprescindíveis para as escolas “por isso a diretoria pretende reavê-lo através de providências legais nesse sentido. Deverá ainda hoje requerer sua devolução na Justiça”. Folha de Londrina. Diretoria de escola contesta acusações. Londrina, 23 de março de 1978, p. 4.

residências, também foram utilizados pelas autoridades para subsidiar as acusações imputadas às escolas e seus integrantes.

A ousadia que representava esse tipo de experiência educacional “alternativa” naquele contexto histórico repressivo e o posicionamento político de alguns dos detidos, que haviam se engajado em movimentos de resistência à ditadura desde os primeiros anos de sua vigência, ainda nos anos de 1960, foram os principais fatores que levaram as escolas a serem perseguidas.

O capítulo a seguir tratará da Operação Pequeno Príncipe e da cruzada empreendida pela comunidade de informações e segurança, visando a interdição das pré-escolas Oficina e Oca. De forma breve, tentaremos delinear o percurso, iniciado no interior do aparato de segurança paranaense ainda na segunda metade dos anos de 1960, da configuração gradual de um tipo de *modus operandi* pautado pela intransigência e pelo radicalismo, cuja face extremamente repressiva moldou-se de acordo com a visão maniqueísta e fanática de alguns expoentes da linha-dura oriundos de outros estados – Ferdinando de Carvalho (RJ) e Waldyr Coelho (SP) – e que aqui puderam agir com maior desenvoltura. Além disso, para compor o grupo, cite-se o delegado Ozias Algauer, que chefiou a DOPS paranaense nos anos de 1960-1970, impondo sua marca de extrema crueldade para com os opositores e de visível leniência ante ações clandestinas operadas por agentes policiais suspeitos de participação em grupos paramilitares como o CCC, operando a prática de sequestros dos quais a própria DOPS foi acusada de envolvimento.

## 5. A OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE

Perseguir opositores, taxando-os de comunistas e acusando-os de doutrinar crianças visando incorporá-las às hostes vermelhas, não chegava a ser uma total novidade no Brasil de 1978. Em sua obra “Livros proibidos, ideias malditas”, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, descreve o seguinte episódio ocorrido algumas décadas antes, durante o Estado Novo:

Um dos casos mais curiosos e fantásticos de censura diz respeito às obras infantis de Monteiro Lobato, dentre as quais destacamos *Peter Pan*. Este [livro] foi procurado nos anos 40 por todo o estado de São Paulo a pedido do Tribunal de Segurança Nacional. Através da queixa de nº 4.180, o procurador Dr. Clóvis Kruehl emitiu seu parecer sobre aquele livro infantil que, ao seu ver, não era nada inocente [...] Na opinião do procurador, Monteiro Lobato alimentava nos espíritos infantis “injustificavelmente” um sentimento errôneo quanto ao governo do país [...] A acusação incidia sobre a evidência de que seu autor era comunista, além do conteúdo sedicioso de suas obras [...] A ordem (confisco dos livros) fundamentava-se na premissa de que as atividades literárias infantis de Lobato atentavam contra a defesa nacional, predispondo a mentalidade das crianças “a doutrinas perigosas e práticas deformadoras do caráter”.<sup>209</sup>

Esse confisco do livro *Peter Pan*, de Monteiro Lobato, estendeu-se para outros estados da federação, atingindo também o Paraná. Em comunicado encaminhado pelo Tribunal de Segurança Nacional ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná, em 30 de junho de 1941, cuja cópia foi remetida à DOPS, em 9 de julho, para que essa instituição tomasse as devidas providências, assim se exprimia o Ministro F. de Barros Barreto:

Remetendo a inclusa cópia da promoção proferida pelo Ministério Público na queixa apresentada a esta Presidência pelo Sr. Tupi Caldas, Diretor da Recebedoria Federal em São Paulo, solicito a V. Excia., ex-vi do art. 5º do Decreto-Lei nº 438, de 18 de maio de 1938, providências no sentido de ser procedida a apreensão e destruição de todos os exemplares do livro “PETER PAN” de autoria do escritor JOSÉ BENTO MONTEIRO LOBATO, e que se acharem a venda nesse estado.<sup>210</sup>

Dois dias depois, em 11 de julho, o delegado titular da DOPS paranaense, Divonsir Borba Cortêz, envia o seguinte ofício ao Capitão Chefe de Polícia do Estado:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que ontem, pelo inspetor Albino Maschendorfer, desta Delegacia, foram apreendidos nas livrarias Gignone, João Haupt & Cia e Antonio Machucca, respectivamente, 5, 3 e 1 exemplares do livro PETER PAN, de Monteiro Lobato, de acordo com a determinação do Tribunal de Segurança Nacional. Na mesma data também foi

<sup>209</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Livros Proibidos, Ideias Malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto de Integração do Arquivo do Estado /USP; FAPESP, 2002, p. 151-155.

<sup>210</sup> DEAP. Ficha individual de Monteiro Lobato na seção DOPS-PR.

expedido ofício circular a todas as Delegacias Regionais, determinando a apreensão do livro em apreço.<sup>211</sup>

Um membro da Igreja Católica, o padre Sales Brasil, também empenhou-se na luta contra o proselitismo marxista do escritor Monteiro Lobato. Conforme afirma Tucci Carneiro:

[...] como autor de inúmeros livros de exaltação aos dogmas da Igreja Católica e de teor anticomunista, o padre Sales Brasil publicou em 1957, na Bahia, *A Literatura Infantil de Monteiro Lobato ou Comunismo para Crianças* [...] Analisando os vários livros de Lobato, o padre da Bahia tentou mostrar que o escritor pregava o comunismo russo como salvação para o povo brasileiro [...] A literatura de Lobato foi classificada de ‘perniciosa’ desenvolvendo, segundo o padre Brasil, ‘numa dosagem psicológica verdadeiramente assombrosa, todo o programa teórico e prático da revolução comunista, desde a negação de Deus, até os mínimos detalhes do convívio doméstico e social. O programa comunista foi identificado através de uma série de negações que emergem da literatura lobatiana destinada às crianças e aos adultos, tais como: da negação de uma causa superior à matéria; da negação da divindade de Cristo e da existência de Deus; da negação da superioridade do cristianismo; da negação da verdade lógica, ontológica e da certeza absoluta; da negação da hierarquia social; da negação do direito à propriedade particular; da negação da civilização cristã.’<sup>212</sup>

Ao prefaciar a obra de Tucci Carneiro, cujo objetivo foi demonstrar historicamente a utilização da censura brasileira como uma estratégia de poder, o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy chamou a atenção para esses excessos do aparato repressivo estatal elencados pela autora, afirmando que:

Vista em conjunto, organizada desde 1924 até 1983, a ação dos órgãos de segurança [...] é mostrada com picardia. Atitudes que esbarram no ridículo, e que atolam no lamaçal da ignorância, são expostas de maneira a derrubar qualquer defesa ou justificativa da censura.<sup>213</sup>

Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), essa excessiva preocupação das autoridades em inibir as ações “nefastas” dos comunistas fez com que a vigilância se estendesse até mesmo aos livros didáticos utilizados nas escolas. Segundo Almeida:

O livro didático foi motivo de grande atenção por parte dos políticos que faziam parte da administração estadonovista. Filinto Muller, em seu sugestivo artigo “O Perigo da Infiltração Vermelha nas Obras Educacionais da Infância”, publicado em 25 de dezembro de 1937, sugeriu que se censurassem os livros escolares, classificando-os de “arma branca” dos bolchevistas. As denúncias eram feitas em caráter de alerta, apontando os livros didáticos como “verdadeiros elementos de desagregação nacional. A cruzada anticomunista de “caça às bruxas” foi tão exacerbada que se chegou ao ponto de proibirem alguns textos de literatura infantil, sob a alegação de que esses acobertavam supostos diálogos comunistas. O que se nos apresentou como melhor expoente dessa paranoia anticomunista foi a indicação do livro Tarzan para o índice dos

<sup>211</sup> DEAP. Ficha individual de Monteiro Lobato na seção DOPS-PR.

<sup>212</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Op. Cit. p. 157-158.

<sup>213</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Op. Cit. p. 16.

livros proibidos como exemplo de literatura bolchevista infantil. A argumentação que justificava os expurgos do livro diz respeito à expressão muito usada nos diálogos: “camarada”, considerada como abominável, por pertencer ao léxico da linguagem comunista.<sup>214</sup>

A forma como era construída a representação do inimigo comunista pelas autoridades, buscando estigmatizar seus adeptos como um perigo a rondar os lares das famílias nos mais recônditos cantos do país, inclusive taxando-os de “comedores de criancinhas”, é assim explicada por Almeida:

Por meio da propaganda persuasiva e diária, da repetição sistemática, constrói-se a imagem figurativa de um indivíduo – o comunista que deve ser identificado, antes de tudo, pela ausência de sentimentos humanos, insensível, e, extraordinariamente, por um atributo que lhe seria peculiar e distinto, detentor do hábito da antropofagia. Assim, veiculava-se pela imprensa o medo de esses indivíduos raptarem crianças.<sup>215</sup>

Novamente no Paraná, mas já no ano de 1966, de acordo com as autoridades policiais, os comunistas estariam doutrinando inocentes crianças segundo o credo marxista. Dessa vez, porém, não foram os livros os objetos da interdição policial, mas um Jardim de Infância. Em matéria veiculada pelo jornal O Globo, de 2009 – passados 43 anos do ocorrido – esse episódio foi assim lembrado:

A cena aconteceu em 1966, mas ainda provoca arrepios em três professoras aposentadas. Pouco antes das 13 h de uma quarta feira, soldados do Exército e policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) baixaram no Jardim de Infância Pequeno Príncipe, em Curitiba. Enquanto crianças de 3 a 4 anos chegavam para o turno da tarde, homens armados com metralhadoras bloquearam o portão e fecharam as portas da escolinha. O motivo: uma denúncia de que as professoras, todas na faixa dos 25 anos, estariam doutrinando teoria marxista para os pequenos alunos. A operação decretou o fim do colégio e deu início a um processo que condenaria as três amigas a 18 meses de prisão [...] O caso se tornou símbolo dos abusos na cruzada anticomunista da ditadura.<sup>216</sup>

No ano de 1966, a DOPS paranaense, citada na reportagem, já era comandada pelo delegado Ozias Algauer, agente cuja imagem iria se tornar onipresente na repressão ditatorial operada no estado até o ano de 1978. Sobre os procedimentos adotados nessa operação que interditou a pré-escola Pequeno Príncipe e seus desdobramentos na esfera judicial, o jornal informava, ainda, que:

O mandado contra a escolinha foi assinado em 31 de maio de 1966 pelo então delegado titular da DOPS, Ozias Algauer. Determinava a interdição definitiva

<sup>214</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. Caça às bruxas: repressão e interventoria Agamenon Magalhães. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002, p. 260.

<sup>215</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. 2002. Op. cit. p. 256.

<sup>216</sup> O Globo. O dia em que a DOPS invadiu e fechou uma creche. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2009, O País, p. 15.

do jardim “em virtude do mesmo estar funcionando ilegalmente e suas professoras estarem inquérito policial militar por subversão”. Na sequência, o delegado acusava as professoras Marilda Chautard, Miriam Galarda e Dilma Maria Maia Pereira de “doutrinar suas alunas com teorias marxistas”.<sup>217</sup>

Em sua tese de doutorado em Educação, sobre as escolas alternativas em Curitiba, Maria Rosa Chaves Künzle afirma que, enquanto os jornais curitibanos informavam o fechamento desse jardim de infância, referindo-se a essa unidade escolar como uma “escola subversiva” e assim reforçando a ideologia do regime, as acusações imputadas à escola *Pequeno Príncipe* chamaram a atenção do jornalista Sérgio Porto (mais conhecido como Stanislaw Ponte Preta), que, em 1966, escreveu “Garotinho Corrupto”, um pequeno texto especialmente dedicado a esse inusitado episódio e que integra seu conhecido livro: “O Festival de Besteiras que Assola o País – FEBEAPÁ”. Segundo Sérgio Porto:

[...] a notícia que veio de Curitiba é de lascar. Eles fecharam um jardim de infância chamado Pequeno Príncipe, e o general-comandante da região militar de lá disse que este título era subversivo. O general – o nome dele é Caudal – disse que o colégio deveria se chamar “Pequeno Lenine”. Já entrou fácil no Festival. Acontece que a maior parte das criancinhas que ali estuda tem cinco anos de idade e a menorzinha ainda está molhando a sala de aula e o resto. É o Festival de Besteira que segue em caudal. O general e os encarregados de um IPM contra o jardim de infância dizem que as professoras estavam ensinando marxismo e leninismo. Esta então foi pior. Coitado do garotinho, que mal sabendo o a,e,i,o,u terá que soletrar “Kruchev”, “Stálin”, “Gromyko” e outras bossas. O aviador católico, Saint-Exupéry, cujo livro serve de nome para a escola, jamais pensou, depois de tantas proezas aéreas, que ia entrar pelo caudal, digo, cano. E em terra firme.<sup>218</sup>

Zélia Passos, cuja filha estudara no Jardim de Infância Pequeno Príncipe, também se pronunciou a respeito do fechamento dessa escolinha, sob a acusação de doutrinação marxista. Segundo Zélia, as autoridades afirmaram que ali era usado o seguinte método de doutrinação:

Eles diziam que os professores colocavam as crianças sentadinhas em círculo e elas tinham que falar: “Deus, Deus, me dá bala”. Mas não vinha nenhuma bala. Depois, as crianças falavam: “Marx, Marx, me dá bala”, e os professores faziam chover bala na cabeça das crianças”.<sup>219</sup>

<sup>217</sup> O Globo. O dia em que a DOPS invadiu e fechou uma creche. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2009, O País, p. 15.

<sup>218</sup> KÜNZLE, Maria R. Chaves. Op. cit. P, 60-61.

<sup>219</sup> KÜNZLE, Maria R. Chaves. Op. Cit. p.79. Uma situação parecida foi mostrada nas telas de cinema, no filme *Filhos da Guerra* (Europa, Europa), dirigido pela cineasta polonesa Agnieszka Holland, lançado em 1990. A película baseia-se na autobiografia de Solomon Perel. Em uma cena ambientada em um orfanato soviético, o interno Solomon, concorde com a ideologia soviética, afirmava a um público formado em sua maioria por crianças, que “a religião é o ópio do povo”, quando Zenek, um dos órfãos, protesta, afirmando que Deus existe. Desafiado então pela jovem Inna, a monitora e doutrinadora soviética, Zenek é instado a pedir a Deus para fazer chover bombons. Ele pede, porém, nada acontece.

Apesar dessa ação repressiva, chefiada pelo delegado Ozias Algauer, ter sido alvo de piadas e ridicularizada em nível nacional, isso não impediu que a:

[...] operação [decretasse] o fim do colégio e [desse] início a um processo que condenaria as três amigas a 18 meses de prisão. Depois de 43 anos, documentos localizados pelo GLOBO no Arquivo Público do Paraná, revelam que a Justiça Militar ignorou um relatório em que a polícia admitia não haver “qualquer material subversivo” no local.<sup>220</sup>

O fato de que essa operação realizada em 1966 tenha sido bem sucedida do ponto de vista da repressão, com o fechamento do Jardim de Infância Pequeno Príncipe e a condenação das professoras que ali lecionavam, talvez tenha levado o delegado Algauer a imaginar que a Operação Pequeno Príncipe, que interditou as escolinhas Oficina e Oca em 1978, teria o mesmo desfecho. Talvez isso nos ajude a entender melhor a insistência e o trabalho de persuasão de Algauer, sobre os demais partícipes das reuniões da “comunidade”, quanto à necessidade da imediata deflagração daquela operação repressiva, visando interromper definitivamente as atividades daquelas pré-escolas, que sob a ótica das autoridades oficiais, nada mais eram do que “focos de subversão”. Porém, a conjuntura era outra e o resultado foi bem diferente, conforme veremos nessa dissertação.

Foi o delegado Roberto Monteiro que nos chamou a atenção para essa presença ostensiva do delegado da DOPS Ozias Algauer no histórico repressivo paranaense das décadas de 1960 e 1970. A jornalista Sílvia Calciolari constatou o mesmo, após realizar um levantamento dos nomes de agentes<sup>221</sup> dos órgãos de segurança mencionados nos processos apresentados por perseguidos políticos no âmbito da Lei 11.255/95, através da qual foi criada a Comissão Especial de Indenização aos ex-presos políticos. Essa comissão analisou os processos de homens e mulheres que, entre 1961 e 1979, ficaram sob a custódia do Estado do Paraná em seus prédios públicos. Após a compilação e

---

Em seguida, Inna dirige-se as crianças sugerindo que peçam bombons a Stalin, o líder soviético. As crianças o fazem e imediatamente, começa a cair uma chuva de bombons de um buraco no teto.

<sup>220</sup> O Globo. O dia em que a DOPS invadiu e fechou uma creche. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2009, O País, p. 15.

<sup>221</sup> Capitão “Índio” e Capitão Sávio Costa (Ponta Grossa); Cabo Aleixo (Foz do Iguaçu); Capitão Francisco de Assis Pinheiro Dias; Cabo “Reis” (Capanema); Delegado titular do Dops, Ozias Algauer; Escrivão João Guttemberg da Cruz; 3º Sargento Antônio Benedito Balbinotti; Capitão Fernando José de Vasconcelos Krüger; Inspetor Ary Guimarães Almeida; Major Francisco de Assis Pinheiro Dias; 2º Sargento Bruno Goerish; Tenente Expedito Ostrowski; Capitão Júlio Cerdá; Tenente Paulo dos Reis Diniz; Capitão Ismar de Moura Romariz (Apucarana); Jorge Cunha da Gama Malcher; Capitão Zuiderzee Nascimento Lins (“Dr. Rui” ou “Tenente Lisboa”); Delegado Daniel Eisbern (“Dr. Cláudio”); Coronel Waldyr Coelho (“Dr. Rui”); “Cabo José” (PM-2); Superintendente, Del. Amador Prestes; “Dr. Galvão” e “Dr. Luis Antonio” (São Paulo); “Emílio”; Mereci Rogério Flores” (“Dr. Adolfo”) e “Dr. Gouveia” (PF).

análise dos dados coletados nesse levantamento, Calciolari tece as seguintes considerações:

É importante salientar que todos os nomes citados nos processos já constam de outras publicações, especialmente dos livros *Brasil Nunca Mais – Um relato para a História, Resistência Democrática e Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*. Mesmo que este grupo esteja envolto em seu próprio silêncio e não seja foco desta dissertação, não havia porque não listar os nomes dos agentes. Porém, um personagem salta aos olhos quando nos deparamos com semelhante listagem. Considerado o mais temido, o mais cruel, o mais perverso dos agentes públicos temos a figura do Delegado Ozias Algauer. Até pelo longo período em que esteve à frente do Dops como delegado titular [...] Algauer é o que atinge o maior número de referências nos processos analisados pela pesquisa.<sup>222</sup>

Aprofundando um pouco mais essa observação de Calciolari, nossa pesquisa identificou, além de Algauer, outros dois agentes que também tiveram papel de relevo no histórico repressivo paranaense durante a ditadura: Waldyr Coelho e Ferdinando de Carvalho. Juntos, esses três elementos, seguramente, tiveram grande influência na moldagem do *ethos* repressivo da comunidade de segurança local. Obviamente que foram recrutados pelos comandos superiores por serem portadores de características essenciais para a realização de tarefas que interessavam ao regime, sobretudo em momentos de aprofundamento da repressão. Muitos cumpriram suas missões mais do que à risca, avançando em suas práticas, para além da suposta racionalidade de seus superiores “moderados”, que agiam levando em consideração as mudanças que ocorriam no contexto social. Esses agentes recusavam-se a aceitar uma realidade que se insurgia contra suas teorias que, ao contrário da política distensionista do governo, defendiam o aprofundamento da repressão.

---

<sup>222</sup> CALCIOLARI, Sílvia. Op. Cit. p, 182.

### ***5.1 Perfil dos agentes repressivos: motivações e trajetórias***

Antes de desembarcarem em Curitiba, enviados com a missão de comandar operações repressivas locais,<sup>223</sup> Waldyr Coelho e Ferdinando de Carvalho desempenharam papéis de destaque na perseguição aos opositores da ditadura em outros estados do país – São Paulo e Rio de Janeiro. Quanto ao Delegado Algauer, este já vinha operando efetivamente no interior da máquina repressiva paranaense, desde os primórdios da ditadura civil militar brasileira. Juntos, esses três agentes tiveram papel de destaque na perseguição aos opositores do regime no estado, comandando respectivamente a 2ª Seção (Segurança e Informação) da 5ª Região Militar<sup>224</sup>, o CPOR<sup>225</sup> e a DOPS.

Um exame de parte de suas trajetórias talvez nos ajude a entender melhor a extensão da violência repressiva estatal em solo paranaense. Assim, dar a conhecer o perfil de alguns desses agentes torna-se importante, pois mesmo considerando-se que as organizações por eles dirigidas fossem regidas por disciplinas e hierarquias próprias, ainda assim, nas suas posições de comando, eram eles que estabeleciam as normas e regras cotidianas que condicionavam os verdadeiros limites da conduta de seus comandados.

---

<sup>223</sup> Waldyr Coelho: Operação Marumbi (1975). Ferdinando de Carvalho: IPM do PCB-PR (1967).

<sup>224</sup> Waldyr Coelho era superior imediato do comandante do DOI-CODI local.

<sup>225</sup> Segundo o portal do Exército Brasileiro, atualmente os CPORs “são estabelecimentos de ensino militar de formação de grau médio, da linha de ensino bélico, destinado a formar o Aspirante-a-Oficial da Reserva de 2ª classe, habilitando-o a ingressar no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) e a contribuir para o desenvolvimento da Doutrina Militar na área de sua competência”. No período estudado essas unidades do Exército eram parte do aparato repressivo atuante contra os opositores da ditadura civil militar.

### 5.1.1 Waldyr Coelho



Figura 4 - Coronel Waldyr Coelho

O tenente-coronel Waldyr Coelho comandou a OBAN e o DOI-CODI paulista no biênio 1969/1970. Porém, desentendimentos com o delegado Sérgio Paranhos Fleury<sup>226</sup> levaram-no a ser substituído pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Transferido inicialmente para a chefia da seção de informações da 2ª Divisão de Infantaria, logo a seguir, Waldyr Coelho assumiu o comando do 2º Batalhão de Engenharia de Combate – BEC – de Pindamonhangaba – SP, onde ficou de 1971 à 1974.

A historiadora Célia da Costa Cardoso classifica Waldyr Coelho como um dos “intérpretes da ideologia anticomunista no Brasil”, apontando que, entre as produções textuais que compõem a cultura política da segurança nacional, destaca-se um documento disponível no arquivo do DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social:

[...] intitulado: “A Guerra Revolucionária e a Subversão e o Terrorismo em São Paulo”, produzido pelo Tenente Coronel Waldyr Coelho, em 1970, sistematiza os fundamentos dessa doutrina e mapeia as ações de diversas organizações partidárias e/ou armadas. Compartilha desse ideário mais geral

---

<sup>226</sup> GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p, 189.

de segurança nacional, embasado nos interesses de preservação do mundo capitalista contra o socialismo em expansão, demonstrando-se crítico das liberdades abusivas das democracias liberais. Um mês após a criação do DOI-CODI em São Paulo pelo major Waldir Coelho e pelo capitão Ênio Pimentel da Silveira, ambos mortos, Waldir Coelho proferiu uma longa conferência para alunos do I Curso Superior de Polícia, em outubro de 1970, que resultou em um importante registro de análise da teoria da DSN aplicada à prática repressiva contra organizações políticas de oposição atuantes em São Paulo no final dos anos sessenta, como ALN (Aliança Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), VAR–Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares) e AP (Ação Popular). Esse documento foi produzido no “auge da repressão” por um dos expoentes das operações de combate, permitindo, portanto, conhecer e analisar a visão de um dos intérpretes da ideologia anticomunista no Brasil.<sup>227</sup>

Marcelo Godoy assim descreve o então major Waldyr Coelho a frente do DOI-CODI, em seu livro *A casa da vovó*:

Quem dava as ordens no DOI era o major Waldyr Coelho, um dos sócios fundadores da OBAN e seu primeiro e único comandante. Era um linha-dura, cuja “firmeza ideológica” não permitia concessões aos subversivos. Falava quatro línguas e era professor de português. Gostava de repetir aos subordinados que o objetivo da “revolução era combater o terrorismo, a subversão e a corrupção”. Resolveu em 1969 então caçar fiscais corruptos da Prefeitura e investigar a caixinha do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), atividade que o obrigou a por soldados de guarda em sua casa. No fim, o major teve que se contentar apenas com o combate à subversão. Nessa tarefa também teve de se render às tensões internas do regime e submeter-se às circunstâncias. Sua determinação e desejo de autonomia se chocaram com os interesses do poder.<sup>228</sup>

No auge de sua carreira, Coelho protagonizou episódios em que seu anseio por autonomia extrapolou as ordens superiores, como ocorreu em setembro de 1969, quando no comando da OBAN, tentou impedir o embarque em São Paulo de presos políticos que seriam enviados ao México em troca do embaixador estadunidense Charles Elbrick, sequestrado dias antes por guerrilheiros. Marcelo Godoy relata esse episódio de insubordinação:

Essa história era um segredo mantido pelos militares [...] Coelho sabia que 8 dos 15 detidos estavam em São Paulo: José Dirceu, Luís Travassos, Wladimir Palmeira, Onofre Pinto, Argonauta Pacheco, José Ibrahim, Rolando Frati, Maria Augusta Carneiro Ribeiro e José Leonardo Rocha. Quando soube da exigência feita pela guerrilha para soltar Elbrick, o major teve uma conversa tensa com o general Aloysio Guedes Pereira, comandante da 2ª DE. “General, eu não vou aceitar. Eu não gastei minhas viaturas e o trabalho do meu pessoal para ver esses homens saírem daqui dando risada da gente.” “Mas esse é um problema internacional, não podemos fazer nada”, respondeu o general. Coelho

<sup>227</sup> CARDOSO, Célia Costa. “Terrorismo em São Paulo” e o ideário político-militar da segurança e Repressão. 2013, Anais, ISSN: 978-85-98711-11-9. <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343505\\_ARQUIVO\\_Politicaerepressao-celiaCostaCardoso-2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343505_ARQUIVO_Politicaerepressao-celiaCostaCardoso-2013.pdf)> Data de acesso: 03 de abril de 2015.

<sup>228</sup> GODOY, Marcelo. Op. Cit. p. 223.

achava que podia. Havia procurado o major Beltrão, do 2º RecMec, que ficava no complexo que abrigava a Oban. Conseguiu que o amigo mobilizasse os blindados, pondo-os no pátio com os motores ligados, prontos para saírem em coluna. A ideia era ir ao antigo Presídio Tiradentes, no centro, e cercá-lo. Caso tentassem retirar os presos de lá, Coelho os executaria. Estava tudo pronto quando o general Pereira chegou. “Eu era novo e ele (Coelho) me disse: Corre, que nós vamos cercar os caras lá! Só a muito custo é que conseguiram tirar os presos dali. Foi uma noite terrível. Mandaram um pessoal falar com o major; tudo passou, e os presos embarcaram”, revelou ao Estado Antônio, oficial do Exército. “Ele (Coelho) tentou, sim, impedir o embarque”, confirmou o agente J.A., que trabalhou em 1969 na Oban e depois foi para o Dops.<sup>229</sup>

Dias após essa tentativa frustrada de impedir o embarque dos prisioneiros paulistas, Coelho teve a oportunidade de acertar as contas com o chefe militar da operação que sequestrou o embaixador Elbrick. Após ser capturado ainda em setembro por uma equipe da OBAN, Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, foi morto nas dependências da unidade chefiada por Waldyr Coelho.

Em 1970, depois de espancar e torturar a futura presidente do Brasil, a então estudante Dilma Rousseff, o chefe da equipe A de interrogatório preliminar da Operação Bandeirante – OBAN, capitão Benoni de Arruda Albernaz, mereceu os seguintes elogios de seu comandante, o tenente-coronel Waldyr Coelho: “Oficial capaz, disciplinado e leal, sempre demonstrou perfeito sincronismo com a filosofia que rege o funcionamento do Comando do Exército: honestidade, trabalho e respeito ao homem”.<sup>230</sup>

Transferido para a 5ª Região Militar, em Curitiba, em 1975, Waldyr Coelho assumiu a chefia da 2ª Seção (Segurança e Informação), com ascendência sobre o comandante do DOI-CODI local, o major Zuiderzee Nascimento Lins, e dirigiu a execução da já citada Operação Marumbi. Coelho nomeou o delegado da DOPS, Ozias Algauer, como responsável por esse IPM. Essa operação repressiva foi alvo de inúmeras denúncias de práticas de torturas<sup>231</sup>.

Sua atuação como chefe da repressão paranaense encerrou-se com seu falecimento aos 48 anos de idade, em março de 1977, vitimado por um infarto

<sup>229</sup> O Estado de S. Paulo. Repressão mudou a disciplina militar. Marcelo Godoy. São Paulo, 06 de dezembro 2008. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,repessao-mudou-a-disciplina-militar,289774> Data de acesso: 03 de abril de 2015.

<sup>230</sup> O Globo. Albernaz, o capitão que socou o rosto de Dilma Rousseff, em 1970. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2012, O País, p. 9.

<sup>231</sup> Ver: VIEIRA, Ildeu Manso. Memórias torturadas (e alegres) de um preso político. Curitiba: SEEC, 1991.

fulminante. Apesar de sua breve permanência à frente da 2ª Seção de Segurança e Informações do Exército no Paraná (5ª RM), é importante ressaltar que foi sob seu comando que ocorreu a mais intensa perseguição aos comunistas no estado.

Por sua ativa participação na repressão, o nome de Waldyr Coelho integra diversas listas de torturadores divulgadas a partir dos anos de 1970, elaboradas de acordo com depoimentos de perseguidos políticos que sofreram maus tratos nas instalações dos órgãos repressivos estatais.

Na famosa lista divulgada pelo jornal *Em Tempo*, no ano de 1978, seu nome aparecia em destaque como o quarto citado de um total de 233 torturadores do regime. Logo após a divulgação da tal lista, esse semanário teve duas de suas sucursais invadidas e depredadas pelo CCC. Uma delas, a de Curitiba, foi pichada em spray com dizeres que, provavelmente indicavam alguns de seus mandantes ou autores: “C.C.C. Ala Os 233”<sup>232</sup>.



Figura 5 – Sede da sucursal do semanário *Em Tempo* em Curitiba, após ataque do CCC. Na foto, o diretor do jornal, jornalista Tibério Canuto. (1978).

<sup>232</sup> Veja. Novos ataques: os grupos anticomunistas voltam a agir. São Paulo, 2 de agosto de 1978, p. 34.

### 5.1.2 Ferdinando de Carvalho



Figura 6 - General Ferdinando de Carvalho.

O coronel Ferdinando de Carvalho<sup>233</sup>, foi designado responsável entre os anos de 1964 e 1966, pela condução do famoso IPM-709, Inquérito Policial Militar instaurado para investigar as atividades do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Auxiliado por outros 20 oficiais, Carvalho pretendeu, através desse IPM, incriminar Negrão de Lima, governador eleito da Guanabara, no pleito de 1965, acusando-o de compactuar com os comunistas, o que justificaria a cassação de seus direitos políticos. Segundo aponta a obra *Brasil nunca mais*, esse famoso IPM, presidido por Carvalho, no estado do Rio de Janeiro, em 1964:

[...] pretensamente formado para apurar as atividades do PCB até a queda de Goulart, chegou a reunir 889 cidadãos na qualidade de indiciados, além dos exíguos 16 que a promotoria considerou merecedores de ação Penal. Naquele gigantesco rol de indiciados constou até mesmo o ex-presidente Juscelino

---

<sup>233</sup> CASTRO, Celso, D'Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*. São Paulo: Editora Relume Dumará, 1994, p. 55.

Kubitschek, interrogado de forma desrespeitosa pelo coronel durante dias seguidos.<sup>234</sup>

Para investigar a atuação do PCB no Paraná, como parte dos trabalhos do IPM-709, o futuro general, que posteriormente iria comandar o CPOR, em Curitiba, contou com a colaboração do delegado da DOPS local, Ozias Algauer. Isso fica demonstrado através de uma carta enviada a Algauer, em 8 de setembro de 1966, na qual Ferdinando de Carvalho, transmitiu seu agradecimento pela “inestimável” colaboração de Algauer com os trabalhos daquele IPM no Paraná:

[...] este encarregado, ao término do IPM que presidiu, cumpre o dever de agradecer a valiosa e inestimável cooperação de Vossa Senhoria para o cumprimento da difícil missão de que foi investido. [...] como já salientamos na Introdução do Relatório Geral, publicado pela Biblioteca do exército, este Inquérito contou com a espontânea e eficiente colaboração de milhares de pessoas, cujo espírito democrático e cujo sentimento de preservação das instituições vigentes, superaram, no valor do apoio que nos foi dado, o desempenho simplesmente formal de atribuições rotineiras. [...] Impossível será dizer a real expressão de nosso reconhecimento, mas o que a Pátria recebeu desse esforço conjunto é algo que o futuro há de reconhecer e compensar. [...] aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria os meus sinceros protestos de elevada estima e consideração.<sup>235</sup>

Para que se tenha uma ideia do grau de exagero e personalismo que cercaram a elaboração desse IPM, conduzido por Ferdinando de Carvalho, e que levaram-no ao descrédito junto a parte da oficialidade, e ao próprio presidente na época, segue depoimento do general Gustavo de Moraes Rego sobre esse tema:

O Ferdinando era um bom oficial, mas metido a literato e querendo aparecer. Então, fez render esse inquérito. O Castelo [presidente] dizia: “O Ferdinando está pesquisando agora para ver se a mãe... [risos] do Karl Marx já era comunista”. Não acabava o inquérito. Muito exibicionismo e personalismo. Esse IPM rendeu dois volumes editados pela Biblioteca do Exército.<sup>236</sup>

Já no comando do CPOR, em Curitiba, Carvalho iria instaurar em 1967 um outro inquérito contra o PCB, porém, desta vez as investigações estavam voltadas para os comunistas do Paraná e Santa Catarina. Segundo artigo de Brunelo:

No dia 28 de novembro de 1967, o jornal Diário do Paraná publicou uma matéria que enfocava a ação de um grupo de oficiais do Exército, liderados pelo coronel Ferdinando de Carvalho e sob as ordens do general Clóvis Bandeira Brasil, que desarticulou o Comitê Central do PCB no estado do Paraná. “Tudo começou no dia 05 de setembro de 1967, quando o major Índio do Brasil Lemes constatou no depósito de mercadorias da Empresa Transportadora Seta Oriental, na Rua Silveira Peixoto no 215, em Curitiba, a

<sup>234</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Op. Cit. p. 88.

<sup>235</sup> DEAP. Pasta individual de Ozias Algauer. Seção DOPS-PR.

<sup>236</sup> REIS, Gustavo Moraes Rego. Gustavo Moraes Rego Reis (depoimento, 1992). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. < <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista631.pdf> > Data de acesso: 03 de abril de 2015.

existência de caixas despachadas de São Paulo com material impresso subversivo, documentos de circulação interna entre os militantes do PC, exemplares da Voz Operária e outros panfletos. A pessoa que apresentou-se para retirar o material da firma transportadora foi detido e identificado como Aparecido Moralejo que usava um pseudônimo de Pancho. Seus depoimentos permitiram a identificação de outros militantes do PC”. Toda essa ação da polícia, que, segundo o jornal, consumiu 40 dias de investigação, resultou na instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) em dezembro de 1967, envolvendo 27 pessoas, sendo que desse montante 11 pessoas foram condenadas de 1 a 4 anos de reclusão e 16 pessoas foram absolvidas. O mais curioso foi que, embora houvesse a afirmação de que existia material subversivo chegando de São Paulo, nenhuma prova concreta foi apresentada para que se pudesse legitimar a abertura de um IPM.<sup>237</sup>

Sobre esse episódio assim manifestou-se Aristides de Oliveira Vinholes, em depoimento ao jornalista Milton Ivan Heller:

Em 1967 apareceu em Curitiba o coronel Ferdinando de Carvalho, que tem uma ideia fixa. O problema dele é combater o comunismo e veio comandar o CPOR depois de presidir o IPM do PCB no Rio de Janeiro. Logo ele prendeu Aparecido Moralejo, que era secretário de organização e propaganda do PCB em Curitiba. E no dia 11 de setembro, quando eu saía de minha casa, fui sequestrado por agentes da DOPS e da Polícia Federal e levado para o CPOR.<sup>238</sup>

A partir de sua transferência para Curitiba em 1967, Ferdinando de Carvalho e Ozias Algauer passam a atuar em sintonia. Vale relembrar que quando da vinda de Carvalho, o comandante da Região Militar era o general Clóvis Bandeira Brasil, um dos expoentes da chamada “linha dura” em nível nacional.<sup>239</sup> O general Bandeira Brasil foi promovido a general-de-brigada em julho de 1964, pouco depois do golpe. Nessa patente, foi chefe de gabinete do general Artur da Costa e Silva no ministério da Guerra. Promovido a general-de-divisão em 1967, dez dias depois da posse de Costa e Silva na presidência da República, Clóvis Bandeira Brasil assumiu o comando da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba.

---

<sup>237</sup> BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de S. Paulo*, n.34, 2009 < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/texto04.pdf>> Data de acesso: 03 de abril de 2015.

<sup>238</sup> H HELLER, Milton Ivan. Op. Cit. p, 187.

<sup>239</sup> Listado em bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, de 20 de dezembro de 1974, como um dos membros daquilo que seria “O Grupo dos Onze” da linha dura em nível nacional, completavam o grupo ao lado de Bandeira Brasil os seguintes militares: Syseno Sarmento, Jayme Portella, Ramiro Tavares Gonçalves, Henrique Assumpção Cardoso, Sylvio Frota, Affonso de Albuquerque Lima, Lauro Alves Pinto, Cesar Montagna de Souza, Arthur Candal Fonseca e João Dutra de Castilho. Lista elaborada por Heitor Ferreira, secretário particular de Geisel. GASPARI, Hélio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 284.

A atuação articulada entre o CPOR, de Carvalho, e a DOPS, de Algauer, com o aval do general Bandeira Brasil, proporcionou maior autonomia de ação a esses dois agentes, que assim puderam intensificar a violência contra os opositores no estado.

Em texto com sua assinatura, e que integra o relatório final do IPM do PCB do Paraná e Santa Catarina, presidido por Ferdinando de Carvalho, em 1967, o general Bandeira Brasil, comandante da 5ª Região Militar, assim se pronunciou:

[...] Este IPM originou-se de um fato casual, mas revela a indormida vigilância das Forças Armadas no desempenho de sua missão constitucional. O relatório expõe as atividades de um grupo de homens, inadaptados à democracia, que se aproveitaram da liberdade facultada por um regime generoso para tramar a conquista do poder e a ascensão de uma nova ordem, baseada na opressão e na violência. Apesar de todos os artifícios utilizados, de todo o apoio que lhes deu a incompreensão de alguns, foi-lhes desmascarado o esquema conspirativo, para que na área de suas ações iníquas a tranquilidade fosse preservada em benefício dos que desejam trabalhar pacificamente pelo progresso nacional. Se eles pregam a luta armada, se eles se dizem em declarada insurreição, que lhes ouçam os juízes essas disposições e lhes deem o merecido destino. O que lhes acontecer há de servir como advertência aos que julgam indefesas as nossas instituições tradicionais.<sup>240</sup>

Ferdinando de Carvalho, por sua vez, nas considerações finais afirma:

Ao dar por concluído esses autos que serão encaminhados, pelo Exmo. Sr Gen comandante da 5ª Região Militar, CLOVIS BANDEIRA BRASIL, à Auditoria desta Região, à qual cabe, daqui por diante, a responsabilidade processual desejamos declarar, às autoridades superiores e a todos os que nos auxiliaram neste encargo, que não nos julgamos apenas no desempenho de um dever de rotina. Não se trata apenas da simples apresentação de um Relatório Final da honrosa tarefa que nos foi determinada. Sentimos que, neste momento, aqui no Paraná, neste Comando Militar, dá-se um exemplo edificante do espírito de indormida vigilância e de firmeza responsável que eleva o Exército perante a Nação, como intransigente defensor das instituições democráticas dentro dos quadros constitucionais em que se situa.<sup>241</sup>

Em entrevista realizada no ano de 2000, Ferdinando de Carvalho vangloriava-se de sua passagem redentora pelo Paraná, afirmando que

[...] durante o tempo que estive no Comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba realizei, em todo o Paraná, uma verdadeira “cruzada” de propaganda da Revolução, mostrando ao povo daquele estado, além das suas causas, os meios para que eles não se impregnassem de propaganda comunista.<sup>242</sup>

Opiniões diferentes emitiram diversas outras pessoas perseguidas no período e que associaram a passagem de Carvalho pelo Paraná à exacerbação da violência contra

<sup>240</sup> IPM do PCB/PR. Arquivo particular.

<sup>241</sup> IPM do PCB/PR. Arquivo particular.

<sup>242</sup> MOTTA, Aristides de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Tomo 2. General-de-brigada Ferdinando de Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2003, p. 147-165.

os opositores. Em apoio a essa afirmação, o advogado Antônio Acir Breda, em depoimento a Heller, dividiu a repressão no estado em três etapas, destacando que:

[...] a segunda fase da repressão foi inaugurada no Paraná, quando veio o famoso coronel Ferdinando de Carvalho – que havia interrogado o ex-presidente Juscelino Kubtscheck – assumindo o comando do CPOR. Imediatamente ele assumiu a direção do IPM que tinha como principais indiciados o professor Vieira Neto, Aristides Vinholes, Guilherme Karan, Orlando Cecon, Jacó Schimidt, e outros comunistas históricos. Ai a repressão foi mais contundente. Pessoas desapareciam, sem que ninguém soubesse onde estavam. A incomunicabilidade como regra geral, extensiva aos advogados, como ocorreu no processo dos estudantes presos no Sítio do Alemão.<sup>243</sup>

Em relação a predisposição à violência de Ferdinando de Carvalho e seus aliados no Paraná, Cecília Helm, filha do histórico comunista do PCB paranaense, o advogado José Rodrigues Vieira Neto, afirmou que:

O coronel Ferdinando de Carvalho conseguiu criar um clima de terror em todo o estado, pois os IPMs e as prisões pareciam não terminar nunca. E o promotor Benedito Felipe Rauen era um fanático. De rosário nas mãos ele dizia: “Deus é que me deu essa missão para acabar com os comunistas”.<sup>244</sup>

Outro episódio ocorrido em 1975, dois anos após o falecimento de Vieira Neto, e noticiado pela revista *Veja*, na edição 515, em 19 de julho de 1978, reitera o caráter arbitrário e a falta de planejamento dessas ações repressivas, desta vez sob o protagonismo da DOPS de Ozias Algauer. Segundo Helm:

Quando os órgãos de segurança realizaram uma ampla operação no Paraná e em Santa Catarina [Operação Marumbi – 1975], prendendo mais de uma centena de suspeitos, um agente bateu a porta do advogado José Vieira Neto em Curitiba: “vim para prendê-lo por atividades subversivas”, disse o policial à esposa do procurado. André de River [esposa] respondeu: “vai ser difícil, só se forem busca-lo no cemitério!”<sup>245</sup>

Esse episódio nos oferece duas constatações: a primeira, de que havia uma perseguição automática aos considerados inimigos do regime, fichados nos arquivos oficiais, sempre que eram retomadas as operações repressivas contra opositores, independente da constatação ou não da participação destes últimos nas atividades sob interdição; e a outra, diz respeito ao fato de que esses arquivos nem sempre eram atualizados.

<sup>243</sup> HELLER, Milton Ivan. Op. Cit. p. 213.

<sup>244</sup> HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 367.

<sup>245</sup> HELM, Cecília Maria Vieira. José Rodrigues Vieira Neto: a vida e o trabalho de um grande mestre. Curitiba: OAB – Seccional Paraná, 2013, p. 164.

### 5.1.3 Ozias Algauer

***Coração mata Ozias  
Algauer aos 48 anos***

Tido como exemplo de policial honesto e dedicado ao trabalho, faleceu ontem o delegado Ozias Algauer, chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Sua morte enlutou a organização policial do Paraná, onde ele era um de seus membros mais representativos.

Seu sepultamento foi dos mais concorridos, com centenas de veículos policiais efetuando o acompanhamento com as luzes acesas e sirenas abertas, num último adeus de seus colegas. Ao baixar o caixão no Cemitério Parque Iguaçu, cenas comoventes pois desde funcionários subalternos a Secretários de Estado e magistrados contavam-se entre seus amigos.

**QUEM ERA**

Ozias Algauer faleceu aos 48 anos de idade, vítima de enfarte do miocárdio, em sua residência, à avenida Desembargador Vieira Cavalcanti, 700, nas Mercês, durante a madrugada de ontem. Deixa viúva a sra. Zeny Algauer e uma filha, Elize. Filho de policial, ingressou nos quadros da então Chefatura de Polícia como agente, em 22 de julho de 1954. Em 1960, habilitado por concurso, mudou para a carreira de Detetive, passando, desde então, a prestar serviços na Delegacia de Ordem Social — DOPS. Em 1964, foi nomeado delegado de Polícia, passando a adjunto da DOPS. E, em 1966, a delegado titular dessa delegacia.

Em 1970, foi designado como diretor do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, sem prejuízo das funções de titular da DOPS. Desde 1966 era professor da Escola de Polícia, na cadeira de Investigação Criminal. Formou-se em Direito, pela Universidade Católica do Paraná, em 1963. Entre os diversos cursos que concluiu, destacam-se os de Controle de Multidões, pela Agência para o Desenvolvimento Internacional; Curso Geral de Polícia, na Academia Interamericana de Polícia, no Canal do Panamá; ADESG e diversos cursos de segurança sob o patrocínio da Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil — Ponto IV.

Em 1972, o chefe de Gabinete do Ministério da Marinha lhe concedeu a medalha e o diploma de "Amigo da Marinha" e, no mesmo ano, por portaria do ministro da Marinha, foi agraciado com a medalha "Mérito Tamandaré". Em 1977 recebeu a medalha do Mérito Policial, na categoria "Prata" e, em março de 1979 assumiu a Chefia do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública.



Ozias Algauer



Era um policial exemplar.

Figura 7 - Matéria do jornal O Diário do Paraná, por ocasião da morte de Ozias Algauer, 11/04/1980, p. 6.

Ozias Algauer, como afirmou em entrevista o delegado Roberto Monteiro, da PF, era um ativista da área de operações da polícia política e na segunda metade dos anos de 1970, já possuía uma larga experiência na perseguição aos subversivos paranaenses. Quando de seu falecimento em 1980, reportagem do jornal Gazeta do Povo, publicada em 11 de abril, apresentou um breve histórico da carreira do temido chefe da DOPS no período mais ácido da repressão no Paraná:

[...] O policial falecido ontem, contava com quase 26 anos de carreira nos quadros da Polícia Civil. Como agente de polícia ele ingressou no órgão em 22 de julho de 1954. Em 1960, por habilitação em concurso, passou para a carreira de detetive, passando a prestar serviços na Delegacia de Ordem Política e Social. Quatro anos mais tarde ele era nomeado ao cargo de delegado de polícia de 1ª classe [...] Em seguida era nomeado pelo secretário

de segurança para exercer a função de delegado adjunto da mesma delegacia. Passaria a titular em 1966, onde permaneceu mesmo depois de 1970, quando designado para diretor do Centro de Informações da SESP<sup>246</sup>.

Segundo depoimento do delegado José Maria de Paula Correia, ao projeto “Depoimentos para a História”<sup>247</sup>, durante os últimos anos da década de 1970, na Polícia Civil estadual, existiam em linhas gerais, três grupos de agentes: o primeiro, formado por uma pequena leva, que se dividiam entre os ideologicamente muito identificados com a repressão e os sádicos; o segundo, formado por uma maioria de indiferentes; e o último grupo, composto por uma minoria que militava visando romper com os métodos antigos e o passado de “subserviência a um regime iníquo e repressor”.

Algauer parecia fazer parte do primeiro grupo. Porém, segundo Correia, o delegado titular da DOPS enquadrava-se naquele tipo de “agente ideologizado”, cuja obediência cega também visava amealhar ganhos materiais oferecidos pelo sistema, através de uma espécie de política de premiação que contemplava esses perpetradores da violência, como promoções, aumentos salariais, pagamento de diárias, donativos de empresários e oferta de cursos de aperfeiçoamento, que poderiam ser realizados na aclamada Escola Superior de Guerra, ou até em instituições estrangeiras, como a Escola das Américas, pertencente ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos e situada no Panamá.

Conforme apontamos, Algauer foi um agente extremamente afinado à ideologia oficial. Tal constatação torna-se evidente, quando analisamos seu histórico funcional, que informa sua participação em inúmeros cursos de formação dotados de uma forte carga doutrinária. Coroando essa informação, verificamos, conforme segue abaixo, que o delegado da DOPS, diplomou-se em dois dos mais disputados cursos oferecidos pelo sistema de segurança do regime que, conforme apontado por Correia, eram ministrados na ESG e Escola das Américas:

Formado em 1953, no curso de Direito, pela universidade Católica do Paraná, Ozias seria designado em 1966 para professor da Escola da Polícia Civil, ministrando a cadeira de Investigações Criminais. Ele realizou diversos cursos, como Controle de Multidões, pela U. S. – Agência para o Desenvolvimento Internacional; curso geral de Polícia na Academia Interamericana E.U.A., no Panamá; adestramento de Polícia Civil, com especialização em investigação criminal; curso da associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

---

<sup>246</sup> Gazeta do Povo. Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer. Curitiba, 11 de abril de 1980, p. 11.

<sup>247</sup> Depoimento de José Maria de Paula Correia para o projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. <https://www.youtube.com/watch?v=0nF5fLaB1Xo>. Data de acesso: 23 de março de 2015.

(ADESG). Realizou curso básico regional de Segurança Física [...] realizado na Força pública do Estado de São Paulo e patrocinado e ministrado pela Missão Norte Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil [...] Concluiu o curso de Especialização em Problemas de Segurança Física [...] realizado na Força Pública do Estado de São Paulo, ministrado pela Divisão de Segurança Pública da USAID do Brasil.<sup>248</sup>

Entre as inúmeras ações repressivas nas quais teve participação no estado, o delegado Ozias Algauer foi responsável pela operação que fechou o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, em 1966; atuou na prisão de estudantes universitários no minicongresso da UNE, na Chácara do alemão, em final de dezembro de 1968<sup>249</sup>; e presidiu o inquérito que investigou os acusados de reorganizarem o PCB no Paraná, durante a Operação Marumbi (1975-1976). Sobre esta última ação policial, é importante frisar que segundo depoimento do delegado da Polícia Federal, Roberto Monteiro, nas reuniões do DOI-CODI que antecederam a deflagração dessa megaoperação, iniciada em 1975, quando se discutiram questões como a sua viabilidade e qual órgão policial deveria conduzir os trabalhos, o delegado Algauer pressionava de forma recorrente o representante do Departamento de Polícia Federal, o delegado José da Silva Motta<sup>250</sup>, para que esse órgão policial se responsabilizasse pela instalação e condução do inquérito, já que, segundo a Constituição, investigações sobre crimes de natureza política eram atribuição da Polícia Federal. Em um determinado momento da entrevista que realizamos com o delegado Monteiro, este afirma que:

Houve um inquérito com muita repercussão [Operação Marumbi]. Inquérito que era dessa mesma natureza [que a Operação Pequeno Príncipe] e com muito mais presos, aqui no Paraná [...] foi uma espécie de rescaldo da Operação Bandeirantes, e para se fazer esse inquérito, numa reunião dessas [DOI-CODI] o nosso representante da PF [Delegado Mota], da DOPS [da Polícia Federal], disse taxativamente que a PF não tinha estrutura para fazer um inquérito dessa natureza. Porque não tinha lugar para prender essas pessoas, não tinha gente para cuidar, ou seja, na época - isso é verdade, ele não faltou com a verdade - havia muito pouca gente na PF. E aí, ele disse que a PF não podia fazer. Resultado: ele ficou muito mal [...] me parece que esse homem, embora continuasse na DOPS [PF], ele não ia para as reuniões [DOI-CODI] porque ele estava, vamos dizer, como “queimado” por causa dessa história de não ter aceito esse inquérito na época. E aí, todo mundo dizia “Olha, fulano de tal não foi suficientemente [capaz]” Quer dizer, fugiu, deixou o espaço dele para que a DOPS do estado fizesse o inquérito e realmente esse tal inquérito foi feito pela

<sup>248</sup> Gazeta do Povo. Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer. Curitiba, 11 de abril de 1980, p. 11.

<sup>249</sup> OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba: DHPaz, 2014, p. 251.

<sup>250</sup> Documentos demonstram que em junho de 1977, o delegado José da Silva Motta, havia sido deslocado para a chefia do SPMAF - Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira (SPMAF) da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná.

DOPS do estado, na época [pelo], Dr. Ozias Algauer, que era o chefe da DOPS.<sup>251</sup>

Além disso, em 1978, Ozias Algauer também esteve diretamente envolvido no inquérito instaurado para investigar o sequestro de Juracilda Veiga, uma vez que ainda comandava a DOPS na época. Na época, a Comissão de Justiça e Paz do Paraná, acusou Algauer de interferir nos trabalhos de apuração dessa ação clandestina, visando impedir que fosse efetivamente apurada a participação daquela Delegacia de ordem Política e Social naquele ilícito.<sup>252</sup>

Quanto à sua participação na Operação Pequeno Príncipe, essa se deu sobretudo durante as reuniões da “comunidade” nas quais discutia-se a interdição das pré-escolas Oficina e Oca. Segundo relato do delegado Monteiro, Algauer foi quem mais pressionou os representantes dos órgãos de segurança, presentes nas reuniões da “comunidade” que antecederam a realização da Operação Pequeno Príncipe, para que as escolas fossem interditadas. Portanto, entre as inúmeras ações protagonizadas por Algauer no quadro da repressão paranaense, chama a atenção também a pressão exercida por esse delegado junto aos representantes do Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Federal nas reuniões da “comunidade”, primeiro sobre o delegado Motta, quando da definição dos parâmetros da Operação Marumbi, em 1975, quando ocorreu a recusa da PF em assumir o comando daquela operação. Depois, foi a vez do delegado Roberto Monteiro, nas discussões que resultaram na deflagração da Operação Pequeno Príncipe, em 1978, quando a PF, cumprindo uma atribuição constitucional, assumiu a coordenação dos trabalhos daquela ação repressiva. Esses dois episódios demonstram o papel proativo e manipulador desse agente, cuja larga experiência repressiva e, conseqüentemente, o capital simbólico conquistado, permitiram exercer uma influência decisiva sobre outros agentes, conformando assim, em muitos momentos, à sua imagem, a fisionomia assumida pela máquina repressiva da ditadura no Paraná, durante parte dos anos de 1960-1970.

Não bastasse tudo isso, conforme já mencionamos, Algauer faz parte do seleto grupo de agentes da repressão cujo nome compõe a lista de torturadores do projeto *Brasil Nunca Mais*. Seu envolvimento e dedicação expressivos na repressão aos

---

<sup>251</sup> Entrevista realizada com o delegado da PF, Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>252</sup> Tribuna do Paraná. Cúria faz crítica a Alcindo. Curitiba, 08 de junho de 1978.

inimigos do sistema político ditatorial extrapolaram os limites do simples cumprimento do dever do ofício.

Essa postura intransigente de Algauer foi bem ilustrada pelo coronel Elizeu Ferraz Furquim que, durante os anos de 1970, dirigiu o presídio do Ahú (antiga Prisão Provisória de Curitiba - PPC), local onde cumpriram pena os condenados na Operação Marumbi. Em entrevista concedida ao “Projeto Depoimentos para a História: a Resistência à Ditadura Militar no Paraná”<sup>253</sup>, Furquim relatou que ao receber a autorização do governador do estado e do Secretário de Justiça, respectivamente, Jayme Canet Júnior e Túlio Vargas, em 1976, para transferir para o presídio do Ahú, os presos da Operação Marumbi, que estavam cumprindo pena em diferentes instalações prisionais, foi obrigado a fazer uma espécie de romaria, visitando individualmente cada uma das diversas autoridades da área de segurança, visando angariar o apoio - ou pelo menos a neutralidade - para o remanejamento daqueles presos políticos. Segundo Furquim, de todas as autoridades consultadas, entre generais, como o próprio comandante da 5ª Região Militar e o Secretário de Segurança, a maior dificuldade veio do chefe da DOPS, Ozias Algauer, que:

[...] foi o último a ceder, mas se convenceu em função de algumas coisas que eu disse a ele: “Algauer, você é um homem de horizontes, veja bem, a revolução está no fim. Só você que não está percebendo que a revolução está no fim. Ao final você vai ficar segurando o pau da bandeira, porque a bandeira desapareceu há muito tempo. Você vai deixar essa mágoa para você, essa mácula para você e a sua família. Teu nome vai ser amaldiçoado”.<sup>254</sup>

Com base nos argumentos utilizados por Furquim, visando persuadir o delegado Algauer a concordar com a transferência dos presos políticos, notamos que existia no interior da comunidade repressiva uma certa preocupação com o tipo de imagem que a sociedade teria desses agentes perpetradores da violência e também, de como os seus familiares teriam que lidar com essa herança, tanto no presente, como no futuro, à medida em que o país caminhava em direção ao reestabelecimento da democracia.

---

<sup>253</sup> Projeto desenvolvido pelo DHPaz - Sociedade Direitos Humanos para a Paz, em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e sob a coordenação do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná.

<sup>254</sup> Depoimento de Elizeu Ferraz Furquim para o projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná: <https://www.youtube.com/watch?v=LMxpIUjMupA>. Data de acesso: 23 de março de 2015.

A imensa folha de serviços prestados à repressão ditatorial no Paraná rendeu também algumas homenagens ao delegado Algauer. Conforme reportagem do jornal *Gazeta do Povo*, publicada em 1980:

[...] dentre as condecorações que possuía, está a recebida em 1972, quando o chefe de gabinete do Ministério da Marinha concedeu-lhe a medalha e o diploma de “Amigo da Marinha do Estado”. Ainda no mesmo ano [...] seria agraciado com a medalha “Mérito Tamandaré”. Finalmente, em 1977, recebeu a medalha de “Mérito Policial”, categoria “Prata”.<sup>255</sup>

No texto a seguir, descreveremos como iniciou-se a participação do delegado da Polícia Federal em 1978, Roberto da Chagas Monteiro, em nossa pesquisa. Daremos a conhecer ainda, através de trechos de nossa entrevista, parte de sua trajetória de vida e suas recordações. E, em seguida, analisaremos aspectos importantes relacionados à Operação Pequeno Príncipe com base em seus relatos e considerações sobre o ocorrido.

---

<sup>255</sup> *Gazeta do Povo*. Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer. Curitiba, 11 de abril de 1980, p. 11.

## 5.2 *O depoimento do delegado da PF encarregado do inquérito sobre as escolas*

Entrevistamos em 2005 o delegado aposentado Roberto das Chagas Monteiro, que em 1978 respondia pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Federal do Paraná,<sup>256</sup> tendo sido responsável pela condução do inquérito 38/78, relacionado à Operação Pequeno Príncipe.

A escolha desse entrevistado apoiou-se na ideia de que seu depoimento poderia nos ajudar a entender melhor aspectos como a lógica do policial, sua visão de mundo, valores, sentimentos e ressentimentos. Além disso, suas memórias sobre aqueles acontecimentos, também poderiam nos oferecer recursos de análise que ampliariam nosso entendimento sobre o funcionamento do sistema de segurança local a partir de uma visão interna *a posteriori*.<sup>257</sup> Lembramos que esse agente estatal teve participação destacada no acontecimento estudado, já que foi um dos responsáveis pela sua logística, pela coleta dos depoimentos dos envolvidos e pela elaboração do inquérito referente ao caso.

Roberto das Chagas Monteiro, com 69 anos em 2015, natural de Recife, Pernambuco, foi delegado federal por 26 anos. Em 2005, quando a entrevista foi

---

<sup>256</sup> A PF tinha 5 delegacias: DRE- Departamento de Delegacia de Repressão a Entorpecentes; SPO- Serviço de Planejamento Operacional; DOPS – Departamento de Ordem Política e Social; SPMAF- Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira; Polícia Fazendária. Essas cinco delegacias foram estruturadas de acordo com funções orgânicas atribuídas à Polícia Federal pela constituição. Não confundir o DOPS da PF com a DOPS da Polícia Civil do Paraná ligada a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

<sup>257</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral. RJ: FGV, 1994, p. 151.

realizada, atuava como corregedor da ANP<sup>258</sup>. Nosso contato inicial foi feito através de e-mail, ferramenta que nos permitiu expor os objetivos desse projeto de pesquisa e as razões pelas quais sua participação - através de depoimentos - seria de fundamental importância para o sucesso desse trabalho. Residindo em Curitiba, Roberto Monteiro, nos recebeu em sua casa para a gravação de uma entrevista em 31 de outubro de 2005. Havíamos enviado o roteiro da entrevista com antecedência, tendo sido acordados alguns procedimentos, tais como: a liberdade do entrevistado de falar sobre assuntos que julgasse importantes para o esclarecimento dos fatos abordados; a opção de não responder perguntas que considerasse indesejáveis; solicitar que o gravador fosse desligado sempre que julgasse necessário ou quisesse expor qualquer assunto *in off*. Em seu depoimento rico em detalhes, o entrevistado trouxe à tona a lembrança de pessoas e situações que ajudaram a alargar nosso entendimento sobre o episódio e serviram de ponto de partida para outras pesquisas. Além disso, Monteiro nos forneceu um relatório<sup>259</sup> detalhado com todos os passos da Operação Pequeno Príncipe. Esse documento tornou-se uma de nossas principais fontes sobre a atuação dos órgãos de segurança no episódio das pré-escolas Oficina e Oca.

Roberto Monteiro iniciou sua atuação no aparato repressivo paranaense a partir da segunda metade dos anos de 1970. Ao discorrer sobre sua atuação e sobre a ditadura, revelou uma visão crítica sobre diversos aspectos a ela relacionados, diferente de outros agentes entrevistados que mostram-se irredutíveis na defesa do regime ditatorial. Determinadas ações nas quais teve participação direta ou não, são justificadas por questões como a lealdade ao cargo, o sentimento de pertença à corporação policial e o respeito à Constituição do país, embora ele reconheça que a via anticonstitucional tenha sido o caminho utilizado pelos golpistas responsáveis pela instalação do modelo autoritário que vigorou no país entre 1964 e 1985, e do qual foi um dos partícipes.

Monteiro ingressou na Polícia Federal em 1976, e no ano seguinte passou a representar essa corporação nas reuniões do DOI-CODI, mais conhecidas como reuniões da “comunidade”,<sup>260</sup> que, como vimos, eram realizadas semanalmente nas dependências da 5ª Região Militar, no bairro do Pinheirinho, em Curitiba.

---

<sup>258</sup> Agência Nacional do Petróleo – ANP.

<sup>259</sup> Relatório elaborado pelo delegado da PF, Bernardino Bochi.

<sup>260</sup> As reuniões do sistema DOI-CODI eram realizadas todas as segundas-feiras e contavam com a presença de representantes dos vários órgãos repressivos do estado. O objetivo era principalmente a troca de informações e a tomada de decisões sobre as ações repressivas.

O grupo que participava das reuniões era composto por representantes dos vários órgãos de segurança do estado, tais como a DOPS, DOI-CODI, Polícia Militar, Polícia Federal, SNI, Exército, Marinha e Aeronáutica. Conforme o relato de Monteiro, em pelo menos três reuniões o caso das “duas escolinhas que abrigavam subversivos” já havia sido mencionado e uma certa pressão já havia se instalado para que fosse realizada uma operação repressiva contra aqueles chamados “focos de subversão”:

[...] numa das reuniões, aliás, isso sucessivamente, [em] duas reuniões ou três, se falou dessa história dessas escolas e que havia necessidade de se abrir um inquérito [...] para apurar essa questão, esse problema. Ai eu disse: “Eu precisaria ver o que é que tem”. Porque se houvesse inquérito, o inquérito teria que ser feito pela PF.<sup>261</sup>

No início de 1978, em nova reunião da “comunidade”, novamente veio à tona o caso das escolinhas e a pressão para que a PF iniciasse os preparativos para a realização daquela operação repressiva. Na condição de representante da Polícia Federal, Roberto Monteiro, acabou concordando com a deflagração da operação e responsabilizou-se pelos primeiros encaminhamentos, mesmo considerando que aquela ação fosse precipitada.

Em seu depoimento, Monteiro explica que por considerar-se um legalista, não poderia deixar de cumprir o que mandava a Constituição e, apoiando-se no episódio já mencionado, que envolveu o delegado Motta, seu antecessor na chefia da DOPS da Polícia Federal, afirma que:

Esse inquérito [Operação Marumbi] todo mundo dizia “o delegado Mota [representante da PF junto à “comunidade”] não foi suficientemente capaz”. Quer dizer, fugiu, deixou o espaço para que a DOPS do estado fizesse o inquérito e realmente esse tal inquérito foi feito pela DOPS do estado, na época pelo Dr. Ozias Algauer, que era o chefe da DOPS. E ai, eu como representante da PF naquela reunião, não quis dizer um não [...] com medo da síndrome do meu antecessor [delegado Mota]. Eu não queria dizer um não[...] porque como eu sempre fui um legalista, se há um problema, [se] tem uma lei que diz que você não pode fazer propaganda comunista, vamos agir e vamos prender você. Porque você está fazendo propaganda comunista, tá certo. Se a lei do Estado, que [é o que] nos interessa, e eu como policial, não me compete entrar no mérito dessa lei, embora, particularmente eu possa ter a minha convicção com relação à isso. Mas o que está na lei tem que ser cumprido. Então eu acho que policial, juiz, promotor, tem que cumprir a lei, né. Ai, na época eu digo: “Olha, eu preciso examinar o que existe pra poder te dizer se é o caso ou não, de abrir o inquérito”.<sup>262</sup>

Perguntado sobre de onde vinham as pressões, Monteiro afirma:

<sup>261</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>262</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

[...] eu vi um pessoal muito, vamos dizer, entusiasmado com isso [com a operação], tanto de sorte que na última reunião a maior pressão [...] foi do chefe da DOPS, o Ozias Algauer, que foi bem taxativo: “Olha, tem que ser feita. Se a PF não quiser fazer, nós fazemos, está certo”. Como ele era um homem [...] muito mais enfrornado nessa parte do DOPS, porque ele trabalhou em DOPS desde a primeira hora e eu era um recém chegado. [...] Ele era um homem que conhecia, ele inclusive era um ativista dessa área de DOPS, de primeira hora. O Dr. Ozias tinha toda uma história atrás dele. Então ele era um homem que conhecia bem melhor o que estava por trás de tudo, do que eu. Quer dizer, ele como autoridade, ele disse: “Ó, tem que ser feito” [...] a maior pressão, hoje como testemunha eu digo, veio da DOPS, mais precisamente na pessoa do seu chefe, o seu delegado chefe [Ozias Algauer] e do pessoal do DOI-CODI.<sup>263</sup>

Nas palavras do delegado Monteiro, a enorme repercussão que a Operação Pequeno Príncipe iria gerar já era esperada:

Ela era esperada. Nessa tal reunião que eu tive na sexta-feira [dia anterior às prisões], eu me lembro até que senti aquele clima, todo mundo entusiasmado. Ai eu me lembro que o chefe do DOI-CODI me apresentou a todos, alguns não me conheciam [...] agentes que trabalham em serviço sigiloso, secreto e tal. Disse: “Olha, aqui é o Dr. Roberto Monteiro, que a partir de amanhã vai ficar mais famoso no Brasil do que o Fleury!” Ai, achei graça (risos). Vai ficar mais famoso do que o Fleury. [...] Essa repercussão era esperada.<sup>264</sup>

Se a repercussão era esperada, então a quem ela interessava naquele momento em que o poder central descomprimia o regime? Possivelmente, ações como as de Algauer e seus pares na Operação Pequeno Príncipe, pretendiam sabotar a orientação política do governo central, através da produção de um fato novo e de grande repercussão que de alguma forma pudesse retardar o processo distensivo em curso. Quem sabe o objetivo não era dar a impressão de que os subversivos, ao contrário do que pensavam os altos dirigentes, continuavam representando perigo, pois com a distensão voltaram a ter liberdade para se reorganizarem visando a tomada do poder? Além disso, novas eleições ocorreriam ainda em 1978 e era preciso evitar nova vitória do MDB apoiado pelos comunistas.

Segundo as palavras do delegado Monteiro, o histórico de Algauer tornara-o uma presença de peso nas reuniões do DOI-CODI, pois esse agente havia amealhado ao longo de quase duas décadas atuando na DOPS paranaense um enorme prestígio junto à comunidade de segurança, o que lhe conferia a capacidade de exercer uma considerável influência nas decisões ali tomadas.

Conforme Monteiro, a pressão para que a PF se responsabilizasse pela interdição das pré-escolas começou alguns meses antes de março de 1978. Segundo seu

<sup>263</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>264</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

depoimento, apesar de ter oferecido certa resistência, naquele contexto, não havia outra saída a não ser realizar aquela operação, uma vez que a PF tinha obrigação de exercer seu papel constitucional e ele, como servidor público, deveria cumprir seu dever:

[...] me trouxeram os dados e informação sobre o assunto, um dossiê sobre o caso. Levei isso lá pra repartição e li detidamente. Levei o caso à consideração do meu superior. Disse: “Olha, está aqui, eles estão querendo fazer um inquérito sobre isso. E eu li, doutor, [e] não vi nada assim, que diga: Olhe, está havendo crime e é o caso de realmente se abrir um inquérito” [...] para eu ter um inquérito, era preciso realmente ter pelo menos um indício veemente de estar acontecendo alguma coisa. Podia ser estranha a situação: uma porção de comunistas numa escola, em duas escolas, a AED-OFICINA e a CEPAED-OCA. Ai eu li, os meus colegas que leram, dois colegas superiores, evidentemente - porque o assunto DOPS sempre foi compartimentado - tiveram a mesma opinião e disseram: “explica pra ele que pelo que tem aqui não dá para abrir um inquérito.” Principalmente um inquérito como eles queriam, que já prendesse todo mundo e tal. Ai, eu voltei pra reunião e ponderei que não podia ser feito e tal, quer dizer, não é que não poderia ser feito, ainda não era o caso de se fazer. Precisaria se aprofundar um pouco mais, confirmar as informações, ver se havia elementos mais, que dessem azo a abertura do inquérito. Na primeira reunião da comunidade depois disso, o coronel do Exército que a presidia disse: “Olha, vamos olhar isso de novo”. Na reunião seguinte, veio novamente à tona esse caso. E novamente eu expliquei. Ai, um deles [Ozias Algauer] foi bem incisivo, disse: “Ó, vai ter que fazer, tá certo! É uma operação que vai ter que se fazer, e se a PF não quiser fazer, a DOPS vai fazer. “Ai, eu disse: “Se é para fazer, vamos fazer, não estamos fugindo, o que eu estou dizendo, como uma pessoa que estudei Direito [...] o que eu vejo é que não há ainda elementos para se fazer [...] eu acho que, talvez a gente vá até abortar uma situação que pode, mais tarde se caracterizar melhor, mas se os senhores querem fazer, vamos fazer, estou aqui para fazer” Levei o caso aos nossos superiores e disse: “Ó, os homens lá, estão querendo fazer e vai ter que fazer mesmo. Parece que a coisa é uma imposição, que tem que ser feita, porque inclusive, até já havia o risco de um ir viajar, sim era o Walmor Marcelino, que estava para viajar para a Alemanha e a gente já providenciou pra que a expedição do passaporte fosse procrastinada.”<sup>265</sup>

Além de toda a pressão, já que segundo Monteiro “parecia que a coisa era uma imposição de cima”, talvez o fator decisivo para a decisão da PF de realizar a operação contra as escolinhas, tenha sido o precedente já mencionado, envolvendo a recusa da PF em conduzir os trabalhos da Operação Marumbi, em 1975. Alegar novamente que a PF não dispunha de condições para conduzir aquela nova operação, provavelmente iria ocasionar a completa desmoralização do Departamento de Polícia Federal diante da comunidade de segurança.<sup>266</sup> Nas palavras de Monteiro:

[...] havia aquele receio de a PF mais uma vez se desgastar em não fazer, deixar de cumprir seu dever, ou seja, a gente estava cedendo um espaço para uma outra entidade. Um espaço que era nosso, um dever que era nosso pela constituição federal. A gente estava cedendo para [outro órgão], quer dizer,

<sup>265</sup> Entrevista Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>266</sup> Entrevista Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

havia esse medo, não só meu, do meu chefe. Todo mundo não queria: “Olha, a gente já, uma vez já falhou, agora não, se tiver [que fazer a operação], vamos somar juntos” Porque havia até o risco do superintendente cair.<sup>267</sup>

Diante dessas circunstâncias, e temendo um novo desgaste junto à “comunidade”, ou até mesmo a queda de seu Superintendente, a PF aceitou o encargo e preparou-se para reprimir as escolinhas Oficina e Oca, e onze de seus membros.

Visando conhecer os meandros dessa operação, analisaremos a seguir documento fornecido pelo delegado Roberto Monteiro, que é uma espécie de relatório circunstanciado sobre a Operação Pequeno Príncipe, produzido na época, pelo delegado Bernardino Bochi, da Polícia Federal. Seu teor nos ajudará a compreender melhor alguns aspectos ligados a essa ação repressiva, tais como sua preparação, organização, estruturação e logística.

### **5.3 O relatório Bernardino Bochi**

Durante a realização da Operação Pequeno Príncipe, o bacharel em Direito Bernardino Bochi era Coordenador Regional da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná. Falecido em 24 de fevereiro de 2000, Bochi foi responsável pelo IPM 08/72 instaurado em 1972, pelo DPF, que investigou as atividades da VAR-PALMARES em Goiás nos anos de 1969/1970<sup>268</sup>. Esse delegado, conforme apontamos, produziu um documento, dirigido ao Superintendente do DPF, João Reginaldo Felipe Villaça, detalhando pormenorizadamente toda a estrutura organizacional da Operação Pequeno Príncipe. Segundo o delegado Roberto Monteiro, o objetivo de Bochi, ao produzi-lo, foi municiar a corporação de informações sobre práticas e procedimentos bem sucedidos colhidas naquela experiência repressiva que pudessem, no futuro, servir de subsídio para novas operações que envolvessem a ação conjunta dos órgãos repressivos paranaenses. Feitas essas considerações, a partir de agora passaremos a analisar o relatório, tecendo, ao mesmo tempo, alguns comentários sobre seu teor.

---

<sup>267</sup> Entrevista Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>268</sup> Projeto Brasil Nunca Mais: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_05.BNM:412](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05.BNM:412). Data de acesso: 26 de março de 2015.

Logo no início do texto confirmam-se as indicações de Monteiro, sobre o caráter do documento e seus objetivos, bem como sobre a participação conjunta dos órgãos de segurança nessa operação:

Senhor Superintendente

Pela complexidade e riqueza de detalhes julgamos útil codificar a experiência vivida por essa SR [Superintendência Regional] na operação “Pequeno Príncipe”, cobrindo desde a investigação até a liberação de todos os presos. Não pretendemos um modelo, apenas registrar uma experiência acontecida num espaço e tempo determinados. Algumas ações foram executadas por outros órgãos de segurança da área, razão pela qual não nos aprofundamos na análise.

A exposição obedecerá a seguinte sequência: 1 – Investigação 2 – Decisão 3 – Planejamento 3.1. Estabelecimento das linhas gerais 3.2. Planejamento Operacional (1 – Inquérito, 2 – Prisões e Buscas, 3 – Recebimento de Presos e Material Apreendido, 4 – Interrogatórios Preliminares, 5 – Público Externo, 6 – Administração) 4 – Considerações Gerais.<sup>269</sup>

Em seguida o relatório informa aponta o organismo repressivo responsável pela vigilância às escolas e a opção pela adoção de diversos procedimentos investigativos utilizados nessas ações:

As investigações [...] conduzidas pelo DOI do Paraná, foram amplas, com utilização das mais variadas técnicas, de coleta e operações especiais. Tem repercutido negativamente no trabalho as diversas protelações havidas para desencadeamento da operação de prisão. Nesta fase foram montados os prontuários das pessoas investigadas e das entidades e coleta de elementos probatórios.<sup>270</sup>

Um dos recursos investigativos utilizados foi a interceptação telefônica dos detidos, prática que, segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, havia se generalizado na cidade de Curitiba:

No Paraná a coisa foi quase oficial. Técnicos da Telepar começaram a fazer frequentes visitas a redações de jornais, escritórios de advocacia e até residências particulares, alegando necessidade de “revisões técnicas”. Logo depois, em março deste ano, mais de 400 telefones de Curitiba começaram a apresentar ruídos diferentes. E, no dia 17, a jornalista e professora Juracilda Veiga foi sequestrada, enquanto 11 pessoas eram presas. No depoimento dessas 11, vários sinais evidentes de que a censura telefônica de fato existiu: o delegado Roberto das Chagas Monteiro, encarregado do inquérito usou uma fita de gravação de um telefonema para forçar, sem sucesso, o advogado Edésio Franco Passos a responder afirmativamente a uma pergunta. A denúncia foi repetida ontem pelo próprio Edésio, que não viu nem ouviu a fita, mas está convicto de sua existência. “O delegado deu-me detalhes e sinais evidentes de que o telefonema que mantive com uma pessoa fora gravado”.<sup>271</sup>

Sobre a escuta telefônica, o próprio delegado Monteiro confirmou em nossa entrevista a sua adoção, não pela PF, mas por outros órgãos repressivos:

<sup>269</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>270</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>271</sup> O Estado de S. Paulo. Por que não? São Paulo, 5 de outubro de 1978, O País, p. 6.

[...] acredito que deve ter havido um monitoramento telefônico [...] é uma técnica de investigação comezinha. Se usa sempre, inevitavelmente, e acredito que isso deve ter acontecido também, senão como é que eles saberiam o que estava ocorrendo dentro das escolas?<sup>272</sup>

O registro demonstra ainda a impaciência da “comunidade” com o retardamento da Operação Pequeno Príncipe. Entre os motivos para o atraso, segundo o delegado Monteiro estaria o pedido do comandante substituto da 5ª Região Militar, para que o início da operação fosse adiado até a volta do titular, pois haveria uma grande repercussão do caso. Vejamos o relato de Monteiro:

[...] o comandante da área não estava, estava viajando e por isso o que ficou disse: “Olhe, eu acho melhor vocês não fazerem isso na minha gestão, eu prefiro que esperemos meu chefe voltar. Eu não gostaria que uma coisa que vai dar muita repercussão ocorra na minha interinidade. Eu prefiro que o titular venha”. Então [a operação] foi adiada por uma semana<sup>273</sup>

Os apontamentos que seguem, corroboram a opinião do delegado Monteiro e de seus colegas da PF, de que as “provas” contra as escolas eram insuficientes para a abertura do inquérito. Apesar disso, e da expectativa de grande repercussão, as instâncias superiores haviam autorizado aquela operação:

[...] Foi nesta fase que o DPF iniciou e se integrou no problema. Precedeu à decisão a nível regional estudo profundo dos fatos apurados, inclusive do ponto de vista legal quando foram avaliados os indícios para dar base legal ao futuro procedimento. Apesar da fragilidade dos elementos probantes, mas considerando outros aspectos, a opção foi pelo procedimento penal e diante da previsão de grande repercussão foram consultados os órgãos centrais. Com o sinal verde passou-se ao planejamento.<sup>274</sup>

A seguir, no item “planejamento”, somos informados de que a responsabilidade pela operação, conforme facultava a constituição brasileira, ficou a cargo do Departamento de Polícia Federal:

O planejamento obedeceu a duas fases distintas. Uma em que foram estabelecidas as linhas gerais a nível de comando e outra em que os órgãos de segurança empenhados, já com missões definidas, elaboraram o plano operacional. Ao DPF como responsável pela operação coube a coordenação geral do planejamento.<sup>275</sup>

É importante notarmos, conforme segue abaixo, que, apesar da PF ser o órgão coordenador, outros organismos de segurança tiveram participação efetiva nas decisões e também na consecução dos trabalhos que envolveram aquela operação policial:

<sup>272</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>273</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>274</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>275</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

Com a participação das chefias de todos os órgãos empenhados na operação foram estabelecidas as linhas gerais, quando ficou decidido entre outros aspectos o seguinte: missões dos órgãos participantes; pessoas a serem presas; locais onde deveriam ser realizadas buscas e o que deveria ser colhido; locais onde seriam recolhidos os presos, feitos os interrogatórios preliminares e formalização de declarações; locais para onde deveria ser conduzido o material apreendido; indicação do encarregado do inquérito; conveniências da incomunicabilidade; conveniências de notas e comunicados à imprensa; datas para término do planejamento, reuniões finais e época aproximada de início da operação [...] Definidas as responsabilidades de forma global passaram os órgãos empenhados a elaborar os planos. A partir deste momento somente o planejamento das prisões e buscas foi elaborado pelo DOI, o restante esteve a cargo da DPF, inclusive a coordenação geral a partir desta fase.<sup>276</sup>

As atribuições do delegado Roberto das Chagas Monteiro, como responsável pela condução do Inquérito 38/78, são descritas nos apontamentos a seguir:

A cobertura legal de todo o procedimento foi dada pelo encarregado do inquérito, o qual, após estudos dos dados existentes, fez a classificação legal inicial, analisou as provas e orientou as equipes para colhe-las e produzi-las, além de alertar quanto aos prazos (incomunicabilidade, liberações, etc). Ao encarregado do inquérito coube: a feitura dos relatórios de vida pregressa dos implicados como os dados não classificados para juntada no IP; instauração do IP e sua condução; expedição dos mandados de prisão e de busca e apreensão; formalização das apreensões e restituição do material sem interesse para o IP [inquérito Policial]; formalização das declarações dos presos e orientação da equipe de apoio na execução desse trabalho; oitiva das demais pessoas após a fase aguda da operação;<sup>277</sup>

Sobre a data de instauração do inquérito e a colaboração de outros agentes que atuaram nos trabalhos relativos aos interrogatórios, os registros informam que:

O inquérito foi instaurado no dia anterior ao desencadeamento da operação, possibilitando dessa forma a expedição dos mandados. O tempo gasto, em média, para a formalização das declarações dos presos situou-se entre 6 a 8 horas. Contou o encarregado do inquérito inicialmente com mais um delegado e um escrivão para formalização das declarações e, no pique da operação, com três duplas. Esteve a disposição do encarregado do IP uma equipe composta de cinco agentes para quaisquer missões necessárias.<sup>278</sup>

Sobre o planejamento relativo execução das detenções e os trabalhos de busca, Bochi, considerou os resultados como surpreendentes e fez uma descrição detalhada sobre todos os aspectos observados e que colaboraram para o sucesso dessa etapa da operação:

O planejamento das prisões e buscas primou pelos detalhes, cobrindo desde a constituição das equipes à missão que cada componente realizou. Os resultados foram surpreendentes. O plano obedeceu estruturação na forma a seguir descrita. [...] Para 11 prisões e 6 buscas foram utilizadas 6 equipes

<sup>276</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>277</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>278</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

compostas por 3 policiais para a prisão e de 1 a 4 analistas para as buscas, de acordo com a previsão do volume de material, sendo que esta equipe acompanhou a de prisão e passou a atuar após o sinal verde daquela equipe, estabelecendo-se neste item, também, as prioridades de prisão e buscas, bem como o detalhamento da missão de cada membro da equipe. [...] foram estabelecidos os horários do início da operação, os passos que as equipes seguiram, contatos com a central de comunicações (chegada ao alvo, cumprimento da missão), armamento a ser utilizado, relacionamento com a equipe de busca, hospital para onde deveriam ser encaminhados os eventuais feridos, etc. [...] As equipes executaram o serviço munidas dos mandados de prisão e de busca e apreensão. Estavam compostas por elementos de diversos órgãos de segurança. O posto de comando, que contou com o assessoramento do Encarregado do Inquérito, funcionou na central rede-rádio, instalações do DOI.<sup>279</sup>

É importante lembrarmos que as prisões de Walmor Marcelino e Paulo Sá Brito, foram as únicas cujas circunstâncias apresentaram algum tipo de violência mais contundente. No caso de Marcelino, um agente encostou uma pistola em sua cabeça, ameaçando-o. Essa intimidação, caso a vítima esboçasse alguma forma de reação, poderia ter resultado em algum tipo de ferimento, ocasionando a necessidade de utilização do hospital que, segundo o relatório, estava de prontidão. No caso de Paulo Sá Brito, seu desespero e a sensação de proximidade da morte, poderiam tê-lo feito saltar da viatura policial gerando também a necessidade de hospitalização.

A seguir veremos como foram executados, segundo Bochi, os trabalhos de recepção e identificação dos presos<sup>280</sup>, e de recebimento e análise do material recolhido:

[...] Aqui foram estabelecidas as normas para o recebimento dos presos e do material apreendido, os quais foram conduzidos para o DPF. Os presos eram recebidos por uma equipe composta de 5 elementos, que observavam se o preso dera o ciente no mandado de Condução expedido pelo encarregado do Inquérito e os conduziam: - as mulheres para uma equipe composta de uma Delegada, uma Escrivã e duas Agentes; - os homens para uma equipe composta de um (aqui termina a folha). Estas equipes relacionavam os pertences dos presos, envelopando-os e, após revista pessoal, conduziram-nos à Seção de Custódia onde eram recolhidos em celas previamente determinadas. Coube à custódia o encaminhamento dos presos à identificação e fotografia (medida de cunho operacional e não solicitada pelo Encarregado do Inquérito), bem como ao exame médico a que foram submetidos antes de serem interrogados. A arrecadação do material foi feita na presença de testemunhas, mediante a apresentação do competente mandado. O material foi relacionado e assinado pelas testemunhas. O material apreendido era entregue à equipe que recebia os presos e encaminhado as dependências previamente escolhidas onde havia uma separação inicial seguinte: - material sem interesse; - material indicativo de tendência do detentor; - material de interesse para o inquérito. Feita essa primeira triagem, passou-se em seguida, a uma análise mais acurada por uma equipe de funcionários conhecedores do movimento comunista

<sup>279</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>280</sup> Edésio Passos também fez um relato sobre a recepção dos presos no capítulo “As prisões”, p. 43 dessa dissertação.

brasileiro e do fato em investigação. Só então foram decididas apreensões e restituições de material.<sup>281</sup>

Conforme visto em passagem anterior, segundo declararam alguns dos presos, eles não sabiam o motivo das prisões, pois foram impedidos de ler os mandados em função da pressa dos agentes. Suas residências foram vasculhadas e desarrumadas e, além dos mais de mil livros recolhidos, até mesmo pertences de natureza pessoal, foram confiscados, como no caso de Lígia Cardieri, que teve alguns registros fotográficos em que aparecia nua e grávida, feitos como recordação desse momento importante de sua vida, apreendidos e que posteriormente serviram de mote para insinuações dos agentes sobre a imoralidade dos comunistas.

Sobre a apreensão de materiais pertencentes às escolas e que estavam de posse das autoridades, declarações davam conta de que seu confisco havia ocorrido de forma clandestina por meio de arrombamentos daquelas instituições, tendo inclusive sumido um cheque referente à mensalidade de um aluno.

A respeito dos interrogatórios e dos trabalhos de análise das informações, o relatório afirma:

Os interrogatórios preliminares foram iniciados com três equipes compostas de um Delegado ou equivalente, dois Agentes experientes e um Escrivão cada uma com outra de reserva. O objetivo era funcionamento ininterrupto, dia e noite, dos interrogatórios. Após o primeiro dia de trabalho, avaliados os resultados, optou-se por número maior de equipes, compostas de um Delegado ou equivalente e de um Agente, passando a funcionar das 8:00 hs às 24:00. Esta alternativa apresentou melhores resultados. O chefe da equipe, ao final de cada etapa do interrogatório, passava ao escrivão os dados colhidos para serem datilografados. [...] Uma cópia dos preliminares era encaminhada ao encarregado do Inquérito e outra à equipe de análise, composta por três funcionários especializados, os quais analisavam e orientavam os interrogadores, quando fosse o caso. Antes de considerar qualquer preso em condições de ter suas declarações reduzidas a termo, era feita uma análise final e encaminhados todos os preliminares ao encarregado do Inquérito. Vale ressaltar a importância das reuniões diárias com todos os analistas e interrogadores, quando eram avaliados os resultados e passadas informações de uma para outra equipe. É, também, importante, que os interrogadores estudem antecipadamente o passado e implicações das pessoas que irão interrogar, a fim de evitar perguntas fora do contexto ou demonstrar insegurança e desconhecimento dos fatos.<sup>282</sup>

O delegado Roberto Monteiro afirmou que, apesar da condução do inquérito ter ficado a cargo da Polícia Federal, agentes de diversos outros órgãos de informação e segurança colaboraram com os trabalhos de investigação:

---

<sup>281</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>282</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

[...] havia uma constante troca de informações, eles participavam da operação, eles analisavam. Nós afirmamos no relatório que a PF examinou, mas a parte toda de inteligência, a parte de análise dessa documentação, nós tínhamos dentro da PF, durante essa operação, não antes, nem depois, mas durante essa operação, tínhamos pessoas do DOI-CODI, do SNI, examinando, porque eram pessoas especializadas. Aquele material todo foi selecionado, inclusive eles participavam dessa seleção, até porque eu sozinho não tinha condição de fazer isso a não ser em dois ou três meses de trabalho, examinando documento por documento. Então havia um intercâmbio muito grande, eu pegava o carro, ia na DOPS, no DOI.<sup>283</sup>

Todos os detidos manifestaram-se a respeito dos interrogatórios. Porém, uma das críticas mais contundente aos métodos utilizados pelas autoridades veio de Luiz Manfredini que:

Esclareceu à imprensa que foram praticadas várias violências e ameaças sobre a sua pessoa. Criticou determinados órgãos de comunicação que enfatizaram o bom tratamento recebido pelos presos políticos, esquecendo da violência que cercou o episódio. “Foram 11 cidadãos presos com residência fixa, algemados, com um mandado que não legaliza a prisão. Não há o menor sentido em nos prender. Poderíamos depor para esclarecer as atividades escolares que julgavam subversivas, mas não sermos já, antes de nossa prisão, pré-julgados. [...] Outro aspecto de violência é o fato “de me obrigarem a responder pelas coisas que já fui julgado anteriormente. Respondia processo em 1971 incurso na Lei de Segurança Nacional, mas fui absolvido. Fui forçado a fazer considerações sobre minha vida privada. Isso é tentativa de enquadramento ideológico”. Não posso ser julgado a respeito do que penso, ou leio, sou um cidadão livre – enfatizou Manfredini. Durante o tempo em que esteve preso, Manfredini foi interrogado de 6 a 8 horas seguidas, com três equipes de agentes federais se revezando. [...] Manfredini foi ameaçado nos primeiros interrogatórios de que se não cooperasse, o levariam para o Rio, e em seguida São Paulo, ainda advertindo que seria sequestrado. Ele deveria esclarecer uma determinada questão, colocada pelos agentes. [...] Manfredini confessava que nada sabia, mas isto não convenciu os agentes, que reiteravam as ameaças, agora dando mais detalhes sobre um possível sequestro, que explicavam: “Você será sequestrado quando for solto e, se acontecer algum acidente na estrada, poderá ser ferido por um de nossos agentes, mas você não escapará”. [...] Desde que entrevistou o tenente-coronel, Manfredini vem recebendo telefonemas anônimos, sua correspondência é controlada, telefone censurado[...] “Essas prisões fazem parte do inquérito ideológico de nossas posições políticas. E se coletados como provas, colocarão a Polícia Federal numa situação ridícula, uma vez que elas são frágeis. Um juiz em sã consciência não aceitará qualquer denúncia nesse sentido. A Polícia Federal se arvorou de juiz de questões pedagógicas, sem ter qualquer conhecimento do assunto. Sem competência nem jurisdição, julgou a educação magistrada aos pré-escolares. Isso vem demonstrar o arbítrio violento que, se levado a debate, não comprovará nada”.<sup>284</sup>

O trabalho de relacionamento com o público concentrou-se na pessoa do próprio superintendente da PF e do setor de Comunicação Social. A primeira ação desse setor

<sup>283</sup> Trata-se da chamada Clínica Marumbi, que segundo Roberto Monteiro ficava na antiga Clínica Veterinária do Exército, na esquina das ruas Dr. Pedrosa e Brigadeiro Franco e onde atualmente está instalado o Hotel Ibis. Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>284</sup> Folha de Londrina. Jornalistas e advogado libertados confirmam a ilegalidade da prisão. Londrina, 28 de março de 1978, p. 5.

foi a divulgação da nota que esclarecia os motivos das prisões e que contribuiu para que imediatamente aquela operação já caísse em descrédito em virtude do inusitado das acusações. Ao invés de alarmar a população, a nota da PF acabou proporcionando momentos de risibilidade e transformou-se matéria-prima fecunda para o escárnio de setores da imprensa, como já vimos anteriormente.

O trabalho de relacionamento com o público, parentes, advogados, representantes de entidades e imprensa, que buscavam informações sobre os fatos e presos, foi controlado diretamente pelo Superintendente Regional, auxiliado pela Comunicação Social. Foi proibida qualquer manifestação de funcionários sobre os fatos e os presos à imprensa e às pessoas. Na primeira entrevista com a imprensa, dada pelo Superintendente, foi distribuída a nota oficial. Apesar das pressões de toda ordem, as ligações com o público, principalmente com a imprensa, foram conduzidas de forma a minorar a imagem negativa que os órgãos de comunicação social deram às prisões. Sempre esteve bem presente nesse relacionamento a análise das possíveis repercussões de qualquer declaração oficial e inclusive da conveniência ou não de responder às provocações feitas. O silêncio constituiu-se num elemento de esvaziamento do assunto a nível da imprensa.<sup>285</sup>

O superintendente da Polícia Federal, João Reginaldo Felipe Villaça, concedeu entrevista coletiva, com duração de uma hora, com a presença de dez jornalistas, no dia 20 de março, portanto, dois dias após as prisões. Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, Villaça:

[...] salientou que o processo está em fase de instrução, tendo sido nomeado presidente do inquérito o delegado Roberto das Chagas Monteiro. Afirmou que não sabe quando os presos serão liberados e que atualmente se encontram em regime de incomunicabilidade, de acordo com o artigo 59 da Lei de Segurança Nacional. [...] o delegado Villaça esquivou-se de responder se estas prisões retardariam a redemocratização do país, que está sendo apregoada por portavozes oficiais [...] Salientou, entretanto, que a prisão do jornalista Luiz Manfredini nada tem a ver com a entrevista que aquele repórter do “Jornal do Brasil” realizou com o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, que se encontra preso em Curitiba, por suas declarações contra o regime brasileiro. [...] Perguntado sobre sua opinião a respeito da atuação da igreja em favor dos presos e da jornalista Juracilda Veiga, sequestrada sexta-feira, o delegado Villaça limitou-se a dizer que não tem “envergadura” para fazer qualquer comentário. Negou também qualquer envolvimento da Polícia Federal com o sequestro, lamentando inclusive que a cobertura da imprensa teria deixado esta vinculação. Para ele, o caso da jornalista está sob a jurisdição da Secretaria de Segurança Pública, “e se por acaso vier a ter alguma conotação política comprovada, passará então para a jurisdição da Polícia Federal”. [...] o delegado Villaça informou também que o governador do estado, Jaime Canet Júnior não foi comunicado da operação, “porque o DPF está subordinado ao Ministério da Justiça”.<sup>286</sup>

<sup>285</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>286</sup> Folha de S. Paulo. PF instala inquérito. São Paulo, 21 de março de 1978, p. 8.

Essa reportagem deixa claros alguns pontos já mencionados neste trabalho: pairava sobre os órgãos de segurança a desconfiança de parte da sociedade de que as ações clandestinas que vinham ocorrendo no estado eram produto desses próprios organismos. Diante desse fato, se havia essa suspeita, quem acreditaria que um inquérito instaurado pelos próprios organismos sob suspeição pudesse apurar aqueles ilícitos com isenção? Isso, de certa forma, explica a resistência de Juracilda Veiga em realizar o exame de corpo de delito e prestar seu depoimento para o inquérito instaurado pela DOPS, sob o comando de Ozias Algauer, que visava investigar seu sequestro.

Além disso, a negativa durante a coletiva de Villaça, quanto a prisão de Manfredini estar relacionada a entrevista com o tenente-coronel Tarcísio, também não parecia muito convincente. O repórter da revista *Veja*, Hélio Teixeira que, junto com Manfredini, realizou a entrevista com o tenente-coronel Tarcísio, depois de boatos sobre estar sendo procurado pela polícia, apresentou-se voluntariamente ao DPF, acompanhado de seus advogados e foi tranquilizado a respeito. Porém, estava sob a vigilância da comunidade repressiva, uma vez que logo em seguida foi convocado pela DOPS de Algauer para prestar esclarecimentos a respeito de uma reportagem de sua autoria em que afirmava que os sequestradores de Juracilda Veiga haviam sido identificados nos quadros policiais e removidos de suas funções<sup>287</sup>. Nessa entrevista o delegado Villaça evitou tratar de assuntos mais polêmicos e abordou somente o que interessava à comunidade de segurança, obviamente sob o ponto de vista oficial.

Um outro dado importante para nossa pesquisa diz respeito a uma observação de Villaça, informando que até aquele momento, o sequestro de Juracilda ainda não possuía uma “conotação política comprovada”. Esse caráter político não se configurou posteriormente porque, se como suspeitamos, a DOPS e o DOI-CODI estavam envolvidos naquela operação clandestina, era imprescindível que o sequestro fosse considerado um crime comum. Usando desse ardil, as autoridades mantiveram as investigações sob a jurisdição estadual e, portanto, sob a responsabilidade da própria DOPS, chefiada por Ozias Algauer que foi designado para conduzir o inquérito. Essa

---

<sup>287</sup> Na reportagem, Hélio Teixeira afirmava que fontes do governo do Paraná haviam lhe confirmado que os sequestradores de Juracilda Veiga operavam em órgãos de segurança de Curitiba e que, após identificados haviam sido afastados de seus postos. *Veja*. IPM em Curitiba. 12 de abril de 1978. Edição 501, p. 34-35.

manobra garantiu que as investigações não prosperassem e que o inquérito fosse arquivado alguns meses depois.

Os próximos registros demonstram também a preocupação com a segurança da Superintendência da PF e o consequente pedido de reforço junto a Polícia Militar do estado; a vigilância ostensiva aos presos e por fim o controle sobre a entrada de roupas e frutas, sendo que essas últimas, conforme afirmou Manfredini anteriormente, acabaram sendo suspensas sob a justificativa de que estariam causando disenteria nos presos:

As atividades administrativas foram controladas e coordenadas por um funcionário da SR [Superintendência Regional], especificamente designado para tal função; A segurança física da Superintendência e suas instalações foi objeto de atenção devida, recebendo reforço da PM/PR cujos elementos foram posicionados estratégica e ostensivamente; A vigilância dos presos foi efetuada, dia e noite, por uma equipe de seis Agentes, entre os quais, dois do sexo feminino, permitindo assim não só a observação constante do seu comportamento, como também o pronto atendimento a eventuais sinais de problema de saúde; Foi determinado ao Serviço de Custódia que, com a devida cautela, permitisse a entrada de roupas e frutas que eram entregues aos presos por familiares e amigos na Comunicação Social; Repercutiu favoravelmente o tratamento dado aos presos, fato tornado público através de suas próprias declarações à imprensa, após liberados.<sup>288</sup>

No bloco de registros acima, no último item, o relator afirma que houve uma repercussão favorável ao tratamento dos presos. Luiz Manfredini, que em reportagem anterior, já havia se manifestado contra a postura adotada por alguns órgãos de imprensa que minimizaram a violência cometida contra os detidos, exaltou a forma como setores da sociedade reagiram àquela violência:

[...] “Falando como jornalista acho que o bom tratamento carcerário que recebemos foi devido a pressão e a resistência externa que a Polícia Federal recebeu”, disse ao contar a odisseia pela qual passou nos oito dias de interrogatórios, ameaças e violências. “Não havia o menor sentido em nos prender, porque existem outros recursos legais sem o espalhafato realizado, porque não me considero delinquente para sair algemado da minha própria casa. Eu pensei que era sequestro, porque não conseguia distinguir os fatos a começar pelos dois mandados, um de prisão e outro de busca e apreensão<sup>289</sup>”

Sobre a liberação dos detidos<sup>290</sup>, o relatório informa que:

Os presos foram liberados parceladamente, em grupos de dois e três, sempre no horário noturno, entre 20:00 e 22:00 horas. Nesta oportunidade não se procurou impedir o trabalho da imprensa que, no entanto, não teve acesso às

<sup>288</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>289</sup> Diário do Paraná. Ameaçado de sequestro. Curitiba, 28 de março de 1978, Primeiro caderno, p. 10.

<sup>290</sup> Os primeiros a serem libertados foram Léo Kessel e Ana Lange, em 22 de março. No dia seguinte foi a vez de Suely Atem, Sílvia Mendonça e Bernadete Sá Brito. Na tarde do dia 24 foram liberados Reinoldo Atem, Lígia Mendonça e Paulo Sá Brito. Os últimos a serem libertados - somente no dia 26, pela manhã - foram Walmor Marcelino, Edésio Passos e Luís Manfredini.

dependências da Superintendência; Por ocasião da sua liberação os presos foram submetidos a novo exame antes de ganharem a liberdade.<sup>291</sup>

Sobre a alimentação dos agentes envolvidos nessa operação, a preocupação em manter o grupo de prontidão o maior tempo possível e também os recursos materiais disponibilizados, as informações são as seguintes:

De um modo geral todo o efetivo empenhado na operação fez as refeições na própria cantina da Superintendência que forneceu a alimentação, evitando assim a dispersão de funcionários; A operação contou com os necessários recursos financeiros, de viaturas e armamentos para pronta utilização em caso de necessidade.<sup>292</sup>

No item “considerações Gerais” são elencados alguns aspectos considerados importantes por Bochi, tais como a agilidade em relação aos procedimentos inquisitoriais durante as prisões, número de agentes envolvidos, organização dos trabalhos, presença de especialistas da área de informações auxiliando quando da necessidade de estabelecer contatos com o público externo, integração entre os órgãos de segurança envolvidos e definição dos encargos do responsável pelo inquérito, preocupação com o sigilo absoluto dos trabalhos e atualização permanente de informações coletadas até a conclusão do inquérito:

[...] Alguns aspectos importantes observados no decorrer da operação “Pequeno Príncipe”. Celeridade do procedimento inquisitório na fase que vai das prisões até a soltura; - número elevado do efetivo empenhado, 30 a 40 policiais em média; Divisão de trabalho com missões definidas para cada equipe, algumas das quais especializadas; - reuniões diárias entre os integrantes das equipes de interrogatório e de análise para avaliar os resultados obtidos e para reorientar os interrogatórios; - atendimento e controle centralizado à imprensa, aos parentes dos presos e demais interessados em conhecer o assunto, sempre que possível com a participação de pessoa especializada em propaganda e contra-propaganda; - trabalho integrado com os demais órgãos de segurança da área; definir como encargo único ao Encarregado do Inquérito o acompanhamento e orientação dos interrogatórios preliminares com vistas a obtenção da prova, formalizar as declarações dos presos e orientar as equipes encarregadas pela formalização dessas declarações; - cuidados para que não haja “vazamento” de dados que possam comprometer a operação e a organização; - realimentação de dados (feed-back) da investigação até a remessa do IP à Justiça.<sup>293</sup>

Após conhecermos esse relatório cujas informações encampam praticamente todas as circunstâncias que cercaram a execução da Operação Pequeno Príncipe, vejamos como se deu o desfecho dessa operação policial, por meio de análise

<sup>291</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>292</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

<sup>293</sup> Relatório Bernardino Bochi, Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

do relatório final do inquérito 38/78 e do parecer final do juiz auditor da 5ª Região Militar de Curitiba.

#### ***5.4 O desfecho da Operação Pequeno Príncipe na esfera judicial***

Primeiro é importante observarmos que o delegado Roberto Monteiro solicitou à Delegacia Regional do MEC, um parecer sobre alguns dos procedimentos considerados suspeitos pelas autoridades e que serviram de mote para as acusações às pré-escolas. Assim se dirigiu em ofício o delegado Monteiro ao Delegado Regional do MEC:

A fim de instruir o inquérito [...] solicito os bons ofícios desse órgão do MEC, no sentido de realizar uma análise do conteúdo ideológico e pedagógico do material anexo (livro de Atas da AED/OFICINA, estatutos da AED/OFICINA, boletins de Comunicação de números 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9 e 10 da AED/OFICINA e folheto intitulado “O QUE SOMOS” da OCA/CEPAED), referente ao funcionamento das Escolas pré-primárias AED/OFICINA e OCA/CEPAED, objeto do referido procedimento inquisitório.<sup>294</sup>

Nesse ofício o delegado elencou um rol de três perguntas a serem respondidas pelos técnicos do MEC a partir da análise dos materiais citados. Eram elas:

- a- O material ora encaminhado pode ser considerado de cunho subversivo ou portador de conteúdo contrário às instituições vigentes no País?
- b- O conteúdo do referido material, em sendo aplicado na orientação de crianças de idade pré-escolar, pode contribuir para a formação de mentalidades contestatórias ou perigosas para as instituições vigentes no país?
- c- O material ora encaminhado pode ser utilizado para provocar proselitismo entre adultos, visando a execução de atividades perigosas à Segurança Nacional?<sup>295</sup>

Durante nossa entrevista o delegado Monteiro fez um relato sobre esse episódio:

Nós na PF tínhamos peritos, mas nenhum perito nesse tipo de material. [...] Pensou-se em se designar [...] peritos que fossem técnicos de alto nível em educação. Essas pessoas examinariam esse material e dariam o laudo delas. Eu fiz contato com o reitor da UFPR. O material então foi encaminhado. O reitor designou dois professores que fizeram o laudo. O reitor da Universidade foi pessoalmente entregar o laudo. Eu acho que isso foi uma deferência muito grande desse cidadão. Primeiro em aceitar o encargo, segundo, em levar à PF o resultado. Ai ele foi até o gabinete do superintendente [João Reginaldo Felipe Villaça] entregar. O material foi mostrado e o superintendente, curioso, abriu e já foi ver as respostas dadas e eu me lembro que ele ficou decepcionado. Porque ele esperava, alias, [essa] era a nossa grande esperança - para um suporte maior a investigação - era que o resultado viesse positivo. Talvez o superintendente pensasse que os professores indicados pelo reitor não fossem pessoas com a devida neutralidade para examinar o material. Ele demonstrou

<sup>294</sup> Inquérito 38/78, fl, 555. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>295</sup> Inquérito 38/78, fl, 555. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

claramente, um aborrecimento e [...] chegou a externar isso, Ai o reitor disse: “Olha, o senhor entenda bem, eu não tenho nada a ver com o que está escrito aí, eu falei para o senhor que eu iria designar dois professores categorizados para examinar o material didático e dar o laudo deles sobre isso, agora se o laudo deles é favorável ao que os senhores pensavam, ou não, isso é um assunto que eu não posso gerir”. [O Superintendente Villaça] ficou bastante aborrecido, mas [...] a gente entendeu a posição do reitor<sup>296</sup>.

Monteiro também discorreu sobre a reação do comandante do DOI-CODI ao ser informado sobre a negativa dos técnicos do MEC:

[...] mas a minha grande decepção é que eu peguei esse laudo e fui no DOI, fui mostrar para o chefe [comandante do DOI-CODI – major Eduardo Augusto Santiago]. Ele ficou aborrecidíssimo [e disse]: “São dois comunistas também!” [Peritos do MEC] “Abre uma ficha pra eles aí” (risos). Eu fiquei profundamente decepcionado com esse tipo de reação, porque eu sempre fui como um legalista. A gente não pode forçar a barra, eu sempre fui contra essa história de querer forçar a barra. A maneira, a reação [do major], demonstrou que havia uma espécie, não digo de fanatismo, mas pelo menos uma propensão a querer distorcer as coisas num determinado sentido, uma falta de neutralidade.<sup>297</sup>

Da análise do ofício resposta da Delegacia Regional do MEC, que contrariou as expectativas da comunidade repressiva, destacamos algumas das respostas oferecidas pelos seus técnicos às perguntas feitas pelo delegado Roberto Monteiro, apoiadas na avaliação dos conteúdos encaminhados para a apreciação.

No item “a”, em resposta à inquirição do responsável pelo inquérito, sobre a possibilidade do material encaminhado ser considerado de “cunho subversivo ou portador de conteúdo contrário às instituições vigentes no País”, afirmaram os técnicos que após a análise desses materiais pedagógicos e demais documentos relacionados aos problemas internos de funcionamento da escola “nada foi observado que possa ser considerado anormal dentro dos conceitos e legislação educacional vigentes”.<sup>298</sup>

À questão sugerida no item “b”, que dizia respeito a probabilidade de que aqueles materiais pudessem “contribuir para a formação de mentalidades contestatórias ou perigosas para as instituições vigentes no país”<sup>299</sup>, a resposta foi assim detalhada:

b) Se se considerar:

1) que a criança em idade pré-escolar, em termos de desenvolvimento mental não atingiu ainda a fase do pensamento lógico, sendo incapaz de abstrair conceitos; 2) que não há continuidade de experiências escolares além desta faixa, ou seja, tão logo complete a idade regulamentar, passará a integrar o

<sup>296</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>297</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

<sup>298</sup> Inquérito 38/78, fl, 583. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>299</sup> Inquérito 38/78, fl, 555. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

corpo discente de escolas convencionais; 3) que no plano pedagógico da escola há ênfase aos aspectos prioritários de preparo à aprendizagem [...] e as atividades são adequadas à faixa etária, tais conteúdos não podem ser considerados nocivos à sua formação.<sup>300</sup>

Na sequência, em relação à pergunta expressa no item “c”, que inquiriria os peritos sobre a hipótese daquele material poder “ser utilizado para provocar proselitismo entre adultos, visando a execução de atividades perigosas à Segurança Nacional”<sup>301</sup>, assim manifestaram-se os técnicos:

O material [...] refere-se a uma experiência pedagógica a nível de pré-escolar, que procura, baseada em princípios científicos (Piaget) corrigir falhas observadas nas instituições existentes. Pretendeu-se fazer um pré-escolar diferente, de cunho materialista, porém, como já foi dito, dentro da flexibilidade permitida pela legislação, que não estabelece conteúdo curricular obrigatório para o pré-escolar. A documentação analisada circunscreve-se à experiência em tela e não vemos como possa provocar proselitismo que conduza ao desenvolvimento de atividades perigosas à Segurança Nacional.<sup>302</sup>

Chama a atenção nesse último apontamento a afirmação de que a legislação não impunha um conteúdo curricular obrigatório para o nível pré-escolar, o que tornam ilegítimas as gestões das autoridades no sentido de criminalizar as escolinhas baseadas na ausência do ensino de determinadas disciplinas.

As últimas considerações contidas no parecer se atem a questão da suposta condição de ilegalidade das escolas em virtude do não cumprimento da legislação, porém, a importância desse aspecto foi minimizada diante da afirmação de que provavelmente isso não impediria a autorização para seu funcionamento:

[...] À folha 44 verso, do livro de Atas da AED/OFICINA, encontra-se uma ligeira referência sobre o registro da entidade na SEEC, que não chegou a ser concretizado, pois não mais se encontra referência sobre o assunto nas atas subsequentes. A entidade mantenedora poderia, pois, se responsabilizada perante os órgãos fiscalizadores da Educação pelo funcionamento da Escola sem autorização Oficial e portanto em desobediência às normas que regem o Sistema Estadual de Ensino. Estas exigem apresentação ao Órgão competente, de plano de atividades, que, analisado e aprovado dará origem ao ato Oficial de autorização de funcionamento. Todavia, a instituição nos moldes que se propunha funcionar (folheto “O que somos”), teria certamente seu pedido de autorização deferido.<sup>303</sup>

<sup>300</sup> Inquérito 38/78. Relatório final, fl. 583. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>301</sup> Inquérito 38/78. Relatório final, fl. 556. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>302</sup> Inquérito 38/78. Relatório final, fl. 584. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>303</sup> Inquérito 38/78. Relatório final, fl. 584. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

Como afirmou o delegado Monteiro durante a entrevista, esse parecer foi um divisor de águas. Isso porque como as outras tentativas de produzir subsídios às acusações às escolas foram frustradas, a última oportunidade de dar alguma consistência e manter de pé aquele inquérito, seria através de um parecer favorável dos técnicos do MEC, que confirmasse o que as autoridades responsáveis pela realização da Operação Pequeno Príncipe já sabiam: sim, era possível que crianças de 1 a 6 anos aprendessem marxismo.

Como o parecer foi negativo, só restou ao delegado Monteiro, como veremos adiante, a constrangedora incumbência de elaborar um relatório final, frágil, sem sustentação jurídica e ainda permeado de argumentações inconsistentes facilmente refutadas pelo Procurador e acatadas pelo Juiz Auditor da 5ª Região Militar que optou pelo arquivamento daquela peça acusatória.

Chamou-nos a atenção o fato de que mesmo tendo sido tão bem conduzida, conforme defendeu Bernardino Bochi em seu relatório, a Operação Pequeno Príncipe tenha tido um desfecho negativo que se explica pelas deficiências que já haviam sido detectadas no seu nascedouro. Conforme a análise feita pelo delegado Monteiro e seus dois colegas da PF, antes do início da operação, não havia ainda elementos suficientes que pudessem dar ensejo à abertura de um inquérito. Conforme previu Monteiro, não reconhecer isso e precipitar a deflagração da operação significaria “abortar uma situação que, mais tarde poderia se caracterizar melhor”.

Quatro dias após receber o parecer do MEC, o delegado Monteiro finalizou o seu relatório, indiciando todos os detidos. Considerou o relator que alguns fatos analisados em conjunto “delineavam um somatório de indícios veementes do desenvolvimento de um laborioso trabalho subversivo de base, mascarado por inocente fachada de “uma escolinha maternal onde os pais efetivamente participavam da educação de seus filhos”.<sup>304</sup>

Em seguida são elencados alguns desses fatos, tais como: o número elevado de associados com antecedentes subversivos; o materialismo ensinado as crianças, que na lógica dos analistas policiais, justifica-se pela recusa das escolinhas em ensinar religião e da prescrição categórica de que “nenhuma informação de cunho religiosos ou místico deverá ser inculcada nas crianças”.<sup>305</sup>

---

<sup>304</sup> Inquérito 38/78. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>305</sup> Inquérito 38/78. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

Outro fato se refere a visão de mundo internacionalista inculcada nas crianças, constatada pelos órgãos de segurança a partir da existência de um calendário de festividades, constituído exclusivamente de datas internacionais como o dia do Trabalho e dia Internacional da Mulher. Junte-se a isso a falta de qualquer menção a datas cívicas nacionais, como o dia de Tiradentes e o dia da independência do Brasil.

Segundo o relator:

[...] a adoção de um calendário de comemorações nos moldes do retro-referido, contribuiria, a longo prazo, para a formação de mentalidades refratárias aos valores cívicos e, dependendo da conotação valorativa dada às datas internacionais pela escola, haveria o perigo da formação, também a longo prazo, de mentalidades contestatórias ou dotadas de aversão ao sistema político-social em vigor no Brasil, que, por suas características peculiares, valoriza em alto grau a preservação da consciência cívica.<sup>306</sup>

Em relação ao suposto posicionamento contrário a instituição da família pelas escolinhas. Apoiado em um texto produzido por um de seus membros, o relator afirma que a dedução se deu:

[...] a partir de leitura do artigo intitulado “O DIA DAS MÃES”, escrito pelo associado WALMOR MARCELINO. O conteúdo do referido artigo foi entendido pelos órgãos de segurança como diametralmente contrário à filosofia de vida e aos padrões culturais adotados pela atual sociedade brasileira, pois minimiza a figura da mãe, a ponto de considerar o fato de ser mãe “como mera circunstância biológica”, e, através de tal posicionamento, abala os alicerces da família, pelo menos à vista dos padrões culturais vigentes.<sup>307</sup>

Outra ocorrência elencada no relatório se refere ao “naturalismo no trato de assuntos ligados ao sexo”. Segundo o texto essa prática seria parte de um “esquema deletério” perpetrado pela escolinha Oficina visando a dissolução da família. Foram relacionados dois episódios chocantes atribuídos a imoralidade sexual vigente na escola oficina: a suposta prática das professoras de tomar banho com as crianças e a acusação de que o professor Gildo havia mostrado o pênis para as crianças.

O último fato suspeito apontado no relatório foi a “transformação social” como um dos objetivos da Oficina. Em um exercício imaginação o delegado Monteiro reúne todos esses elementos e afirma que:

Considerando-se que a escola fosse dirigida por elementos subversivos, que fosse materialista e que fosse contrária aos ideais vigentes de pátria e família,

---

<sup>306</sup> Inquérito 38/78, fl, 588. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>307</sup> Inquérito 38/78, fl, 588. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

não haveria necessidade de muito esforço lógico para concluir que “transformação social” fosse entendida como algo assemelhado a “revolução proletária”, “subversão”, guerra psicológica”, ou outras figuras semelhantes, que abundam na exótica fauna da Lei de Segurança Nacional.<sup>308</sup>

E quanto a dois outros objetivos da escola Oficina, ele finaliza seu pensamento:

“A fortiori”, dentro de uma linha de raciocínio mais ousada, não custaria suspeitar que “educação dos filhos” fosse “um processo de doutrinação das crianças para o marxismo” (fato cientificamente aceito como possível), e a “reeducação dos pais” como “um processo de proselitismo de adultos para causa comunista”.

Chama a atenção a afirmação – entre parênteses – de Monteiro, de que a doutrinação de crianças para o marxismo era “fato cientificamente aceito como possível”, uma vez que os técnicos do MEC, que eram autoridades nesse assunto afirmaram o contrário e esse parecer estava anexado ao inquérito.

Em seguida o relator afirma que, após tomadas as declarações das testemunhas e dos acusados visando comprovar os fatos suspeitos que deram ensejo ao inquérito, o resultado foi insatisfatório, pois apenas duas testemunhas, as irmãs Celina Maria Ferreira e Laudelina Maria Ferreira Bayesturff, apresentaram indícios que tornavam a escolinha Oficina suspeita de atividades contra a segurança nacional, pois, segundo elas “a AED/OFICINA era uma escola materialista” na qual “se proibia toda e qualquer referência a Deus e a religião”. Além disso, as duas testemunhas também confirmaram a versão de que o professor Gildo “teria exibido seus órgãos genitais às crianças”, ainda que não tivessem presenciado esse fato, “mas tiveram conhecimento de sua ocorrência, através dos filhos que *chegaram em casa dizendo que haviam visto o pinto do tio Gildo*”

O delegado Monteiro faz uma ressalva minimizando esse episódio, ressaltando que tal assunto não se relaciona as acusações de que as pré-escolas representassem perigo a Segurança Nacional, e explica também porque o professor Gildo não foi chamado a prestar esclarecimentos:

Esse controvertido episódio, que nada tem a ver com a Segurança Nacional, mas apenas com a moralidade em vigor na AED/OFICINA, tem uma explicação bem plausível, dada pelo indiciado WALMOR MARCELINO em suas declarações. Segundo ele, o que pode ter ocorrido “é que o professor citado haja tomado banho nu com as crianças, pois era costume, na Escola, as professoras tomarem banho nuas juntamente com as crianças, quando houvesse necessidade”. WALMOR exclui a possibilidade de que o acontecimento em questão tenha consistido num ato de exibicionismo do professor GILDO SCALCO, na sala de aula. O professor em questão deixou

---

<sup>308</sup> Inquérito 38/78, fl, 589. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

de ser ouvido por duas razões: em primeiro lugar, por não mais residir no Paraná e, em segundo lugar, pelo fato do episódio envolvendo a sua pessoa não representar nada de real utilidade para aprova objeto do presente inquérito – qual seja – a comprovação da existência de propagando ou doutrinação marxista na AED/OFICINA e na OCA/CEPAED, ou na constatação da tentativa de reorganização de associação ou entidade que exercesse atividades perigosas ou prejudiciais à Segurança Nacional.<sup>309</sup>

Em seguida, Monteiro explica que as afirmações das irmãs Celina e Laudelina não foram confirmadas por nenhuma das outras dezessete testemunhas e também por nenhum dos “onze indiciados”:

Nenhuma dessas testemunhas aventou a possibilidade sequer de, na AED/OFICINA, em qualquer das suas atividades, haver menção, ainda que de leve, a problemas ou questões de natureza política ou ideológica. Todas essas testemunhas foram unânimes em afirmar que a AED/OFICINA era uma instituição de caráter apolítico e que em todas as reuniões nela havidas – e estas foram inúmeras – nunca se abordou qualquer tema ou discussão que não dissesse respeito tão-somente a pedagogia, educação ou problemas administrativos da Escola.<sup>310</sup>

Sobre os fatos elencados como prováveis indícios de prática de atos atentatórios à Segurança Nacional, seguem suas observações finais sobre o que declararam as testemunhas:

1) O problema religioso: todos afirmaram que a escola não ensinava materialismo às crianças, mas apenas deixavam a religião para ser tratada em casa, pela família. A razão desse procedimento, segundo as testemunhas e os indiciados, era a grande diferença de credos e religiões existente entre os associados da AED/OFICINA, dificultando assim uma uniformidade de conduta da Escola, no trato desse assunto com as crianças.

2) O problema do “CALENDÁRIO DE FESTIVIDADE”: nesse ponto houve certa divergência. Uns afirmaram que o calendário foi apenas uma proposta, “que nunca chegou ser sequer discutido em reunião pelos associados”. Outros afirmaram que o calendário em questão foi colocado em vigor, tendo as datas nacionais sido excluídas pelo fato das crianças, na faixa etária em que frequentam a AED/OFICINA, “não terem condições de entender o significado de uma data cívica”. Esquece esse segundo grupo, contudo, que as crianças, pelas mesmas razões alegadas, não teriam também condição de entender o que fosse o Dia do Trabalho, o Dia Internacional da Mulher, o Dia Internacional do Teatro, etc.

3) O posicionamento da AED/OFICINA com relação à família: todos foram unânimes em afirmar ser a AED/OFICINA apologista da instituição família, e que o artigo intitulado “O DIA DAS MÃES” de autoria de WALMOR MARCELINO, era opinião pessoal e particular do autor, não representando de modo algum o consenso dos associados, que, em sua maioria, discordavam das ideias expostas no referido artigo.

<sup>309</sup> Inquérito 38/78, fl, 592. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>310</sup> Inquérito 38/78, fls, 592-593. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

4) O problema do naturalismo no trato de assuntos ligados ao sexo: este item foi negado por todos. Até mesmo a afirmação do indiciado WALMOR MARCELINO de que “as professoras costumavam tomar banho nuas juntamente com as crianças”, não foi confirmado por boa parte das testemunhas inquiridas, chegando algumas delas inclusive a dizer que “as crianças não tomavam banho na Escola”.

5) O problema da “transformação social” almejada pela AED/OFICINA: várias definições e interpretações foram dadas a esse controvertido tema, porém nenhuma delas chegou a expressar que o mesmo tivesse qualquer coisa a ver com política ou ideologia e, muito menos, com subversão da ordem, conforme julgavam os órgãos de segurança.<sup>311</sup>

O delegado finaliza explicando porque desistiu de convocar outras testemunhas e informa sobre o envio dos materiais das pré-escolas para a análise dos técnicos da delegacia regional do MEC. Porém, o relator não revela o resultado dessa perícia, fazendo apenas menção de que seu resultado foi anexado ao inquérito:

Muitas outras pessoas poderiam ter sido ouvidas no decorrer do presente inquérito, todavia, a pouca possibilidade de essas testemunhas trazerem subsídios esclarecedores à prova dos autos, fez o Encarregado do Inquérito desistir do intento. Foram finalmente colhidas amostras do material administrativo e didático-pedagógico das duas Escolas e encaminhados à Delegacia Regional do MEC no Paraná, através de Ofício de fls. 555/556, a fim de ser procedida, por aquele órgão, uma análise do conteúdo ideológico e pedagógico do referido material. O parecer dos técnicos em assuntos educacionais, da referida Delegacia do MEC, encontra-se às fls. 583/584 dos autos.<sup>312</sup>

Por fim, datado de 16 de maio de 1978, quase dois meses depois do início da Operação pequeno Príncipe, o relatório é finalizado com o indiciamento de todos os acusados sob as seguintes considerações

Todos os onze (onze) implicados foram indiciados como incurso no Art. 43 do Dec. Lei nº 898/69 (Lei de Segurança Nacional), a exceção de LUIZ ALBERTO AMARAL MANFREDINI, que também foi indiciado no Art. 45, item I, do mesmo Dec. Lei, em virtude de haver feito propaganda subversiva, distribuindo o periódico “NOVA LUTA” – órgãos do proscrito Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) – conforme ficou comprovado pelas declarações do indiciado PAULO DE ALBUQUERQUE SÁ BRITO (fls. 481/verso a fls. 483, do Vol. III) e pelo Auto de Acreação de fls. 502, do Vol. III.<sup>313</sup>

Remetido ao procurador Bertino Ramos, da 5ª Circunscrição Militar, o relatório final do Inquérito 38/78, elaborado pelo delegado da Polícia Federal Roberto das Chagas Monteiro, mereceu os seguintes comentários no parecer dirigido ao Juiz Auditor daquela circunscrição em nove de junho de 1978:

<sup>311</sup> Inquérito 38/78, fls. 593-594. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>312</sup> Inquérito 38/78, fl. 594. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>313</sup> Inquérito 38/78, fl. 594. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

MM. DR. AUDITOR:

[...] Analisando detidamente os presentes autos chega-se à conclusão de que efetivamente não chegou a ser consumado nenhum crime contra a Segurança Nacional, apesar dos passados altamente subversivos dos indiciados. [...] tendo em vista o parecer [dos técnicos do MEC] que concluiu que “A documentação analisada circunscreve-se à experiência em tela e não vemos como possam provocar proselitismo que conduza ao desenvolvimento de atividades perigosas à Segurança Nacional”, esta Procuradoria solicita o arquivamento dos presentes autos de Inquérito policial, pela falta de elementos para a formalização da denúncia.<sup>314</sup>

Em 21 de junho, após analisar o parecer encaminhado pelo procurador militar, Bertino Ramos, o Juiz Auditor da região, Djalma Goss, determinou o arquivamento do inquérito, pois:

[...] como bem salientou o representante do MPM, o procedimento investigatório não ministra elementos para a propositura de ação penal contra qualquer dos indiciados. [...] os focados comportamentos dos indiciados não tipificam qualquer ilícito penal, muito menos aqueles definidos no Decreto-lei 898/69, malgrado entendimento diverso da digna autoridade Policial.<sup>315</sup>

Goss ressaltou que a simples posse de livros ou documentos de caráter subversivo como os que foram apreendidos pelos agentes não poderiam constituir isoladamente infração penal. Na sequência de seu parecer o Juiz auditor deixa clara sua contrariedade ante a decisão do delegado Roberto Monteiro de indiciar os detidos:

[...] o próprio Dr. Delegado que presidiu as investigações, afirma [...] que elas não comprovaram as suspeitas iniciais [e] apesar de relatar, com precisão, que nenhum dos “cinco fatos suspeitos” tenha obtido confirmação; e conquanto não tenham os técnicos em assuntos educacionais do Ministério da Educação e Cultura oposto qualquer restrição à orientação pedagógica ou aos planos de atividades dos dois estabelecimentos de ensino [...] não relutou a Autoridade investigante em indigitar os onze (11) indiciados como incurso no art. 43, do Decreto-lei 898/69, sem sequer apontar qual teria sido o partido político ou associação que eles reorganizaram, tentaram reorganizar ou fizeram funcionar, através das entidades AED e CEPAED.<sup>316</sup>

O arquivamento do inquérito 38/78 foi o desfecho de um processo de interdição iniciado três meses antes, e que mobilizou a comunidade de segurança paranaense e toda a sua parafernália repressiva visando fechar duas pré-escolas. Essa ação repressiva denominada Operação Pequeno Príncipe gerou enorme alvoroço e uma repercussão que extrapolou as fronteiras nacionais. Talvez, como afirmaram alguns, o ridículo de parte das acusações, tenha contribuído para que o desfecho dessa operação ficasse marcado

<sup>314</sup> Inquérito 38/78, fls, 620-621. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>315</sup> Inquérito 38/78, fl, 624. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

<sup>316</sup> Inquérito 38/78, fl, 624. Relatório final. Superior Tribunal Militar. Brasília. DF.

tanto pelo rápido arquivamento do inquérito, como também pela desqualificação de seus idealizadores e operadores ante a opinião pública.

Assim expressou-se Léo Kessel sobre a Operação Pequeno Príncipe após o desfecho do inquérito:

O processo foi arquivado por falta de elementos que pudessem dar sustentação à acusação “ensinar marxismo para crianças de três a seis anos”. Chamar isto de primarismo é ser muito benevolente. Aquelas mentes primitivas instaladas em cérebros alvejados pela Doutrina de Segurança Nacional, jamais teriam alcance para compreender o significado de uma educação infantil, com fundamentos científicos, voltadas para as crianças das classes trabalhadoras. A única expressão que poderia acender um lampejo de compreensão seria “classes trabalhadoras” e, por consequência, aqueles que se preocupam com essas classes “só podem ser subversivos”. Da mesma forma que ao vasculhar uma biblioteca a certeza da subversão vem à tona ao encontrar – e apreender como prova – um livro didático, encadernado em vermelho, do russo L. D. Landau, ganhador do Prêmio Nobel de Física, em 1962<sup>317</sup>.

No entanto, segundo Kessel, as perseguições aos presos políticos atingidos pela Operação Pequeno Príncipe continuaram durante algum tempo, mesmo depois da libertação. Segundo o diretor da escolinha Oca, assim que chegou em casa conduzido pelos agentes da Polícia Federal, após deixar as celas do Departamento de Polícia Federal de Curitiba:

[...] no meu apartamento estavam vários jornalistas à minha espera. Parece que só eu não sabia que ia ser libertado naquela noite. Respirei aliviado quando minha mulher assinou o recibo. Logo o telefone tocou. Quando atendi uma voz amigável perguntou por mim. – Quem quer falar com ele? Perguntei cautelosamente. – sou aluno do professor Léo. – Sim, pois não, sou em mesmo. É só uma precaução contra trotes. – Seu comunista filho da puta!!! Você vai morrer!!! E desligou. Foi o começo de uma longa sequência de telefonemas, inclusive com ameaças assustadoras às crianças. Os telefonemas perduraram por mais de um ano<sup>318</sup>.

Antes de concluirmos esse capítulo, vejamos algumas considerações feitas pelo delegado Roberto Monteiro sobre o episódio estudado e algumas das circunstâncias que o cercaram. Além disso, analisando a Operação Pequeno Príncipe do ponto de vista histórico, Monteiro afirma que esse foi o último grande inquérito realizado durante a ditadura e volta a posicionar-se sobre a inviabilidade de sua realização:

Sobre o aspecto histórico, eu vi esse inquérito como o canto do cisne da repressão, embora naquela época eu não o visse assim. Hoje, à distância, eu o vejo como o canto do cisne. Foi, com certeza, o último grande inquérito com prisões, [de várias] pessoas, dessa época de exceção no Brasil. Pode ter até havido outros inquéritos. Eu mesmo fiz outros inquéritos, mas sem prender

<sup>317</sup> Os onze de Curitiba. Depoimento de Léo Kessel sobre a Operação Pequeno Príncipe por ocasião da realização do documentário homônimo idealizado por Valêncio Xavier em 1995. Acervo do autor.

<sup>318</sup> Os onze de Curitiba. Depoimento de Léo Kessel sobre a Operação Pequeno Príncipe por ocasião da realização do documentário homônimo idealizado por Valêncio Xavier em 1995. Acervo do autor.

pessoas. Inquérito contra comunistas e tal. Eu me lembro que fui fazer investigações no interior do Paraná, na área ali de Pato Branco, com um pessoal, uns padres, umas coisas lá. Um conselho indígena missionário, umas coisas assim, mas não com a repercussão e com a quantidade de prisões que este caso teve. Então esse foi o canto do cisne. Na minha opinião, se eu fosse um tomador de decisão, na época, eu não teria instaurado esse inquérito. Por que não teria instaurado? Não porque não se devesse, devido à conjuntura, se instaurar um inquérito de segurança nacional. Mas porque esse inquérito foi instaurado com prisões. Essas prisões deram uma repercussão muito grande à uma coisa que podia ter sido investigada melhor e de outras maneiras. [...] Então eu acho que, o erro foi ter instaurado esse inquérito sem ter elementos de prova maiores. Não sei se por trás dessa instauração desse inquérito havia um outro objetivo que não ficou explícito na época, de atingir a abertura ou de facilitar a abertura. Porque pode até ter sido o próprio pessoal interessado na abertura que viu nisso aí uma maneira de provocar, para desgastar ainda mais o pessoal da linha dura. Demonstrando: “Bom, estão vendo, o pessoal da linha dura só faz besteira, mais uma que fizeram” compreendeu? Pode ter sido isso também. E, evidentemente, pode ter sido essa outra ideia que o senhor me falou: o objetivo do pessoal de linha dura de boicotar a abertura mostrando: “Olha, estão vendo, o comunismo no Brasil, até criancinha está sendo doutrinação!”. Mas dentro de uma perspectiva geral, histórica, eu creio que o inquérito foi um erro. Fosse de um lado, ou fosse do outro. Foi um erro de avaliação muito grande e que na época, mesmo se tivesse no meu poder de decisão, eu não teria instaurado. Até porque eu opinei contra essa instauração e instaurei, justamente por aqueles dois motivos que eu te falei. Era uma imposição e havia o perigo muito grande de se desgastar a instituição [Polícia Federal] ao se recusar a cumprir a sua missão constitucional, que era de investigar esse tipo específico de crime<sup>319</sup>.

Ao final, Monteiro deixa claro ter sido induzido ao erro por sua condição subalterna dentro da comunidade repressiva paranaense. Porém, o texto do juiz auditor determinando o arquivamento do inquérito, ainda que de forma sutil, apontou o que considerou um equívoco no parecer do relator ao afirmar que “os focados comportamentos dos indiciados não tipificam qualquer ilícito penal, muito menos aqueles definidos no decreto-lei 898/69, *malgrado entendimento diverso da digna autoridade policial*”.

Percebemos que apesar de ter sido pressionado em vários momentos, antes e depois da instauração do inquérito, foi uma opção do delegado Monteiro curvar-se à “comunidade”, mesmo considerando que ainda não haviam elementos suficientes para a abertura do inquérito. Além disso, durante a leitura do relatório pode-se entrever o evidente constrangimento de Monteiro, como na passagem em que ele não menciona o resultado do parecer do MEC, e também quando, ao indiciar os detidos, obriga-se a confessar que as acusações não haviam sido comprovadas.

---

<sup>319</sup> Entrevista com Roberto das Chagas Monteiro. Curitiba, 2005.

Sua opção “consciente” por submeter-se aos desígnios do regime, por ser um legalista, como alegou repetidas vezes, mesmo que no âmbito de uma legalidade ditatorial, tornou impossível àquela altura dos acontecimentos, ou seja, na conclusão do inquérito, dado o seu grau de submissão, e mesmo diante da ausência de elementos comprobatórios suficientes que comprovassem as acusações imputadas às escolinhas e seus membros, deixar de indiciar os detidos, pois era isso que a comunidade de segurança esperava dele e da Polícia Federal.

O episódio da recepção de seus superiores – Superintendente da PF e Comandante do DOI-CODI – ao resultado do parecer dos técnicos do MEC, demonstra a incapacidade de reflexão desses agentes que, do alto de sua irracionalidade ideológica, acreditavam ser possível, do ponto de vista científico, que crianças em idade pré escolar pudessem aprender marxismo.

Roberto Monteiro aceitou, não obstante, a incumbência de coordenar aquela operação e, se não pode ser comparado aos perpetradores da violência, também não está isento de ser caracterizado como um facilitador dessa violência e conivente com o regime.

Ao final de nossa análise fica a impressão de que a condição de novato do delegado Monteiro, a submissão da Polícia Federal às pressões do DOI-CODI e da DOPS e a aposta de Algauer de que dessa vez conseguiria fechar não uma (Jardim de Infância pequeno Príncipe, 1966), mas duas pré-escolas (Oficina e Oca) sob a acusação de que elas ensinavam marxismo para crianças, contribuíram para a realização daquela operação repressiva e para que se aprofundasse ainda mais o descrédito do qual já desfrutavam os órgãos de segurança. Todos os fatores que contribuíram para o fracasso dessa operação e que foram elencados nessa dissertação, somados, levaram a comunidade de segurança não só a ver suas pretensões frustradas ante a reação imediata da sociedade civil, mas também a protagonizarem um vexame que assumiu dimensões internacionais.

O corolário da Operação Pequeno Príncipe foi o aprofundamento do desgaste que a imagem do aparato repressivo paranaense já vinha sofrendo junto à opinião pública paranaense, e que somado à toda a repercussão que se seguiu ao acontecido, se estendeu para além da terra das araucárias. Doravante a repressão se submeteria a um processo de desmontagem lento, mas que cumpriria o seu percurso.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente acreditávamos que nossa pesquisa se restringiria a investigar apenas uma operação policial repressiva contra duas pré-escolas acusadas de subversão. Porém, à medida que as investigações se aprofundaram, descortinou-se um cenário de maior amplitude, composto por uma rede de eventos relevantes ocorridos ao longo do período de exceção no estado que atestaram o caráter altamente repressivo do braço local da ditadura no Paraná.

Assim, o conhecimento desse cenário mais amplo acabou por dar uma nova feição a este trabalho, na medida em fomos a ele incorporando outras nuances que não haviam sido previstas. Consideramos que a Operação Pequeno Príncipe foi um divisor de águas no histórico da comunidade de segurança do Paraná, pois essa ação e seus desdobramentos desnudaram a fisionomia truculenta do aparato estatal local, e o desgaste provocado por seus excessos acabaram por tornar insustentável sua manutenção, pelo menos nos níveis até então praticados.

Como decorrência da violência policial no período estudado, formou-se um amplo movimento de resistência da sociedade civil organizada em contraposição ao sequestro de Juracilda Veiga e a Operação Pequeno Príncipe - e inúmeras outras ações repressivas oficiais e clandestinas ocorridas no período - que revestiu-se em uma espécie de ponto de ruptura em relação à relativa autonomia usufruída pelos agentes da repressão no estado até aquele momento.

É importante salientarmos que a reação à violência dos aparelhos repressivos sob a liderança da Comissão de Justiça e Paz de Curitiba, encampou naquele momento, uma demanda social importante de defesa do estado de direito e contra a violência policial. O engajamento da Comissão de Justiça e Paz do Paraná nesse processo, como diria Edward Palmer Thompson, significou o seu *fazer-se*, credenciando-a a partir de então a tornar-se um importante instrumento catalisador das diversas formas de resistência à ditadura no Paraná.

Em 1966, o delegado Ozias Algauer, da DOPS, fechou o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, sob a acusação de que essa escolinha ensinava marxismo para as crianças que ali estudavam. O fim dessa experiência educacional alternativa foi uma tragédia para os que defendiam uma educação livre das amarras do estado autoritário.

Em 1978, a história se repetiu com a Operação Pequeno Príncipe. Porém, nessa nova versão, a tentativa de interdição das pré-escolas Oficina e Oca, acabou

contribuindo para a imediata formação de um vigoroso movimento de reação contra essa nova investida repressiva da polícia política, impedindo o sucesso daquela operação e o fechamento das pré-escolas. Ao final, a opinião pública paranaense demonstrou que os antigos desmandos e truculência já não seriam mais tolerados por aquela camada da população que se reorganizava politicamente em busca da reconquista do Estado democrático de direito no país.

A obsessão dos radicais da comunidade de segurança em interditar os inimigos comunistas abrigados nas pré-escolas Oficina e Oca, acabou levando-os a protagonizar uma ação que de tão desastradas aumentou seu descrédito, colaborando para o início do processo de desmontagem do aparato repressivo local.

As ações vexatórias da polícia política evidenciaram definitivamente o fanatismo que existia no interior do aparelho repressivo, protagonizado por indivíduos renitentes que não conseguiam desvincular-se de ideias e práticas que se chocavam com aquele novo cenário que prenunciava a volta da democracia ao país.

Consideramos que Geisel teve papel importante no processo de descompressão, mas é importante ressaltar que esse militar promoveu e compactuou com torturas e mortes, quando as julgou necessárias. Só decidiu frear as práticas exacerbadas de setores da comunidade de segurança, quando essas ações começaram a prejudicar a imagem do governo, colocando-o sob intensa pressão da sociedade civil, sobretudo a partir de 1975.

A comunidade repressiva paulista apressou sua desmontagem ao pretender manter os mesmos níveis de violência praticados, sobretudo, a partir de 1969, quando a intensificação da repressão revestiu-se em uma política de Estado, visando eliminar setores da esquerda que haviam se militarizado. A insistência desses agentes em manter tais práticas em um contexto que havia se modificado, em que o governo já não queria continuar patrocinando aquele modelo e, diante da pressão da sociedade civil, Geisel não teve outra alternativa senão demitir o comandante do II Exército, em São Paulo e posteriormente exonerar o Ministro da Guerra, Sylvio Frota.

Outro aspecto importante a ser lembrado é que provavelmente a intensa e recorrente violência repressiva que vigia no período de abertura do regime, visava pressionar os representantes do governo a negociarem um tipo de anistia que garantisse que no futuro os responsáveis por crimes contra a humanidade não sofressem qualquer tipo de punição. Quando a Lei da Anistia foi promulgada em 1979, parte desses agentes

renitentes recolheu-se e a desmontagem gradual da engrenagem repressiva pode seguir seu curso, sem qualquer punição.

A prática de sequestros, principalmente a partir de 1969, como método utilizado ostensivamente pelos órgãos de segurança – sobretudo pela OBAN e DOI-CODI – contou com o incentivo e apoio do comando central. O uso desse expediente, além de tornar mais ágil a repressão, pois liberava-a das amarras impostas pelos procedimentos legais, ainda buscava preservar a imagem do regime, desvinculando-o do grande número de ações repressivas que se desenvolviam naquele período de combate à esquerda militarizada.

Mais a frente, a partir de 1975, a decisão do governo Geisel de coibir a independência operacional concedida anteriormente à comunidade repressiva contribuiu para o que poderíamos chamar de autonomização da comunidade repressiva, levando esses últimos a optarem pela prática de sequestros e outras ações clandestinas como forma de driblar a nova orientação distensionista e o conseqüente desmonte da estrutura repressiva estatal.

Nessas novas condições, quando a comunidade de segurança começou a intensificar o uso dessa prática clandestina como forma de sabotar a abertura, um dos requisitos para o sucesso desse empreendimento era manter desconhecida a sua autoria, tanto da população, como das autoridades centrais, que deixaram de aprovar o uso desses expedientes. Fazemos uma ressalva no caso do Paraná, onde provavelmente essa desaprovação não era moeda corrente entre suas principais autoridades locais.

Então, tratava-se de agir nas sombras evitando ser identificado pela opinião pública e pelas autoridades promotoras da distensão política. Além disso, nesse período de arrefecimento da repressão oficial, em que o regime se liberalizava, abrandando a censura à imprensa e permitindo algum alívio para que a sociedade civil se reorganizasse, as condições para a impunidade já não eram as mesmas.

Se, em São Paulo, a desmontagem do aparato repressivo iniciou-se em decorrência dos assassinatos ocorridos nas dependências do II Exército, no caso do Paraná, o que apressou o processo de desmontagem do aparato local foram, sobretudo, as próprias ações dos órgãos de segurança: a Operação Pequeno Príncipe, e os sequestros de Carlos Augusto de Oliveira, Paulo Gomes e Juracilda Veiga foram exemplos de extremo significado.

A reestruturação da Polícia Civil do Paraná a partir de abril de 1978, dois meses depois do início da Operação Pequeno Príncipe, e o conseqüente desmembramento da

DOPS, que passou a denominar-se Delegacia de Ordem Política (DOP) e teve sua área de abrangência diminuída, esvaziaram parte do poder de Ozias Algauer.

Ainda como chefe da DOP, Algauer foi designado para presidir o inquérito que deveria investigar as atividades do CCC no Paraná. A leitura dos jornais da época demonstra que sua falta de empenho nas investigações foi novamente alvo de críticas, assim como ocorrera por ocasião do inquérito que deveria esclarecer o sequestro da professora Juracilda Veiga, e que acabou sendo arquivado sem identificar seus autores.

O resultado do desgaste da imagem de Algauer foi o seu afastamento do inquérito do CCC, sob a justificativa de sua nomeação como chefe de gabinete do Secretário de Segurança Pública do Paraná. A impressão que fica desse episódio é que os superiores de Algauer já não sabiam mais o que fazer com aquele agente que transformara-se num incômodo, uma vez que simbolizava um passado a ser exorcizado e com o qual ninguém mais gostaria de ser associado. Um ataque cardíaco matou Ozias Algauer em 1980, silenciando para sempre aquele temido agente que foi considerado pelo iminente defensor de presos políticos paranaenses no período de exceção, o advogado Rene Ariel Dotti, como o “braço repressivo da ditadura civil militar no Paraná”.<sup>320</sup>

Muitos dos agentes da ditadura agiram conforme as expectativas dos idealizadores do regime, porém, alguns deles foram além do simples esperado por seus próprios superiores e esmeraram-se em suas atuações, sobressaindo-se ante os demais. Até onde sua devoção à ideologia do regime era movida pela sinceridade, jamais iremos saber, pois muitos desses agentes que demonstravam lealdade ao sistema, ainda que movidos por suas crenças, sabiam que tal postura os credenciava a alcançarem inúmeras vantagens. Porém, para que pudessem conviver com seus atos e os reflexos de sua adesão ao regime ditatorial era preciso compartilhar de um tipo de lógica e moral capazes de amenizarem os efeitos, que porventura algum resíduo de escrúpulos, pudesse ter sobre suas consciências. Era imprescindível manter-se no interior da redoma burocrática que os envolvia e protegia, pois entre iguais eles não seriam a exceção. Assim, no interior do aparelho estatal, agiam de acordo com as expectativas de seus superiores e do regime ao qual abraçaram e sentiam-se reconfortados.

---

<sup>320</sup> Depoimento de Rene Ariel Dotti para o projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. <https://www.youtube.com/watch?v=WfaM79GY054>. Data de acesso: 23 de março de 2015.

Primo Levi, ao discorrer sobre as ações de colaboradores como os “Kapos” e outros funcionários dos campos de concentração nazistas, afirmou que suas histórias estariam para sempre envoltas em lembranças desagradáveis e inquietantes de:

[...] chefetes que servem a um regime a cujos crimes se mostram deliberadamente cegos; dos subordinados que assinam tudo, porque uma assinatura custa pouco; de quem balança a cabeça, mas consente; de quem diz: “se eu não o fizer, um outro, pior do que eu o fará”.<sup>321</sup>

Muitos desses agentes internalizaram a lógica do regime o suficiente para que pudessem agir sem refletir sobre o alcance de suas ações. Segundo Arendt “talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando”.<sup>322</sup> Ainda hoje o discurso de muitos desses agentes é preche de frases feitas e de um raciocínio que sustenta uma causalidade de quem somente obedecia a ordens, sem a obrigação de se preocupar com o caráter de suas ações, pois ordens deveriam simplesmente ser obedecidas sem qualquer questionamento ou desvio.

É preciso que se refute também a ideia que alguns defendem de que muitos desses agentes eram apenas um dente de uma grande engrenagem. Ao resenhar o livro *Responsabilidade e julgamento*, Alvarez observa que, segundo Arendt:

[...] a responsabilidade pessoal sob a ditadura não permite a transferência de responsabilidade do homem para o sistema. Aqueles poucos que julgaram por si mesmos foram os não participantes, os que ficaram de fora de todas as esferas da vida pública. A capacidade de julgamento se vincula ao pensar, ao diálogo silencioso de mim comigo mesmo. Os que não participaram de tais crimes, entenderam que não poderiam cometer crimes porque seriam incapazes de conviver com um criminoso, ou seja, eles mesmos.<sup>323</sup>

Todos os agentes citados nesse trabalho possuem diferentes graus de engajamento. O fato é que foram partícipes, e tendo aderido a um projeto autoritário que extrapolou todos os limites do respeito à dignidade humana, tornaram-se seus coautores e tiveram de alguma forma que lidar com isso.

Quanto ao delegado Ozias Algauer, quando de sua morte em 1980, a mesma Assembleia Legislativa do Paraná, que o homenageou em 1972, registrando em ata o um voto de congratulações pelo recebimento da medalha do “Mérito de Tamandaré”

<sup>321</sup> LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 58.

<sup>322</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 312-313

<sup>323</sup> ALVAREZ, Maria Ximena. *Responsabilidade e julgamento. História: questões e debates*. Curitiba, n. 46, p.205-209. Editora UFPR. 2007.

outorgada pela Marinha brasileira<sup>324</sup>, negou-se naquele momento a emitir em nome do legislativo paranaense um voto de pesar pelo seu falecimento.

Segundo a reportagem, do jornal Correio de Notícias a “negativa de um Voto de Pesar era fato inusitado desde 1964 [...] quase tão incomum quanto a negativa de Título de Cidadão ao Papa João Paulo II”.<sup>325</sup>

Anos depois, porém, Algauer, agente citado no projeto BNM, e em diversas outras listas de torturadores da ditadura, foi homenageado pela Câmara Municipal de Curitiba, através da denominação de Delegado Ozias Algauer, a uma rua localizada no bairro Ganchinho, nesta cidade. Motiva-nos a possibilidade de que esse trabalho possa suscitar novas reflexões sobre o significado da manutenção, em solo curitibano, de tal homenagem a alguém que provavelmente ficará para a história como a representação maior do braço repressivo e obscurantista da ditadura civil militar no estado do Paraná.

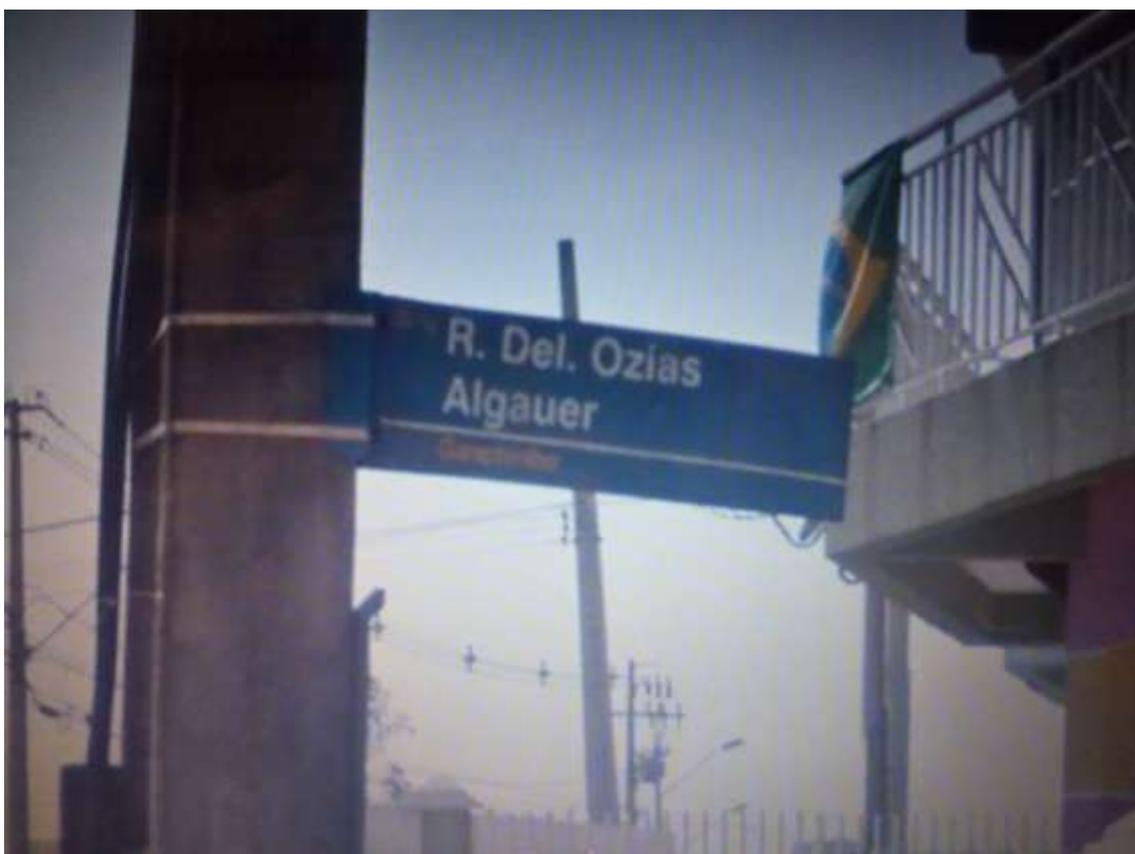


Figura 8 - Placa indicativa da rua Ozias Algauer, Ganchinho, Curitiba.

<sup>324</sup> Diário Popular. Voto a Ozias Algauer. Curitiba, 29 de junho de 1972, p. 3.

<sup>325</sup> Correio de Notícias. Negado voto de pesar a Algauer. Curitiba, 12 de abril de 1980, p. 7.

## BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. Caça às bruxas: repressão e interventoria Agamenon Magalhães. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002.
- ALVAREZ, Maria Ximena. Responsabilidade e julgamento. História: questões e debates. Curitiba, n. 46, p.205-209. Editora UFPR. 2007.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Marcia. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia, EDUFU, 2005, p. 18.
- ANSART, Pierre. Ideologias políticas e alteridade. In: NAXARA, M. MARSON, I. e BREPOHL, M. (orgs). Figurações do Outro. Uberlândia: EdUFU, 2009.
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. Responsabilidade e julgamento. São. Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil, nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARROS, José D'Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis; RJ: Vozes, 2004.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. RJ: Paz e terra, 1987.
- BREPOHL, M. "O amor na política: Martin Luther King e a recusa à alteridade" In: NAXARA, M. MARSON, I. e BREPOHL, M. (orgs). Figurações do Outro. Uberlândia: EdUFU, 2009.
- BRUNELO, L. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terra das araucárias. Maringá: EDUEM, 2009.
- \_\_\_\_\_. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009.

CALCIOLARI, Sílvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná. 2006.

CARDOSO, Célia Costa. “Terrorismo em São Paulo” e o ideário político-militar da segurança e Repressão. 2013, Anais, ISSN: 978-85-98711-11-9

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Livros Proibidos, Ideias Malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto de Integração do Arquivo do Estado /USP; FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos da História do Brasil Contemporâneo. PROIN (Projeto Integrado). Arquivo Público do Estado e universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Celso, D’Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillon. Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão. São Paulo: Editora Delume Dumará, 1994.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CHAUÍ, M. Uma Ideologia Perversa. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais! p. 3, 1999, 14 de março.

COELHO, Marco Antônio Tavares. Herança de um sonho: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” / PR. Relatório final. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório final. 2014.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral. RJ: FGV, 1994.

DANTAS, Eulálio. As duas guerras de Vlado Herzog. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DUARTE, Silvestre. Curitiba, 1978: as prisões políticas que sacudiram o país - Paraná-Online. <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/435150/?noticia=CURITIBA+1978+AS+PRISÕES+POLITICAS+QUE+SACUDIRAM+O+PAIS>. Data de acesso: 26 de março de 2015.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. História*. 2004, vol.24, n.47, pp. 29-60. MARTINS Filho, João Roberto. O palácio e a

- caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura. 1964-1969. São Carlos, SP, Editora da UFSCar, 1996.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FROTA, Sylvio. Ideais traídos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.
- GARCIA, Nelson Jahr. Sadismo, sedução e silêncio - propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo, Loyola, 1990. Ebook.
- GASPARI, Elio. A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987.
- GODOY, Marcelo. A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991). São Paulo. Alameda, 2014.
- HELLER, Milton Ivan. Resistência Democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Curitiba: SCEP, 1988
- HELM, Cecília Maria Vieira. José Rodrigues Vieira Neto: a vida e o trabalho de um grande mestre. Curitiba: OAB – Seccional Paraná, 2013.
- HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Cartilha da repressão: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977) Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2011.
- HUGGINS, M. K. Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina. SP: Cortez, 1998.
- HUGGINS, Martha Knisley; ZIMBARDO, Philip G.; HARITOS-FATOUROS, Mika. Operários da Violência - policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: UnB, 2006.
- ISHAQ, Vivien. A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2012.
- JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.
- KÜNZLE, Maria R. Chaves. Escolas alternativas em Curitiba: trincheiras, utopias e resistências pedagógicas (1965 - 1986). Curitiba: 2011.
- LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MANFREDINI, Luiz. O coronel, os intelectuais e a cadeia. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id\\_secao=1&id\\_noticia=207824](http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=207824)

Data de acesso: 30 de maio de 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre revolutionnaire* (1959\1974). In. Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil. Vol. I. Editora Hucitec: São Paulo, 2009.

MATTOS, M. A. V. L. de; SWENSSON Jr, W. C. Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTEIRO, Cláudia. Política entre razão e sentimentos. Tese de doutorado. UFPR, 2013.

MOTTA, Aristides de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. General-de-brigada Ferdinando de Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba: DHPaz, 2014.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Rev. Projeto História. São Paulo. n.15. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS, Gustavo Moraes Rego. Gustavo Moraes Rego Reis (depoimento, 1992). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.

RIBEIRO JR, Amaury; VIOLA, Eugenio; FARIA, Tales. “Traição e extermínio”, *IstoÉ*, São Paulo, 31/3/2004.

SALGADO DE SOUZA, Maria Inês. Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

VIEIRA, Ildeu Manso. Memórias torturadas (e alegres) de um preso político. Curitiba: SEEC, 1991.

## 7. ANEXOS

### ANEXO I – RELAÇÃO DAS PASTAS TEMÁTICAS PESQUISADAS

#### ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS

PASTA	CAIXA	TÍTULO DO PRONTUÁRIO
211	24	Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais - Escola Experimental - CEPAED/OCA.
70	09	Associação de Estudos Educacionais e Escola Pré-Primária Oficina.
803	96	DOPS – Inquéritos 1978.

### ANEXO II – FICHAS NOMINAIS E PASTAS INDIVIDUAIS PESQUISADAS

#### ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS

NOME	NÚMERO / FICHA	REFERÊNCIA / PASTA
Luís Alberto Manfredini	Nº 2416	1968, 1971-1972, 1976-1977
Ligia Cardieri Mendonça	Nº 2379	1978
Edésio Franco Passos	Nº 944 A	1957,1967,1969,1971,1974,1978
Paulo Sá Brito	Nº 3032	1968, 1971-1973, 1976-1978
Bernadete Zanetti Sá Brito	Nº 571	1971-1973, 1977, 1978
Reinoldo da Silva Atem	Nº 3219	1968-1972, 1977-1979
Suely Muniz	Nº 3469	1968
Walmor Marcelino	Nº 3650	1972,1979
Juracilda Veiga	Nº 27.890	1977, 1978, 1981

Carlos Augusto Soares de Oliveira	Nº 27.907	1977, 1978
-----------------------------------	-----------	------------

### **ANEXO III**

#### **FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS**

##### **Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP)**

Fundo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social):

Pastas temáticas; (ANEXO I)

Pastas individuais; (ANEXO II)

Fichas nominais; (ANEXO II)

STM - DF (Superior Tribunal Militar):

Inquérito policial: BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional do Paraná. Inquérito nº 38/78. Curitiba, 17 de março de 1978.

##### **BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ – DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARANAENSE**

Jornal Diário do Paraná (1978)

Jornal Diário Popular (1972, 1978)

Jornal Gazeta do Povo (1978, 1980)

Jornal O Estado de S. Paulo (1977, 1978, 2008)

Jornal Folha de S. Paulo (1978)

Jornal Folha de Londrina (1978)

Jornal Correio de Notícias (1978, 1980)

Tribuna do Paraná (1978)

O Estado do Paraná (1978)

### **ACERVOS DIGITALIZADOS**

Revista Veja (1978) – Acervo digital

Revista Isto É (1978)

Jornal do Brasil (1978) - Acervo digital

Jornal O Globo (1978, 2009, 2012) - Acervo digital

Jornal Em Tempo (1978)

### **ENTREVISTAS**

Roberto das Chagas Monteiro, entrevista realizada por José dos Santos de Abreu em 31 de outubro de 2005;

Juracilda Veiga, entrevista realizada por José dos Santos de Abreu, em 15 de dezembro de 2013;

Coronel da reserva do Exército (pediu anonimato), entrevista realizada por José dos Santos de Abreu, em 16 de maio de 2014;